



Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Centro de Ciências Sociais
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

Leandro Arraes Liberali

**Hugo Abreu e a política internacional do governo Geisel:
entre a tensão e a distensão**

Rio de Janeiro

2016

Leandro Arraes Liberali

Hugo Abreu e a política internacional do governo Geisel: entre a tensão e a distensão



Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: História Política.

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Antonio Souza Mendes

Coorientadora: Prof.^a Dra. Beatriz de Moraes Vieira

Rio de Janeiro

2016

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/CCSA

A162 Liberali, Leandro Arraes.
Hugo Abreu e a política internacional do governo Geisel:
entre a tensão e a distensão /Leandro Arraes Liberali . – 2016.
178 f.

Orientador: Ricardo Antonio Souza Mendes.
Coorientador: Beatriz de Moraes Vieira.
Dissertação (mestrado) – Universidade do Estado do Rio de
Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.
Bibliografia.

1. Abreu, Hugo, 1916-1979. 2. Geisel, Ernesto, 1908-1996.
2. Brasil – Política e governo – 1974-1979 – Teses. I. Mendes,
Ricardo Antonio Souza. II. Vieira, Beatriz de Moraes. III.
Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Filosofia
e Ciências Humanas. IV. Título.

CDU 32(81)“1974/1979”

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Leandro Arraes Liberali

Hugo Abreu e a política internacional do governo Geisel: entre a tensão e a distensão

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: História Política.

Aprovada em 22 de julho de 2016.

Banca examinadora:

Prof. Dr. Ricardo Antonio Souza Mendes (Orientador)
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – UERJ

Prof.^a Dra. Beatriz de Moraes Vieira (Coorientadora)
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – UERJ

Prof. Dr. Ricardo Antonio Souza Mendes
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - UERJ

Prof.^a Dra. Lucia Maria Paschoal Guimarães
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - UERJ

Prof.^a Dra. Janaína Martins Cordeiro
Universidade Federal Fluminense

Rio de Janeiro

2016

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer a todos e todas que de alguma forma fizeram parte do processo de criação desta dissertação de mestrado. Agradeço à minha mãe pelo apoio nesse período e dedico este trabalho ao meu pai, em memória. Aproveito para mandar um beijo às sobrinhas.

Agradeço ao meu orientador Ricardo Mendes pelas indicações de leitura, críticas, sugestões e apontamentos. Faço um agradecimento especial à minha coorientadora Beatriz Vieira, que acreditou neste projeto desde o início e foi importante em muitos momentos. Agradeço à banca examinadora da Defesa de Dissertação composta pela Janaina Cordeiro, que na Qualificação foi muito atenciosa fazendo importantes e úteis apontamentos, questionamentos e indicações, e pela Lucia Guimarães, que foi minha professora de Historiografia em uma das disciplinas do curso, suas aulas e textos foram muito importantes, assim como suas recomendações como avaliadora. Aproveito também para mandar um agradecimento à professora Lúcia Bastos, de História Política. Lucia Grinberg não esteve presente na Defesa, mas na Qualificação fez excelentes indicações de leitura e sugestões, obrigado.

Agradeço também ao Programa de Pós-Graduação em História da UERJ pela oportunidade, experiência e recepção. Um agradecimento fundamental ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, cuja bolsa me possibilitou tranquilidade o suficiente para desenvolver este trabalho.

Como esta pesquisa começou ainda na graduação, aproveito para agradecer ao meu então orientador Francisco Carlos e aos avaliadores de minha monografia, Carlos Fico e Renato Lemos. Agradeço também à professora Cida Mota, de Teoria e Investigação Histórica. Aproveito para mandar um salve para o pessoal do IFCS.

Para finalizar mando também um salve à espirtualidade de Allan Kardec, ao pessoal do Chico, ao pessoal do sul, ao pessoal da Caixa, aos familiares e às amigas e amigos que estiveram presentes ao longo desses anos.

Infelizmente, neste ano sofremos um novo ataque das oligarquias nacionais contra democracia brasileira. Sem querer poluir esse momento de concretização de uma etapa pessoal e profissional de minha vida, um profundo e simbólico recado ao governo usurpador e suas bases oligárquicas. Fora, Temer!

RESUMO

LIBERALI, Leandro Arraes. *Hugo Abreu e a política internacional do governo Geisel: entre a tensão e a distensão*. 2016. 171 f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

O objetivo deste trabalho é analisar as ideologias e práticas políticas de personalidades com participação de relevância no governo Geisel. O estudo tem como ponto de partida a passagem do general Hugo Abreu por esta administração, que seria responsável por sua futura ruptura com o regime. A problemática consiste na análise de um conflito intestino à ditadura civil-militar, conflito este de cariz ideológico e que se evidencia na política internacional desenvolvida por Geisel. Esta pesquisa torna evidente que as alterações promovidas nesta política tinham por objetivo apontar para o processo de distensão e abertura iniciado com este governo, fator gerador de tensão em determinados setores militares. Vemos como o uso de simbologias presentes no imaginário social civil e militar do pré e pós golpe de 64 são reelaborados com o objetivo de apontar para o fim da intervenção arbitrária dos militares na política.

Palavras-chave: Militares. Política internacional. Conflito ideológico. Distensão.

ABSTRACT

LIBERALI, Leandro Arraes. *Hugo Abreu and the international policy of the Geisel government: between tension and distention*. 2016. 171f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

The objective of this work is to analyze the ideologies and political practices of personalities with relevant participation in the Geisel government. The study takes as its starting point the passage of the general Hugo Abreu over this administration, which would be responsible for his future rupture with the regime. The problematic consists on the analysis of an intestine conflict to the civil-military dictatorship, conflict of ideological nature that is evidenced in the foreign policy developed by Geisel. This research makes it clear that the changes promoted in this policy had the aim of pointing to the process of distention and opening that started with this government, element generator of tension in certain military sectors. We see how the use of symbols that made part of the civilian and military imaginary of the pre and post 64 coup are reworked in order to point to the end of the arbitrary intervention of the militaries in politics.

Keywords: Military. International policy. Ideological conflict. Distention.

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO.....	7
1	UMA TRAJETÓRIA MILITAR.....	28
1.1	Hugo Abreu e a política no Exército.....	31
1.2	A ESG, os militares e a campanha anti Jango.....	36
1.3	O liberalismo oculto e o desfecho do movimento golpista.....	46
2	HUGO ABREU NOS GOVERNOS MILITARES.....	56
2.1	O aprofundamento da repressão e a ideologia da segurança nacional.....	61
2.2	Hugo Abreu no comando da tropa de elite do Exército.....	66
2.3	As bases do governo Geisel.....	73
2.4	As atribuições de Hugo Abreu no governo.....	87
3	A POLÍTICA INTERNACIONAL, HUGO ABREU E AS DIVERGÊNCIAS INTERNAS.....	90
3.1	O estabelecimento de relações diplomáticas com a China.....	90
3.2	O voto de abstenção em relação a Cuba na Organização dos Estados Americanos.....	99
3.3	O voto de condenação do sionismo como forma de racismo na ONU.....	105
3.4	As independências na África portuguesa.....	113
3.5	Considerações parciais.....	127
4	HUGO ABREU ENTRE AS TAREFAS E O JOGO POLÍTICO E IDEOLÓGICO DO GOVERNO.....	130
4.1	A política nuclear.....	130
4.2	A denúncia do acordo militar com os Estados Unidos.....	139
	CONCLUSÃO.....	165
	REFERÊNCIAS.....	170

INTRODUÇÃO

A história sem preconceitos e paixões é provavelmente impossível e, se atingível, seria extremamente monótona. Mas, em nosso trabalho de campo, devemos superar as tendências naturais das relações sociais e nos lembrar de que somos historiadores e estamos interessados em expor o mais possível as paixões do passado, e não em colher material aceitável no presente. O passado que procuramos captar se fez sem a nossa presença; o passado que coletamos também deve estar livre dela.¹

Esta pesquisa é um estudo de caso que pretende ser uma contribuição diante do panorama da historiografia sobre a ditadura instalada com o golpe de 1964. O objetivo geral consiste em abordar ideologias² e práticas políticas entre personalidades e grupos militares em torno do Estado e suas instituições. Apesar de se tratar de uma análise de caso, não se perderá de vista o enquadramento de interesses, argumentações e referenciais numa duração maior que se veio desenvolvendo pelo menos desde meados dos anos de 1935, base de determinada geração de militares que nos anos ditatoriais está no centro do controle da política nacional. Ao longo do tempo suas orientações foram se modificando e se moldando às vicissitudes do jogo político nacional e internacional, configurando padrões de pensamento e alinhamentos político-ideológicos que, construídos nos anos anteriores ao golpe, continuariam presentes até o fim do período ditatorial.

Tendo como objeto específico a passagem do general Hugo de Andrade Abreu pelo governo Geisel, se buscará desnudar os bastidores da disputa pelo poder político no mais alto escalão da República brasileira. Isso deverá propiciar um meio a mais de compreensão desse período obtuso da história do Brasil. Assim, nos veremos em torno dos embates políticos entre as duas principais correntes militares que passaram a lutar pelo poder com o início do regime militar, os “castelistas” e a “linha-dura”, como se convencionou denominá-los³. Não obstante,

¹ GRELE, Ronald J. Pode-se confiar em alguém com mais de 30 anos? Uma crítica construtiva à história oral. In: AMADO, Janaína & FERREIRA, Marieta (Orgs.). **Usos & abusos da história oral**. p. 273-4.

² Uma das definições para “ideologia” constante no Dicionário Aurélio é: “sistema de ideias”. Nesse sentido, as ideologias de que trataremos nesta pesquisa buscarão esclarecer o que estava por trás e como se conformavam e expressavam em sistema as ideias que envolveram o período em que os militares permaneceram no poder em um contexto específico, o deste trabalho.

³ Outra denominação dos “castelistas” também foi a de “Sorbonne” militar e a de “moderados”. Entretanto, estas foram criadas pelos próprios militares para se auto-intitular ou para marcar suas diferenças em relação a outros grupos, como afirmação de seus caracteres mais inclinados a um intelectualismo e moderação ou a um radicalismo. Assim, Ricardo Mendes caracteriza historiograficamente os projetos desses grupos, apontados como “principais subgrupos” em razão da existência de outros, como de correntes “internacionalista-autoritária” e “nacionalista-ditatorial”. Aqui faço a opção por utilizar denominações consideradas mais tradicionais ou convencionais, já consolidadas nas linhas gerais da historiografia. Desta forma, procuro evitar

nos encontraremos apoiados num posicionamento político – o de Abreu – que passou por um processo de afastamento das correntes indicadas, tornando possível um distanciamento dos conflitantes.

É interessante desde já indicar que muitas vezes as discussões em torno da ditadura civil-militar girem em torno de suas práticas repressivas, em especial no que tange à tortura e aos torturadores – não obstante exista uma gama de produções acadêmicas que abordam projetos políticos, culturais, internacionais, educacionais entre outros. Parece-me que a atenção ostensiva, dada aos perpetradores dos atos inumanos acaba por deixar de lado aqueles que, ao fim e ao cabo, articularam política e ideologicamente para que esse nível de repressão se tornasse comum enquanto prática de Estado, quer através do estabelecimento de mecanismos efetivos, quer através da permissividade – práticas que, em termos gerais, não merecem distinção. Enfim, muito vem se ouvindo, na história recente do país, sobre a necessidade de uma punição dos torturadores. Demanda intrinsecamente justa, em vista das violações institucionais e dos direitos humanos cometidas no período, é interessante notar que pouco se ouviu sobre uma demanda pela punição de seus líderes – eu, pelo menos, nunca ouvi – e dos principais beneficiários e aliados do regime ditatorial.

O general Hugo de Andrade Abreu, em sua passagem pelo governo Geisel, ocupou os cargos de Chefe do Gabinete Militar e de Secretário-Geral do Conselho de Segurança Nacional, funções que lhe davam *status* de Ministro de Estado. Tomou posse no dia 15 de março de 1974, nomeado pelo novo governo, e pediu exoneração no dia 3 de janeiro de 1978, antes do fim de seu mandato. Uma vez aceito o pedido de demissão, Abreu teve participação ativa na articulação da candidatura do general Euler Bentes Monteiro que, pelo partido da oposição, concorreria contra o candidato governista, general João Baptista de Oliveira Figueiredo. Derrotado, Hugo continuaria atuando na oposição ao grupo palaciano até sua morte, no dia 5 de dezembro de 1979.

Sua passagem nos permite desenvolver uma análise das ideologias e práticas políticas que giravam em torno da cúpula governamental, no sentido de como as disputas intestinas ao governo revelavam formas de apropriação da ideologia propagada pelo regime militar, base de sua sustentação e legitimação. Essa possibilidade surgiu da leitura dos livros de Hugo Abreu *O outro lado do poder*, publicado em 1979, e *Tempo de crise*, publicado em 1980, os

aquilo que Fico, nos debates ocorridos no IFCS sobre os 50 anos do golpe, chamou de “*nomenclaturismo*”. Também parto do princípio de que diferentes modelos de abordagem podem ressaltar diferentes aspectos e, conseqüentemente, adotar terminologias que enfatizem seus indícios mais relevantes. Assim, meu foco reside no conteúdo e nas evidências empíricas encontradas.

quais constituem as fontes desse trabalho. O primeiro se refere à sua atuação palaciana e o segundo à sua atividade política do lado de fora do poder, articulando uma candidatura oposicionista que visava acelerar a redemocratização. Escritos em caráter de depoimento, têm o objetivo de esclarecer sua atuação e seus posicionamentos diante de passagens que ficaram marcadas no período. Entretanto, acabam por tornar visíveis as estratégias e argumentos dos principais grupos em beligerância, diga-se, entre os *castelistas*, em torno da díade Golbery do Couto e Silva e Ernesto Geisel, e a famigerada *linha dura*, naquele momento se colocando sob a liderança do general Sylvio Frota. Os primeiros tiveram papel fundamental na articulação do golpe de 64 e seu primeiro governo, sob a presidência de Castello Branco. O segundo representava a permanência do endurecimento da militarização e da repressão que marcaram os governos de Costa e Silva até Médici.

Nos seus livros Hugo Abreu busca mostrar assumir uma postura independente em relação às correntes acima indicadas, daí o início do estudo de caso. A análise das articulações que viriam a definir os rumos do governo surgiu da linha de raciocínio seguida pelo militar. Entretanto, esta investigação, e em vista do seu caráter de mestrado, me possibilitou ir até o estudo da política externa seguida pelo governo Geisel. Assim, faço um apanhado da carreira de Hugo Abreu até sua nomeação, inédita, para ocupar um cargo no alto escalão governamental, o que nos dá uma visão geral de como ele se colocou nas passagens mais importantes da política brasileira até então. E prossigo ao estudo da política internacional adotada por Geisel e que apontava claramente para a sinalização daquilo que foi a marca característica de seu governo, segundo a própria perspectiva do governo: o início de uma abertura *lenta, gradual e segura*. Concomitantemente, veremos como a estratégia governamental passou a se debater com as políticas adotadas desde os anos iniciais do regime militar, o que gerou severas oposições na linha dura.

Muitos estudos foram feitos sobre a questão militar após a redemocratização. Celso Castro e Piero Leirner, na apresentação de uma coletânea de estudos antropológicos de autores diversos que organizaram, destacam que no cenário internacional da disciplina não há uma tradição específica e consistente de estudos sobre militares, e marcam a dificuldade que pesquisadores desse ramo têm de se distanciar de seus objetos de estudo. Indicam que uma forma possível de se demarcar um distanciamento é o exercício de uma “autoantropologia”, uma forma de reflexão que ao mesmo tempo em que localiza o pesquisador diante de seu

objeto, é capaz de, de certa forma, se colocar como que em uma posição no interior dos acontecimentos.⁴ Os rumos metodológicos tomados nessa pesquisa, e em vista das fontes utilizadas, acaba por adentrar de alguma forma no reino da antropologia, pois em muitos momentos haverá referências claras a aspectos do *ethos* militar. No que tange ao exercício de “autoantropologia”, indico desde já, como fez Castro, que sou oriundo de família militar, filho de um praça e com tios militares. Até onde sei nenhum deles teve qualquer participação no lado repressivo da ditadura. Nesse período, meu pai servia em Manaus, trabalhando na construção da Transamazônica. Entretanto, nasci e morei por anos em um condomínio de suboficiais e sargentos já aposentados, além de ter estudado os três anos finais de meu ensino básico no Colégio Militar do Rio de Janeiro. Portanto, não me vejo como um completo estranho ao meio, como ocorre com muitos antropólogos e outros estudiosos dessa temática.

No que pude avaliar ao longo dessa pesquisa, no militarismo não há a existência de um *ethos* monolítico, no sentido de uma ortodoxia religiosa totalizadora dentro da caserna. O que existe é uma diversidade de tipos de interação entre os militares e o mundo militar. Se é fato que essa instituição possui toda uma gama de ritos e comportamentos que demarcam sua especificidade, é preciso lembrar que em termos de um *modus vivendi*, os traços característicos da carreira e formação militar podem ser mais incorporados por uns e menos por outros, o que inclui questões doutrinárias. De maneira geral, não se deve perder de vista que a vida militar enquanto profissão, como qualquer outra, pode se aproximar ou se afastar de outros ramos profissionais, além de ser bem remunerada e ter estabilidade garantida. Os mais aventureiros encontram ainda outras formas de poder realizar seus deleites pessoais sem precisar manter um *hobbie* paralelo à sua vida laboral. Não são poucos os benefícios que podem tornar atrativos esse ramo, sem contar que para muitos a parte ritual pode ser ainda vista como *ossos do ofício*. No pouco contato que tive com a antropologia dos militares, esses aspectos não parecem ser suficientemente sublinhados.

Nesse estudo, o contato com grupos e indivíduos tende a deixar mais claro que o *ethos* militar não é uno de sentido, embora possa ser caracterizado genericamente em uma série de aspectos. Por outro lado, talvez possamos dizer que o *ethos* militar pode ser objeto de construções concorrentes.⁵ Por isso, diferentes projetos de nação e de relação com a sociedade se tornaram temas de disputa entre militares ao longo da história brasileira. Aí se inclui o

⁴ Essa questões são abordadas pelos autores na apresentação de: CASTRO, Celso & LEIRNER, Piero (Orgs.). **Antropologia dos Militares.**

⁵ Gostaria de deixar claro que não tenho o suficiente estudo teórico em antropologia para aprofundar essas questões.

nível que a presença de questões extramilitares tinha ou deveria ter dentro da caserna. Não se deveu a isso a presença dos militares na política, ou da política junto aos militares, ao longo de tanto tempo? Castro e Leirner indicam que há poucos projetos envolvendo a trajetória completa de militares, com a maioria se concentrando em momentos específicos. Embora essa pesquisa não tenha a pretensão de esgotar a vida militar de Hugo Abreu - nem é esse o objetivo -, o estudo que envolve sua trajetória indica os aspectos de suas relações com militares de tendências políticas diversas, assim como parte de sua experiência em momentos fundamentais da participação dos militares na história do Brasil. A propósito, gostaria de deixar claro que o que me levou ao estudo dessa temática não foi a questão do militarismo em si, mas sim de como o militarismo se tornou mecanismo de defesa de interesses alheios à pretensa finalidade de sua existência enquanto instituição voltada à defesa da soberania nacional.

No apanhado de estudos antropológicos de Castro e Leirner, as pesquisas não buscavam levantar o lastro histórico do militarismo no Brasil, o que seria interessante para se ter uma ideia de como as Forças Armadas de hoje veem seu passado ditatorial recente. Além disso, se estes estudos não partem de um isolamento reducionista dos militares em relação à sociedade, ao mesmo tempo buscam sua compreensão através de categorias fundamentais à própria caserna, através das especificidades de sua morfologia social. O único autor a se distanciar desse modelo foi Máximo Badaró⁶, ao enfatizar que as instituições militares fazem parte da mesma sociedade dos pesquisadores, cuja distância cultural não se dá pelo exotismo ou pela discrepância das formas de lidar com a realidade ou o meio ambiente em si. Para Badaró, as diferenças se dão em torno de valores políticos, ideológicos e morais entre outros – e que, portanto, entraram ali de alguma forma.

Um dos problemas com que qualquer historiador deve se defrontar numa pesquisa que utiliza entre suas fontes memórias de atores que conscientemente as construíram cientes de que seus registros se tornariam públicos – isso quando não o fizeram de forma autônoma e espontânea – é exatamente de que forma utilizar esse material. Martins Filho, num artigo que trata do que chamou de “a guerra da memória”, faz uma análise dos registros produzidos tanto

⁶ BADARÓ, Máximo. Dilemas da antropologia das instituições controvertidas: reflexões a partir de uma investigação etnográfica no Exército argentino. In: CASTRO, Celso & LEIRNER, Piero (Orgs.). **Antropologia dos Militares**. p. 187-197.

pelos militantes que lutaram contra a ditadura como dos militares que resolveram expor seus pontos de vista. Enquanto para os primeiros registrar significava resistir, não esquecer, manter a memória da repressão e das torturas vivas, para os segundos isso teria ocorrido como uma reação ao que era visto como uma ofensiva dessa esquerda, que estaria vencendo a batalha da memória. Entretanto, num primeiro momento, os militares teriam preferido a opção pelo esquecimento. Para estes, junto com a anistia deveria ocorrer uma virada de página completa em relação aos anos ditatoriais, pelo bem do futuro do país e da paz institucional.⁷ Desta forma, Martins faz um artigo em que esta “guerra” gira em torno da tortura, torturados e perpetradores, e utiliza quase que exclusivamente as referências existentes, em ambos os lados, para analisar esta “batalha”. Ocorre que esse modelo de abordagem – isso não significa que eu esteja questionando a proposta argumentativa feita pelo autor – acaba deixando de lado um aspecto fundamental do tema: quais foram as bases para que a tortura e outras práticas abusivas se tornassem uma forma banalizada de terrorismo por parte do Estado, em especial, das instituições militares? Essa é uma das questões esta pesquisa buscará trazer à tona.

De fato, esse estudo se utiliza quase que exclusivamente de publicações e entrevistas fornecidas por oficiais do alto escalão. Assim, é interessante notar que em seu apanhado, Martins Filho tenha deixado de fora autores militares que escreveram seus livros ainda no calor dos acontecimentos, durante os anos do regime militar e pouco após terem sido descartados do jogo político palaciano. Aí se encontram Hugo Abreu e Sylvio Frota, cujas narrativas não buscam uma reabilitação institucional das Forças Armadas, e também não tem como centro de suas argumentações a “batalha” em torno do terror institucional. Pode-se dizer, superficialmente, que o que caracteriza seus livros são questões, o primeiro, de cunho pessoal e profissional, o segundo, de cunho ideológico. Ambos, em torno das questões políticas que envolveram suas passagens pelo governo Geisel, mas não sem deixar de lado suas trajetórias e referenciais. Ambos, inconformados com os rumos tomados pelo governo Geisel, o primeiro, mantendo certa independência⁸, se voltando contra as práticas políticas do grupo palaciano, o segundo, ligado à linha dura, se opondo ideologicamente ao que considerou rupturas promovidas pelo governo em relação aos “ideais da Revolução de março de 1964” – veremos que se tratou mais de um desvio. Somados ao depoimento de Ernesto Geisel – entre outras fontes deste governo – estes compõem a espinha dorsal desta pesquisa

⁷ MARTINS FILHO, João Roberto. **A guerra da memória.**

⁸ Vários dos entrevistados por Maria Celina que se referiram à crise envolvendo Hugo Abreu fazem indicações dessa independência naquele momento, ver: D'ARAUJO, Maria Celina; SOARES, DILLON, Gláucio Ary & CASTRO, Celso. **A volta aos quartéis: a memória militar sobre a abertura.**

que, alicerçando-se em uma abordagem político-ideológica, tenderá também a esclarecer aspectos da banalização da violência institucional.

Outra autora que escreve um artigo baseado em um apanhado de memórias de militares é Maria Celina D'Araújo. Sua abordagem é fruto de uma reflexão sobre seu trabalho de campo que envolveu a criação de um relevante acervo de história oral baseado em entrevistas com altos oficiais que assumiram papel de destaque na história do conservadorismo militar desde muito antes do golpe. Também importante é que estes militares assumiram postos chaves da administração estatal ao longo do regime militar, estando no centro de uma série de embates políticos intestinos. O material oriundo do trabalho da autora faz parte desta pesquisa.

D'Araújo faz um balanço das avaliações do que chama de antigos “donos do poder” – referência ao famoso livro de Raymundo Faoro – sobre sua imagem pública após o fim da ditadura. A pesquisadora utiliza aspectos das entrevistas em que estes militares se colocam como vítimas de um desprestígio fruto de desgastes e danos à sua imagem pública promovidos por aqueles que um dia estiveram ao seu lado, incluindo os meios de comunicação. No centro desta desmoralização, as torturas e violações impingidas pelo regime militar. Isso, segundo os próprios, após terem sido chamados pela sociedade a interferir de forma legítima, como guardiães da ordem e da soberania nacional. Assim, dão a crer terem esquecido de que exerceram um papel central para a criação de um ambiente cívico-militar propício à sua intervenção na política – processos estes abordados em muitos aspectos pela historiografia.

É interessante notar que Figueiredo chega a ser apontado como o que mais contribuiu para a deslegitimação dos militares no poder⁹. Embora D'Araújo não cite os autores dos comentários, o que acaba por diluir as divergências, seria necessário levantar um questionamento central, e que fará parte das reflexões desta pesquisa. Sabe-se que Figueiredo – candidato oficial de Geisel após grande esforço – fazia parte do grupo “castelista”, os principais responsáveis pelo sucesso do golpe de 1964 e pela retirada dos militares da cena política. Ao mesmo tempo, o período que ficou marcado na memória militar – e popular – como o de maior prestígio e prosperidade foi exatamente o do governo Médici e seu “milagre econômico”, mas que também recebeu a marca dos “anos de chumbo”, como o período mais violento e repressivo do regime. Desta forma, até que ponto sucesso e fracasso não faziam parte, ou eram resultado, da disputa política e ideológica que ocorreu no meio militar? Até que

⁹ D'ARAÚJO, Maria C. Ouvindo os militares: imagens de um poder que se foi. In: FERREIRA, Marieta (Coord.). **Entre-vistas: abordagens e usos da história oral**. p. 165.

ponto seria interessante pelos engendrados militares da abertura manter uma imagem positiva dos feitos da ditadura se os anos seguintes à redemocratização demonstraram o descarte das Forças Armadas da política, fato inédito na história da República? E mais, que transformações na sociedade brasileira ocorreram para que se chegasse a esse patamar do que nos termos militares se poderia chamar de “segurança institucional”?

Entrevistas importantes para esta pesquisa, em vista de contarem com elementos “castelistas” e da linha dura, elas possuem várias lacunas. São recortes de momentos específicos. Quando se referem a processos maiores, o fazem de forma um tanto quanto enigmática – ou nebulosa. O contato mais profundo com outras fontes e a bibliografia nos permite verificar referências críticas indiretas – embora também haja diretas – de uns em relação aos outros, mas isso só se torna perceptível com o conhecimento mais amplo do período. Desta mesma forma, também é possível perceber que, de maneira geral, se expõe mais a respeito dos adversários do que sobre si mesmo e seu grupo. Sobre si, o que é mais comum é a ocultação e a omissão, embora ocorram exceções – que por vezes também envolvem insatisfações em relação a medidas do próprio grupo. Via de regra, os assuntos abordados pelos entrevistados foram questões que de alguma forma já haviam passado pelo estudo de pesquisadores ou se tornado polêmicas públicas, sua relevância está nos detalhes. Além disso, é interessante notar que todos eles haviam lido o general Hugo Abreu, um dos primeiros a externar suas insatisfações para com o regime. Há referências diretas a questões que foram tratadas em seu primeiro livro, outros foram participantes ativos dos acontecimentos que envolveram a atuação do general.

Uma peculiaridade em relação a Abreu que de já é preciso demarcar, é que ele foi o único entre os entrevistados a não ter assumido cargos governamentais até sua nomeação por Geisel, tendo sido esta sua primeira aparição no alto escalão da ditadura, ao contrário de seus interlocutores. A propósito, é digno de nota que os militares entrevistados tenham acompanhado as publicações que envolveram os anos de exceção até se colocarem a disposição para dar as entrevistas. Outra questão que novamente distingue Abreu é que este fora o único entre eles a romper com o regime. Dito isto, a tarefa que cabe ao historiador é a construção, ou reconstrução, daqueles recortes. Devemos tentar torná-los inteligíveis através de sua localização contextual e processual. Humildemente, esta é uma das pretensões deste trabalho.

Ainda no que diz respeito aos entrevistados, já foi dito que todos tiveram contato com o primeiro livro de Hugo Abreu, o que não ocorreu em relação aos escritos de Sylvio Frota. Embora estes tenham feito seus registros quase que simultaneamente, isto é, nos anos entre

1978 e 1980, Frota somente autorizou que seu texto fosse publicado após a morte, ocorrida em 1996. Por trabalho de seu filho, no início dos anos 2000 seu conteúdo se tornou público – alguns dos entrevistados de seu grupo chegaram a ter contato com os escritos. Desta forma, temos uma espécie de cadeia de leituras, na qual, no topo, se encontra Ernesto Geisel, último alto oficial a ser entrevistado. Portanto, com uma certa vantagem memorialística sobre os demais, já que ele teve conhecimento prévio do que se tratava a compilação de entrevistas através de um antigo auxiliar e amigo, Moraes Rego Reis¹⁰ – a exceção continua sendo Frota.

Já disse anteriormente que a espinha dorsal deste estudo é composta pelos livros de Hugo Abreu, Sylvio Frota e a entrevista de Ernesto Geisel, entre outras fontes deste governo. De fato, este “entre outras fontes” fez uma diferença fundamental. Antes de tudo, as publicações destes generais ultrapassam sobremaneira em profundidade o que foi abordado pelos entrevistados indicados anteriormente, até pelo volume que carregam e seu caráter distinto. Mas há uma peculiaridade ainda mais interessante entre os três. Perdedores, tanto Abreu quanto Frota são muito mais francos em suas escritas. Suas abordagens são muito mais simples e diretas. Demonstrem menos cuidados e receios em demarcar seus pontos de vista e posicionamentos – desde que protegendo a instituição militar. Quando ocultam, o fazem menos que Geisel, além de informarem de maneira mais consistente. Creio que a explicação mais plausível para isso é exatamente o fato de eles terem sido os derrotados. Quanto ao vencedor, Geisel, em muitos aspectos é nebuloso, tergiversa sobre uma série de assuntos, é muitas vezes indireto, especialmente quando tratando de si e de seu grupo, embora haja exceções. Me parece que esse comportamento é menos devido a distância temporal que o separava de seus anos na presidência do que a permanência das estratégias de seu círculo. Não fosse a possibilidade de consulta ao seu acervo documental, esta pesquisa teria sido mais pobre.

Um pequeno debate sobre o que já foi produzido a respeito da temática tratada nesta pesquisa também é importante para nos localizarmos minimamente diante do panorama geral da historiografia. Obra que considero fundamental é *1964, A Conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe*, de René Armand Dreifuss. Nela, o autor procura demonstrar

¹⁰ De acordo com os autores, não fosse o empenho do general Gustavo Moraes Rego Reis, certamente o depoimento de Geisel não teria ocorrido. Reis foi um dos entrevistados nas outras compilações de entrevistas destes pesquisadores. Ver: D'ARAUJO, Maria C. & CASTRO, Celso (Orgs.). **Ernesto Geisel**. p. 8.

que o Golpe de 1964 foi responsável pela instauração de uma ditadura civil e militar, e como culminância de um movimento civil-militar. O estudioso foi um dos primeiros a desmistificar a ideia de que o golpe ocorreu por interesse exclusivo das Forças Armadas, enfatizando a complexa rede de forças civis que lhe deram sustentação. Livro indicado por meu orientador na graduação, Francisco Carlos, sua leitura ocorreu após meu contato com *O outro lado do poder*, de Hugo Abreu. Nesse sentido, a correlação entre práticas e personalidades político-militares existentes nas referências centrais dos dois autores foi direta. Tanto Hugo quanto Dreifuss apontam Golbery do Couto e Silva como peça central das confabulações políticas. Em alguma medida, esta pesquisa envolverá certa continuidade em relação à obra do historiador, que será bastante referenciada no primeiro capítulo deste trabalho.

Estudo de empirismo inquestionável e com grande volume de documentação apensada, é interessante notar que a pesquisa de Dreifuss tenha recebido certa marca pejorativa de *conspiracionista*. Se de fato seu texto não está livre de críticas, por exemplo, o uso excessivo de conceitos não necessariamente esclarecedores, relacionado com seu quadro teórico gramsciano, é inegável a riqueza de seu levantamento e do conhecimento que proporciona. No que diz respeito ao *conspiracionismo* é importante ainda fazer alguns questionamentos: não seria a conspiração um dos motores da história política desde quando a conhecemos? Houve algum momento político na história da civilização que não envolveu a conspiração, em períodos de ruptura ou não?

Outro pesquisador importante para entender o processo golpista de 1964 é Alfred Stepan. Em *Brasil: los militares y la política*, livro indicado por meu atual orientador Ricardo Mendes, o autor faz uma abordagem menos volumosa em termos empíricos, mas mais voltada para uma análise que poderíamos chamar de qualitativa e que também passou pela atuação de Golbery. Stepan torna mais claro as estratégias intelectuais de ação e os mecanismos que envolveram a campanha de manipulação de imaginários para a construção do máximo de consenso nas Forças Armadas nos momentos anteriores ao golpe. Do mesmo modo, aborda a participação de setores da imprensa aliada a determinado círculo militar para criar um clima favorável ao golpe junto à opinião pública. Além disso, adentra os anos iniciais da ditadura, verificando as primeiras divergências surgidas com a consolidação do regime militar. Trata-se de obra básica para a compreensão do período. O modelo de análise desta pesquisa pretende se aproximar ao do deste autor.

Carlos Fico, no livro *Como eles agiam*, teve como objetivo revelar e esclarecer a criação e funcionamento das comunidades de informações e de segurança dos governos militares, órgãos encarregados de fazer a espionagem e repressão política. Apontando a

institucionalização da violência ao longo do regime militar, foi enfático ao sustentar que:

os crimes de tortura e assassinato de presos políticos foram cometidos com a conivência dos oficiais-generais responsáveis pelas diretrizes e operações de segurança interna. Foram, aliás, os oficiais-generais moderados que criaram a ideia de uma grande autonomia dos responsáveis diretos pela tortura e assassinato, com isso, talvez, procurando justificar o que, em última instância, deve ser caracterizado como omissão.¹¹

Os oficiais-generais “moderados” mencionados foram nada menos que os apontados até aqui como “castelistas”. A propósito, seria interessante verificar a genealogia dessa moderação, uma vez que nos anos da abertura esse grupo buscou permanentemente se apresentar como o suposto setor moderado dentro das Forças Armadas. Nos anos Geisel essa estratégia foi utilizada no sentido de angariar apoio político para seu projeto distensionista entre grupos civis que se opunham ou passaram a se opor à ditadura com o passar do tempo. Dessa feita, os responsáveis pela abertura foram também as principais lideranças políticas e intelectuais do movimento golpista de 64, conforme apontado por Dreifuss e Stepan. Nessa pesquisa se poderá vislumbrar de outra forma que a finalidade que se pretendia dar à violência institucional era distinta entre a linha dura e os “castelistas”, o que ocorria em vista de suas distintas visões ideológicas da finalidade do regime militar.

Em *Ditadura militar, esquerdas e sociedade* Daniel Aarão Reis propõe uma reflexão sobre as raízes e fundamentos históricos da ditadura militar, as relações que estabeleceu com a sociedade e o papel desempenhado pelas esquerdas no período. Parte do princípio de que se por um lado a sociedade brasileira apontou a ditadura, após seu término, como uma noite, um pesadelo de que precisava se exorcizar e que nada teve a ver com ela, por outro, permaneceram com força lideranças e mecanismos de poder preservados ou construídos no período. Os exemplos se encontram tanto no campo social quanto no econômico – o latifúndio, o poderio dos banqueiros, a mídia monopolizada. Segundo o autor, “da ditadura fez-se a democracia, como um parto sem dor, sem grandiloquência ou heroísmo, sem revoluções ou morte d’homem. Cordialmente, macunaimicamente, brasileiromente”.¹²

Aponta o movimento do golpe como um processo conservador espontâneo nutrido pelo medo da desordem e do caos, sob o risco da subversão dos princípios e valores da civilização ocidental e cristã por parte do espectro do comunismo ateu. Ao contrário de Dreifuss e Stepan, não dá tanta importância às articulações que empreenderam um esforço

¹¹ FICO, Carlos. **Como eles agiam**. p. 24-25.

¹² REIS, Daniel Aarão. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade**. p. 7-11.

obstinado para viabilizar o golpe. Trata-o como se fosse um movimento sem cérebro que pipocou de acordo com a inércia no governo. Além disso, vê em João Goulart um covarde que “foi fugindo do cenário aos soluços”, e que sem iniciativa para qualquer contragolpe “saiu da História pela fronteira com o Uruguai”.¹³

No que tange ao governo Geisel, abordou rapidamente os termos em que o processo de abertura seria dirigido e como se desenvolveram as primeiras manifestações públicas, desde 1968, tanto no meio estudantil como no movimento operário. Basicamente, deixou claro que apesar das indicações de que a ditadura caminhava para o seu fim, não havia garantias, dúvidas pairavam no ar, até porque a repressão ainda corria solta e os aparelhos da polícia política estavam intactos. Quanto às disputas intestinas ao regime, apontou que o general Sylvio Frota buscava repetir Costa e Silva e chegar à presidência da república como delegado da linha dura. Além disso, segundo o autor, com a Lei da Anistia aprovada em agosto de 1979, a sociedade brasileira passaria a exercitar a memória sobre seu passado recente. Teriam a partir daí se fixado na memória nacional *(re)construções históricas e deslocamentos de sentido* que se apresentavam como verdades irrefutáveis. Entre estas, as esquerdas revolucionárias apareciam como parte integrante da resistência democrática, democracia que nunca teriam desprezado; os partidários da ditadura reconstruíram seu discurso da *guerra revolucionária*, justificando seu terror como contraponto das ações armadas da resistência, garantindo uma anistia recíproca “onde os torturadores foram anistiados com os torturados”; enfim, a reconstrução de que “a sociedade se reconfigurou como tendo se oposto, sempre, e maciçamente, à ditadura, transformada em *corpo estranho*”, deixando de lado todo o movimento de massas que a legitimou e foi cúmplice, como as Marchas da Família com Deus e pela Liberdade.

Seguindo uma concepção distinta da de Reis, esta pesquisa tenderá a indicar que muito do quadro criado quando da redemocratização foi um constructo dos próprios articuladores do golpe de 64, conforme seus termos gerais. Através de mecanismos cuidadosa e estrategicamente elaborados, o que não significa que seu sucesso fosse total, noções elaboradas pela própria elite dirigente golpista ao mesmo tempo em que tornava pública sua oposição à ditadura, enraizava, em termos privados, seus interesses de classe no controle do Estado. Isso se torna perceptível ao verificarmos que, após o regime militar, pela primeira vez na história da nova República, governos conservadores representantes das elites nacionais ficaram por tantos anos seguidos no poder. Não me parece que essas novas bases da política

¹³ Ibid. p. 14-18, 22-33.

nacional tenham se construído de forma espontânea na sociedade, sem relação com as transformações operadas ao longo dos anos ditatoriais. Parece-me importante tentar desvendar os mecanismos e os termos em que isso ocorreu. Se é fato que a memória daqueles anos é objeto de disputa, é necessário que se busquem seus atores, representantes, beneficiários, práticas, ideologias, ideários e imaginários políticos. Afinal, como o próprio Aarão cita em seu livro, lideranças e formas de poder que foram construídas e preservadas pela ditadura continuam buscando impor sua hegemonia na sociedade.

Mateus Pereira tem escrito sobre as manifestações atuais da direita brasileira. Com a instalação da Comissão Nacional da Verdade entre 2012 e 2014, aborda memórias e imagens que vêm circulando na internet e apontam para o aumento do revisionismo e/ou do negacionismo das violações de direitos humanos cometidos ao longo da ditadura.¹⁴ Ao mesmo tempo, o autor verifica o desenvolvimento de uma “inscrição frágil” dos crimes cometidos nos anos ditatoriais na memória nacional, daí a permanência de estruturas e dissimulações de práticas, lógicas e pensamentos de matizes autoritários no Brasil. Através de uma proposta de Pierre Vidal-Naquet, procura destacar a existência de nossos “assassinos da memória”, a quem estes serviriam, seriam produto e produtores de que tipo de sociedade? Em sua análise, Pereira se volta, entre outras coisas, para o que chama de “guerra da memória” no mundo virtual, com conflitos de usuários e difusão de desinformação. Nesse sentido, a internet seria um “veículo de memória”. O aumento do negacionismo e do revisionismo se encontraria na ausência de culpa, remorso ou arrependimento – assim a como a ausência de julgamento e condenações para os responsáveis – por parte dos perpetradores e dos apoiadores do regime militar. A isso é somada uma dificuldade de registrar na memória nacional os crimes cometidos pela ditadura. Assim, o autor indica ser necessário problematizar a suposta vitória simbólica dos vencidos na “guerra da memória”, conforme a colocam D’Araújo e Martins Filho. Muitas das argumentações e imagens do golpe de 64 utilizados naquela época continuam fazendo parte de interpretações levianas do processo golpista e ditatorial que envolveu o regime militar. Essa pesquisa poderá, de alguma forma, indicar processos que levaram a esse tipo de permanência.

Francisco Carlos Teixeira, no texto “Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985”, aponta a necessidade de uma reflexão aprofundada a respeito das condições que permitiram a implantação das ditaduras latino-americanas, bem como de sua natureza e o alcance de sua obra política e econômica. Seu princípio é o de que a

¹⁴ PEREIRA, Mateus. Nova direita? Guerras de memória em tempos de Comissão da Verdade (2012-2014). **Varia Historia**. Belo Horizonte. Vol. 31, n. 57, p. 863-902.

instrumentalização do esquecimento do período, feita pelos mesmos que foram responsáveis pela implantação das ditaduras, pode ser utilizada como arma contra as novas democracias. Propõe que é necessário o estudo cuidadoso de uma história recente e esquecida: os processos de redemocratização.¹⁵

Através de apontamentos indica alguns dos elementos que se fizeram presentes do jogo da abertura. Por exemplo, a política externa do governo Jimmy Carter, dos EUA, a favor dos direitos humanos; condicionantes da economia mundial; a estratégia de abertura traduzida no projeto Geisel-Golbery; e a ação autônoma, porém condicionada, da oposição política presente no MDB – Movimento Democrático Brasileiro. Entre as idas e vindas desse processo algumas passagens importantes do período também são indicadas, como aspectos da política externa – o acordo nuclear com a Alemanha –, os assassinatos do jornalista Vladimir Herzog e do operário Manuel Fiel Filho e o Pacote Abril, entre outros. Apresenta também o papel dos movimentos sociais e dos partidos políticos na fase final da abertura.

As passagens relativas às principais transformações da política externa do governo Geisel serão aprofundadas nesse trabalho. Isso será feito sem perder de vista o enquadramento político-ideológico que serviu de fundamento para o estabelecimento da política internacional no primeiro governo militar, e que também foi base da campanha golpista contra Jango. Um desvio nessas políticas promovido por Geisel foi fator gerador de tensões entre a linha dura e o governo, além de indicar para onde o grupo palaciano se inclinava ideologicamente num quadro de maior estabilidade político-social. Enquanto estratégia para a abertura, essa análise contribui para uma melhor compreensão dos anos da ditadura como um todo. Já o estudo da política interna deverá ficar para outra pesquisa.

No que tange especificamente a Hugo Abreu, pelo menos dois autores que trataram do período o citaram diretamente.

O jornalista Elio Gaspari, nos livros *Ditadura derrotada* e *Ditadura encurralada*, faz um apanhado interessante sobre o governo Geisel. O maior problema de seus livros é que utiliza em maioria documentos que não estão disponíveis ao público. Segundo o próprio, é uma vasta documentação textual e sonora – gravações cassetes e entrevistas – que lhe foi entregue por seus amigos pessoais do círculo governamental, entre eles Geisel, Golbery e, em especial, Heitor Aquino Ferreira, principal secretário do grupo palaciano. O que há de mais importante nesses livros é não tanto o que eles têm de revelador, mas sim o que de fato eles

¹⁵ SILVA, Francisco C. T. Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília A. N. (Org.). **O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. p. 243.

deixam entrever de afinidade ideológica entre autor e personagens na leitura dos acontecimentos nacionais e internacionais, o que inclui as estratégias políticas do grupo. Ainda assim, há nos livros informações relevantes que de outra forma não se encontrariam acessíveis.

No que diz respeito à narrativa, pode-se dizer que lembra a história política anterior aos *Annales*¹⁶. Enfatiza certos particularismos, subjetivismos e intimidades que se tornam anedóticos não poucas vezes. Igualmente, passa a maior parte do tempo discorrendo sobre a superficialidade dos acontecimentos. Se abstém de procurar expô-los com maior profundidade em relação a organizações e interesses subjacentes, assim como em relação às ideologias que os sustentavam e que se tornaram fundamentos de legitimação política de forma não monolítica antes e durante a ditadura. Desta forma, nos conta sobre as façanhas dos “castelistas”, amigos seus.

No que tange a Hugo Abreu, aponta-o em algum momento – não diz qual período exato – como interlocutor com os donos de jornais. Nesse aspecto, a documentação analisada por mim tem mostrado claramente que essa era uma atribuição do ministro da Justiça, Armando Falcão, sendo Golbery o articulador estratégico central no meio jornalístico. Isso foi feito para responsabilizar Abreu por uma intimidação oficial ao *Jornal do Brasil*, periódico considerado “no limite da subversão” – se isso ocorreu e ele estava cumprindo ordens ou diretrizes presidenciais ao fazê-lo o fator é desconsiderado, o que não é trivial. Gaspari também indica que a contrariedade de Hugo em relação a Figueiredo tornara-o “cliente preferencial da vigilância do SNI e da marcação de Golbery”. Sua permanência no governo a partir de então seria assinalada pela “tenacidade com que combateu a escolha” de Figueiredo como candidato do governo – o jornalista elenca a memória de Geisel para atribuir a um “desencontro de mordomias” a antipatia de Abreu em relação a Figueiredo. Quanto às “intrigas e maquinações” de que Hugo acusava Golbery, não houve qualquer aprofundamento. Nesse sentido, o general era visto como “fora do time”, “flutuava na própria independência”, “movia-se no mundo político com o radicalismo voluntarista dos oficiais que fizeram carreira no quartel”, “dando ordens aos subordinados e recebendo-as dos superiores”, viveria num “quadro intelectual em que o inimigo, uma vez identificado, deve ser neutralizado pela força”, um “salvacionista ingênuo” (como perseguidor do JB) ou “delinquente” (na política de

¹⁶ Existe uma série de discussões que envolvem a análise da história política anterior à *École des Annales*, também chamada de História Tradicional, em: RÉMOND, René (Org.). **Por uma história política**. A propósito, gostaria de deixar indicado também que recentemente Gaspari lançou o quinto livro da série, intitulado *A ditadura acabada*, no qual trata do governo Figueiredo. Entretanto, ainda não me foi possível a leitura da publicação.

extermínio), já que havia comandado os paraquedistas no Araguaia, onde “sua tropa não fizera prisioneiros”.¹⁷

Desta forma, Gaspari reforça a imagem atribuída a Hugo Abreu pelo grupo palaciano quando ao longo de seu rompimento com o governo. O nível de alinhamento do general com os mecanismos e práticas usuais da ditadura em todos os governos são simplesmente descartados. A intensa campanha difamatória de que Abreu passaria a ser alvo – e as caracterizações indicadas acima foram apenas ínfima parte – uma vez fora do governo é completamente ignorada. A propósito, é preciso destacar que provavelmente uma das razões principais para que o general tivesse escrito seus livros fosse exatamente essa, uma tentativa de se redimir junto às Forças Armadas e à sociedade diante da campanha sofrida – digo isso sem fazer qualquer julgamento de mérito. Nesse sentido, o ponto de vista unilateral adotado por Gaspari pouco contribui para o aprofundamento da compreensão histórica do período. Se esta pesquisa não teve tempo suficiente para decantar completamente a análise das fontes e não se afasta suficientemente, talvez, do discurso de Abreu, por outro lado ela permite o distanciamento em relação a seus principais interlocutores, quais sejam, os “castelistas” e a linha dura. Aqueles que, ao fim e ao cabo, lutaram e em diferentes momentos tiveram força o suficiente para determinar os rumos do regime.

Maud Chirio, em *A política nos quartéis*, fez um apanhado de contestações de militares ao longo de toda a ditadura. A autora segue uma linha de raciocínio em que as divergências políticas são tratadas em geral entre uma média e uma alta oficialidade ávidas por dirigir o processo “revolucionário”. Faz isso sem deixar de lado as políticas dos generais-presidentes. A adoção de um ponto de vista geracional aproxima e afasta o generalato de uma “primeira linha dura” de acordo com o evento, e não conforme suas divergências políticas e ideológicas, em recortes que me parecem pouco esclarecedores. Seu estudo é importante por evidenciar a retórica militar que fazia parte dos discursos contestatórios. Mas ao indicar, por exemplo, que a adesão de Geisel ao “castelismo” foi feita de nuances¹⁸, deixa de lado que este foi um dos articuladores centrais do grupo, portanto, inserido em uma estratégia política particular, mesmo que de maneira discreta. Assim, Chirio acaba não dando a devida importância à atuação de figuras que se tornaram fundamentais para as reviravoltas políticas do período, diga-se, Golbery, entre os “castelistas”, e Jayme Portella, na linha dura. Este, conhecido como principal articulador da campanha vitoriosa de Costa e Silva durante o

¹⁷ GASPARI, Elio. *A ditadura encurralada*. p. 397-402.

¹⁸ CHIRIO, Maud. *A política nos quartéis*. p. 170.

governo Castello Branco.

No que diz respeito a Hugo Abreu, a autora o aproxima da linha dura. Mais do que isso, ao grupo direitista ultrarradical Centelha Nativista, criado em 1969¹⁹. O general ainda compartilharia com a ultradireita militar um “ódio de facção” em relação a Golbery, como se este tivesse angariado poucas antipatias em setores diversos ao longo da carreira. Ao formar seu gabinete ministerial, Abreu teria levado consigo antigos ativistas radicais, pressuposto que não leva em consideração possíveis outros motivos, como laços profissionais e de lealdade comuns de serem criados na carreira militar, e que fazem parte de seu *ethos*. Além disso, mesmo ultrarradical de direita, Hugo e seus ativistas assumiriam papel central na campanha eleitoral de Euler Bentes Monteiro para a presidência, que tinha como bandeira central a redemocratização do país. Nesses recortes, a autora também ignora a campanha feita pelo governo contra esta candidatura oposicionista, que envolveu diversos aspectos, e reforça as imagens criadas por Golbery e o grupo palaciano. Em outra lacuna, para acentuar a afiliação de Hugo Abreu ao grupo nativista, a autora cita a ordem do dia de sua despedida da Brigada Paraquedista, na qual termina com a “divisa nativista” “Brasil acima de tudo”. Chirio não percebe que este é o brado típico da arma de Infantaria – a mesma do general e da Brigada -, e que de acordo com o evento pode ter utilizações diversas pelas Forças Armadas. Assim, qualquer alto militar que pretendesse cativar, evocar, ou se amalgamar um ideal ou imagem vinculado à instituição poderia fazer uso de tal expediente. A propósito, corriqueiro em solenidades como aquela de despedida de comando.

O fato de o Golpe de 1964 ter garantido o êxito sem a necessidade de um confronto militar significou que uma forte mistura de ideologia e estratégia de ação política tornou-o viável. Essa estratégia conquistou adesões tanto no nível das instituições, militares ou não, quanto em relação a setores da sociedade. José Murilo de Carvalho, através de uma leitura de Bronislaw Baczko, já apontava que “a elaboração de um imaginário é parte integrante da legitimação de qualquer regime político”²⁰. Assim, a manipulação de imaginários foi fundamental na mobilização e aglutinação de forças capazes sustentar aqueles que tinham por objetivo derrubar o governo João Goulart. Uma vez concretizado o golpe, a necessidade se

¹⁹ Ibid. p. 221.

²⁰ CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas**. p. 10.

tornou manter a coesão de diferentes lideranças e frações sociais que estiveram na base do movimento para dar suporte aos que se colocaram efetivamente em condições de manter o poder. Ao mesmo tempo, sabemos que a repressão se tornou ferramenta de sustentação do regime militar na medida em que seu estabelecimento envolveu uma doutrina que envolvia a neutralização do inimigo por diversas formas de violência.

Baczko, no artigo *Imaginação social*, destaca que o poder político é rodeado de representações coletivas, e que é estratégico o domínio do imaginário e do simbólico no campo discursivo. Verificamos na abordagem de Dreifuss e Stepan que as lideranças do movimento golpista construíram o ambiente que tornou possível atingir suas finalidades. Entretanto, o objetivo desse estudo de caso é desnudar práticas internas, ajudando a apontar os caminhos idealizados por lideranças e os obstáculos com que tiveram que se defrontar. Nessa pesquisa, através da análise de uma passagem específica é possível descobrir fatores que estariam indisponíveis em outros quadros ou recortes gerais. Essa abordagem pontual, mas não isolada, permite lançar luz sobre aspectos do regime que de outra forma estariam inacessíveis ou se encontrariam distorcidas por generalizações. Uma vez aprofundado, se torna fundamental para a compreensão do funcionamento do sistema, permitindo um tipo de avaliação que de outra forma permaneceria fechada em si mesma. Dessa forma, tentar-se-á demonstrar que um sistema ditatorial pode ser mais complexo do que parece.

Baczko aponta que as imagens de si e do inimigo são capazes de guiar comportamentos, mobilizar energias e legitimar violências, o que é conseguido através de imagens exaltantes – ou rebaixadas – e magnificentes – ou abomináveis – dos objetivos – ou dos inimigos. Com o tempo, a passagem do manejo à manipulação do imaginário foi se tornando cada vez mais sofisticada e especializada, confundindo-se com a história da propaganda. Ora, o que era o Grupo de Opinião Pública, dentro do IPES, com suas técnicas e pessoal próprio? Ou mesmo a doutrinação em torno da Ideologia de Segurança Nacional difundida na caserna e fora dela? No caso brasileiro, uma apropriação e manipulação de simbologias veio ocorrendo pelo menos desde a década de 50, culminando na robustez da campanha anti-Jango. Inexistia o consenso em torno de um projeto de governo, senão o vislumbre uma guinada conservadora nas políticas progressistas alardeadas como avanço do comunismo. A estratégia consistia em desvalorizar adversário, invalidando sua legitimidade. Em termos de discurso e de mobilização do imaginário, não havia um grande objetivo a alcançar, mas uma série de perigos de pretensa tendência socialista-totalitarista a combater. Exaltavam-se valores patrióticos, religiosos, em defesa da família e pela liberdade para conseguir novas adesões. A força desses valores se encontrava exatamente no fato de serem

muitas vezes intrinsecamente elementares, sendo desnecessária a construção de um sentido sobre eles. Como ocorre com frequência nos movimentos conservadores, em especial nos liberais, os interesses econômicos corporativos se encontravam devidamente dissimulados. Porém, o caráter ilusório do movimento não pôde ser manipulado ao infinito e os símbolos que tornaram possível a tomada do poder foram caindo, gerando o abandono de grupos e líderes até um determinado ponto de equilíbrio cívico-militar. Pode-se dizer que foi esse ponto de equilíbrio, embora não necessariamente estável, que garantiu a permanência do regime militar, ainda com o apoio de uma gama de componentes civis.

Baczko encontra em Maquiavel “toda uma teoria das aparências de que o poder se rodeia e que correspondem a outros tantos instrumentos de dominação simbólica”²¹. A questão fundamental desse trabalho é: de que forma é possível desmascarar essas aparências, e quando? Elas se baseiam em ilusões, ou ideologias, utilizadas para alcançar objetivos mais profundos. De uma leitura de Rousseau, Bronislaw aponta para a necessidade de desvendar a manipulação de paixões e desejos, especialmente quando em nome da justiça, para finalidades escusas, isso se dá pelo domínio do imaginário. É interessante que alguns ideais propagados pela Doutrina de Segurança Nacional tenham adquirido a forma de uma utopia conservadora, que por mais absurdas que parecessem apontavam para a preponderância do imaginário sobre a realidade concreta. Ao mesmo tempo, eram indicativos das forças reguladoras, ou pretensamente reguladoras, de uma coletividade. Este estudo pretende identificar, por meios inteligíveis, as relações de indivíduos com o sistema simbólico do qual faziam parte, através de suas divisões internas e formas de atuação.

Este trabalho trata de um momento de transição, onde as relações internacionais sofrem uma alteração que parece contrariar a linha seguida com o estabelecimento da ditadura em 1964. Veremos como Hugo Abreu, personagem principal, mas não preponderante, estabeleceu contatos com seus interlocutores ao passar a fazer parte do primeiro escalão governamental. Assim averiguaremos certos dispositivos simbólicos internos que faziam parte das representações que legitimavam o poder, além de informar sobre seus bastidores. O estudo da disputa pela hegemonia política dentro do regime passa por como se mobilizavam os imaginários militares – mas também civis – referentes a aspectos chave para o desenrolar da ditadura, ao mesmo tempo em que mostram os limites dessa mobilização. Baczko define que “o imaginário social é uma peça efetiva e eficaz do dispositivo de controle da vida coletiva e, em especial, do exercício da autoridade e do poder. Ao mesmo tempo, ele torna-se

²¹ BACZKO, Bronislaw. Imaginação social. In: ROMANO, Ruggiero (Dir.). **Enciclopédia Einaudi**. p. 301.

o lugar e o objeto dos conflitos sociais”²².

A metodologia utilizada nesta pesquisa é o confronto, a comparação e o cruzamento dos discursos presentes nas fontes principais, provenientes de Hugo Abreu, Sylvio Frota e Ernesto Geisel. Desse modo, se pretende distinguir as ideologias e práticas entre os indivíduos e grupos que estiveram no centro dos acontecimentos políticos que marcaram o período. Além disso, esse material será cotejado, quando pertinente, com discursos provenientes de outros atores que tiveram participação de relevância e da revista *Veja*, periódico que trazia uma espécie de resumo dos acontecimentos semanais em uma tonalidade interpretativa que não escapava ao jogo do poder ideológico central. O *Dicionário histórico-biográfico brasileiro: 1930-1983*, da Fundação Getúlio Vargas, também terá boa valia em alguns casos.

Para finalizar, gostaria de indicar que esta pesquisa se pretendeu, inicialmente, uma análise micro-histórica, dentro do espectro maior da assim chamada Nova História Política. Como disse Giovanni Levi, o princípio desse tipo de apreciação “é a crença em que a observação microscópica revelará fatores previamente não observados”²³. O objetivo de partida seria revelar fatores que envolveram a passagem de Hugo Abreu e que não haviam sido devidamente observados em outros estudos de nossa disciplina. Entretanto, o desenrolar da pesquisa possibilitou que essa análise fosse se tornando mais robusta e passível de uma relevância histórica empiricamente bem fundamentada. Nesse sentido foi necessário aumentar seu escopo, o que nos levou a aprofundar o estudo de outros personagens e eventos e a fazer considerações amplas em relação ao sistema então vigente. Assim, a análise pormenorizada da política internacional do governo Geisel se tornou premente para a compreensão do conflito ideológico intestino à ditadura. Da mesma forma, ela tornou evidente que as raízes desse conflito se encontravam num lastro histórico maior do que o do desta pesquisa. Por fim, o acúmulo de divergências que encontramos neste estudo, serviu de fermento para as crises políticas internas que só poderão ser abordadas em outra pesquisa.

No primeiro e no segundo capítulos, trataremos da trajetória de Hugo Abreu até o alto escalão governamental. Isso será feito utilizando as informações fornecidas pelo general em seus livros e sua Caderneta de Assentamentos, espécie de ficha funcional do Exército. Essa documentação é analisada e contextualizada através do uso de bibliografia existente sobre o período. No terceiro e no quarto capítulos, faremos o uso intenso das fontes existentes

²² Ibid. p. 310.

²³ LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história. In: BURKE, Peter (Org.). **A Escrita da História: novas perspectivas**. p. 139.

apontadas até aqui, são elas que permitirão destrinchar as razões dos conflitos internos e delimitar ideologicamente as diferenças intestinas. As alterações promovidas por Geisel na política internacional tornam acessíveis, através de símbolos e imagens, o jogo político e ideológico que dava as indicações dos rumos do regime militar.

1 UMA TRAJETÓRIA MILITAR

Hugo de Andrade Abreu era oriundo de família de civis. Ingressou na Escola Militar de Realengo no ano de 1934, através de concurso. Formou-se Segundo-Tenente de infantaria em 1937, sendo promovido à Primeiro-Tenente no ano seguinte²⁴. Nos primeiros anos como oficial algumas passagens de sua carreira chamam a atenção.²⁵

Em 1941, Luís Carlos Prestes, referência entre os comunistas brasileiros, era processado pelo Superior Tribunal Militar por crime de deserção. Após ser agredido por policiais na entrada de uma audiência, à vista dos juízes da alta corte militar, o presidente do STM, indignado, solicitou ao Exército uma guarda para o acusado. No dia do julgamento, o oficial designado para prestar a guarda foi o então tenente Hugo de Andrade Abreu, com seu pelotão. Esse jovem oficial teria assistido ao julgamento impressionado com “o brilhantismo da autodefesa feita pelo próprio Luís Carlos Prestes”, lembrando que este fora mais convincente do que o próprio advogado de defesa. Lembrou também que durante o julgamento, o acusado não deixou de fazer propaganda de sua ideologia, falando inclusive as razões pelas quais havia se tornado comunista. Ao fim, Prestes foi absolvido.²⁶

No ano de 1944, como capitão, Hugo Abreu voluntariou-se para servir na Força Expedicionária Brasileira quando da entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial. Foi designado para comandar a 9ª Companhia de Fuzileiros do 11º Regimento de Infantaria.

²⁴ ABREU, Hugo. **Tempo de Crise**. p. 206. e FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **Dicionário histórico-biográfico brasileiro: 1930-1983**. pp. 4-5.

²⁵ É preciso ter em mente que algumas das passagens a que Hugo Abreu se refere em seus livros, e que serão neste capítulo abordadas, são formulações feitas em um período muito posterior aos acontecimentos. Nesse sentido, fiz um recorte basicamente histórico, que no máximo remete ao que Abreu indicou serem seus posicionamentos na época, de forma retrospectiva, portanto passível de limitações ou reelaborações. Assim, deixo para um momento posterior a análise de suas críticas e reavaliações que tiveram diretamente a ver com sua experiência no governo e levaram a seu rompimento com o regime. É interessante ainda deixar aqui o indicativo de que a forma de algumas dessas referências tenham relação – ou sejam resposta – com a campanha difamatória de que Abreu foi alvo após sua saída do governo e inserção política na oposição, o que só se tornará mais claro num momento posterior.

²⁶ ABREU, Hugo. **Tempo de Crise**. p. 241.
É interessante notar que neste momento Hugo Abreu não faz referência à Intentona Comunista de 1935, o que é comum entre muitos militares que apoiaram o golpe de 1964. Entretanto, fará isso mais tarde numa avaliação retrospectiva do movimento de 1964 como um todo. Porém, consta em sua caderneta de assentamentos (ficha funcional militar) um elogio de seu Coronel Comandante na Escola Militar “em consequência da atitude de ordem, disciplina e solidariedade com que se conduziu na madrugada de 27 de Novembro ultimo por ocasião da revolta do 3º Regimento de Infantaria e Escola de Aviação Militar, pelo entusiasmo e correção no cumprimento das ordens, pela confiança e lealdade para com seus Chefes de que resultou a segurança com que pdeu o Commando tomar todas as providencias que o caso exigia”(sic). Sobre a Intentona ver, p. ex.: SODRÉ, Nelson W. **A intentona comunista de 1935**.

Passando um ano na Itália, participou de várias ações no comando de sua tropa, angariando o respeito e a confiança de seus comandados. Pela atuação durante a tomada de Montese, recebeu a Cruz de Combate de Primeira Classe, a mais alta condecoração do Exército, conferida aos que são considerados heróis de guerra.²⁷ No diploma da Medalha recebida consta a seguinte citação:

Comandava o Capitão HUGO DE ANDRADE ABREU a 9a. Cia., em 14-6-945, a quem cabia a missão principal no ataque do 3º/11, às posições inimigas de Paravento e Serreto. Impulsionando com entusiasmo a sua Cia., logrou o Btl. ocupar as alturas daquelas progressões. O bombardeio cerrado e ininterrupto a que esteve submetida a sua tropa e os muitos campos minados que tiveram de ser ultrapassados não lhe arrefeceram o ânimo. A redução em corpo a corpo das inúmeras casamatas inimigas no ataque daquele dia, constitui um valor seguro da ação de Comando do Capitão Hugo, fazendo ressaltar a sua bravura pessoal e o destemor diante do perigo [sic]²⁸

De volta ao Brasil, Hugo Abreu fez o concurso para a Escola de Estado-Maior do Exército, pré-requisito para chegar ao posto de general, cursando este estabelecimento de altos estudos entre 1946 e 1948. Em 1951, promovido a major, frequentou o curso avançado de infantaria em Fort Benning, na Georgia, EUA.²⁹ Embora exista uma boa bibliografia que de diferentes formas aponte para a importância da participação de militares latino-americanos nos cursos norte-americanos para a formação de uma mentalidade conservadora golpista militarizada no nosso continente³⁰, veremos ao longo desta pesquisa que, pelo menos no caso

²⁷ ABREU, Hugo. **Tempo de Crise**. p. 206. e FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **Dicionário histórico-biográfico brasileiro: 1930-1983**. pp. 4-5.

²⁸ Caderneta de assentamentos de Hugo Abreu constante no Arquivo Histórico do Exército. Há um documento do V Exército Norte Americano contendo louvores a Hugo Abreu pela forma e cumprimento das missões, trata-se de uma espécie de relatório que indica mais especificamente a atuação do militar. Consta, entre outras coisas, que a conquista de Paravento e Serreto foi considerada a mais dura enfrentada pela FEB. Vários foram os elogios individuais.

A tomada de Montese chegou a ser considerada a batalha mais sangrenta do Brasil desde a Guerra do Paraguai. Foi a estreia do país na guerra urbana, mais complicada que os combates na montanha por dar ao inimigo a vantagem do elemento surpresa. No dia seguinte à invasão, os alemães começavam a ser varridos, e dois dias após o início do ataque, em 16 de abril de 1945, a cidade estava tomada e praticamente arrasada. A conquista do objetivo teve como marca cerca de 450 baixas, entre mortos e feridos; das 1.121 casas do burgo, 833 foram destruídas. A região era obstáculo à passagem dos aliados rumo ao vale do rio Pó, localidade através da qual os alemães também poderiam receber reforços e reabastecimento. Os comandantes, incluindo os generais norte-americanos, que observavam de Sassomolare, onde se tinha perfeita visão de Montese, deram nota dez à irrepreensível evolução dos pracinhas. Foi a última grande peleja dos brasileiros no Velho Mundo, e os expedicionários foram homenageados como libertadores da Itália do fascismo. Sobre a tomada de Montese - Abril de 1945: Montese: Tomada Sangrenta. **Veja**. Ed. Especial. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/especiais_online/segunda_guerra/edicao especial/sub4.shtml>. Acesso em: 06/2010.

²⁶ ABREU, Hugo. **Tempo de Crise**. p. 206. e FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **Dicionário histórico-biográfico brasileiro: 1930-1983**. pp. 4-5.

³⁰ Por exemplo: COMBLIN, Pe. Joseph. **A ideologia da segurança nacional: o poder militar na América Latina**; ROUQUIÉ, Alain. **O Estado militar na América Latina**; Jorge A. Tapia Valdés. **El terrorismo de**

de Hugo Abreu, esta está longe de ser uma causa central, ou pelo menos direta, de seus posicionamentos políticos conservadores.

Para além dos estudos efetuados pelos latino-americanos nas conhecidas escolas militares dos EUA, é interessante notar o tratamento dispensado aos oficiais brasileiros quando da preparação da FEB para a entrada do Brasil na 2ª Guerra Mundial. Adhemar Rivermar de Almeida, contemporâneo de Hugo Abreu na Escola Militar de Realengo, foi um dos enviados. No dia 4 de março de 1944, “em festiva e cativante solenidade” receberam o certificado de conclusão do curso “*The Brazilian Command and Staff Course – as the – Command and General Staff Course*”. Passaram então a percorrer os principais locais de instrução e treinamento do Exército americano – Fort Sill, Belvoir e Jackson – em diversos Estados, com demonstrações de Armas e emprego de até Divisões em preparativos finais para embarque para além-mar. Em Fort Benning, Escola de Infantaria localizada na Geórgia, encontraram-se com outro grupo de oficiais brasileiros estagiando com destino à FEB. Enquanto a maior parte do grupo tomava destino ao Brasil, dois generais com seus ajudantes-de-ordens (Rivermar era um destes) seguiram para New York, onde ficaram hospedados no Waldorf-Astoria, maior e melhor hotel do mundo na época, para conhecer melhor o povo americano, seus hábitos e diversões. Sempre recebidos muito bem e reconhecidos pela ajuda ao esforço de guerra aliado, o Brasil era tido como o país mais estimado na América do Sul. Após esses dias de pleno entretenimento seguiram para visitas protocolares em Washington, com ênfase especial na passagem pelo Pentágono, onde foram informados detalhadamente da situação das frentes de batalha, planos e perspectivas, “aqui e ali cerejeiras em flor”. Novamente em Miami Beach, dificuldades de embarque prolongaram um pouco mais a estadia, preenchida pelas autoridades locais da melhor maneira possível, inclusive levando os oficiais ao famoso baile local.³¹

Estado: la doctrina de la seguridad nacional en el Cono Sur.

³¹ Todas essas informações se encontram em: Ibid. pp. 20-21, 23, 25. É interessante também que embora o curso fosse realizado em Fort Leavenworth, na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército americano, nas proximidades de Kansas City, região central do território norte-americano, a viagem começava em Miami. O passeio por esta cidade incluía visitas aos famosos *drugstores* e voltas de lancha pelos canais por entre as ilhas artificiais de Miami Beach, passando-se por principescas casas de veraneio com cais particulares e suas caríssimas lanchas atracadas pertencentes aos “reis” das indústrias formadoras do “enorme poderio econômico daquela rica e poderosa nação”. A viagem para o norte foi feita em confortável trem dormitório, onde mesmo os graves problemas do preconceito racial³¹ pareciam ser devidamente dissimulados com “negros americanos trajando uniformes com paletós de um branco impecável e tratamento amável e sotaque sulino, que transformavam as poltronas em leitos e serviam *Seven-Up*, Coca-cola e cerveja em lata”³¹. Dessa forma atravessou vários Estados, e à medida que a viagem progredia em direção ao norte aumentava o frio e se vislumbrava cidades intercaladas por plantações, silos, granjas, torres de petróleo e gado pastando. Uma vez em Fort Leavenworth, encontravam-se os grupos de oficiais superiores e generais para dar início a mais um curso rápido e intensivo de Comando e Estado-Maior, para oficiais brasileiros e americanos. Os oficiais brasileiros eram tratados com muita consideração, sendo que o general-comandante

Embora não haja uma referência aos conteúdos do curso, que a princípio, nesse caso, parecem estritamente vinculados às questões da guerra, é interessante notar que o contato com essa realidade específica norte-americana contribuiu para formar um sentimento de superioridade do país nortista e de inferioridade política, econômica e social entre pelo menos parte do oficialato brasileiro. A organização e a perfeição dos mecanismos administrativos utilizados na mobilização do esforço de guerra também costumam ser evidenciados pelos militares que se engajaram na FEB. Vale destacar ainda o caráter sutil da sedução àqueles que viriam a ser a elite da oficialidade brasileira, talvez não houvesse forma melhor de se fazer amigos e angariar simpatias. Caberia dizer também que pelo menos de 1945 até fins dos anos 50, uma forma mais incisiva de doutrinação político-ideológica poderia ter a consequência oposta. Poderíamos nos perguntar ainda se membros de forças armadas tradicionais dos países desenvolvidos europeus receberiam da mesma forma esse tipo de abordagem. Para finalizar, é possível que determinadas lideranças militares brasileiras ideologicamente alinhadas com os interesses norte-americanos tenham formulado conjuntamente a melhor forma de contato com a oficialidade nativa, embora não houvesse garantia de resultados. É preciso observar que o público alvo preferencial tenha sido aquele sem uma formação política e ideológica já definida, ou cujas mesmas fossem superficiais, portanto, mais abertos à influências.

1.1 **Hugo Abreu e a política no Exército**

Da leitura de seus livros, não se pode dizer exatamente até que ponto, ou de que forma, os estudos realizados nos Estados Unidos tenham efetivamente influenciado a atuação política de Hugo Abreu. O próprio considerava que sua participação ativa na luta política interna do país havia começado em 1950, já que antes estava envolvido na Segunda Guerra Mundial, e em seu retorno se ocupou com os altos estudos no Exército. Em 52 tomou parte

da Escola fazia questão de receber dois deles todas as tardes para tomar chá. Isso facilitava o entrosamento com os oficiais americanos e suas famílias, incluindo convidadas. Houve mesmo uma ocasião onde as senhoras colocaram um disco de samba e pediram que os brasileiros as ensinassem a dançar. O prédio utilizado para cultos religiosos tinha um sistema de revezamento entre as diferentes religiões, com padres e pastores se relacionando otimamente. Os brasileiros foram alertados por um oficial americano de que seus patrícios mantinham certa reserva para com pessoas sem religião, consideradas sem fé, independentemente da de cada um. Isso fez com que passassem a frequentar a missa católica aos domingos. Rivermar lembra ainda que logo no primeiro fim de semana eles foram surpreendidos pela presença de vários oficiais americanos com suas esposas, incluindo o comandante da Escola, que mesmo não sendo católicos foram demonstrar apreço e consideração pelos brasileiros

pela primeira vez das eleições no Clube Militar, apoiando a “famosa ‘chapa azul’”, da Cruzada Democrática. Indica que nessa ocasião foi perguntado por um jornalista o por quê de ser contra o “grupo nacionalista”, do general Estillac Leal, primeiro Ministro da Guerra de Getúlio Vargas. Respondeu que ninguém era mais nacionalista que ele, e que não lhe constava que os oficiais da Cruzada Democrática fossem menos nacionalistas. Aqueles é que seriam na verdade mais esquerdistas, “nós, porém, não éramos de direita... mas oficiais que vínhamos de participar diretamente da guerra contra o nazismo”. Assim, o general dizia não se considerar de direita ou em um movimento de direita, embora tenha passado a se posicionar constantemente ao lado dos conservadores. Abreu não chega a citar que a Cruzada era contra do monopólio nacional do petróleo pela Petrobrás, questão que passaria a estar no centro de divergências no Clube³². Além disso, via em Getúlio um ditador que “de fato, muito pouco fizera pelo país”.³³

A Cruzada Democrática foi um “movimento organizado em março de 1952 com o objetivo de concorrer às eleições para a presidência do Clube Militar, marcadas para maio daquele ano”. Composta por oficiais da ala conservadora, era formada por oficiais gerais identificados com a liderança dos EUA. Pregavam um “nacionalismo sadio”, diferente do defendido por oficiais nacionalistas que eram vistos como colaboradores da infiltração comunista nas Forças Armadas. Foi também um elemento aglutinador da militância antigetulista dentro da caserna. Aliada da UDN, viria a fazer ativa campanha contra Juscelino Kubitschek e João Goulart, participando de todas as tensões políticas até o golpe de 64, a partir de quando teve membros indicados para postos-chave nos governos militares que se seguiriam. Os principais órgãos da imprensa conservadora da época, como *O Globo* e *O Estado de São Paulo*, passaram a dar completa cobertura às atividades da Cruzada, ao mesmo tempo em que promoveram cerradas campanhas contra os nacionalistas.³⁴

É interessante notar que Hugo Abreu indicava ignorar a vinculação da Cruzada Democrática com lideranças liberais das Forças Armadas. Parcela ligada ao que se chamava de um “entreguismo” ao qual se tentava de diversas formas dissimular. O general estava de acordo, entretanto, com seu caráter conservador de maneira geral. Assim, vinculava necessariamente o grupo nacionalista do Clube Militar ao “esquerdismo”, o que provavelmente era fruto de campanhas internas. Fazia parte de uma chapa de direita sem se

³² ALFRED, Stepan. **Brasil: los militares y la política**. p. 57.

³³ ABREU, Hugo. **Tempo de Crise**. p. 242-243.

³⁴ Cf. Sérgio Lamarão, **Dicionário histórico-biográfico brasileiro: 1930-1983**.

considerar como tal. Se isso era fruto de uma dissimulação comum entre as lideranças liberais brasileiras e suas estratégias de convencimento político, ou uma reformulação feita *a posteriori* para se afastar de tais lideranças, não é possível afirmar com certeza. Talvez ao fim desta pesquisa se chegue a alguma conclusão nesse sentido. Por enquanto, devemos notar que a relação entre a Cruzada Democrática e a oficialidade que havia integrado a FEB contém sérias lacunas. A mais taxativa delas é a do marechal Henrique Batista Duffles Teixeira Lott, provavelmente a maior liderança nacionalista do Exército, que também lutou na Itália.

Indicando ter apoiado passivamente a ditadura estado-novista de 1937-1945, ou seja, sem qualquer atividade política, Abreu considerava sua luta contra as forças nazistas ao lado das democracias ocidentais uma forma de sacrifício contra a ditadura Vargas, que caiu 40 dias após o retorno da FEB. Nas eleições de 1945 e 1950, votou em Eduardo Gomes, da União Democrática Nacional, que foi derrotado sucessivamente por Dutra e Getúlio. Em 54 teve participação na movimentação militar que levou o presidente Vargas a se licenciar, e que terminou com seu suicídio. Quanto a esse episódio considerava que “nenhum de nós desejava que aquele fosse o desfecho da crise. A nós, militares jovens, preocupava a falta de respeito à vida humana e às imunidades parlamentares, sobretudo diante do atentado a Carlos Lacerda, com a morte do Major Rubem Vaz”³⁵. Posicionamento indicativo da força que a campanha antivargas teve em setores das Forças Armadas.

Em 1955 Abreu diz ter feito campanha “decidida” para Juarez Távora, da UDN, participando inclusive de um de seus comitês de propaganda. Foi novamente derrotado, desta vez, pela candidatura Juscelino Kubitschek. Entretanto, explicita que não apoiou qualquer ação prática efetiva para contestar sua posse. Embora se posicionasse ao lado de setores que viriam a taxar as ações legalistas do general Lott como *novembradas*, as quais teriam sido responsáveis pela deposição dos presidentes Carlos Luz e Café Filho. Essa crise ocorreu entre a morte de Getúlio e as eleições presidenciais seguintes, e teve como solução a nomeação de Nereu Ramos. Por considerar esse governo ilegítimo e colocar-se “frontalmente contra”, creditou a isso seu “exílio”, por cerca de dois anos, para uma Circunscrição de Recrutamento em Alegrete, no Rio Grande do Sul.³⁶

³⁵ ABREU, Hugo. Op. cit. p. 244.

³⁶ Ibid. p. 245. Esses anos, de 54 e 55, levavam a marca de uma crise política que havia começado com a oposição a Getúlio Vargas e que culminaria com seu suicídio. Café Filho, então vice-presidente que rompera com Vargas ficando ao lado de lideranças da UDN e de Lacerda, havia assumido a presidência no dia seguinte à morte de Getúlio, compondo um governo de coalizão de tendência conservadora, de estilo udenista e antigetulista. Com a vitória das candidaturas de Juscelino e João Goulart para presidente e vice no ano de 1955, Lacerda e setores extremados da UDN, aliados a setores das Forças Armadas – como a Cruzada Democrática -, fizeram um movimento para tentar impedir a posse dos eleitos, vistos como a continuidade do

Os governos que se seguiram de 1945 a 1960, considerados “populistas”³⁷ pelos opositores conservadores, caracterizaram-se por uma combinação de elementos que se equilibraram de várias formas em alianças políticas amplas, ao contrário do que viria a ocorrer com a ditadura civil-militar iniciada em 1964.³⁸ As considerações feitas por Hugo Abreu a respeito dos governos ditos populistas datam de 1979/80, mas mesmo através de sua visão retrospectiva nos mostram quais eram suas expectativas³⁹ e a de setores a ele próximos na época. Assim, embora superficialmente, expõe o comportamento político de grupos aos quais era próximo. Entretanto, percebe-se que o general não vai a fundo no que diz respeito aos interesses político-econômicos maiores que se encontravam em cena, atuando intensamente, embora discretamente, para atingir seus objetivos.

Nas eleições presidenciais de 1960, o então tenente-coronel Hugo Abreu (havia sido promovido em 1957), aponta ter depositado suas esperanças na coligação conservadora que tinha como líder Jânio Quadros. Foi o primeiro candidato a apoiar que venceu, já que nem nas eleições para a presidência do Clube Militar, em 1958, quando fez campanha para o general Castello Branco, conseguiu a vitória.

Logo após a posse de Quadros, Hugo foi servir na Secretaria do Conselho de Segurança Nacional, chefiada pelo coronel Golbery do Couto e Silva, oficial que “mostrava-

governo Getúlio – embora esse não tenha sido o único argumento utilizado .

Nesse meio tempo, Café teve que ser internado devido a um suposto distúrbio cardiovascular, sendo nomeado, conforme a linha de sucessão presidencial, o então presidente da Câmara Carlos Luz. Este era um antigetulista e antitrabalhista que se juntou à tentativa de golpe liderada por Lacerda, e que visava impedir a posse de Juscelino. Esse objetivo só não foi atingido graças ao dispositivo militar liderado pelo então Ministro da Guerra, marechal Henrique Lott, que garantiu a legalidade constitucional isolando, entre outros, Carlos Luz e Lacerda. Desta forma, com o apoio de outros generais legalistas e da mobilização de tropas suplantou o movimento golpista. Ao fim e ao cabo Carlos Luz fora deposto, para seu lugar foi nomeado o vice-presidente do Senado em exercício, Nereu Ramos, o que viria a garantir a posse de Kubitschek e Jango. Cabe lembrar que as primeiras tentativas de criação de foco guerrilheiro no Brasil ocorreram nesse governo. Ficaram conhecidas como as revoltas de Aragarças e Jacareacanga, de ultradireita e forte caráter lacerdista, cujas lideranças foram oficiais da aeronáutica que viriam a assumir cargos de relevância no sistema repressivo do futuro governo Costa e Silva.

³⁷ Sobre o populismo ver, p. ex., FERREIRA, Jorge(Org.). **O populismo e sua história: debate e crítica**.

³⁸ A esse respeito ver: CARONE, Edgard. **A República liberal e O Estado Novo 1937-1945**; e DREIFUSS, René Armand. **1964: a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe**. p. 148.

³⁹ Aqui gostaria de lembrar novamente que mesmo de longe dos acontecimentos, Hugo Abreu parece tentar expor de forma objetiva aquilo em que acreditava na época, não sem limitações, propositais ou não. Aquilo que escreve faz parte de uma escolha e tem a ver com o contexto que passava nos anos 79 e 80, ao longo e após a tentativa de articular setores da oposição em torno de uma candidatura militar viável. Gostaria de ressaltar, entretanto, que Abreu poderia muito bem ter escrito a memória que lhe conviesse para aquele momento, fazendo, por exemplo, uso oportunista de personagens e passagens com que teve contato. Entretanto, Hugo Abreu me parece, tendo em vista as fontes e mesmo em comparação com outros depoimentos de militares com que tive contato, de uma sinceridade intelectual que a ele próprio poderia não convir politicamente. Mas que mesmo assim assume após ter mudado de posicionamento político.

se implacável no controle dos comandos, afastando oficiais e funcionários com simpatias esquerdistas ou até de lealdade duvidosa”⁴⁰. Heitor Ferreira, que já era seu assistente de confiança, ficava encarregado de projetar panfletos de guerra psicológica em que falava em nome dos comunistas, cuja pretensa incitação a uma situação de instabilidade social tinha por objetivo mobilizar as direitas⁴¹. Segundo Abreu, este foi praticamente seu primeiro contato “com a controvertida figura que viria a ser a ‘eminência parda’ do governo Geisel e uma espécie de ‘primeiro-ministro’”⁴² de Figueiredo. Seu principal trabalho era coordenar “comissões de sindicância” que deveriam ser um instrumento de combate à corrupção do governo anterior, de Juscelino Kubitschek. Porém, com a renúncia de Quadros aqueles trabalhos foram “infelizmente” frustrados, como tudo mais. Aqui, destacamos que se Hugo Abreu era leal à causa da perseguição aos adversários políticos, não foi encontrado qualquer indicativo de que ele tenha feito parte do círculo íntimo de Golbery, como era o caso de Heitor.

Portanto, mesmo com a vitória de Quadros a alegria de Hugo Abreu não foi duradoura. Sete meses após a posse Jânio renunciou, “decepcionando amargamente a opinião pública que nele depunha grandes esperanças”⁴³. Apontou que esse foi um ato irresponsável que criou um vácuo político no país, considerando-o “uma das principais origens de tudo de mau que nos tem acontecido desde então”⁴⁴. Como as eleições para presidente e vice-presidente eram independentes, o eleito para o segundo cargo havia sido João Goulart, que representava a continuidade do getulismo. Retomando a análise de conjuntura da época, Abreu caracterizou a posse de Jango da seguinte forma:

Olhado com desconfiança pela classe média, pelo empresariado e pela maioria das Forças Armadas, João Goulart procurou apoiar-se nas classes populares, para aí assentar sua força política. Ocorre que seu governo nascera já em crise, a situação econômica do país era das piores, faltava-lhe apoio político mais consistente, e ele próprio não dispunha de qualidades de liderança para se impor em situação tão difícil.⁴⁵

⁴⁰ GASPARI, Elio. **A ditadura derrotada**. p. 144. Ainda segundo este autor, um dos trabalhos que se fazia nesse período era o de “fritar bolinhos”, ou seja, destruir ou neutralizar política ou militarmente os adversários através, principalmente, de boatos.

⁴¹ Ibid. p. 146.

⁴² ABREU, Hugo. **Tempo de Crise**. p. 246.

⁴³ Ibid. p. 246.

⁴⁴ Ibid. p. 247.

⁴⁵ Ibid.

1.2 A ESG, os militares e a campanha anti Jango

Apesar desse período não fazer parte do nosso objeto, é importante apontar o que estava por trás dessa retórica de Hugo Abreu, em nada natural. René Armand Dreifuss, em 1964, *A Conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe*, buscou demonstrar que a queda do governo João Goulart ocorreu pela culminância de um movimento civil-militar estrategicamente construído.

Desde o final da década de cinquenta, o peso econômico dos interesses multinacionais já havia se tornado um fator político central na economia brasileira, fazendo com que se desenvolvesse uma *intelligentsia* política, militar, técnica e empresarial – diga-se, seus intelectuais orgânicos – com capacidade de organizar e influenciar as diretrizes políticas brasileiras. Na década de sessenta, o capital transnacional e a consolidação das corporações multinacionais já haviam se tornado a força econômica dominante no país. A partir daí, sua inserção no interior do aparelho de Estado e suas formas de imposição de interesses de classe se tornaram questão de tempo, com a criação de centros de formulação de estratégias e de tomada de decisões.⁴⁶

Ao mesmo tempo, um pequeno número de oficiais dentro das Forças Armadas passou a constituir um núcleo político e ideológico modernizante-conservador – defensor de um desenvolvimento industrial completamente integrado ao capitalismo internacional, especialmente no que diz respeito a suas práticas oligopolistas – que tinha a ESG (Escola Superior de Guerra) como reduto – e da qual foram co-fundadores.⁴⁷ Entre os integrantes da ESG que nos interessa ressaltar estavam Ernesto Geisel e, principalmente, Golbery do Couto e Silva, “*el padre de la ESG*”⁴⁸. Devemos lembrar que antes de se tornar presidente Geisel ocupara a chefia do Gabinete Militar de Ranieri Mazzilli quando este assumiu a presidência em 1961 na crise da renúncia de Jânio Quadros e primeira tentativa de impedimento de João Goulart. Geisel voltaria a ocupar este cargo com o golpe de 1964 e a posse do marechal Castello Branco. Antes de assumir a presidência foi ministro do Superior Tribunal Militar (STM) e presidente da Petrobras, respectivamente nos governos Costa e Silva e Médici.

Estagiário em Fort Leavenworth em 1944, onde se preparou para integrar a FEB como

⁴⁶ DREIFUSS, René Armand. **1964: a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe**. p. 73.

⁴⁷ Ibid. p. 85.

⁴⁸ STEPAN, Alfred. **Brasil: los militares y la política**. p. 218

oficial de informações, Golbery do Couto e Silva era tenente-coronel quando se tornou adjunto do Departamento de Estudos da Escola Superior de Guerra (ESG) em março de 1952. Sua primeira aparição política importante na vida nacional foi em fevereiro de 1954, quando redigiu um memorial que ficou conhecido como o *Manifesto dos coronéis*. Assinado por um grupo de 82 coronéis e tenentes-coronéis e remetido ao então ministro da Guerra, general Ciro do Espírito Santo Cardoso, manifestava críticas ao aumento de 100% no salário mínimo – o documento destacava possíveis efeitos negativos no recrutamento dos quadros inferiores do Exército, já que o novo mínimo superava o soldo dos soldados – sugerido naquele mês pelo ministro do Trabalho de Getúlio Vargas, João Goulart. Embora a manifestação tenha ocasionado a demissão de Jango, o aumento do mínimo foi ratificado por Vargas no dia 1º de maio daquele ano. Em fins de 1955 participou dos movimentos ilegais que tentaram impedir a posse do presidente eleito Juscelino Kubitschek, sendo preso por oito dias após a vitória dos legalistas liderados pelo general Lott. Nomeado chefe de gabinete da secretaria geral do Conselho de Segurança Nacional no governo Jânio Quadros, tornou-se elemento de confiança do presidente, com quem trocava quase que diariamente informações de caráter sigiloso.⁴⁹ Na crise de 1961, envolvendo a tentativa de veto à posse de Jango com a renúncia de Quadros, novo manifesto redigido por Golbery expunha as razões apontadas pelos então ministros militares para justificar outra tentativa de golpe novamente frustrada. Após a nova derrota com a posse de Goulart, Golbery pediu transferência para a reserva, passando a dedicar-se ao Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPÊS). Com o golpe bem sucedido de 1964, Golbery assumiu a chefia do Serviço Nacional de Informações (SNI), órgão recém criado pelo governo Castello Branco. Com a ascensão de Costa e Silva em 1967, Golbery foi afastado do centro do poder, assumindo a função de ministro do Tribunal de Contas da União. Aposentou-se do cargo em 1969 com a nomeação do general Emílio Garrastazu Médici para a presidência da República. Mesmo fora do centro de decisões, Golbery mantinha intensa, mas discreta, atividade política objetivando o retorno ao centro do poder. Em 1972 se tornou presidente da multinacional Dow Chemical para a América Latina, função que viria a acumular com a de chefe do Gabinete Civil após trabalho nas articulações que culminariam com a indicação de Ernesto Geisel para a presidência da República em 1973.

Segundo Dreifuss, a ESG havia se tornado um centro político-ideológico onde empresários, tecnocratas e militares eram conferencistas assíduos – alguns dos quais viriam a ocupar cargos importantes no primeiro e segundo escalões dos governos militares. A Escola

⁴⁹ FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Op. cit. Verbete: Golbery do Couto e Silva.

tornou-se um centro de estudos, debates e difusão dos valores ligados a uma ideologia de livre mercado, desenvolvimento nacional e segurança interna. Em meados da década de cinquenta, e mais na de sessenta, muitos oficiais militares já mantinham vínculos profissionais com empresas privadas nacionais e internacionais, o que os tornava diretamente ligados a estes interesses. Após o golpe, sua participação em diretorias de corporações multinacionais seria ainda mais difundida. Com entrada na administração pública militarizada facilitada, exerceriam funções importantes em termos de demandas empresariais. Além destes, havia também os acionistas de empresas privadas que gostariam de ver seus negócios prosperarem.⁵⁰

A esse respeito, cabe aqui ressaltar que Hugo Abreu não chegou a fazer parte do mundo empresarial. Entretanto, como tantos outros militares, passou pela instituição como parte de sua formação para atingir o alto oficialato. Assim, não há como negar que essa passagem não tenha influenciado na formação de suas convicções políticas, entretanto, também não se pode concluir que ele tenha se tornado um adepto, ou militante, dogmático, da ideologia liberal difundida pela Escola.

Continuando, o complexo político de acordos militares Brasil-Estados Unidos, também fez com que a ESG direcionasse seu processo de educação e treinamento para os EUA. Para lá as turmas eram anualmente levadas para a finalização de um ano de informação dirigida. Esse era mais um “veículo de doutrinação político-ideológica (que) concatenava-se perfeitamente à informação 'técnica'”⁵¹, além de identificar nos americanos o centro militar hegemônico das Américas. O Programa de Assistência Militar – PAM – e o Acordo de Assistência e Defesa Mútua permitiram que oficiais norte-americanos ajudassem na formação da ESG desde 1946 (foi inaugurada em 1949), mantendo oficiais no seu *staff* regular pelo menos até 1970.

Segundo Lincoln Gordon, embaixador dos EUA no Brasil durante a crise do governo Goulart e o governo Castello, a premissa básica desse Programa era “manter os laços há muito existentes entre os Estados Unidos e os militares brasileiros e estabelecer ligações mais estreitas com os oficiais jovens que não se sentissem automaticamente entrosados com os Estados Unidos”⁵². A ESG seria ainda um equivalente do *National War College* americano,

⁵⁰ DREIFUSS, René Armand. Op. cit. p. 86.

⁵¹ Ibid.

⁵² PARKER, Phyllis R. **O papel dos Estados Unidos no golpe de Estado de 31 de março**. p. 84.

instituição de estudo e aperfeiçoamento das estratégias globais norte-americanas.⁵³

Simultaneamente à doutrinação específica ao desenvolvimento socioeconômico (modernização conservadora, segundo Dreifuss), essa proximidade também serviu para a propagação da ideologia do anticomunismo, incorporando no Brasil “as ideias e atitudes maniqueístas dominantes no cenário internacional da Guerra Fria”, aspecto também apontado por Comblin. Embora o anticomunismo no Brasil jamais houvesse precisado de doutrinação ou propagação externa, é provável que resida aí a origem de declarações comuns entre militares de inflexões políticas conservadoras diversas – e que tiveram alguma relação de engajamento com o regime – que viam nos Estados Unidos “o país líder do mundo livre”.

Além da ESG, de localização estratégica clara, os intelectuais orgânicos formaram um complexo político-militar com o objetivo de atuar contra o governo de João Goulart e o alinhamento de forças sociais que apoiavam sua administração. Tratava-se do complexo IPES/IBAD (Instituto Brasileiro da Ação Democrática). Além disso, tinham como objetivo a fusão e centralização dos grupos antigovernistas que se encontravam dispersos, além da organização de uma rede de financiamento empresarial para sustentar as atividades do Instituto.⁵⁴ O IPES era inspirado no *Industrial College of the Armed Forces*, espécie de “colégio de aplicação” existente a par do *National War College* que servia para divulgar a teoria das Escolas superiores de modo mais extenso, servindo ainda para aproximar civis e militares. Enquanto o *Industrial* promovia seminários quinzenais em todas as cidades americanas o IPES formulou estratégias próprias para difundir sua ideologia pelo território nacional e todos os setores sociais.⁵⁵

O IBAD foi o primeiro grupo de ação política e ideológica a ganhar notoriedade nacional, isso já em fins da década de 50. Constituído com a alegada finalidade de “defender a democracia”, reuniu forças econômicas nacionais e internacionais e importantes associações de classe e organizações anticomunistas, inclusive algumas paramilitares. Foi apontado como um dos principais centros de operações políticas da CIA – Agência Central de Informações

⁵³ COMBLIN. Pe. Joseph. **A ideologia da segurança nacional: o poder militar na América Latina**. p. 131-132.

⁵⁴ DREIFUSS, René Armand. Op. cit. p. 173-176. O IPES foi criado no início da década de 60 por um reduzido número de empresários e logo iniciou sua campanha de recrutamento de proeminentes homens de negócios e a contratação de uma elite orgânica com capacidade de organizar e por em prática seus interesses de classe – Dreifuss aponta Golbery como uma espécie de encarregado geral pelas operações desse movimento golpista. Instituído como uma agremiação apartidária de objetivos educacionais e cívicos, encobertava uma sofisticada campanha política, ideológica e militar, dedicada à manipulação de opiniões e à guerra psicológica.

⁵⁵ COMBLIN. Pe. Joseph. Op. Cit. p. 131-132.

dos EUA – no Rio de Janeiro. Enquanto o IPES atuava de forma subterrânea, como centro estratégico e de preparação, o IBAD agia como unidade tática que desenvolvia campanhas e assumia os sucessos ou insucessos das atividades praticadas, expondo-se mais, até por que contava com figuras relevantes da política nacional,⁵⁶ como um já conhecido golpista civil apontado por Fidel Castro como

*“el hombre más reaccionario de este continente, un señor que, incluso, como solución al problema de la mendicidade em el Estado de Río de Janeiro donde es gobernador (...) propugnaba la eliminación física de los pordioseros (...) un señor de mentalidade fascista, el gobernador del Estado de Guanabara (Carlos) Lacerda, “o el cerdo”, como lo quieran llamar”.*⁵⁷

A propósito de Lacerda, é importante destacar sua popularidade entre os militares de direita – sem falar da população em geral, pelo menos no Rio de Janeiro. Especialmente entre a oficialidade ultraconservadora chegava a ser visto como uma figura de tonalidade messiânica, que livraria o Brasil da corrupção, do comunismo e de todos os males. Foi um eufórico defensor do governo Castello após a “revolução”, viajando ao exterior para exercer o papel de legitimação e justificação do golpe em países da Europa e nos EUA, sempre na expectativa de que fosse indicado como o líder civil que assumiria a presidência após a etapa de limpeza promovida pelas Forças Armadas. Entretanto, com o desenrolar do governo e das estratégias do grupo em torno de Castello foi se incompatibilizando com o novo regime até a ruptura completa, com a perda dos direitos políticos em 1968. Uma vez afastado dos “castelistas”, Lacerda tentou com todas as forças utilizar sua popularidade entre os militares radicais que viriam a ficar conhecidos como a famigerada *linha-dura* para se elevar ao poder. Ao que parece, seu afastamento não se deu sem uma campanha no interior das Forças Armadas que seria interessante aprofundar. O fato é que com o afastamento dos militares, e em especial com a perda da solidariedade dos *duros*, se viu forçado a buscar o apoio dos antigos desafetos Juscelino e Jango, abrindo mão até mesmo de seu ódio infinito aos “comunistas”. Assim, tentou articular um movimento que ficou conhecido como Frente Ampla, contra a ditadura. É interessante apontar ainda que Lacerda jamais foi seguidor de um liberalismo da cartilha. Consta ainda teria se referido à ESG como “a escola do blá-blá-blá”⁵⁸.

⁵⁶ DREIFUSS, René Armand. Op. cit. p. 111-114, 176, 179.

⁵⁷ Citação feita por FICO, Carlos. **O grande irmão: da Operação Brother Sam aos anos de chumbo. O governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira.** p. 170. Retirada do “Discurso de Fidel Castro durante a celebração do terceiro aniversário da vitória do povo de Cuba na Praia Girón”, em 19 de abril de 1964.

⁵⁸ Depoimento do general Octávio Costa, liberal ligado aos castelistas e conferencista da ESG: D'ARAUJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso. **A volta aos quartéis: a memória militar**

Entre os grupos de pesquisa e ação que faziam parte do IPES estava o GOP – Grupo de Opinião Pública. Formalmente dedicado à disseminação dos resultados de suas pesquisas e estudos e de seus objetivos e atividades, tinha a função manifesta de manipular a opinião pública por todos os meios disponíveis, tendo como objetivo a massificação de uma chamada “doutrina democrática”. Esse grupo era considerado por lideranças do movimento golpista como “a base de toda engrenagem”, a conquista da opinião pública era a essência de sua ação política. A projeção da doutrina teve seu esquema preparado pelo general Golbery, “o dissimulado Chefe Geral de Opinião Pública”⁵⁹, e se baseava numa guerra psicológica e ideológica desenvolvida como suporte para as atividades das unidades de ação nos sindicatos e no campo, e na mobilização militar e das classes médias. Teve alcance considerável no interior e mesmo em áreas pobres com diferentes formas de abordagem. Passando pelo envio de cartas, telegramas e telefonemas, distribuía livros e revistas de caráter anticomunista que, de acordo com o nível político, social, cultural e educacional do público, variava das formas mais maniqueístas de apresentação do comunismo até as mais teoricamente elaboradas de críticas aos sistemas socialistas – deve se levar em conta ainda o contraponto do *american way of life*. Confluindo na intensa campanha de imprensa e mobilização social, o grupo lançou as bases para o que culminaria na crise de Estado de 1964.⁶⁰ Tal estratégia partia da experiência de Golbery, que assegurava que o que impediu o sucesso do golpe em 1961 foi a falta de preparo ideológico, “e não se esqueceu da lição”⁶¹.

Golbery considerava que o sucesso do movimento não seria possível com um golpe de força. Ao mesmo tempo, sua premissa era a de que a ação direta não poderia se concretizar enquanto grupos conspiradores agissem de forma isolada, absorvidos em rixas, ou disputando a chefia do movimento. Isso levaria a um novo fracasso, como o de 1961. Não há indícios de que esse tipo de reflexão tenha feito parte da estratégia das esquerdas brasileiras como um todo, e dos comunistas revolucionários em particular. Golbery sabia também que nada poderia ser feito enquanto os militares não aceitassem em massa o movimento do golpe contra João Goulart, e isso só poderia ocorrer se fosse criado o imaginário de que a intervenção era legitimada pelos civis e pela ausência de controle social por parte do governo central. Tudo foi feito no sentido de criar uma atmosfera de “tensão política e a condenação pelas classes

sobre a abertura. p. 136.

⁵⁹ DREIFUSS, René Armand. Op. cit. p. 209.

⁶⁰ Ibid. p. 208-210.

⁶¹ Ibid.

médias de diretrizes políticas do Executivo e dos projetos dos militares da esquerda e do trabalhismo”. Essa estrutura social deveria ser conduzida a um “ponto de crise”, onde as Forças Armadas – cujo apoio fora simultânea e intensivamente aliciado – fossem levadas a intervir de maneira coordenada, desfechando um golpe.⁶²

As ações da elite orgânica centrada no complexo IPES/IBAD eram extremamente variadas e amplas. Engajados em uma vasta campanha que objetivava manipular a opinião pública e doutrinar as camadas empresariais, visavam impedir a solidariedade das classes trabalhadoras, conter a sindicalização e mobilização dos camponeses, desagregar o movimento estudantil e bloquear as forças nacional-reformistas no Congresso. Com uma estrutura de ação composta por 4.000 ativistas, foram capazes de agir nos diversos grupos sociais que compunham a sociedade brasileira. Assim, patrocinaram e organizaram lideranças estudantis em diversas e importantes eleições universitárias e na UNE, criaram uma clientela política através da mobilização das classes médias – com especial aliciamento do público feminino –, tentaram conter os camponeses e as classes trabalhadoras industriais, e patrocinaram e financiaram os candidatos dos partidos políticos conservadores de direita e centro-direita nas eleições de 62, além de fomentarem as típicas campanhas contra os candidatos da esquerda e do trabalhismo. Entretanto, toda essa rica ação política e as tentativas de reunir as classes dominantes sob seu comando, mostraram-se incapazes de, por consenso, ou seja, legal e programaticamente, imporem-se na sociedade brasileira. Porém, conseguiram esvaziar o apoio ao Executivo e estimularam forte reação contra o bloco nacional-reformista, além de terem expandido o anticomunismo especialmente entre setores despolitizados.⁶³

Mesmo com todo esse esforço, os resultados alcançados foram mistos nas diversas áreas de ação. Com exceção das classes médias, de importância política fundamental pelo seu peso social, onde sua influência foi ampla, as ações do complexo IPES/IBAD sofreram forte resistência e derrotas em setores tradicionalmente politizados, especialmente no movimento estudantil. Nos setores camponeses e entre as classes trabalhadores foram capazes de ocupar vácuos deixados pelas organizações da esquerda trabalhista de porte nacional, mas foram incapazes de bloqueá-las. Alcançaram sucesso parcial com a eleição de grande número de políticos conservadores, mas sem conseguir impedir a ascensão e eleição de políticos e figuras

⁶² Ibid. p. 298-299.

⁶³ Ibid. p. 298-299,357. Quanto ao público feminino criou-se uma instituição própria a CAMDE – Campanha da Mulher pela Democracia, p. 314.

importantes do bloco nacional-reformista. Se os resultados alcançados não foram plenos, suas atividades estimularam a crise política que terminou com êxito ao conseguir que a intervenção das Forças Armadas para a derrubada de João Goulart tivesse forte apoio de importantes setores sociais.⁶⁴

Junto às Forças Armadas o complexo IPES/IBAD se estruturava em conjunto com seus pares da ESG, formando o núcleo da campanha antijango. O objetivo era neutralizar o dispositivo popular de J. Goulart e minimizar as diretrizes políticas socialistas ou ditas populistas existentes no meio militar. Golbery, executivo do Instituto e formulador da ESG, se encarregou, entre outras atividades, da coordenação geral das Operações Militares e de Informação do IPES, buscando estar informado sobre as ações de todos os grupos que conspiravam contra o governo, tentando sua contenção e controle em torno da unidade coordenadora centrada no Instituto, além de monitorar militares que não aderiram ao movimento golpista. É interessante notar que nos governos de Quadros e Goulart havia dentro do CSN o Serviço Federal de Informação e Contra-Informação (SFICI), órgão encarregado de produzir informações estratégicas para o governo, porém muito pouco valorizado e utilizado. Vimos que Golbery foi o chefe desse órgão no governo Quadros. Indícios apontam que a estrutura desse órgão foi utilizada na construção da rede criada pelo IPES, e que foi também a base para a criação do SNI – Serviço Nacional de Informações – por Golbery durante o governo Castello Branco⁶⁵. Outra tática era a de incitar a nomeação de militares próximos para a ocupação de postos chave nos Comandos Militares – a propósito, foi assim que Lott foi isolado. Seu grupo civil-militar era consultado em todas as questões militares e políticas de relevância, compondo e centro difusor da preparação estratégica e das ações táticas da elite orgânica. Assim, o papel fundamental do complexo no setor militar era o de “fazer das Forças Armadas um instrumento” e liderar um movimento que causaria a destituição do Presidente.⁶⁶

Dessa forma, “o complexo IPES/IBAD se tornara o verdadeiro partido da burguesia e seu estado-maior para a ação ideológica, política e militar”. O líder ipesiano Glycon de Paiva recomendava que a ação política tinha que ser sigilosa – legal ou ilegal –, com o objetivo de criar o caos econômico e político, fomentar a insatisfação e o profundo temor ao comunismo entre patrões e empregados, bloquear as forças de esquerda no Congresso, organizar

⁶⁴ Ibid. p. 357.

⁶⁵ Entrevista de Enio Pinheiro dos Santos: D’ARAÚJO, Maria Celina ; SOARES, Glaucio A. D.; CASTRO, Celso. **Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão**. p. 127-128. Ver também: GÓES, Walder de. **O Brasil do general Geisel**. p. 54.

⁶⁶ DREIFUSS, René Armand. Op. cit. p. 381-383, 389.

demonstrações de massa e comícios, e ,se necessário, atos de terrorismo tudo da maneira mais discreta possível. Na criação do IPES Glycon chegou a propor a ideia de que o Instituto fosse apenas uma estrutura informal, para não despertar suspeitas, mas a opção de seu estrategista acabou sendo pela atuação reservada. Esta era a razão pela qual quaisquer militares que não estivessem ligados ao grupo desconhecessem os mecanismos de sua atuação, assim como seus fundamentos mais profundos, o que era a maioria esmagadora. Isso os tornava mais suscetíveis à campanha. O general Golbery se afirmava assim como o chefe de estado maior do bloco de poder multinacional e associado – nas palavras de Dreifuss. Não foi à toa que o próprio Glycon apontou que quem realizou a parte cerebral do golpe foi Golbery, chegando a enfatizar que “sem seu trabalho, a Revolução de Março não teria sido possível”.⁶⁷

Como parte de seu estudo, Dreifuss demonstra o papel de Golbery do Couto e Silva nas conspirações que conseguiram êxito na derrubada de João Goulart. A importância de se estender sobre este aspecto da obra se encontra no fato de que Hugo Abreu estava envolvido em toda essa atmosfera, inclusive tomando parte na tomada de controle das unidades militares da Vila Militar, onde servia. Ao romper com o governo em 1978 e denunciar as práticas de mistificação, corrupção e intrigas com que teve contato, não imaginava o papel oculto determinante que Golbery havia assumido no golpe de 1964 – essa é uma evidência que transparece mesmo entre os militares da linha dura, que em geral se apresentavam como lideranças do movimento. Foi exatamente por causa do contato de proximidade que viria a ter com o círculo de Golbery que Abreu resolveu romper com o regime no governo Geisel. Ao partir para a articulação de uma campanha pela redemocratização, seu objetivo principal era derrubar o “grupo palaciano”, cujas práticas se encontravam em grande discrepância com a imagem de que se fazia na tropa.

Foi ao longo dos tenso anos iniciais da década de 60, mais especificamente em 1962, que Hugo Abreu cursou a Escola Superior de Guerra.⁶⁸ Segundo o próprio, entre março e agosto de 1963 já ocupava o posto de chefe da 2ª Seção do Estado-Maior da 1ª Região Militar – lembremos que as segundas seções eram de seções de inteligência e informações do Exército. Já inserido no movimento golpista, indicava estar enquadrado numa “situação peculiar”, pois o comando da Artilharia da Costa e o comando do I Exército eram ligados à “situação dominante”, ou seja, de confiança do governo. Assim como outros militares envolvidos na conspiração golpista, podemos depreender dessa referência que nessa ocasião

⁶⁷ Ibid. p. 177, 247, 226, 383.

⁶⁸ ABREU, Hugo. **Tempo de Crise**. p. 250.

Hugo Abreu atuava como infiltrado, o que se tornara uma situação comum entre os conspiradores, mas que parecia passar despercebida pelos governistas – pelo menos em razão de sua extensão e profundidade. Se esse raciocínio está correto, Abreu não o reconhece, pois se dizia olhado com desconfiança, encontrando-se isolado entre militares leais ao governo.

Antes disso, ao longo da década de 50, Abreu havia cursado e servido na Escola de Comando e Estado Maior do Exército (ECEME), constando inclusive o seguinte elogio do general Humberto de Alencar Castello Branco – futuro primeiro presidente militar – na sua caderneta de assentamentos:

O Major HUGO DE ANDRADE ABREU, desde 9 Fev 54 vem desempenhando as funções de Instrutor da Secção de SEM, onde com raro brilho e eficiência teve ocasião de abordar os problemas e assuntos relativos aos EM dos diferentes escalões da Organização Militar, em tempo de paz. – Oficial que alia à qualidades de um caráter bem formado, as de um preparo sólido, inteligência viva e bem trabalhada, dedicação ao trabalho, excelente disciplina intelectual e, sobre tudo, lealdade e honestidade de propósitos; revelou-se, sempre, um Instrutor seguro e experimentado, metódico e objetivo, claro, dedicado e operoso. – Franco no falar, sincero nas suas opiniões, compreensivo, disciplinado e atencioso, revestindo sempre sua atuação de cavalheirismo e grande tato, vê o Major HUGO aumentar sempre o círculo de seus amigos e admiradores. – A escola de Comando e Estado Maior vê, com pesar, o Maj HUGO DE ANDRADE ABREU interromper o seu tempo de Instrutor, o que acontece por circunstâncias alheias à sua conduta neste estabelecimento, quer nos domínios do ensino e do serviço, quer no da disciplina. É de toda justiça o Comando assinalar que este oficial constituiu na Escola um modelo de espírito militar sobre tudo no que diz respeito a saber bem servir à profissão. – O General Comandante tem a honra de, nestes termos, elogiar o Maj HUGO DE ANDRADE ABREU [sic]⁶⁹

Não há como negar que as Escolas e ambientes frequentados por Hugo Abreu tenham influenciado, difícil dizer até que ponto consciente ou inconscientemente, na formação de seus posicionamentos políticos e na sua mentalidade militar conservadora como um todo. Não é preciso lembrar que na ESG se encontrava o núcleo das lideranças golpistas, golpe que não seria possível sem a intervenção das Forças Armadas. Não existem indicações de que Abreu tenha tido papel de protagonismo em articulações políticas, contestações de militares ou mesmo liderado de maneira autônoma grupos golpistas. Ele sempre aparece como tarefeiro, inclusive nestes termos seria chamado a ocupar o cargo ministerial por Geisel. Entretanto, isso não significa que ele não estivesse convicto de seus posicionamentos, que só seriam quebrados quando de sua participação direta no alto escalão governamental, o que ocorre ao tomar ciência de práticas que consideraria discrepantes dos ideais propagados na tropa. Ainda

⁶⁹ Caderneta de assentamentos período 1 a 13 Jan 56. Os elogios que exaltavam seu espírito militar e dedicação profissional foram constantes por onde Hugo Abreu passou, ao longo de toda a carreira. Embora fosse necessário verificar uma amostragem de documentos maior e comparativa com outros militares, me parece que os elogios fugiam à praxe oficial ou oficiosa.

assim, se poderia dizer que o tipo de doutrinação – ou de doutrinas⁷⁰ – com que Hugo teve contato ao longo da carreira envolveram escolhas, diretamente ligadas a consentimentos. Entretanto, essa é uma avaliação difícil, que vai além do que as fontes históricas podem nos informar.

1.3 O liberalismo oculto e o desfecho do movimento golpista

Nesse momento seria interessante fazer indicações do tipo de ideologia que era formulada pela ESG e circulava entre esta, o IPES e o IBAD, além de setores conservadores como a UDN (partido de direita União Democrática Nacional), centros que nos momentos anteriores ao golpe se encontravam entrelaçados – embora com perspectivas distintas. O objetivo dessas indicações Ricardo Mendes, em *Visões das direitas no Brasil (1961-1965)*, nos mostra que entre as ideias centrais se encontrava a ênfase contra o totalitarismo comunista, eliminador da liberdade religiosa, associando-se lideranças da esquerda brasileira – incluindo Getúlio Vargas, embora a filmografia do IPES tenha se apropriado positivamente desta figura para atingir as camadas mais pobres da sociedade – a Fidel Castro e à Revolução Russa. Sendo estas referências relacionadas ao anticomunismo. Entre os liberais, o nacionalismo era considerado uma ameaça à democracia pela ampliação do papel do Estado na economia⁷¹. A crença no Estado como provedor da felicidade estaria contribuindo para que a livre iniciativa fosse cerceada. Isso seria fruto de um nacionalismo “complexado”, associado a um estatismo que, visto como um “nacionalismo estatizante”, podava a iniciativa privada. Consideravam o setor estatal incompetente e personalista, como se isso não dependesse do interesse e competência do governo no gerenciamento das empresas estatais. A presença aceitável do Estado estaria em disciplinar o mercado, impedindo o abuso do poder econômico, da sonegação e garantindo a livre concorrência. Esse tipo de presença não seria vista como

⁷⁰ Segundo Stepan Alfred, “*si bien entre los oficiales brasileños existía un grupo de influencia que poseía estrechos vínculos con EU, es un hecho que en 1950-52, 1955 y 1961 los cuadros de oficiales brasileños se hallaban profundamente divididos con respecto a cuestiones tales como el nacionalismo, la guerra de Corea y el anticomunismo. Los grupos que más adelante se perfilarían como los más claramente comprometidos con la política de guerra fría de EU fueron vencidos en las luchas internas de las Fuerzas Armadas en 1955 y 1961. Vale decir que estaba lejos de preverse la toma del poder en 1964 por los generales pro-yanquis, anticomunistas militantes.* p. 158.

⁷¹ Embora houvesse grupos nacionalistas de direita, cujo caráter do nacionalismo mereceria uma atenção específica, o objetivo aqui é destacar o liberalismo do grupo que viria a assumir o poder no primeiro governo militar, ocupando os principais cargos no governo.

intervencionismo, pois era uma forma de assegurar e conservar a propriedade privada. Esse modelo garantiria a busca pelo lucro, e geraria a capacidade de reinvesti-lo na economia. O enxugamento do corpo burocrático estatal contribuiria para isso. Esse modelo também aumentaria a capacidade de acúmulo de capitais pela maior penetração de capital estrangeiro, com a flexibilização das regras de funcionamento do mercado, da maior produtividade econômica e, principalmente, pelo controle da inflação. A busca de tal patamar de desenvolvimento não deveria ocorrer de forma desenfreada, como ocorrera nos governos considerados populistas, pois isso era visto como fator de instabilidade financeira. A defesa da democracia era apresentada como elemento prioritário para a existência desse sistema, ou seja, os interesses econômicos estariam intrinsecamente atrelados à solução dos problemas brasileiros. A legislação social existente no Brasil significava para eles o equívoco da interferência do Estado nas relações entre capital e trabalho. Foi desenvolvida no IPES, por exemplo, a ideia de que o empresário era qualquer um que trabalhasse numa empresa, eliminando a distinção de *status* entre patrão e empregado. Portanto, reivindicava-se a alteração da legislação trabalhista objetivando a aplicação de uma legislação de justiça social que fosse congruente com inspirações cristãs. No que tange à reforma agrária havia projetos próprios que, em geral, visavam no máximo diminuir, mas não eliminar a pobreza, vista como inevitável. A questão agrária parece ser a que gerou maiores divergências entre as direitas. A produção fílmica do IPES também se apropriava da forte religiosidade cristã presente no Brasil, vinculando-a à existência da livre iniciativa e da democracia. Quanto ao “entreguismo” de que eram acusados pelos nacionalistas de esquerda, os liberais respondiam que se deveria utilizar todos os recursos possíveis para o desenvolvimento do país, incluindo os de origem estrangeira, e que essas críticas eram feitas por uma esquerda irracional e “pseudonacionalista”⁷². Nos setores em que não houvesse interesse privado, o Estado deveria fazer o investimento até que isso ocorresse, então a atividade seria transferida para a livre iniciativa.⁷³ Basicamente, esse era o projeto dos liberais que dominavam a ESG e o IPES, e que contava com variações dentro do próprio campo e de setores próximos.

É preciso lembrar que apesar da difusão do programa liberal, jamais houve um consenso ou preponderância militar em torno do projeto de um liberalismo específico. Por exemplo, nas eleições de 1962 para o Clube Miliar, o candidato nacionalista perdeu por uma

⁷² ALFRED, Stepan. **Brasil: los militares y la política**. p. 216.

⁷³ Essas referências ao liberalismo foram extraídas de: MENDES, Ricardo. **Visões das direitas no Brasil (1961-1965)**. pp. 30, 32-33, 39, 45-47, 51-53, 55, 72, 85, 113, 184, 201.

pequena margem de votos, 4.884 contra 4.312⁷⁴, o que reforça essa ideia. Além disso, devemos lembrar que o golpe se deu não em favor de um programa, mas de um contraprojeto personalizado na figura de Jango, e que incluía suas pretensas amostras de incentivo à ebulições sociais e de militares de baixa patente, o que ao fim e ao cabo terminaria por dar vazão ao discurso golpista.

Voltando à questão do liberalismo, Alain Rouquié chega a afirmar que:

No Brasil, o golpe de Estado de 1964 instaura um regime autoritário, ultraliberal economicamente. Um bom número de observadores acredita, aliás, que o fim do setor público ou pelo menos de parte deste era uma ideia bem cotada entre os objetivos do novo poder. Com efeito, a fração castelista ou febista que se apossou do Estado nutre um entusiasmo aparentemente sem limites pelos valores da livre iniciativa.⁷⁵

Entretanto, reconhece em seguida que “a expansão do setor público e do capitalismo de Estado, parece ser uma das marcas que distinguem o regime militar brasileiro”. Desta feita, creio que o liberalismo esguiano deve ser abordado no sentido dos limites efetivos que estes liberais tiveram com que se defrontar. Isso tanto em relação ao desinteresse – ou dependência – de setores privados em explorar ramos estratégicos para o país e o governo, quanto no da questão do próprio caráter nacionalista do militarismo brasileiro – além de críticas de lideranças políticas que haviam apoiado o golpe e depois foram para a oposição. Maud Chirio⁷⁶ mostra que a questão do nacionalismo está constantemente presente na retórica de diversos movimentos de contestação militar ao longo da ditadura. Paula Beiguelman⁷⁷ indica uma série de críticas que seriam feitas à política econômico-financeira do governo Castello, que variavam desde a política externa até a de minérios, a desnacionalização de empresas e a desvalorização dos salários. Delfim Netto criticaria a orientação recessiva dos ministros da área econômica desta gestão. Nessa direção, Alfred Stepan pensa que “*es evidente que el liberalismo económico de su gobierno, filosofía cara a la ESG, no era la ideología mayoritaria de los civiles y la oficialidad, hecho que de por sí reviste suma importancia*”. Esse historiador indica ainda que Castello tipificava os adeptos de um *internacionalismo*

⁷⁴ ALFRED, Stepan. Op. Cit. p. 57-58.

⁷⁵ ROUQUIÉ, Alain. **O Estado militar na América Latina**. 352-353.

⁷⁶ CHIRIO, Maud. **A política nos quartéis**.

⁷⁷ BEIGUELMAN, Paula. **O pingo do azeite: a instauração da ditadura**. p. 73, 95.

liberal.⁷⁸ Entretanto, como penso que o liberalismo é intrinsecamente internacionalista, prefiro chamá-los de *liberais-golpistas*.

Ricardo Mendes vê no liberalismo o aspecto de identificação entre uma facção internacionalista das Forças Armadas e grupos liberais, fossem estes agroexportadores ou vinculados ao capital internacional industrial. Ao mesmo tempo em que essa aliança encontrava no internacionalismo econômico um aspecto de identificação, outro fator que contribuía para a efetivação dessa união era a exclusão das camadas populares da vida política do país. No que diz respeito a este internacionalismo, o autor busca eliminar uma visão fragmentária das correntes existentes no meio militar, centrando sua análise em dois principais subgrupos caracterizados por projetos políticos de direita: os internacionalistas-autoritários e os nacionalistas ditatoriais. Estas caracterizações buscam apresentar as correntes conforme seus diferentes graus de centralização e elitismo, bem como sua identificação na restrição no que tange ao direito de participação política da sociedade além de outros aspectos. Entre suas distinções também se encontram o nível de concentração de poder nas mãos da autoridade máxima da nação, o grau de autonomia ou liberdade do sistema político, realização de reformas sociais, o tempo de intervenção dos militares na vida política, a amplitude de seus vínculos com o ambiente político, o grau de intervenção do Estado na economia e o nível de repressão, além de outras questões que envolviam projetos de sociedade e estavam presentes desde antes do golpe.⁷⁹

Quando houve a renúncia de Quadros, Hugo Abreu apoiou o movimento militar que tentou impedir a posse de Jango. Isso só não teria ocorrido por pressão da “opinião pública”, que queria sua posse. Entretanto, o oficial continuou participando de uma série de articulações conspiratórias que culminariam com o “movimento revolucionário de 1964”⁸⁰, mais como tarefeiro do que como formulador, o que já foi dito. De acordo com estudo realizado por Alfred Stepan, em *Brasil: los militares y la política*, uma pesquisa realizada em 61 logo após a tentativa frustrada, indicava que 91% dos entrevistados eram partidários de que Goulart assumisse a presidência. Entre 1961 e 1964 fica perceptível o avanço da campanha antijango que atingiria êxito em reunir as camadas de centro e de direita contra o presidente, e que só

⁷⁸ STEPAN, Alfred. Op. cit. p. 294-295.

⁷⁹ MENDES, Ricardo. Op. cit. p. 111-112, 113-114, 116-117.

⁸⁰ ABREU, Hugo. **Tempo de Crise**. p. 207. e FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **Dicionário histórico-biográfico brasileiro: 1930-1983**. pp. 4-5.

alcançaria plenitude no famoso – e celebrado pela esquerda – comício de 13 de março. Lideranças da direita como o governador de Minas Gerais, Magalhães Pinto, e de outros Estados que eram membros da UDN e foram favoráveis à manutenção da legalidade em 61, tornaram-se golpistas em 64. O periódico *Correio da Manhã*, que em 61 havia denunciado o golpe como uma tentativa de abolir o regime republicano de governo no Brasil e impor uma ditadura militar, em 1964 apoiava a derrubada de Goulart por considerar que sua atuação estava contribuindo para a acentuação da radicalização social. Isso também ocorreu com periódicos classificados como neutros, ou moderados, por ausência de uma afiliação específica, como o *Jornal do Brasil*. Entretanto, é digno de nota que o apoio à derrubada de Jango não significava o apoio à permanência dos militares no poder, o que foi atacado desde os momentos iniciais após o golpe e ao longo da militarização do Estado brasileiro.⁸¹

Segundo Stepan, “*no sería erróneo afirmar que la táctica de Goulart [de aproximação das massas e do apoio aos movimentos de militares de baixa patente, e sem fazer qualquer esforço para manter aliados de centro e centro-esquerda] no hizo sino disminuir el apoyo que recibía y tendió a aumentar las posibilidades de un golpe militar respaldado por buena parte de la opinión civil*”. Entre a elite conspiradora da ESG e do IPES a estratégia fundamental para o desfecho do golpe era a tática de fazer crer que a derrubada de Jango seria uma atitude defensiva, que a ameaça ao estado de direito vinha de Goulart, era isso que impulsionaria a opinião pública a respaldar o golpe, o que ocorreu.⁸² Não é a toa que Hugo Abreu se referiu ao golpe como uma “reação das Forças Armadas”⁸³ – perspectiva, aliás, comum entre os militares de tendências diversas que assumiram postos importantes ao longo da ditadura.

Porém, entre a derrubada de Jango e o apoio à militarização da vida nacional havia uma grande distância. Por essa razão o acesso ao poder foi se tornando cada vez mais restrito e a base golpista foi se dissolvendo. Muitos dos golpistas civis que viam no golpe uma forma de ter seu acesso ao poder facilitado tiveram suas pretensões frustradas. Pelo menos durante o governo Castello Branco, a máquina administrativa foi tomada pelos civis e militares aliados ao projeto liberal da ESG. Para a direção da equipe econômica, foram nomeados os notáveis do liberalismo Octávio Gouvêa de Bulhões, responsável pela equipe econômica, e Roberto Campos, responsável pelo planejamento⁸⁴. É importante frisar ainda o levantamento feito por

⁸¹ Essas informações foram retiradas de: STEPAN, Alfred. Op. Cit. pp. 115-117, 125, 133, 259-261.

⁸² Ibid. p. 121-217-230.

⁸³ ABREU, Hugo. **Tempo de Crise**. p. 247.

⁸⁴ PRADO, Luiz & EARP, Fábio. O “milagre” brasileiro: crescimento acelerado, integração internacional e

Alfred Stepan é coerente com os depoimentos deixados pelos militares que tiveram alguma participação no desenrolar do golpe – a propósito, sua pesquisa teve com uma das bases uma série de entrevistas realizadas com militares do alto escalão enquanto esteve no Brasil.⁸⁵

Desta forma, ao comentar o por quê de não ter funcionado o dispositivo militar que sustentava o governo, Hugo Abreu voltava a indicar o papel da “opinião pública”:

as Forças Armadas são povo e nunca poderiam ficar contra a opinião pública. Não ficaram em 1964, como não haviam ficado em 1961. Os comandos haviam sido escolhidos, eram de confiança, mas a opinião pública estava contra o governo e o Exército ficou contra o governo. Nenhum 'dispositivo' poderia mudar essa realidade.⁸⁶

Essa referência é importante, pois vimos que a mesma “opinião pública” que em 1961 garantiu a posse de Jango, impulsionou, em 1964, as Forças Armadas à sua destituição. Vimos que esse foi um período de intenso trabalho no campo do psicossocial. É de notar que ao fazer esse comentário, Hugo Abreu não tenha citado o esforço empreendido para que se atingisse essa finalidade. Cabe lembrar ainda que em termos de resistência estritamente militar, a única grande preocupação dos golpistas era o Exército do Rio Grande do Sul, que já havia se levantado contra a ilegalidade em 61 e mantinha alguma independência, além de certa proximidade com o ex-governador do Rio Grande do Sul Leonel Brizola, cunhado de Jango.

Quanto ao marechal Lott, indicamos que fora afastado do jogo. Depois de impedir o golpe contra Kubistchek e garantir sua posse, seria alvo constante de calúnias, injúria e difamação, sempre repelidas com tranquilidade. Embora não exista prova documental, não há como duvidar de que tenha sido o alvo militar preferencial das campanhas de Golbery quando este estava no CSN/SCIFI de Jânio Quadros, além da imprensa conservadora. O momento crucial para o isolamento de Lott foi a eleição que escolheria o sucessor de Juscelino. A esquerda trabalhista em torno da aliança PSD-PTB, no que parecia uma carência de lideranças, viu em Lott o político que ele jamais seria, por restrições que ele mesmo se impunha. Lott e Juscelino viam a candidatura como circunstancial, em vista da realidade daquele momento, embora não mostrassem entusiasmo. Isso se confirmou com a derrota para Quadros. Entretanto, o mais grave não foi exatamente essa derrota. Ao deixar o Ministério da

concentração de renda (1967-1973). In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucilia. **O tempo da ditadura**. p. 213.

⁸⁵ Me refiro especialmente a: D'ARAUJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary D. S.; CASTRO, Celso. **Visões do golpe: a memória militar sobre 1964**.

⁸⁶ ABREU, Hugo. **Tempo de Crise**. p. 248.

Guerra, onde era soberano, para concorrer, Lott fora alijado da área militar. Viu a subversão de tudo o que havia construído nos cinco anos como ministro da Guerra. Reformando o ministério, Odylio Denys que fora seu subordinado e amigo próximo, mas que era na verdade um infiltrado do movimento golpista, o traiu, intervindo com seus auxiliares no poder e atropelando a constitucionalidade. Lott e Denys ainda se desentenderiam por uma série de substituições promovidas por este em vários comandos de tropa. Em 1961, ao fazer um pronunciamento público contra a tentativa de impedimento de Goulart, Denys decretou a prisão de Lott, recolhido na Fortaleza da Lage, buraco cavado no meio do rochedo em meio ao mar, na entrada da barra da Baía da Guanabara. Após a insistência de Armando Falcão – anticomunista golpista de 64 que viria a ser Ministro da Justiça de Geisel –, que fora líder no parlamento de Juscelino, o confinamento de Lott foi transferido para a Fortaleza de Santa Cruz, em Niterói. Depois de receber apoio e solidariedade de populares foi solto. Passou política e militarmente despercebido pelo governo Jango. Com o golpe, fazia declarações contra a ditadura e a favor da legalidade, mas sem mais capacidade de ação.⁸⁷

Retornando aos momentos anteriores ao golpe, Hugo Abreu também faz a seguinte observação, parte da campanha antijango:

Aos poucos o governo sucumbiu à influência de agitadores e demagogos que se aproveitaram da indecisão do presidente. Um programa de reformas avançadas e esquerdizantes, pregado por homens ligados ao governo, começou a inquietar a nação, que não via com bons olhos a pregação radicalizante com que eles divulgavam suas ideias. Some-se a isso uma inflação galopante: em 1963, 80%; nos primeiros meses de 1964, tendendo a atingir mais de 100%.⁸⁸

Em uma de suas apresentações sobre esse período, o professor José Murilo de Carvalho, historiador e cientista político, testemunha viva dos acontecimentos – embora naquela época não tivesse essa imagem do processo –, chegou a se referir às atitudes de Jango, numa leitura retrospectiva, da seguinte forma: “*olhando para trás eu fico com a impressão de que ele quase que fazia tudo que os inimigos gostariam que ele fizesse*”⁸⁹. Ao mesmo tempo

⁸⁷ Sobre este parágrafo ver: CARLONI, Karla. **Marechal Lott, a opção das esquerdas: uma biografia política**. p. 275 e segs. E, FALCÃO, Armando. **Tudo a declarar**. p. 108-112, 189, 221-222.

⁸⁸ Ibid. p. 247.

⁸⁹ Há um vídeo sobre uma aula **1964: 50 anos do Golpe – José Murilo de Carvalho** <<https://www.youtube.com/watch?v=aVYblmXvgAA>> (altura 30’). Referência mais trabalhada também é feita em seu livro: CARVALHO, José M. **Forças Armadas e política no Brasil**. p. 7, 123. “Foi grande na época nossa irritação com a atuação de Goulart... ela me parece difícil de entender. O presidente parecia fazer tudo o que seus adversários pediam a Deus que fizesse para facilitar o golpe... não dava atenção aos frequentes alertas que lhe faziam sobre os riscos políticos de muitos dos seus atos. Nomeava generais não confiáveis para o comando de postos-chave... não ouvia os conselhos para agir com mais firmeza na

em que sua base era escassa, mesmo entre a esquerda, Jango tentava se aproximar de todos os setores. Entre os militares, ao mesmo tempo em que se reunia com generais, se aproximava de movimentos de praças, fato gerador de desconfiança e que representava para a oficialidade o risco de quebra da hierarquia. Atitude intensamente explorada na campanha, foi fator fundamental de aglutinação no alto oficialato militar. Enfim, Jango se recusava a tomar uma decisão definitiva sobre ao lado de quem estar e como encaminhar o governo, querendo agradar a todos, não agradou a ninguém. Tudo isso contribuiu para que na oficialidade se amplificasse a ideia de que fosse um “fraco” sem capacidade de liderança e, portanto, passível de ser engolido por movimentos ou lideranças comunistas. Ou, em termos da ideologia de segurança nacional no quadro da Guerra Fria, também desenvolvida pela ESG e disseminada pelo IPES⁹⁰, tornava o Brasil suscetível à ameaça de infiltração comunista, com o objetivo de subverter a ordem interna.

Segundo Hugo Abreu, “a sucessão de erros cometidos em todas as áreas” fez com que “o movimento de reação nacional” conquistasse cada vez mais novos setores e figuras expressivas da política nacional, como Adhemar de Barros em São Paulo, Ildo Menegheti do Rio Grande do Sul, Corrêa da Costa em Mato Grosso, Mauro Borges em Goiás e Luís Cavalcanti em Alagoas, sem falar de Lacerda, “engajado desde primeira hora”. No meio militar, e de acordo com indicações militares de maneira geral, entre conquistas expressivas a principal havia sido a do chefe do Estado-Maior do Exército, o general Castello Branco. Apontado como figura de mentalidade “fielmente udenista” era considerado um legalista arraigado. Segundo Abreu, até 1963 a opinião de Castello era a de que apesar de ser muito ruim, Goulart deveria ser mantido até o fim do mandato, o que ocorreria em pouco mais de um ano. Ele só teria mudado de ideia devido às últimas “loucuras” do governo, como a tentativa de decretação de estado de sítio, o envolvimento na revolta dos sargentos em Brasília e as ameaças ao Congresso – “reformas na lei, ou na marra” –, fatores que o teriam sensibilizado como chefe militar. Estudos importantes⁹¹, além de depoimentos, indicam ainda que o estopim para o engajamento de Castello foi o comício de 13 de março, na Central do Brasil. Naquele momento, o general se encontrava no Ministério da Guerra, que fica ao lado da Central, do outro lado da rua, engajando-se finalmente⁹². De acordo com Phyllis Parker,

manutenção da disciplina militar ameaçada por rebeliões de sargentos e marinheiros...”

⁹⁰ DREIFUSS, René Armand. Op. cit. p. 214.

⁹¹ Como os de Parker, Stepan e de Carvalho.

⁹² ABREU, Hugo. **Tempo de Crise**. p. 250.

Castello teria tomado essa decisão ao ouvir e contemplar a multidão e os discursos exigindo reformas radicais que atacavam as instituições básicas, a propriedade privada e pediam a legalização do Partido Comunista. Segundo o adido militar da embaixada norte-americana Vernon Walters, Castello, seu amigo pessoal desde a Segunda Guerra Mundial⁹³, teria dito o seguinte: “os únicos símbolos que eu vi foram foices e martelos”.⁹⁴ Aqui cabe mais uma citação que nos remete ao clima da época, entre a conjuntura e a percepção da existência de uma guerra psicológica:

O ano de 1964 foi marcado por uma série de manifestações ostensivas por parte do governo, no sentido da radicalização de suas posições esquerdizantes. Ao mesmo tempo, numerosos setores da opinião pública começaram a se revelar de forma ostensiva contra essa orientação. Em Belo Horizonte, a reação das mulheres mineiras impediu que o ex-Governador Leonel Brizola falasse ao povo da cidade. No Rio e São Paulo, multidões gigantescas participavam de manifestações contra o governo. Mas foi o célebre comício de 13 de março na Central do Brasil que serviu de divisor de águas e precipitou os acontecimentos. Diante das flagrantes conotações radicalizantes que cercaram essa demonstração política dos partidários do governo, houve no Ministério da Guerra uma reunião dos generais de quatro estrelas com o Ministro Jair Dantas Ribeiro, ficando acertado que este não compareceria ao comício. Ele, porém, não conseguiu resistir às pressões da presidência e compareceu. Pode-se dizer que a partir daí o ministro perdeu o controle do Exército, que passou a ser exercido, na prática, pelo General Castelo Branco, chefe do Estado-Maior. Já nessa ocasião, o movimento revolucionário era inevitável, seu desencadeamento era apenas questão de dias. A greve dos marinheiros, a reunião destes no Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro e a reunião de Jango com os sargentos no Automóvel Clube da mesma cidade serviram apenas para precipitar uma decisão já tomada.⁹⁵

No dia 31 de março, Hugo Abreu teve como missão reunir um grupo de oficiais voluntários, constituir um estado-maior e apresentá-lo ao general Moniz de Aragão, que os iria comandar. Eles deveriam preparar uma operação para a tomada do quartel-general do comandante da Vila Militar. Ao longo do dia 1º de abril efetuaram uma série de contatos com oficiais generais e comandantes de unidades da área da Vila Militar, quando receberam a notícia de que as hostilidades no âmbito do I Exército (RJ) haviam cessado. Na noite do mesmo dia, o general Aragão tomou posse do comando do Grupamento de Unidades-Escola, em nome do comando revolucionário. O general Anfrísio da Rocha Lima, não opôs qualquer resistência, entregando oficialmente o comando ao general Aragão na madrugada do dia 2,

⁹³ Na compilação MOTTA, Aricildes (Coord.). **1964 – 31 de março: o movimento revolucionário e a sua história**. t. 9. Walters fala sobre essa amizade, porém não faz grandes revelações.

⁹⁴ PARKER, Phyllis R. **O papel dos Estados Unidos no golpe de Estado de 31 de março**. p. 87.

⁹⁵ ABREU, Hugo. **Tempo de Crise**. p. 250.

com a presença dos comandantes subordinados. No dia 1º, apenas dois elementos de tropa da Vila Militar ainda não haviam se juntado ao movimento - talvez aguardando ordens que nunca chegaram -, os pára-quedistas e o Regimento-Escola de Cavalaria, cujos comandos eram fiéis ao governo. Enquanto Aragão mantinha longa entrevista com o general João Costa, comandante do Núcleo da Divisão Aeroterrestre (atual Brigada Pára-quedista), Hugo tentou conquistar o apoio do comandante da unidade de Cavalaria. No caminho se surpreendeu ao constatar que quase todas as unidades já haviam sido acionadas e estavam em direção de Minas e São Paulo. Sem sucesso na tentativa de conseguir o apoio do comandante, que alegava a autoridade constituída, este só se deu por vencido quando percebeu que não havia outra atitude a tomar.⁹⁶

Por essa atuação, Abreu recebeu o seguinte registro de louvor do general Aragão na despedida de seu comando:

Com desassombro e grande coragem moral, apresentou-se a mim, às primeiras horas do desencadeamento da revolução, que vem de restabelecer o império da lei e ordem, de restaurar os bons costumes e moralidade pública, a fim de participar das operações que me cabia comandar. O Tem Cel HUGO desincumbiu-se de todos os encargos, que lhe foram dados com absoluto êxito, graças às suas elevadas qualidades de caráter e inteligência, ao seu grande e bom senso e acentuado espírito de iniciativa e de cooperação, à dedicação ao serviço da Pátria e do Exército. Por isso tudo, cumpre na oportunidade em que deixa êste Quartel General para assumir as funções de Chefe do Estado-Maior da Divisão de Infantaria, o dever de agradecer-lhe a colaboração perfeita que me proporcionou e de louvá-lo pela excelência de trabalho que aqui realizou. (sic)⁹⁷

⁹⁶ Ibid. pp. 251-252. e FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **Dicionário histórico-biográfico brasileiro: 1930-1983**. pp. 4-5.

⁹⁷ Caderneta de assentamentos

2 HUGO ABREU NOS GOVERNOS MILITARES

No dia seguinte à vitória⁹⁸, Hugo Abreu foi nomeado chefe do estado-maior do Grupamento de Unidades-Escola, onde permaneceu por vinte dias. Nesses primeiros dias, quem assumiu o comando da Vila Militar foi o general Orlando Geisel, irmão de Ernesto Geisel e velho conhecido de Abreu. Esse encontro foi importante por reaproximá-los e mantê-los em contato, sendo que Orlando chegou a designá-lo para o Comando do Regimento Escola de Infantaria – na época a maior e mais bem equipada unidade do Exército. Não assumiu por que o cargo era privativo ao posto de coronel, como Abreu era tenente-coronel, foi vetado pelo ministério⁹⁹. Depois de promovido, ainda em abril, e de não aceitar o convite do general Sarmiento – “um velho amigo” – para integrar o Gabinete do Ministro do Exército em Brasília¹⁰⁰, foi nomeado chefe do estado-maior do novo comandante da Vila Militar, o general Ulhoa Cintra¹⁰¹, que assumiu o posto no lugar de Orlando, lá permanecendo por oito meses. Em dezembro foi nomeado comandante do Batalhão de Guardas em São Cristovão, no Rio, onde serviu até princípios de 1967.¹⁰²

Nesse período inicial, Hugo Abreu indica ter tido a oportunidade de travar alguns contatos fortuitos com o general Ernesto Geisel, então Chefe do Gabinete Militar, e com o presidente Castello Branco. Foram contatos ligeiros, embora com o último tenha falado várias vezes para tratar quase sempre de assuntos relacionados aos veteranos da FEB, já que ambos estiveram na Guerra e Castello havia sido presidente da Associação dos Ex-combatentes do Rio de Janeiro. Além disso, tiveram oportunidade de servir juntos em diversas ocasiões, como vimos, na ECEME, embora Hugo não cite expressamente essa passagem nos livros.¹⁰³ É possível que, entre outros, resida aí o motivo do convite a Hugo Abreu para que viesse a

⁹⁸ Alguém mais exaltado, como o general Andrade Nery, chegou a celebrar que “em pleno ambiente da guerra fria, o Brasil, através da Revolução de 31 de Março de 1964, derrotou fragorosamente os comunistas, frustrando as suas intenções de implantar no País a república sindicalista que tanto almejavam”. Cf. MOTTA, Aricildes. **Op. Cit.** p. 215.

⁹⁹ ABREU, Hugo. **O Outro lado do poder.** p. 16.

¹⁰⁰ ABREU, Hugo. **Tempo de Crise.** p. 207.

¹⁰¹ Há um elogio de Cintra mais ou menos no mesmo padrão do de Aragão, porém maior.

¹⁰² Ibid. p. 251. e FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **Dicionário histórico-biográfico brasileiro: 1930-1983.** pp. 4-5.

¹⁰³ ABREU, Hugo. **O Outro lado do poder.** p. 17.

assumir um cargo de relevância no governo Geisel.

O que de mais relevante ocorreu em seguida e foi abordado por Hugo Abreu foi a transmissão da presidência de Castello Branco para Costa e Silva, em março de 1967. Abreu afirma expressamente não entender o porquê desse fato ter sido encarado como a entrega do poder a um partido adversário. Segundo o próprio, pensava ele tratar-se

somente da transmissão do cargo entre dois Presidentes revolucionários. Embora personalidades bem distintas, tanto Castello quanto Costa e Silva não eram representantes do povo, e sim delegados de um poder de emergência, de um sistema militar que tomara conta do Governo, momentaneamente, para solucionar grave problema político de caráter conjuntural.(sic)¹⁰⁴

Hugo Abreu dá a entender que só foi se dar conta do porquê de tal situação mais ou menos dez anos depois, ao se encontrar como ativo participante da alta esfera governamental. Até aqui, vimos que o oficial costumava se encontrar mais próximo de setores ligados aos liberais da ESG. Entretanto, há também indicações de que ele fez parte de círculos ligados à linha dura. Consta, quando de seu serviço prestado no Batalhão de Guardas, um elogio feito por Costa e Silva em sua despedida do Ministério da Guerra, por “sua exaço no cumprimento do dever, agradecendo-lhe os serviços prestados, na sua esfera de atribuições”. No mesmo documento, consta outro elogio menos econômico, dessa vez feito pelo general Sylvio Frota – subordinado direto de Costa e Silva e futuro “candidato” da linha dura no governo Geisel -, comandante da Divisão Blindada ao qual era subordinado o Batalhão de Abreu:

O serviço de informações desta Divisão tem trabalhado com eficiência e inteligentemente, nas numerosas missões de busca, remetidas pelos Escalões Superiores. Sua ação tem permitido acompanhar e esclarecer várias situações de interesse para as seguranças pública e interna, merecendo por isto, não raramente, referências muito abonadoras à sua forma de atuar e obter resultados positivos. As equipes de informações das Unidades têm sido inexecíveis em dedicação e espírito de renúncia no desempenho das missões recebidas. São dignos, portanto, de louvores os Cmt das Unidades integrantes do nosso sistema de informações pelo apoio enérgico e orientação inteligente com que vem dirigindo as sub-agências de suas responsabilidades. Por tudo isto elogio o Coronel HUGO DE ANDRADE ABREU. [sic]¹⁰⁵

É interessante notar que normalmente integrantes da linha-dura apontam a pressão da tropa – em especial do médio e alto oficialato – como motivo da necessidade do

¹⁰⁴ Ibid.

¹⁰⁵ Caderno de assentamentos – Período de 1 Jul a 31 Dez 66.

endurecimento militar. Entretanto, este documento parece indicar o oposto. Frota cita, por exemplo, que as missões de busca – operações que perseguiram elementos considerados subversivos ou suspeitos, inclusive com invasões de residências, de militares ou civis, sem qualquer amparo jurídico – eram remetidas por escalões superiores. De fato, ocupando a pasta da Guerra e sem ninguém a quem ter de responder, Costa e Silva tinha a liberdade para delegar missões e elaborar situações – ou fatos consumados – que o favorecessem politicamente. E esse não seria um caso isolado. Além disso, Costa e Silva não daria poucas sinalizações de insubordinação à autoridade de Castello.

Aqui cabe fazer ainda mais uma referência ao evento citado por Hugo Abreu, também conhecido no senso comum – liberal – como “o golpe dentro do golpe”, que significou a queda dos liberais da ESG. Vimos que Castello só se teria convencido pela derrubada de Jango nos momentos finais da conspiração, embora estas já estivessem tomando fôlego desde pelo menos 1961. São corriqueiras as indicações de que ele demonstrava grande resistência em aderir ao movimento, uma vez que era apontado como legalista arraigado¹⁰⁶. Devemos ter em mente também que, no meio militar, o argumento básico de mobilização era o da ameaça à quebra da hierarquia – Jango também era acusado de fazer nomeações militares sem seguir critérios hierárquicos. Portanto, nada mais lógico do que nomear o militar de mais alto nível hierárquico existente nas Forças Armadas, no caso, o Chefe de Estado-Maior do Exército, Castello Branco. A importância deste para Golbery e seu grupo, que não por acaso ficou conhecido como de “castelistas”, também apontado como a “Sorbonne” militar por sua preponderância intelectual nas Forças Armadas, era o fato de que Castello sempre fora ligado à ESG, instrutor de numerosos civis e militares, ideólogo do liberalismo, além de ter a reputação de militar apolítico¹⁰⁷. Também tinha a simpatia dos governadores golpistas. Nesse sentido, somente sua adesão seria capaz de garantir aos “castelistas” no poder estabilidade, uma vez que desfechado o golpe. A liderança de Castello garantiria assim o respeito dos “duros” à cadeia de obediência hierárquica, embora esta fosse uma obediência tênue. Devemos levar em conta ainda que a denominação de “castelistas” era uma forma de ocultar a ideologia do grupo, capaz de manter alienados dos profundos interesses econômicos envolvidos militares e parcelas da sociedade civil que se encontravam imersos no ideário propagado pelo regime. Estas questões – além de outras já indicadas ou a indicar – me levam a crer que na necessidade de identificar explicitamente na denominação do grupo seu caráter liberal.

¹⁰⁶ D'ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary D. S.; CASTRO, Celso. **Visões do golpe: a memória militar sobre 1964**. p. 17. São vários os depoimentos nesse sentido, de militares de correntes diversas.

¹⁰⁷ STEPAN, Alfred. Op. cit. 256.

Quanto ao general Costa e Silva, figura um tanto quanto distante do centro formulador golpista e sem tradição no Exército, porém ciente da importância do fator hierárquico, rapidamente requisitou o espaço a que sua patente equivalia¹⁰⁸, já que era o membro do Alto Comando mais antigo. Nos momentos iniciais do golpe entrou em contato com comandantes próximos e tentou aglutinar o alto oficialato sob sua liderança. Com grau de hierarquia equiparável ao de Castello, porém sem contatos políticos fora da caserna, ao menos em relação ao nível que o tinham os golpistas liberais, Costa e Silva prontamente se apresentou como opção para assumir a presidência da República, sendo, naquele momento, preterido. Entretanto, e com base nessa mesma hierarquia, se auto intitulou, como fato consumado, “comandante supremo da Revolução”, assumiu o Ministério da Guerra e passou a comandar o Exército, sem que ninguém o questionasse. Ali começou a reunir os “radicais” que trabalhariam na sua campanha e formariam a base de seu futuro governo. Segundo o general Gustavo Moraes Rego Reis, próximo aos “castelistas” no primeiro governo militar, Ernesto Geisel teria dito a Castello em algum momento: “Presidente, ou o senhor tira o Costa e Silva hoje, ou ele será o próximo presidente”¹⁰⁹. Castello não o fez, provavelmente devido a sua fama de legalista e talvez pensando nas consequências que essa decisão poderia ter na tropa, inclusive com riscos de quebra da cadeia hierárquica, o que parecia ser a argumentação central da linha-dura.

¹⁰⁸ Segundo Gustavo Moraes Rego Reis, “castelista” do círculo íntimo de Geisel e assistente pessoal, “Costa e Silva, ele próprio não chagava a liderar, mas era dessas figuras que empolgavam pela capacidade de ficar à frente dos acontecimentos sem que chegasse necessariamente a provocá-los. Na minha observação Costa e Silva tinha um notável senso de oportunismo. Sabia buscar seu o lugar numa crise. E não tinha medo. Não tinha tradição no Exército nem mesmo em sua Arma, a Infantaria. Foi adido militar na Argentina entre 45 e 47, ainda coronel. Como general-de-divisão comandou a 2ª Região Militar em SP, durante o primeiro governo Ademar de Barros; general-de-exército, comandou o IV Exército, no Nordeste, antecedendo a Castello. Em 64 era diretor de Obras e Fortificações, no rio. Todos os cargos exercidos sem qualquer significado maior. Sem marcar sua passagem profissionalmente na organização militar.” Este mesmo oficial também faz o relato de um evento em que Costa e Silva se sobrepõe à autoridade de Castello: “Era uma fazenda, coisa enorme: na mesa comprida, o presidente Castello, todos os generais-de-exército, o comando todo, Geisel, general-de-brigada, mas chefe do Gabinete Militar, nós sentados ali. Só os oficiais que estavam na operação, na manobra, em uniforme de campanha. Bom, o general Krueel, comandante do II Exército, agradeceu a presença do presidente. Aí o presidente Castello, o último a falar, elogiou o Exército, mais isso, mais aquilo, elogiou o profissionalismo enfatizando a disciplina, o Exército na Revolução etc. etc. Já tinha acabado, quando levanta o Costa e Silva, que não podia mais falar, não é? E aí começa, exaltadíssimo, radical. Lá pelas tantas, largou o papel, bufava e xingava o presidente do Supremo Tribunal, o ministro Ribeiro da Costa. Por aí foi. Mas uma coisa horrorosa. Os generais, lívidos. Castello, com um constrangimento terrível. Aí um sujeito que estava do meu lado, o coronel Campelo, radical, levanta e grita: ‘Manda brasa, ministro! Manda brasa!’ Foi um troço horrível. Nunca assisti nada tão deprimente e constrangedor. Aí acabou, bateram palma, não sei o quê. Não dava mais para ninguém falar. Fomos embora. Quando entramos no avião, de regresso, o general Geisel disse: ‘Presidente, ou o senhor tira o Costa e Silva hoje, ou ele será o próximo presidente.’” cf. *Ibid.* p. 65, 67.

¹⁰⁹ *Ibid.*

Segundo Geisel, fora sugerido a Castello Branco a troca de Costa e Silva no momento em que Castello resolveu dissolver a Junta Revolucionária instalada com o golpe. Nessa ocasião, o general aproveitou para substituir os ministros da Marinha e da Aeronáutica, mas não o fez com o ministro do Exército. Na interpretação de Geisel, isso teria ocorrido porque os dois generais foram companheiros de Colégio Militar, fase em que Costa e Silva tinha ascendência sobre Castello. Enquanto este não se destacava, Silva fora comandante-aluno. Da mesma forma, saíram juntos da academia, Castello na média, Silva com destaque. Porém, no prosseguimento de suas carreiras a coisa se inverteu. Costa teria deixado os estudos de lado e se tornado um *bon vivant*, enquanto Castello passaria a se destacar tanto que foi indicado pela Missão Militar Francesa para fazer um curso na Escola Superior de Guerra da França – é interessante que o marechal Lott também tenha sido indicado para esse curso logo antes de Castello. Enfim, a trajetória militar fez com que Castello passasse a ter maior projeção militar sobre Costa e Silva, embora este, “sempre com boas relações”, fosse habitualmente promovido na frente, inclusive à posição de general-de-exército. Assim, Geisel considerava que essas situações fizeram com que Castello tivesse uma consideração e respeito – excessiva – por Costa, evitando entrar em conflito.¹¹⁰

O que ocorria era que talvez a única forma de afastar definitivamente Costa e Silva de uma já provável presidência era a perpetuação de Castello no cargo. Entretanto, não consta que isso tenha passado pela sua cabeça¹¹¹. Ao que parece, Castello não era um “castelista”. Assim, a nomeação de Costa e Silva significou a perda do controle dos liberais da presidência da República. A campanha civil e militar promovida pelos formuladores da “Sorbonne” extrapolou os limites desejados¹¹².

Portanto, a indicação de Hugo Abreu de que ignorava a existência de “partidos adversários” pode ainda ser vista como uma evidência, embora questionável, de que a disputa interna ocorria entre grupos restritos, que disputando o poder no topo da cadeia dominavam a

¹¹⁰ D'ARAÚJO, Maria C. & CASTRO, Celso. **Ernesto Geisel**. p. 169-170.

¹¹¹ Segundo Carlos Tinoco, que foi oficial-de-gabinete do Ministro Orlando Geisel entre 71 e 74, “o Presidente Castello Branco deveria ter recebido um mandato de 5 a 6 anos e depois fazer-se eleição direta. Mas não tenho dúvida de que ele jamais aceitaria, pois não queria nem a prorrogação de um ano, o que acabou aceitando.

Entendo que se isso houvesse sido feito, muita coisa desagradável teria sido evitada, inclusive a luta interna e o desgaste dos militares teria sido menor. Mas compreendo, também, que, na ocasião, em razão da precipitação dos acontecimentos e da premência da tomada de decisões, não teria sido fácil adotar tal solução.” cf. MOTTA, Aricildes. **Op. Cit.** t. 10. p. 39. Outros seguem na mesma direção.

¹¹² Depois de tempos de uma campanha tão acirrada, que oficial da base militar engajado no golpe e inconsciente dos valores empresariais e multinacionais envolvidos não seria um duro?

base militar e impunham suas agendas. Ao afirmar que no governo Costa e Silva “não era muito bem visto”¹¹³, Abreu não se refere a por quem, embora pareça claro que a alusão seja à linha-dura. No governo Costa e Silva, Hugo já havia sido nomeado, ainda sob Castello, para servir em Washington, razão pela qual não esteve no Brasil durante a maior parte daquela presidência.

Quando da troca de governo, houve um remanejamento total das posições de comando. Aqueles considerados ligados a Castello foram nomeados para funções menos expressivas. Antes disso, Hugo Abreu já havia sido exonerado do comando do Batalhão de Guardas¹¹⁴ em fevereiro de 1967, pelo substituto de Costa e Silva na pasta da Guerra, e havia sido designado para servir nos EUA como Adjunto do Adido do Exército em Washington. Embora não tivesse feito parte do governo, Hugo indica que sua proximidade com Castello o colocara sob suspeita junto a nova situação, para a qual ele era considerado “castelista”. Indicando não saber a que atribuir tal suspeita, confessou que a referida designação soava-lhe como bastante honrosa, pois “considerava e considero Castello Branco o maior Chefe Militar do Brasil contemporâneo, bem como o único grande estadista da Revolução, embora não negue que o Presidente Médici também tenha feito bom governo”¹¹⁵. No que diz respeito ao governo Médici, nos ateremos um pouco mais adiante.

2.1 O aprofundamento da repressão e a ideologia da segurança nacional

Após dois anos nos EUA, onde foi promovido a General-de-Brigada, Hugo Abreu regressou em 1969. Afirma ter visto uma profunda transformação política operando-se no país e, “verdade seja dita, tal transformação era para pior. Com o arbítrio implantado pelo AI-5, surgira também o terrorismo”¹¹⁶. “Terrorismo”, denominação utilizada pela ditadura civil-militar para se referir à subversão e à parte da esquerda que organizou a resistência armada e

¹¹³ ABREU, Hugo. **Tempo de Crise**. p. 207.

¹¹⁴ Segundo a documentação, no dia 24/02/67 fora exonerado pelo Ministro da Guerra Ademar de Queirós, que substituiu Costa e Silva, sendo designado para servir no QEMA, Quadro de Estado Maior da Ativa. Logo após foi para os EUA. Seria Hugo Abreu “duro” o suficiente?

¹¹⁵ ABREU, Hugo. **O Outro lado do poder**. pp. 17-18.

¹¹⁶ Ibid. p. 18.

tinha como objetivo desde o estabelecimento de um novo sentido de democracia até a revolução comunista. É interessante notar que numa memória do militarismo ditatorial posterior, o AI-5 tenha sido apontado como uma consequência dos atos “subversivos”, mas Abreu, de pronto, indica o contrário. Portanto, devemos lembrar que parte das organizações de esquerda que já atuavam politicamente desde antes de 64 só optou pelo combate armado após fechamento total do regime¹¹⁷.

A transformação indicada por Hugo Abreu merece alguns apontamentos. Com o AI-5, implantado no governo Costa e Silva, houve o recrudescimento da Doutrina de Segurança Nacional que, desde a tempos, era desenvolvida pela ESG e difundida por diversos meios na sociedade. Esse recrudescimento foi marcado pela criação de órgãos de caráter estritamente militar e policial, elevando o grau de autonomia de suas operações com uma profunda transformação do sistema de informações e de segurança. Antes, o sistema repressivo se encontrava concentrado no Serviço Nacional de Informações – SNI – que tinha como chefe Golbery do Couto e Silva. Até ali, com uma avaliação mais objetiva quanto aos riscos da “ameaça subversiva” e das necessidades de segurança social e política do regime, havia uma execução, de certa forma, se se pode dizer isso – pelo menos eu que não fui vítima direta da repressão –, mais sutil. Sutileza típica dos liberais-golpistas, contraponto da rudeza da linha dura.

O novo sistema nascido no governo Costa e Silva teve como marcas a criação – ou transformação de órgãos existentes anteriormente – do CIE, do CISA e deu outro caráter à atuação do Cenimar, além de terem sido dados os passos iniciais para a criação da EsNI – respectivamente, Centro de Informações do Exército, Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica, Centro de Informações da Marinha e a Escola Nacional de Informações, esta ficaria pronta no governo Garrastazu. Apesar de criados no governo Costa e Silva, esses órgãos chegariam ao seu nível de desenvolvimento máximo no governo Médici. Segundo Heloisa Starling, o número de casos de tortura que entre 1964 e 1967 era de uma média de cem a cento e vinte casos anuais, explodiu para mais de mil a partir de 1968¹¹⁸, reflexo das novas diretrizes de segurança. Foi com essas estruturas que surgiram também os famigerados CODI-DOI e a OBAN (respectivamente Centro de Operações de Defesa Interna –

¹¹⁷ Ver, p. ex., o artigo de Denise Rollemberg, *Esquerdas revolucionárias e luta armada*. Em FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia (Org.). **O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. p. 48-49.

¹¹⁸ *Segredos da ditadura*, Aula inaugural proferida no dia 24 de março de 2015 no Programa de Pós-Graduação da UERJ.

Departamento de Operações Internas e Operação Bandeirantes). O sistema repressivo e sua institucionalização são descritos por Carlos Fico, em *Como eles agiam*.

É importante ressaltar que nos níveis mais elevados do governo se sabia que essa estrutura fora criada para “matar mosca com martelo de pilão”¹¹⁹. Segundo Adyr Fiúza de Castro, um dos fundadores do CIE, os militares saídos desse modelo de doutrinação – portanto, excluídos os golpistas históricos, criadores desse sistema – eram como “cachorro brabo”, que “tem-se que manter muito na trela, porque se o largar, ele vai atacar até gente de casa”. Ele ainda dizia que, “evidentemente, o método do mata mosca, pulveriza a mosca, esmigalha a mosca, quando, às vezes, apenas um abano é possível para matar aquela mosca ou espantá-la”.¹²⁰ O “abano” seria a tática mais congruente com os propósitos dos liberais-golpistas. O antigo adepto da luta armada e um dos sequestradores do embaixador norte-americano Charles Elbrick, historiador Daniel Aarão, aponta como algumas das debilidades dos movimentos armados o “primarismo teórico”, a “ignorância da ‘realidade nacional’”, a “fragilidade ideológica”, o “servilismo em relação aos modelos revolucionários internacionais” e o predomínio da “pequena burguesia”¹²¹. Essas debilidades também foram bem conhecidas pelo alto escalão militar que, para além disso, citava a facilidade com que era possível se infiltrar nesses grupos. Os diversos sistemas de informações, e inteligência, criados nas Forças Armadas tinham um objetivo fundante: conhecer o inimigo. A recíproca parecia ser parte crucial do inventário de debilidades das organizações armadas brasileiras.

O primeiro cargo de Hugo Abreu como general foi no Comando da 2ª Brigada Mista, em Corumbá, Mato Grosso do Sul. De longe viu os acontecimentos ligados à doença e impedimento de Costa e Silva, assim como o sequestro de Charles Elbrick, em 1969, o que considerou “o ato de terrorismo de maior vulto até então praticado no Brasil”. Esse episódio foi gerador de agitação, desobediência e protestos na Brigada Paraquedista e na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, na Vila Militar. Quando das negociações para o resgate do embaixador, um grupo de paraquedistas se dirigiu ao aeroporto do Galeão para impedir o embarque dos presos políticos que haviam sido trocados. Isso só não ocorreu porque ao chegarem ao local o avião já havia decolado. Esse mesmo grupo ocupou então os transmissores da Rádio Nacional e divulgou um manifesto contra a ação da Junta Militar que

¹¹⁹ D'ARAÚJO, Maria Celina ; SOARES, Glaucio A. D.; CASTRO, Celso. **Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão**. p. 75.

¹²⁰ Ibid. p. 60.

¹²¹ REIS F., Daniel Aarão. **A revolução faltou ao encontro: os comunistas no Brasil**. p. 15.

estava no governo. A agitação continuou com a recusa do Grupo de Artilharia da Brigada em participar do desfile de 7 de setembro, ainda em protesto contra a Junta. A maior parte desses militares era da jovem oficialidade, e defendiam a indicação do general Afonso de Albuquerque Lima para o lugar de Costa e Silva. Um inquérito policial-militar foi instaurado, resultando na prisão disciplinar de alguns dos oficiais das unidades envolvidas.¹²² É de se notar que Adyr Fiúza de Castro era adepto de que, em caso de sequestro, se deveria considerar o elemento sequestrado como morto – “evidentemente não sendo pessoa da minha família”. Afirmou que se encontrava em condições de invadir o cativo e matar todos os sequestradores, provavelmente sendo morto também o embaixador, vida pela qual ele não poderia responder. Segundo o próprio, essa “opinião profissional” seguia o raciocínio de que não se poderia negociar com sequestradores, pois isto estimularia novos sequestros. Mesmo que o embaixador morresse, nenhum dos subversivos ficaria vivo. Procedimento baseado na doutrina de Israel.¹²³ Observemos que vários países que adotaram o conceito de “guerra revolucionária”, para finalidades distintas, passaram a fazer parte da formação “técnica” dos agentes da repressão brasileira. Países como Inglaterra, França e Alemanha, e os já citados EUA e Israel. Isso reforça o caráter autônomo, ao mesmo tempo que eclético, com que a ditadura procurou se servir do que de melhor havia de terrorismo de Estado no mercado internacional.

Emílio Garrastazu Médici assumiu a presidência em 30 de outubro de 1969, nomeando o general Orlando Geisel para Ministro do Exército. A questão da Brigada Paraquedista era considerada um dos problemas mais graves com que se defrontava o novo ministro. Além disso, havia uma preocupação do Exército com a situação disciplinar daquela grande e estratégica unidade. Hugo Abreu chega a apontar um alheamento por parte dos oficiais-generais mais graduados quanto a “real situação da tropa”, o que só teria feito aumentar com o passar dos anos. Disso resultava que a cúpula do Exército considerava como atos de indisciplina as “manifestações de puro idealismo” da jovem oficialidade, preocupando-se com os efeitos e não com as causas.¹²⁴ É impossível não relacionar esse dito “puro idealismo” à forte penetração ideológica de uma forma de apropriação da Doutrina de Segurança Nacional na tropa. Isso vindo de um alto oficial que acompanhou o estabelecimento desse sistema, o que o distingue da geração de militares alvo da doutrinação. Se por um lado ela justificava e

¹²² ABREU, Hugo. **O Outro lado do poder**. p. 18.

¹²³ Depoimento de Adyr Fiúza de Castro, chefe do CIE de Costa e Silva: D'ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Glaucio A. D.; CASTRO, Celso. **Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão**. p. 54-55.

¹²⁴ ABREU, Hugo. **O Outro lado do poder**. p. 19.

legitimava a violência institucional, por outro, podia ter consequências que extrapolavam a própria institucionalidade militar – vimos a citação de Fiúza acima. Assim, também não se pode deixar de considerar que esta ideologia, num caráter mais amplo, foi um forte instrumento de ocultação da realidade, no sentido marxiano do termo, para garantir, sob a capa de uma doutrina “democrática”, a repressão a uma série de demandas sociais justas, em prol de um modelo econômico concentrador de renda, elitista e excludente.

O padre Joseph Comblin, dos autores com que tive contato, foi quem melhor sistematizou a doutrina da segurança nacional, “uma extraordinária simplificação do homem e dos problemas humanos”. Segundo o autor, essa era uma doutrina aplicada à geopolítica internacional que tinha como fundamento científico – “ou pseudocientífico” – a bipolaridade global no quadro da Guerra Fria. Daí, seria orientada a condução das políticas externa e interna dos Estados conforme as determinações do conflito global. A grande tese desse sistema era a de que, diante dos dois grandes poderes antagônicos, era inevitável a integração da América Latina em um dos dois blocos. Sua localização geográfica na região ocidental do globo, tornava cientificamente comprovado o fundamento de que se deveria necessariamente integrar o bloco anticomunista. Nesse sistema, a nação passava por uma personificação que fazia com que todos os problemas e conflitos da política interna sumissem diante do projeto voltado para o conflito global. O conceito de fronteira ideológica passaria a ter predominância, e as forças nacionais deveriam ser absorvidas por uma guerra total contra a agressão moral, espiritual e física do mundo comunista. Comblin ainda indica que em 1961/62 o conceito de guerra revolucionária fora adotado, tendo carreira triunfal, nas Américas. Sua difusão teve início com os cursos realizados pelos norte-americanos no Canal do Panamá. Para o autor, estas seriam as explicações para a extraordinária distância entre a realidade latino-americana e a interpretação dos riscos que deram base ao surgimento dos regimes de segurança nacional.¹²⁵

Apesar de todo o arcabouço utilizado para dar fundamento à ideologia da segurança nacional pelos regimes – pretensamente – vinculados à Guerra Fria, podemos considerá-la também a sistematização de um conservadorismo latente, especialmente no caso do Brasil, onde a direita, nos anos anteriores ao golpe, mais perdia do que vencida eleições. Exemplos típicos de um conservadorismo de direita vago, pretensamente avançado, estavam presentes na ideologia de segurança nacional sob o ar pomposo de “Objetivos Nacionais”. Entre estes se encontravam

¹²⁵ COMBLIN. Pe. Joseph. **A ideologia da segurança nacional: o poder militar na América Latina**. p. 17, 23, 28-29, 47, 235.

valores morais ou espirituais: a regeneração moral da nação, os valores ocidentais, o cristianismo, a liberdade, a democracia, a justiça social, o combate à corrupção e outros. Dessa forma, creio que um dos grandes sucessos da ditadura tenha sido aprofundar uma mentalidade conservadora na sociedade brasileira. Apenas quase vinte anos após a redemocratização, o Brasil voltaria a ver a vitória de um candidato de esquerda nas eleições presidenciais.

De acordo com Martins Filho¹²⁶, o conceito de Guerra Revolucionária de origem francesa – proveniente da experiência desse país nos conflitos coloniais na Indochina e na Argélia – foi trazido para as Forças Armadas brasileiras em 1959, através de conferência realizada na ESG. Mas pelo menos desde o início da década de 50 a doutrina como um todo já vinha fazendo parte dos estudos elaborados pela instituição. Tal conceito se baseava no estudo aprofundado das guerras de libertação nacional ou insurrecionais, que as resistências dos países coloniais travaram contra a dominação da metrópole. Seu estudo envolveu a verificação de fases que teriam como objetivo final desencadear uma revolução de caráter comunista ou libertário que, pela doutrina de segurança nacional era necessariamente vinculado aos interesses soviéticos.

O que devemos ter em mente é a adaptação por que passou o conceito de guerra revolucionária para que fosse útil ao movimento golpista de 1964. Na ausência de qualquer movimento que pudesse tornar realista a possibilidade de uma revolução comunista no Brasil, a sagacidade de Golbery consistiu em inventar, ou construir, manifestações que indicassem o risco de que o país fosse tomado por uma guerra desse tipo. Seu grupo não só insuflou como, no caminho, se deparou com procedimentos da esquerda que tornaram verossímeis a existência dos propalados riscos de um conflito revolucionário no Brasil. No que diz respeito à ideologia de segurança nacional, vislumbramos que os liberais-golpistas e a linha dura se apropriavam de forma distinta dessa doutrina. Nos capítulos seguintes essas diferenças se tornarão mais claras.

2.2 Hugo Abreu no comando da tropa de elite do Exército

Em dezembro de 1969 Hugo Abreu foi chamado ao Rio por Orlando Geisel. Antes de partir já havia tomado ciência da intenção do Ministro de entregar-lhe o Comando da Brigada

¹²⁶ MARTINS FILHO, João Roberto. **A educação dos golpistas: cultura militar, influência francesa e golpe de 1964.**

Aeroterrestre, como era denominada a Brigada Paraquedista. Indicou ter recebido a missão com entusiasmo, ciente das dificuldades que teria que enfrentar, mas considerando-as normais para quem pretendia ser um chefe. Abreu era “pé preto”, ou seja, não era um pára-quedista – que usa coturnos marrons -, e teria que dar seu primeiro salto já como Comandante, o que não via como empecilho. Além disso, concluía que “conhecia bem o espírito da tropa pára-quedista e tinha certeza de que me[se] adaptaria depressa à nova missão”¹²⁷. Esse pensamento, desde quando se refere ao alheamento dos altos escalões para com a “real situação da tropa”, as “manifestações de puro idealismo” e o entusiasmo com que aceitou o convite para comandar a Brigada, me parecem exemplos da preferência e tradição de Hugo Abreu em atuar junto à tropa. Ele a defendia mesmo apesar de, no caso específico dos PQDs, terem cometido ações de extrema radicalidade e até irresponsabilidade, como colocar a perder as negociações em torno da soltura do embaixador americano e, talvez, instaurar uma crise diplomática entre os dois países. O mais emblemático, a meu ver, é que ele defende a tropa, mas não a ação insolente da tropa, embora a considere resultado de um idealismo militar.

Em 7 de janeiro de 1970 assumiu aquele comando, e em 5 de fevereiro deu seu primeiro salto – foram 94 na passagem pela Brigada. Como esperava, integrou-se em pouco tempo ao espírito daquela “extraordinária tropa”, da qual “pode se orgulhar o Exército brasileiro”. E mais, “cumprindo todas as missões que lhe foram confiadas, destacando-se em todas as atividades... a Brigada Pára-Quedista foi aos poucos reconquistando a confiança dos chefes e se impondo ao respeito do restante do Exército”¹²⁸. Hugo Abreu cumpriu a missão de disciplinar aquela tropa, e o próprio Médici, no dia 15 de março de 1974 na posse de Geisel, ao reunir-se com seu Ministério no Palácio do Planalto, apresentou-o como “o homem que pacificou os paraquedistas”¹²⁹.

Pode-se ter uma ideia dos tipos de missões que cumpriu nos quatro anos e dois meses a frente da Brigada tendo por base o significado do governo Médici. Este ficou conhecido como o período do “milagre econômico”, e também como “os anos de chumbo”. Esses anos em que o Brasil prosperava economicamente às custas de endividamento externo, também foi considerado “o período mais fechado e mais autoritário do regime militar”¹³⁰. O “combate à subversão” e a “segurança nacional”, eram a base da liberdade de ação da máquina

¹²⁷ ABREU, Hugo. *Ibid.* p. 19.

¹²⁸ *Ibid.* p. 20.

¹²⁹ *Ibid.* p. 21.

¹³⁰ *Ibid.* p. 25.

repressiva.¹³¹ É interessante ainda lembrar que essa máquina se dividia entre os órgãos de repressão oficiais e grupos autônomos, que agiam livremente com a certeza de que estavam protegidos pelo aparelho governamental. Hugo Abreu e sua “excelente” tropa, a Brigada Paraquedista, fizeram parte da repressão oficial, e tinham como missão o combate às guerrilhas urbana e rural. Sua identificação com essa tropa, que chegou a ser vista pelo general Sylvio Frota como uma “fábrica de dores-de-cabeça”, fez com que afirmasse: “o pára-quedista é sobretudo sincero e não sabe esconder o que pensa e o que faz, seja de bom ou de mau”.¹³² O fato é que Abreu conseguiu assumir o controle da tropa.

Nessa posição, Hugo Abreu chegou a fazer referência a um colega morto quando de uma ação contra um “aparelho subversivo” em Campo Grande, no Rio de Janeiro:

A intrepidez e o heroísmo do Major Martinez constituem exemplo para as gerações futuras e seu sacrifício está incorporado às tradições de idealismo da Brigada Pára-Quedista. Equipes de pára-quedistas participaram intensamente da luta contra a guerrilha urbana no Rio de Janeiro e estiveram presentes em todas as ações contra focos de guerrilha rural que surgiram no país entre 1970 e 1974.¹³³

Vemos mais uma vez a insistência no “idealismo”, no caso, “tradições de idealismo”. Parece claro que o engajamento da tropa contra a resistência armada estava para muito além do puro e simples cumprimento da missão, ou do dever profissional. Havia um engajamento ideológico que só poderia ser atingido com uma profunda doutrinação e institucionalização militar. A falta de criticidade quanto ao significado profundo das missões e, ao fim e ao cabo, a quem serviam são aprioristicamente inquestionáveis. Matava-se e morria por um ideal inventado nos países do capitalismo central e readaptado às condições brasileiras, numa amplitude cuja responsabilidade recaía somente sobre a própria existência do regime.

Hugo Abreu ainda aponta que pouco tinha a dizer sobre a atividade política propriamente dita. Uma vez que não era seu campo de atuação, só sabia do que era de conhecimento público. Acrescentava ainda que o problema político do alto escalão tinha pouca repercussão na tropa, preocupada com a luta contra a subversão, que já dava seus primeiros sinais de exaustão. Quando deixou a Brigada, no elogio de despedida, o general Frota disse que Hugo Abreu não era um homem de “ponderações”, este, por sua vez, considerou que “esse elogio caberia muito bem à tropa pára-quedista, que jamais 'ponderou'

¹³¹ Ibid. p. 27.

¹³² ABREU, Hugo. **O Outro lado do poder**. pp. 20-21.

¹³³ Ibid. p. 21.

diante de quaisquer dificuldades no cumprimento das missões recebidas”¹³⁴. Nem das dificuldades, nem do que estava ocultado por detrás do discurso que legitimava o cumprimento das missões.

No momento em que relatou a respeito de seu comando na Brigada, Hugo Abreu já havia rompido com o governo. Poderia ter feito uso de informações confidenciais sobre a repressão com que teve contato para atacá-lo. Porém, isso poderia ter o significado de renegar seu passado e as próprias instituições em que até aquele momento havia acreditado. Entretanto, quem fez isso foram seus novos adversários do “grupo palaciano”, que passaram, com base em seu passado de paraquedista, a atacá-lo, difundindo a ideia de que era violento e duro, vinculando-o aos setores mais extremados da oficialidade, ao que respondeu:

Embora tal ‘balela’ esteja suficientemente desmoralizada pelo próprio esclarecimento dos fatos que vão sendo progressivamente conhecidos, quero reafirmar que a própria mentalidade do pára-quedista não se coaduna com a do torturador. Ele pode ser violento e duro durante o combate, e para tanto é treinado, mas é sobretudo um idealista: sua ação não pode confundir-se com procedimentos menos nobres. Realmente empenhei-me na luta contra o terrorismo, entre 1970 e 1974, da mesma forma que me empenhei na luta contra o nazismo, em 1944 e 1945, integrando a Força Expedicionária Brasileira.¹³⁵

Afora ter apontado os grupos de resistência como simples terroristas, o que dá também a ideia de como a imagem destes era construída, vemos que a atuação daquela tropa era voltada para o combate. Foi o que fizeram na Guerrilha do Araguaia, quando Hugo Abreu colocou à disposição todo o efetivo da Brigada para uma guerra total. A Guerrilha do Araguaia só viria a público em 1978¹³⁶.

Os centros de tortura, que surgiram com a criação da OBAN, em São Paulo, tornaram-se os DOI-CODIs, em todos os Exércitos. O principal centro de tortura do I Exército, no Rio de Janeiro, ficava no quartel da PE (Polícia do Exército), na Tijuca. Para lá eram levados os presos para que, através da tortura que por vezes terminava em assassinato, fossem produzidas as informações que seriam base de futuras missões de agentes que incluíam membros da Brigada Paraquedista. Vimos que Hugo Abreu citou sua participação na FEB, na luta contra o nazismo, aproximando-a de sua luta contra o “terrorismo”. É interessante notar que se lá os militares brasileiros deveriam seguir a Convenção de Genebra no trato com os prisioneiros de guerra, em se tratando de “subversivos” não havia convenções a respeitar. Além do mais, está

¹³⁴ Ibid. p. 27.

¹³⁵ Ibid.

¹³⁶ HABERT, Nadine. **A década de 70**. p. 34.

claro que, se Abreu não participou ativamente das torturas, com certeza teve acesso às barbaridades perpetradas naquelas instalações. Os terrores covardemente praticados foram descritos por uma equipe chefiada por Dom Paulo Evaristo Arns na obra *Brasil: nunca mais*.

Tal “idealismo” – que no caso de Hugo não poderia ser creditada a uma espécie de crença religiosa ou lavagem cerebral doutrinária – legitimava também entre os perpetradores as práticas de tortura aceitas enquanto técnica de guerra pela instituição militar e pelo Estado. Além disso, havia grupos como o CCC (comando de caça aos comunistas) e os esquadrões da morte, um dos pontos onde a ditadura brasileira mais se aproximou do nazi-fascismo europeu. Apesar de não serem oficialmente reconhecidos pelo regime, esses grupos contavam com a vista grossa das polícias e Exército, e cumpriam parte do serviço sujo que as instituições militares não faziam, embora houvesse militares envolvidos. Estes só se tornaram conhecidos através de denúncias pontuais que aos poucos se tornaram públicas.¹³⁷

No ano de 1973, o Ministro do Exército, general Orlando Geisel, pediu a opinião dos oficiais-generais do I Exército a respeito da indicação do nome de Ernesto Geisel, então presidente da Petrobrás, para a sucessão de Médici. Hugo Abreu indicou ter seguido a opinião de Frota, então comandante do I Exército, “de que não podia ser escolhido melhor nome”. Pouco depois Geisel foi oficialmente escolhido por Médici, e submetido à homologação da Arena para sair candidato. Esse foi o ano em que, no segundo semestre, houve a intensificação da “luta contra o terrorismo”, em especial contra a citada guerrilha de Xambioá, no norte do país (São Geraldo do Araguaia).¹³⁸

Até aqui, vimos que política para Hugo Abreu significava basicamente reunir a tropa quando solicitado, combater a “subversão armada”, os “terroristas” e confiar ao “presidente” a condução dos “destinos da Nação”. Assim, cumpriu à risca um dos objetivos que constavam do manual da Escola Superior de Guerra: “neutralizar ou eliminar a criminalidade organizada com fins políticos”¹³⁹.

No início de 1974, Ernesto Geisel começou a divulgar alguns nomes de seu ministério. Para Chefe do Gabinete Militar havia escolhido o general Dilermando Gomes Monteiro. Porém, no início de março ele se acidentou de bicicleta brincando com um neto e fraturou a cabeça do fêmur, o que o manteria imobilizado por pelo menos três meses. Dilermando acabou colocando o cargo à disposição por não ter condições de assumi-lo na posse do novo

¹³⁷ ABREU, Hugo. Op. cit. p. 28.

¹³⁸ ABREU, Hugo. **O Outro lado do poder**. p. 22.

¹³⁹ GÓES, Walder de. **O Brasil do general Geisel**. p. 59.

governo, Geisel queria o ministério completo desde o primeiro dia. No dia 6 de março de 1974, o novo presidente mandou um recado para que Hugo comparecesse ao seu gabinete no Rio para uma entrevista. Estava claro para ele que seria convidado para alguma função no governo, mas apenas imaginava qual. O general Frota, antecipando-se, ligou para Abreu e informou-o da intenção de Geisel de colocá-lo no lugar de Dilermando, na função de Chefe do Gabinete militar. Logo após, quem ligou foi o coronel Ivan de Souza Mendes, que já havia sido indicado para assistente do Gabinete, para confirmar a notícia e informar sobre o andamento da situação. Hugo manteve todas as indicações para postos de assessoria que já haviam sido feitas por Dilermando. Em contato com Ivan tomou as medidas necessárias para a posse, que seria na semana seguinte.¹⁴⁰

Sua ida para a Chefia do Gabinete Militar foi consequência do acidente de Dilermando, ainda assim, Hugo se perguntou: “*Mas por que eu?*”. Geisel pouco o conhecia, não havia entre eles conhecimento pessoal. Concluiu que apesar de algumas pessoas poderem ter lembrado seu nome, estava “certo de que só a indicação do general Orlando Geisel poderia ter motivado o futuro Presidente a fixar-se na minha [sua] pessoa”. Ao longo da carreira, Abreu havia se aproximado com certa frequência a Orlando, embora jamais tivessem sido colegas de “partido”, e tido contatos fortuitos com Geisel. Talvez essa tenha sido uma concessão de Geisel, ligado aos liberais, a Orlando, ligado aos duros. Mas também é provável que o papel efetuado na “pacificação” da Brigada tenha motivado sua escolha, além de sua lealdade aos presidentes militares indistintamente.

Assim, Hugo Abreu foi transportado de uma “função essencialmente militar” para uma “função eminentemente política”, embora indicasse encarar o convite como uma missão. Além disso, não via a possibilidade de recusar-se a cooperar “com um chefe militar que até então [eu] considerava correto e digno, e que estava, por sua vez, recebendo a tarefa hercúlea de conduzir os destinos de nosso país nos próximos cinco anos”. Sua decisão estava tomada desde o primeiro dia. No dia seguinte (7 de março) foi ao encontro, e após uma breve conversa, Geisel lhe solicitou uma atuação discreta, mas não omissa, o que Abreu considerou como diretriz e “segui[u] à risca”.¹⁴¹

No dia 7 ainda teve que enfrentar um problema novo, a afluência dos “amigos” à sua residência. Apesar do sigilo, a *Tribuna da Imprensa* havia publicado uma manchete de primeira página noticiando sua ida para o Gabinete Militar. Eram tantos “amigos” que ele

¹⁴⁰ ABREU, Hugo. **O Outro lado do poder**. p. 23.

¹⁴¹ Ibid. pp. 23-24.

chegou a improvisar um policiamento na porta do edifício com o pessoal da Brigada Pára-Quedista.

O gabinete foi rapidamente constituído e o pessoal que faltava para as principais funções foi indicado. Na manhã do dia 09 de março os nomes foram encaminhados à Geisel e aprovados. Entre os indicados estava o capitão de Infantaria Olavo Procópio de Abreu, filho de Hugo Abreu, que assumiria a função de ajudante-de-ordens. Este foi nomeado porque seria um assessor de sua inteira confiança, já que, “pego de surpresa”, não sabia o que iria encontrar “do outro lado da cerca”, e ninguém melhor do que seu filho para “ajudar na nova missão”. No dia 15 de março de 1974 todos os membros do Gabinete Militar estavam a postos para a posse do novo “Presidente da República”.¹⁴²

Cabe citar o elogio que recebeu na despedida.

Durante mais de quatro anos comandou a Bda Pqdt, fazendo-o com grande entusiasmo e eficiência, reafirmando a sua vocação para a carreira das armas. É possuidor de um passado digno e valoroso, do qual é sempre oportuno lembrar que, quando Capitão de Infantaria, na FEB, portou-se como verdadeiro herói. São de todos conhecidas suas famosas incursões patrulheiras nas linhas alemães – fatos que realçaram, desde aqueles tempos seu pendor para chefiar homens. Apoiado em incontestáveis qualidades de liderança, o Gen HUGO ABREU realizou, naquela Bda, trabalho notável, não somente no campo da disciplina como no da instrução e da administração. Identificado com os seus comandados, dos quais mereceu sempre a mais absoluta confiança – característica do verdadeiro líder – esteve em todas as circunstâncias, à frente de sua tropa, orientando-a nas missões mais difíceis e padecendo com elas das mesmas lutas e sacrifícios. Soldado leal e firme, avesso a ponderações, é um executante emérito das ordens superiores às quais sempre empresta o brilho de sua inteligência e o equilíbrio de sua longa experiência de soldado. No desempenho do difícil comando prestou relevantes serviços ao Exército e à Pátria, em particular ao executar, em várias regiões do país, ações de interesse vital para a Segurança Interna. Dotado de excepcional preparo físico e de um arrojo exemplar indispensável ao exercício de um comando dessa natureza, o Gen HUGO ABREU, como pára-quedista, manteve o mesmo nível de atuação dos seus melhores tenentes e capitães. Realizou um profícuo trabalho em benefício do pára-quedismo civil brasileiro, ao qual, além de apoiar sob todas as formas, nos limites de suas possibilidades funcionais contribui, pessoalmente, presidindo a Federação Carioca de Pára-quedismo. Em reconhecimento às suas excelsas virtudes morais e profissionais foi convidado para exercer a importante e delicada função de Chefe do Gabinete Militar da Presidência da República, onde, estou certo, obterá o mesmo êxito alcançado nas comissões anteriores. [sic]¹⁴³

Já bem mais a frente, Hugo Abreu viria a admitir que nunca teve muito jeito para “palaciano”. Mas naquele momento tinha uma nova missão a cumprir, e teria que se “adaptar ao ambiente e conviver com seus habitantes”. Isso teria se refletido na sua afobação durante a

¹⁴² Ibid. pp. 25; 27-28

¹⁴³ Caderno de assentamentos 1º Jan a 11 Mar 1974.

preparação do Gabinete e na sua ida para Brasília.¹⁴⁴

Ao longo da primeira semana indicava que ainda se sentia “como peixe fora d’água, ou como um pára-quedista que se aproxima do solo e procura um bom lugar para aterrar”. Em pouco mais do que isso, porém, Hugo Abreu já se via adaptado. O que houve de mais importante naqueles dias foi uma reunião ministerial e a decisão de, como incurso na Lei de Segurança Nacional, processar o Deputado Francisco Pinto do MDB da Bahia por fazer um discurso “violento” contra a presença de Pinochet no Brasil. Pinochet foi reconhecidamente um dos mais sanguinários ditadores latino-americanos, então como general Chefe da Junta Militar governativa do Chile. Quanto à punição, nessa época Hugo Abreu “não tinha dúvidas de que se tratava apenas de zelar pelo cumprimento da lei”.¹⁴⁵

Com essa carreira e nessas circunstâncias Hugo Abreu passou a fazer parte do *outro lado do poder*. Vimos um pouco de como atuou arraigadamente em defesa da “Lei”, da “Nação” e no combate à “criminalidade organizada com fins políticos”, termos constantes do manual da ESG¹⁴⁶. Talvez não seja exagero dizer que Abreu tinha uma relação quase que espiritual com a instituição militar, não apenas no sentido de defendê-la, o que era um tanto quanto comum, mas de crer, quase que como em uma utopia, numa missão abraçada por ela. Veremos como foi o desenrolar de sua atuação como palaciano nas transformações ocorridas na política externa do governo Geisel, mas antes, um breve apanhado deste governo.

2.3 As bases do governo Geisel

O governo Geisel teve início sob o peso do sucesso do chamado “milagre econômico”. O mandato anterior, de Médici, foi marcado pela continuidade aos estímulos desenvolvimentistas iniciados por Costa e Silva. Não só a política econômica, sob a liderança do economista Delfim Netto, foi mantida, como foi também o período da colheita dos resultados, com altas taxas de crescimento. Pouco antes de a nova presidência assumir, iniciava-se uma das crises cíclicas do capitalismo internacional, que se aprofundaria no decorrer década. As potências ocidentais pareciam ter captado os sinais do colapso do sistema

¹⁴⁴ Ibid. p. 31.

¹⁴⁵ Ibid. p. 31-32.

¹⁴⁶ Há a citação de um trecho do manual em: GÓES, Walder de. **O Brasil do general Geisel**. p. 58-60.

socialista soviético e se iniciava lentamente o desmanche das políticas do *welfare state*. No Brasil, o governo passaria a apontar a “crise do petróleo” como a principal responsável pela redução do crescimento interno, que diminuiria de patamar.

Diante da crise, com um modelo baseado na exportação agropecuária e de bens manufaturados baratos em contraposição à importação de bens de alta tecnologia caros, os déficits na balança comercial foram alavancados. Novos financiamentos passaram a ser feitos para cobrir os desequilíbrios, com o ingresso de capitais de empréstimo e de risco¹⁴⁷. A base econômica do governo de centraria na política de substituição das importações, esforço envolvia também investimento nos setores exportadores. O objetivo era estancar a saída de capitais. Ainda assim, a taxa de crescimento econômico, que nos anos anteriores beirava os 10%, viria a cair para 4,8% em 1978. A dívida externa, que em 1974 alcançava 12,5 bilhões de dólares, subiu para 43 bilhões em 1978. E beirou os 60 bilhões em 1980, tornando-se a maior do mundo. As reservas internacionais que em dezembro de 1973 chegaram a seis bilhões de dólares foi mantida nesse nível a partir de então graças ao endividamento. Quando a crise se intensificou em 1976, o “milagre” era visto como esgotado. Entretanto, uma avaliação das rupturas e continuidades em relação ao modelo anterior seria fundamental para pormenorizar as diferenças entre o modelo econômico de Geisel e o de Médici. Embora fossem mantidas semelhanças em termos de investimento público, o que deve ser visto também como tática política, os resultados, apesar da crise, foram um tanto quanto diversos. Mas essa questão não poderá ser aprofundada aqui.

O governo Geisel viu também o início de um período de crescimento de insatisfações sociais, oposição ao regime e o fortalecimento do partido de oposição, o MDB, Mobilização Democrática Nacional. Manifestações de protestos e greves capitaneadas por sindicatos, setores da Igreja, estudantes e movimentos populares de bairros chegaram a ter relevância nacional. Enquanto isso, a aliança entre o regime e parte do empresariado nacional tomava novos contornos, embora, mais uma vez, nada estivesse claro. As práticas repressivas continuariam sendo impostas, tomando novos delineamentos com o passar dos anos.¹⁴⁸

Através dos discursos de Geisel, mas não somente, se pode verificar quais foram as diretrizes governamentais públicas básicas. Muitas delas só passariam a ter um sentido mais claro com o passar dos anos, permanecendo obscuras para boa parte dos interlocutores contemporâneos. Com o conhecimento retrospectivo, ou seja, conhecido o que se passou após

¹⁴⁷ GEISEL, Ernesto. **Discursos: volume II, 1975**. p. 142.

¹⁴⁸ Informações gerais sobre governo Geisel em: HABERT, Nadine. **A década de 70**. pp. 40-68.

aqueles anos, se tornaria mais clara a leitura das entrelinhas e dos alvos específicos não explicitamente declarados. Esse tipo de avaliação torna viável uma análise do nível de alinhamento político e unidade estratégica existente no governo e entre seus aliados.¹⁴⁹ Assim, se pode verificar como a retomada do projeto liberal, com a volta de Golbery como figura chave, foi capaz de superar obstáculos políticos e militares e se consolidar.

Em discurso proferido no evento de transmissão do poder, em 15 de março de 1974, no Palácio do Planalto, Geisel fazia referência a um projeto nacional de grandeza, alicerçado no “indissolúvel” binômio do desenvolvimento e da segurança. Elogiava Médici qualificando-o como de estatura de governante sereno e firme, em sintonia com os anseios populares. Aproveitava para também para elogiar “a exemplaridade austera de estadista” de Castello Branco, e o “autêntico perfil de líder humano, resoluto e bom” de Costa e Silva. Apontados como responsáveis por lançar as bases sólidas da “grande renovação nacional” e terem encarnado o ideário da “Revolução de 64”, mais o menos indefinido antes da tomada do poder. Essa referência aos anteriores presidentes era uma estratégia que tinha por objetivo sinalizar unidade para a base civil e militar do governo, além de uma continuidade revolucionária. Aludia ainda a uma pretensa comunhão entre governo e povo, “sempre renovada de confiança recíproca, construída na verdade e na franqueza”, forjada na “mais perfeita sintonia do sentir, do pensar e do querer, essencial à plena concretização de nossos alevantados ideais comuns de brasileiros”.¹⁵⁰ Alusão que torna qualquer comentário desnecessário em vista da própria discrepância.

Na primeira reunião ministerial, ocorrida em 19 de março, Geisel deixava claro aos ministros que exerceria uma interferência coordenadora sempre que achasse necessário, pessoalmente ou por delegação, assumindo a responsabilidade plena pela decisão final. Daria ampla liberdade de debate, mas exigiria leal e disciplinado acatamento à decisão finalmente adotada. Fazendo referência a discurso anteriormente realizado na Convenção Nacional da ARENA, em setembro de 73, precisava que a ação estratégica da Revolução continuaria a ser exercida promovendo “à Nação brasileira, em cada etapa, o máximo de desenvolvimento possível, com o mínimo de segurança indispensável”. Apontava o período de Castello como

¹⁴⁹ Em reportagem que reverenciava a indicação de Armando Falcão para a pasta da Justiça, a revista *Veja* de 27 de fevereiro de 1974, saudava as indicações de Ney Braga, para a Educação e Cultura, e Arnaldo Prieto, para o Trabalho. Estes eram vistos como fundamentais, pois fora precisamente nesses setores que a “Revolução interveio mais drasticamente. Portanto, são áreas que precisam de profissionais da conciliação”. p. 18.

¹⁵⁰ GEISEL, Ernesto. **Discursos: volume I, 1974**. p. 28-30.

de uma fase de sacrifícios inadiáveis, que impôs como prioridades o combate à inflação, a remodelação das instituições econômicas e a instauração da credibilidade externa. Valorizou os índices colhidos a partir de 1968, quando passou a haver um crescimento do PIB entre 9 e 11,5% ao ano. Destacou que esse foi um período de redução da inflação, balanças comerciais internacionais superavitárias e acúmulo de reservas, que chegaram a mais de 6 bilhões de dólares. O governo Médici chegou a indicar uma renda per capita superior a 600 dólares, maior índice de prosperidade da história moderna do país.¹⁵¹ Os vergonhosos números do desenvolvimento humano e da concentração da riqueza eram deixados de lado nesse momento.

Tais referências demonstram que um corte no modelo de desenvolvimento seguido a partir de Costa e Silva seria politicamente inadequado naquele momento.¹⁵² Devemos lembrar que uma das críticas da linha dura aos “castelistas” fora exatamente o modelo econômico seguido após a tomada do poder, visto como liberal demais, recessivo. Argumento que, entre o empresariado nacional, ajudou a campanha desencadeada a favor de Costa e Silva. Uma estratégia de permanência e consolidação dos liberais no comando das decisões a partir de então, envolveria também a continuidade de uma política econômica que estava dando certo. Um rompimento brusco significaria o aumento do poder de pressão por parte da linha dura e setores nacionalistas do empresariado. O que tornaria possível sua reinserção política em setores da economia brasileira favorecidos pelo projeto desenvolvimentista dos governos anteriores. A continuidade do modelo econômico significava naquele momento a finalização do Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento, iniciado no governo Médici, e a elaboração de um novo programa, o Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento. Devemos pensar também que certa continuidade no plano econômico poderia tornar menos turbulenta uma certa descontinuidade no plano político. Isso tanto no que diz respeito à resistência da linha dura, quanto aos setores de oposição ao regime interessados na rápida redemocratização. Embora ambos se mostrassem descontentes com o passar do tempo.

Na política externa indicava a adoção de um “pragmatismo responsável” e consciente, baseando-se no pressuposto de que a Nação se encontrava em uma fase “bem mais adulta”. Buscaria na cooperação e solidariedade internacionais, “em prol do progresso da humanidade e da paz mundial”, uma ação diplomática impulsionada para a detecção de novas

¹⁵¹ Ibid. p. 32-33, 34-35

¹⁵² Geisel dizia entre outras coisas que “Os grandes êxitos alcançados e o espírito de unidade dos governos da Revolução, mantido a despeito do salutar rodízio de pessoas próprio do regime democrático, recomendam uma linha mestra de continuidade de ideais e de planos para a ação governamental.”. Ibid. p. 36

oportunidades a ao interesse do comércio exterior nacional. Buscaria, entre outras coisas, garantir o suprimento adequado de matérias primas e produtos essenciais. E também o acesso à tecnologia atualizada não disponível no Brasil, fazendo para tanto, “realinhamentos indispensáveis”.¹⁵³ Veremos adiante algumas dessas questões, e o quanto eram politicamente mais profundas.

Na política interna, Geisel indicava que envidaria “sinceros esforços para o gradual, mas seguro, aperfeiçoamento democrático, ampliando o diálogo honesto e mutuamente respeitoso e estimulando maior participação das elites responsáveis e do povo em geral”¹⁵⁴. Apontava ter como objetivo criar um clima “salutar de consenso básico” para a institucionalização acabada dos princípios de 64. Quanto aos instrumentos excepcionais de que o Governo se achava armado, segundo ele garantidores da atmosfera de segurança e ordem fundamentais ao desenvolvimento econômico-social do país “sem pausas de estagnação nem, muito menos, retrocessos sempre perigosos”. Almejava vê-los não em forma de exercício duradouro e frequente, mas como potencial de ação repressiva ou contenção mais enérgica. Isso, até que fosse possível superá-los por “salvaguardas eficazes”, remédios prontos e eficientes dentro do contexto constitucional, no momento oportuno.

Mas isso dependeria, conforme Geisel, da colaboração “sincera e efetiva dos outros Poderes na Nação” e demais órgãos governamentais, em todos os níveis. Dependeria necessariamente

de que o espírito de contestação de minorias trêfegas ou transviadas, perturbador da vida do país, irresponsável ou demagógico, com apelo até às armas do embuste, da intriga ou da violência, acabe por exaurir-se, ante repúdio geral, pelo reconhecimento pleno da realidade hoje incontestável que é a da implantação definitiva de nossa doutrina revolucionária.¹⁵⁵

Recado endereçado a qualquer oposição, civil ou militar, que pudesse questionar ou opor resistência ao projeto político que se consolidaria a partir de então. Projeto esse que, se adiantava Geisel, não se poderia acoimar de antidemocrático, visto que buscava um aperfeiçoamento “provadamente realista” de práticas democráticas adequadas às características de “nossa gente e ao estágio alcançado pela evolução social e política do país”. Enviava um recado à ultradireita ao afirmar que seu projeto se encontrava a salvo de

¹⁵³ Ibid. p. 37-38.

¹⁵⁴ Ibid. p. 40.

¹⁵⁵ Ibid. p. 39.

atentados, declarados ou solertes, dos que “em nome da democracia liberal só desejam de fato destruí-la ou, em proveito próprio, viciá-la”.¹⁵⁶ O projeto retomado naquele momento deveria ser, embora de maneira contraditória, legitimamente liberal. Era ao mesmo tempo um recado direcionado aos antigos aliados ideológicos que viram reduzida sua influência política a partir de Costa e Silva, era hora de se realinhar ao projeto governista – esses aspectos se mostrarão presentes ao longo desta pesquisa. Entretanto, é preciso destacar que os últimos governos militares não viriam a adotar uma postura ultraliberal. O que só se veria novamente nos anos pós-redemocratização.

No campo econômico, Geisel determinava que às empresas estatais caberia proeminente papel no desenvolvimento tecnológico nacional, em vista das “evidentes deficiências” do empresariado privado em geral. Essa proeminência também caberia aos órgãos de pesquisa apoiados ou mantidos pelo governo, coordenados e orientados ao entrosamento com atividades do ramo empresarial. À estrutura empresarial de maneira geral, assinalava que em relação ao aumento em eficiência e dimensões das grandes empresas estatais e ao da participação da empresa privada estrangeira, houve relativa estagnação da empresa privada nacional. Um cuidado era indicado como urgente ao fortalecimento desse último setor, para que pudesse ocupar um lugar de equilíbrio e estímulo aos outros dois, praticamente em confrontação direta, conforme Geisel.¹⁵⁷

Sobre a situação social, baseando-se no Censo de 1970, reconhecia uma desigualdade de renda muito mais acentuada no Brasil do que na maioria dos países do mundo ocidental. Reconhecia disparidades econômicas regionais entre um centro-sul razoavelmente desenvolvido e um norte-nordeste ainda flagrantemente contaminado pelo subdesenvolvimento. E que incentivos fiscais não foram suficientes para corrigir os desníveis. E denunciava que o distributivismo fácil, que tentava atenuar as desigualdades individuais pelo brusco reajuste de salários, estava fadado ao fracasso. Partia do pressuposto de que isso geraria tensões inflacionárias, limitação na criação de empregos e a mutilação do potencial de poupança e desenvolvimento. Citava experiências anteriores ao golpe de 64 como um “distributivismo emocional”. Pregava que a melhoria da distribuição de renda deveria resultar da valorização do homem pela educação, de uma política de desenvolvimento e da criação de empregos, primeiramente. Em seguida, pelo aperfeiçoamento da política fiscal, criação de fundos institucionais de poupança dos trabalhadores, melhoria da saúde e assistência social.

¹⁵⁶ Ibid.

¹⁵⁷ Ibid. p. 46, 49-50.

Ao longo do governo foram feitos investimentos nesse sentido que pouco mudaram a situação geral, dado o relevo das disparidades. Geisel ainda fez questão de registrar, “alvissareiramente”, a então escassez de mão-de-obra, incluindo as de menores níveis de qualificação. Seria um sinal de que os “frutos do desenvolvimento” estavam atingindo as camadas menos favorecidas da “força de trabalho”. Pretensio sintoma de sugestiva melhoria da distribuição de renda.¹⁵⁸

Geisel também faria referência ao “grave” problema do menor abandonado, que “infestava” os grandes centros urbanos. E à modernização do sistema penitenciário que ocorreria no seu governo. Recomendava ainda o entrosamento dos órgãos ministeriais e das centrais do SNI. Deixando para apresentar as diretrizes gerais das Forças Armadas na primeira reunião do Alto Comando como presidente.¹⁵⁹

Para primeiros discurso como presidente, Geisel fora politicamente cauteloso. Sinalizou ao mesmo tempo aos dois principais polos de pressão. Aos que queriam o fim do regime militar, e aos que queriam sua permanência. Ao mesmo tempo em que utilizou o discurso da segurança para indicar a continuidade das políticas militaristas aos duros, sinalizou um aperfeiçoamento democrático aos setores que desejavam o término da ditadura. Entretanto, é preciso ter em mente que para os liberais golpistas o regime militar não deveria cair de qualquer forma, mas de uma maneira específica. Salvaguardas institucionais deveriam garantir a continuidade das transformações iniciadas com a “revolução modernizadora de 64”. E em especial, a impunidade dos envolvidos no golpe e nas atividades repressoras, civis ou militares.

Segundo um dos primeiros relatórios do Serviço Nacional de Informações do governo Geisel, a primeira reunião ministerial obteve a mais ampla cobertura e receptividade dos meios de comunicação e informação de massa no país. Indicava que a repercussão no meio político fora marcadamente positiva, tanto entre integrantes da Arena como do MDB. Ambos teriam visto no discurso a definição das linhas mestras do governo. Em especial, as referências ao aprimoramento democrático, ao caráter não duradouro dos instrumentos excepcionais e à sua superação pelo contexto constitucional, teriam impressionado os círculos políticos. Sendo vistas como indicação dos propósitos do governo. Entretanto, o documento destacava que apesar das referências elogiosas, a maioria dos políticos se concentrou na questão do “aprimoramento democrático” interpretando-o como “abertura política”, abstendo-

¹⁵⁸ Ibid. p. 51-53

¹⁵⁹ Ibid. p. 57, 60.

se de comentar as passagens alusivas à responsabilidade da classe política para o melhor encaminhamento do processo. Tratava-se de constantes acusações presentes nos discursos de Geisel ao que chamava de “radicalismo inconsequente” por parte da oposição, o MDB, em especial ao grupo chamado de “autêntico” dentro do partido. Discordando da pecha, estes declaravam que sua atuação parlamentar se continha dentro da precária faixa de legalidade que o quadro político-institucional imporia ao País, não fazê-lo seria capitular diante da opinião pública. Mas ao governo, o ideal seria uma oposição que cumprisse seu papel sem alarde e sem denúncias, numa relação que evitasse a confrontação direta com as diretrizes e políticas presidenciais tornando o processo mais fácil. O governo parecia esquecer de que fazia apenas uma indicação, como outras que ocorreram com outros ditadores, para os que não faziam parte do projeto, nada estava claro. Além dessa questão, outra referência bastante mencionada foi a que dizia respeito ao “máximo de desenvolvimento possível com o mínimo de segurança indispensável”. A avaliação do Serviço era a de que houve uma interpretação distorcida dada ao trecho específico, visualizado em termos de conteúdo absoluto e não relativo. A preocupação era a de que no futuro pudesse se constituir em argumento utilizado pela oposição como elemento de contestação das linhas de ação adotadas pelo governo.¹⁶⁰ Geisel retomaria essa questão adiante.

Em despacho do dia 24 de abril de 1974 junto ao Ministério da Justiça, Geisel entraria em contato com situações que já sabia que teria que enfrentar. Entre os assuntos se encontrava uma consulta do Reitor Gama Filho, da faculdade de mesmo nome, sobre se havia inconveniente em admitir o ex-ministro Delfim Netto como professor de economia na sua instituição, ao que não houve motivo para veto. A criação, pelo ministro da Justiça, Armando Falcão, de um grupo para estudos a respeito da censura, constituído de três elementos que possuíam obras publicadas sobre segurança nacional. O exame do problema da polícia no Brasil, uma vez que segundo o documento do Ministério, as polícias militares e civis não se entrosavam nem se entendiam, a corrupção, naquele momento, campeava não somente nos escalões inferiores, mas, “infelizmente”, também no nível mais alto. Indicava ainda que o crime avançava, e uma das causas da proliferação dos delitos era a ineficiência e falta de autoridade moral das forças policiais, à paisana e fardadas. O documento indica ainda que apesar de o problema ser da competência estadual, a federação havia se tornado um mito, portanto, “urge que o Governo Federal lance suas vistas para esse terreno, onde corre o pús do suborno, da peita e da imoralidade”. A droga também fora assunto tratado, apresentando-se

¹⁶⁰ Arquivo Ernesto Geisel. EG pr 1974.03.00/1. p.1-2.

uma estimativa da Polícia Federal, do Rio, de que só na Guanabara (ainda não havia ocorrido a fusão) havia cerca de 900.000 viciados, sendo 800.000 no uso da maconha e 100.000 na heroína e no LSD, importado dos Estados Unidos. Preocupava-se também com o aumento, em diversidade e volume, da literatura pornográfica enviada do exterior para o Brasil. A Polícia Federal estava efetuando seguidas apreensões nos Correios, Falcão recomendava revigorar cada vez mais a ação.¹⁶¹

Além dessas questões, também se despachou sobre a existência de uma onda de boatos desencadeada no Rio e em São Paulo. Espalhava-se a versão de que o governo havia prendido Ernane Galvêas, Delfim Netto, Luiz Seixas e outros ex-auxiliares da administração Médici. A “central de boatos” procurava criar um clima de “guerra” entre o novo e o antigo governo, sugerindo que a “Revolução” se estaria dividindo e enfraquecendo sob Geisel. Espalhou-se ainda a falsa notícia da prisão da Sra. Iolanda Costa e Silva e do filho do governador Raimundo Padilha, da então Guanabara – este era um crítico da fusão. Além de notícias de que o Banco Central interviria noutros bancos e muitas financeiras estariam em iminência de falir.¹⁶² Tratava-se de uma tentativa da linha dura de criar um clima de instabilidade política para o governo, que, entretanto, não gerou qualquer resultado relevante ou repercussão. Não houve qualquer reverberação por parte da imprensa, e deixaria de fazer parte dos problemas nos despachos seguintes.

Quanto a Delfim Netto, Ministro da Fazenda dos governos desde Costa e Silva até Médici. Que herdou dos anos Castello uma política econômica baseada na contenção de gastos públicos, créditos e aumentos salariais; na elevação de tarifas dos serviços públicos, eliminação de subsídios governamentais e outras políticas apoiadas pelo sistema financeiro internacional. Política que teve como resultado o impacto recessivo na economia, sendo criticada mesmo por setores empresariais que apoiaram o golpe de 64. Foi o responsável pelas reformas que levariam o Brasil aos anos do “milagre”, invertendo prioridades garantiu o crescimento através de uma centralização financeira e tributária que ampliou a intervenção do Estado no setor produtivo.¹⁶³ Homem forte nos governos anteriores, tendo garantido a execução de um projeto desenvolvimentista nacional, Delfim Netto se tornou candidato ao governo do Estado de São Paulo após deixar o ministério, a eleição indireta dos governadores

¹⁶¹ Documentos referentes ao Ministério da Justiça. EG pr 1974.04.24/1. p. 4-5.

¹⁶² Ibid. p. 4.

¹⁶³ Verbete: Delfim Neto - FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **Dicionário histórico-biográfico brasileiro: 1930-1983.**

ocorreria em outubro. Segundo matéria de 12 de abril de 1974 de Charles Vanhecke, correspondente do periódico francês *Le Monde*, a maioria dos industriais e da classe política daquele Estado apoiava a candidatura. Entretanto, Delfim experimentou “um severo veto, se bem que dissimulado”, do governo central. Charles acrescentava que qualquer função na administração pública ou em carreira política lhe pareciam doravante proibidas. O cálculo era que se alguém como Netto governasse um Estado como São Paulo, o mais rico do Brasil, isso significaria um poder capaz de desafiar a autoridade de Geisel. Acrescento que esse desafio seria não em termos de autoridade hierárquica, mas em termos de diretrizes da política econômica. Como se resolveriam atritos entre os interesses da economia nacional e da economia paulista – produtora de quase 60% da riqueza industrial do país – tendo-se como interlocutor o ministro do “milagre”? Uma vez vetado os empresários que vinham articulando a candidatura julgaram mais prudente não tocar mais no assunto, aceitando aparentemente de bom grado a decisão presidencial.¹⁶⁴

É interessante notar que, até onde me foi possível procurar, não houve repercussão ou exploração do veto de Geisel a Delfim na imprensa brasileira. A matéria a que me referi foi retirada da edição francesa da revista *Le Monde*. Após a negativa, Netto foi para o que no jargão militar se chama de exílio. Assumiu o posto de embaixador do Brasil na França no início de 1975. Só seria novamente solicitado pelos militares no governo Figueiredo.

Quanto ao correspondente do *Le Monde* citado acima, Charles Vanhecke, é interessante notar que não apenas ele mas outros jornalistas internacionais eram monitorados pelos sistemas de segurança e informações existentes no Brasil. Embora isso não fosse feito necessariamente de forma centralizada pelo SNI – pareciam ser práticas das DSIs (Divisão de Segurança e Informações) dos diferentes aparelhos de segurança e informações existentes nas três Forças. Vanhecke foi correspondente no Brasil entre os anos 1973 e 1977, e sentia a pressão exercida sobre seu ofício não só no escritório da empresa, no Rio, como também em sua casa. Segundo o próprio, sabia que seus telefones eram monitorados e suas correspondências sempre chegavam abertas. Seu próprio empregado era manipulado pela polícia, que o perguntava sobre a rotina do jornalista. Mesmo as lixeiras do prédio eram reviradas, papéis desapareciam tanto em casa quanto no escritório do jornal. Disse que em São Paulo era pior, onde chegou a ser detido em uma ocasião. O correspondente afirmou ainda que chegou a se encontrar em *off* com Golbery do Couto e Silva, razão pela qual achava

¹⁶⁴ Documentos referentes à Secretaria de Imprensa da Presidência da República. EG pr 1974.04.30. p. 13-16.

que não era visto de maneira tão negativa pelo regime.¹⁶⁵ Embora esse assunto seja tratado mais adiante, é necessário deixar desde já a indicação de que encontros com jornalistas de renome passariam a fazer parte da estratégia do novo chefe do Gabinete Civil, que procuraria dar a entender a busca por uma identificação com setores da imprensa, parlamentares, intelectuais e da Igreja que haviam se distanciado do regime. Isso ficará mais claro em capítulo posterior.

No que diz respeito à censura, em despacho do ministro Armando Falcão de maio de 1974, constava uma consulta ao presidente

sobre a conveniência e possibilidade de unificar no Ministério da Justiça o comando da Censura. Na hipótese afirmativa, seria sempre preliminarmente dirigida ao Ministro da Justiça, diretamente, qualquer solicitação dos órgãos do Governo, quando se tornasse necessário adotar providências, a respeito. Caberia ao Ministro da Justiça expedir as devidas ordens ao Departamento de Polícia Federal. (sic)¹⁶⁶

O tópico possui a anotação de um “*sim*” de Golbery.

Ainda no tocante à relação do governo com a imprensa. Em 1973 antes mesmo de o novo governo assumir, Falcão promoveu um almoço em seu apartamento reunindo o futuro chefe do Gabinete Civil com jornalistas da crônica especializada. O encontro teria como objetivo abrir a porta para futuros contatos de Golbery com a nata dos repórteres e cronistas selecionados na área política federal. É interessante desde já notar que o anunciado aperfeiçoamento democrático seria acompanhado de um “aperfeiçoamento” das relações entre governo e imprensa. Dessa forma a censura chegaria ao fim lenta e gradualmente ao longo do governo Geisel, iniciando com os grandes jornais a partir de 75 e chegando à imprensa alternativa e progressista só após 1978¹⁶⁷. Isso ocorreria por diversos meios e de acordo com a publicação e seu nível de utilidade ao projeto governamental. Segundo Falcão, logo nas primeiras semanas do governo Golbery concedeu uma audiência ao jornalista Villas-Bôas Corrêa, no Palácio do Planalto. Após a conversa, este, nas palavras de Falcão, saiu abismado, o ministro da Casa Civil havia lhe dito que a Revolução precisava descobrir onde estavam os cadáveres de vinte e cinco terroristas desaparecidos nos porões da repressão.¹⁶⁸

¹⁶⁵ MADER, Helena. Correspondentes criticam espionagem na ditadura. **Resenha**. 16 de julho de 2012. Disponível em < http://www.eb.mil.br/web/imprensa/resenha/-/journal_content/56/18107/1890666;jsessionid=2A8D7DFBD086125A9720FF393F22A30B.lrl?refererPlid=18115#.Vi-immsYHO6>.

¹⁶⁶ Documentos referentes ao Ministério da Justiça. EG pr 1974.04.24/1. p. 24.

¹⁶⁷ HABERT, Nadine. Op. cit. p. 50.

¹⁶⁸ FALCÃO, Armando. **Tudo a declarar**. p. 333-334.

Em discurso feito aos dirigentes da ARENA no Palácio da Alvorada, em 29 de agosto de 1974, Geisel retomaria questões abordadas anteriormente e apararia algumas arestas. Não sem antes fazer algumas considerações sobre as próximas eleições. Iniciava afirmando que os reajustamentos fundamentais para realizar o aperfeiçoamento do regime democrático dependia, em larga escala, da eficiente motivação política do povo brasileiro, que deveria entregar a tarefa prioritariamente aos partidos. Esse processo deveria favorecer o surgimento de novas lideranças, capazes de ampliar a participação popular em todos os níveis. Anunciava a sanção de um projeto de uma lei que teve início na Executiva Nacional da ARENA. Para as eleições de novembro a Justiça passaria a ficar a cargo do transporte e alimentação de eleitores da zona rural. O pretense objetivo era apor obstáculos “definitivos” ao abuso do poder econômico no pleito. Ao que parece, essas medidas foram em larga medida destinadas à contenção de excessos na própria ARENA, permanências do antigo coronelismo. Geisel indicou o aprimoramento do direito dos partidos com o acesso gratuito às estações de rádio e televisão, proibindo-se propaganda onerosa que favorecia os candidatos mais ricos. Também foi limitada a ação dos governos estaduais ao estritamente administrativo, a fim de evitar abusos de poder capazes de defraudar a votação. Parece claro também que essas medidas eram direcionadas aos Estados pobres do país, regiões mais propensas ao abuso das autoridades dominantes. Assim, conclamava os membros da ARENA à vitória nas urnas, pois esse êxito representaria a aprovação popular dos postulados revolucionários, “integralmente preocupados em assegurar melhores condições de vida ao povo brasileiro”.¹⁶⁹

Mas o principal do discurso dizia respeito a seus pronunciamentos anteriores, que teriam gerado a tendência a perturbar a vida nacional. Diante das manifestações no mundo civil sobre o momento político brasileiro, Geisel considerou necessário um pronunciamento oficial esclarecedor. Seu objetivo era que não se criasse “graves mal-entendidos”, nem incompreensões ou dúvidas quanto à posição definida que governo estava decidido a manter. Referindo-se às suas convicções democráticas e linha de conduta que indefectivelmente seguiria como presidente, lembrou passagens dos discursos anteriores. Os pontos centrais ficaram em torno do aperfeiçoamento do regime e da não abdicação dos instrumentos excepcionais de que dispunha o governo. Dessa forma, ao referir-se ao mecanismo dos atos institucionais e complementares em vigor, esperava não ter dado margem a falsas interpretações quanto ao uso da legislação especial sobre segurança nacional e outros poderes

¹⁶⁹ GEISEL, Ernesto. Op. Cit. p. 116-117.

deferidos pela Revolução. Esse era o meio pelo qual o governo acolheria os debates e discussões sobre a problemática política brasileira. Que deveria dar fundamentos e substância à tarefa renovadora a ser realizada, qual seja, a da institucionalização objetiva e realista do ideário da Revolução de 64, tradutora dos “anseios do povo brasileiro”.¹⁷⁰

Geisel deixava claro que não aceitaria nem admitiria pressões indevidas ou campanhas reivindicadoras de indivíduos ou grupos quaisquer. Quaisquer que fossem os pretextos ou bandeiras que mesmo sob a forma de nobres ideais e valores eternos pretendessem forçar mudanças e revisões inconvenientes, prematuras ou imprudentes. Por trás disso via uma permanente e estéril agitação de minorias subversivas ou beneficiários da subversão, que pela contestação esperava criar um clima de intranquilidade e desordem em que pudessem prosperar.¹⁷¹ O recado era que somente junto com o governo e no seu ritmo se poderia esperar qualquer abertura. Quem tentasse se adiantar corria o risco de ser colocado do lado da subversão. Geisel arrematava.

É dever do Governo assegurar condições plenamente satisfatórias de liberdade, sem discriminações quaisquer, a todos os brasileiros que, pacificamente, se dedicam ao trabalho construtivo, em proveito de si mesmos, de suas famílias e de sua pátria. Nada tem a temer, portanto, quem não infringe a lei, quem não se envolve em processos de contestação do regime, quem não se deixa comprometer nas malhas da subversão.¹⁷²

A preservação do clima de ordem, de paz e de estabilidade era apontada como preocupação fundamental do governo, correspondendo à continuidade do desenvolvimento nacional. Portanto, os órgãos de segurança continuariam atuantes, “no combate perseverante, rigoroso mas sem excessos condenáveis, duro porém sem violências inúteis, pois lhe compete agir para salvaguarda das instituições e da ordem pública”. O governo prosseguiria na missão que lhe cabia de “promover para toda a nação, em cada etapa, o máximo de desenvolvimento possível – econômico, social e também político – com o mínimo de segurança indispensável”. Segundo Geisel o desejo era de que, empenhando-se o mais possível para isso, esta exigência de segurança fosse gradativamente reduzindo-se. Portanto, continuava, erravam gravemente os que pensavam poder apressar esse processo através de pressões manipuladas sobre a opinião pública, e assim contra o governo. Essas pressões serviriam apenas para provocar

¹⁷⁰ Ibid. p. 119-121.

¹⁷¹ Ibid. p. 121.

¹⁷² Ibid.

contrapressões de igual ou maior intensidade, invertendo-se o processo de lenta, gradativa e segura distensão. O inverso do projeto governista levaria a um clima de crescente polarização e radicalização intransigente, “com apelo à irracionalidade emocional e à violência destruidora”. O que Geisel assegurava, o governo não permitiria.¹⁷³

A retomada do tema da distensão, apesar da tentativa governista, continuou gerando interpretações e manifestações na sociedade. Geisel voltaria ao tema em diversas ocasiões, e aproveitando momentos distintos, nos anos seguintes. Em agosto de 75 pela televisão, por exemplo, voltaria a criticar aqueles que pleiteavam por uma distensão exclusivamente política, direcionada para o restabelecimento do Estado de Direito, mediante pura e simples supressão do AI-5, a revisão da Lei de Segurança e a concessão de ampla anistia. Com a redução dos poderes do Executivo e ampliação das atribuições do Legislativo. Via nessas proposições um indisfarçável saudosismo por um passado não tão remoto, onde amplas disposições livres constavam no papel mas iludiam a boa fé de muitos. Pois não eram praticadas. Serviam apenas aos apetites e poderio de poucos em detrimento dos verdadeiros interesses da Nação, que se debatia na pobreza e na desordem. Portanto, reafirmava que o processo de desenvolvimento político se requeria lento, meditado e progressivo para que “fosse seguro, realmente duradouro, construtivo e socialmente justo”.¹⁷⁴

O ano de 1974 ainda teria de relevante o lançamento do II Plano Nacional de Desenvolvimento – PND – que seria implantado a partir de 1975. Expressão de uma distensão social e econômica para o governo. Interessante que entre suas metas se encontrava a tentativa de “regularização do abastecimento da população em gêneros alimentícios, não mais havendo as irritantes filas que, por anos, constituíram vexatório espetáculo nas nossas cidades”¹⁷⁵. Além disso, as eleições parlamentares de novembro, que viriam a demonstrar o fortalecimento do MDB. Quanto a isso Geisel registrou o reconhecimento geral, mesmo entre os opositores, de que o governo havia assegurado as condições para a realização da propaganda eleitoral e garantido o recesso da cabine eleitoral aos cidadãos, embora reconhecesse que abusos haviam ocorrido. Assim, celebrava o comparecimento maciço da população às urnas, numa ordem que chegava a 80%. Embora esse reconhecimento expressasse muito mais um desejo do governo do que as práticas efetivas da oposição.

¹⁷³ Ibid. p. 121-122.

¹⁷⁴ Pronunciamento, pela televisão, com informações atualizadas sobre a ação governamental. 1º de agosto de 1975. Cf. GEISEL, Ernesto. **Discursos**. Geisel. Vol. 2. p. 152-153, 155.

¹⁷⁵ Ibid. p. 154.

Entretanto, Geisel não reconhecia, ou chegou a expressar, a vitória – dadas as circunstâncias políticas do regime de exceção de maneira geral – do partido de oposição. Ao mesmo tempo em que apontava para a necessidade de uma maior e melhor atuação do partido do governo, incentivando a renovação e rejuvenescimento de seus quadros.¹⁷⁶ É interessante indicar que nos anos posteriores Geisel passaria a ter uma agenda de candidato, inaugurando obras e projetos, participando de festividades e comícios de setores diversos, e viajando pelo interior.

Ao longo do governo, Geisel e Golbery encontrariam a forma de melhor utilizar o jogo de pressões e contrapressões políticas a seu favor. Muitas das estratégias, ou *modus operandi*, que foram utilizados nos anos que envolveram os anos Goulart seriam retomados. Entretanto, nesse momento o objetivo passaria a ser a lenta distensão e a liberalização do regime. Ainda que essa liberalização fosse limitada tanto por questões estruturais ao militarismo, mas, ao mesmo tempo, ocorresse de forma astuciosa. Espero tornar essas questões mais claras adiante.

Embora tenha me estendido, o objetivo do acima exposto foi dar uma ideia do contexto e da conjuntura em que Hugo Abreu esteve inserido ao iniciar suas funções. Como sabemos, ele acumulou as atribuições de Chefe do Gabinete Militar da Presidência da República e de Secretário-Geral do Conselho de Segurança Nacional. Com a Lei de Reforma Administrativa introduzida por Geisel em 5 de maio de 1974, tanto o chefe do Gabinete Militar, quanto os chefes do Gabinete Civil, do SNI e do EMFA passaram a ter *status* de Ministro de Estado. Cargos de estrita confiança do Presidente da República.¹⁷⁷ Entretanto, adianto que no governo Geisel, mesmo no alto escalão, nem todos participavam de tudo, e nem todos sabiam de tudo.

2.4 As atribuições de Hugo Abreu no governo

Hugo Abreu agia de acordo com o que considerou como diretrizes básicas recomendadas por Geisel quando se reuniram no Rio, discreto sem ser omissivo. Quanto a isso dizia que não teve do que se queixar, pois apesar de autoritário e centralizador, Geisel nunca

¹⁷⁶ Ibid. p. 190-191.

¹⁷⁷ ABREU, Hugo. **O Outro lado do poder**. p. 35.

procurou cerceá-lo em suas atividades. Apontou que em determinados momentos chegavam a discutir acaloradamente, sempre mantendo o devido respeito que foi apenas profissional, já que não foram amigos íntimos. Após as discussões as determinações eram acatadas, mantendo-se a disciplina indispensável ao funcionamento no governo.¹⁷⁸ A propósito, esse comportamento era exigido por Geisel em relação a todos os seus subordinados.

Sua rotina no Gabinete Militar, dentro do horário do expediente, era de segunda à sexta-feira das 8h às 12h e de 14h às 18h. Entre suas atribuições consistiam receber o presidente na entrada do palácio e acompanhá-lo até a saída, acompanhá-lo em viagens e visitas de caráter oficial, organizar e dirigir esses eventos respondendo permanentemente pela segurança pessoal do chefe, estudar o expediente e manter ligação com o Ministério das Comunicações e os quatro ministérios militares, encarregando-se de qualquer estudo necessário nessas áreas. Além disso, como assessor direto, participava de duas reuniões diárias realizadas por Geisel juntamente com os outros assessores imediatos: os chefes do Gabinete Civil, da SEPLAN (Secretaria de Planejamento) e do SNI (Serviço Nacional de Informações).¹⁷⁹

Enquanto Secretário-Geral do CSN, Hugo Abreu estava constantemente empenhado em estudos de problemas relativos à *segurança nacional*, que constituía temas dos mais diversos. A Secretaria abordava temas, trabalhos e discussões articulada com vários ministérios. Sendo que ao secretário-geral cabia dar o parecer final aos assuntos antes de serem submetidos à consideração de Geisel. Com volumosa documentação para ser estudada e despachada, e absorvido pela rotina do Gabinete Militar, a maior parte dos problemas eram tratados fora do expediente, de forma a evitar atrasos nas matérias submetidas à sua apreciação.¹⁸⁰

Como foi dito, o assessoramento de Geisel era feito principalmente pelo quarteto formado pelo Chefe da Casa Militar, Hugo Abreu, o Chefe da Casa Civil, Golbery do Couto e Silva, o Chefe do SNI, general João Batista de Oliveira Figueiredo, e o Chefe da Secretaria de Planejamento, Reis Veloso. Assim era composto o núcleo central das decisões governamentais gerais, constituindo uma espécie de *brain-trust* do Palácio do Planalto que se reunia diariamente das 9h às 10h e das 15h às 16h com o presidente.¹⁸¹ Embora esse fosse apontado

¹⁷⁸ Ibid. p. 36.

¹⁷⁹ Ibid. p. 37.

¹⁸⁰ Ibid. pp. 37-38.

¹⁸¹ GÓES, Walder de. **O Brasil do General Geisel**. p. 27. Fiz uso da expressão *brain-trust* deste autor.

como o principal conselho informal do governo, responsável por detonar decisões imediatas e instruir diretrizes para decisões futuras de caráter geral. É preciso destacar que em matéria política esse grupo não se constituía em centro preponderante. As mais importantes decisões políticas eram tomadas entre o gabinete presidencial, a Casa Civil e o SNI, sendo Heitor de Aquino Ferreira, secretário particular de Geisel, o principal auxiliar.¹⁸² É necessário destacar ainda que o Ministro da Justiça, Armando Falcão, que conheceremos a frente, era peça de importância política fundamental para o governo, sendo responsável pelo encaminhamento de questões significativas. As decisões politicamente mais importantes eram processadas e trabalhadas dentro do próprio alto escalão político. Antes de tornadas públicas, passavam pelo que se poderia chamar de um processo psicossocial intrapalaciano, embora isso nem sempre funcionasse.

Retomando, a Secretaria-Geral do CSN tinha sua importância decisiva na elaboração de estudos diversos, determinantes para as decisões de Geisel. Conforme apurou o jornalista Walder de Góes e como veremos adiante, o Conselho de Segurança Nacional em si, enquanto órgão colegiado ou plenário, não se constituía em centro de decisões. Depois de apresentar obstáculos ao governo, como no caso da China – veremos a seguir – passou a ser cada vez menos consultado. Passou a se reunir vez por outra, funcionando mais para ritualizar as decisões do presidente e servindo também para que as mesmas fossem comunicadas em auditório próprio. Além disso, o CSN tinha a função de demonstrar integração militar, uma vez que tinha na sua composição os sete militares de maior patente nas FFAA. Quando de interesse do governo, a ritualização de decisões era importante mesmo no sentido da construção das aparências, e uma imagem de coesão não deveria escapar ao conjunto das FFAA.¹⁸³

Devemos ressaltar, no entanto, que havia uma personagem que escapava, consentida e estrategicamente, à rigidez de Geisel. Tratava-se de Golbery. Este realizava conversações e entendimentos que o presidente não poderia fazer. Marcava audiências sem necessidade de consentimento, transmitia orientações gerais a parlamentares, governadores e altos funcionários em nome e sem prévia consulta presidencial. Se reunia com jornalistas. Devemos não esquecer ainda que Golbery voltara ao governo trazendo seus antigos contatos do IPES¹⁸⁴.

¹⁸² Conforme documentos referentes aos bilhetes trocados sobre temas diversos da política nacional entre Geisel e Ferreira. EG pr 1974.07.10.

¹⁸³ GÓES, Walder de. Op. cit. p. 28-29, 32-33.

¹⁸⁴ GASPARI, Elio. **A ditadura derrotada**. p. 193.

3 A POLÍTICA INTERNACIONAL, HUGO ABREU E AS DIVERGÊNCIAS INTERNAS

Veremos a seguir mudanças na linha política governamental que devem ser encaradas como indicativo da estratégia de distensão que tomaria forma a partir de Geisel. Algumas delas, embora fossem vistas pela linha dura como rupturas com a ideologia implantada com o golpe de 64, significavam um desvio que fazia parte das estratégias dos liberais. Estas alterações continham o indicativo, embora sem alarde, do fim da estrutura política vigente desde Castello. É interessante notar que mesmo no alto escalão a maioria dos membros parecia não ter ciência do significado de tais mudanças de diretrizes, Hugo Abreu se mostra apenas um exemplo. Assim, a política internacional seria palco dos primeiros embates entre os liberais golpistas e a linha dura no governo Geisel, que viria crescer sua unidade em torno do ministro do Exército, general Sylvio Frota. Devemos ter em mente também que alguns dos casos a seguir foram largamente instrumentalizados na campanha contra João Goulart, sendo suas políticas implementadas nos momentos iniciais do primeiro governo ditatorial.

3.1 O estabelecimento de relações diplomáticas com a China

Segundo Hugo Abreu, um dos primeiros problemas de monta com que teve que se defrontar na Secretaria foi o do estabelecimento das relações diplomáticas com a China comunista, o primeiro caso submetido à consideração do CSN. Essa questão já começava a ser tratada pelo governo em abril de 1974 e seria resolvida até agosto. O Brasil considerava a Ilha de Formosa, chamada de China nacionalista, com 15 milhões de habitantes, a representante da China continental e do povo chinês, que era composta por mais de 800 milhões de habitantes sob a liderança de Mao Tsé-Tung. O reconhecimento da China continental tinha como contrapartida necessária a ruptura das relações diplomáticas com Formosa, embora as relações comerciais fossem mantidas em qualquer dos casos¹⁸⁵. Isso ocorria porque Pequim considerava a Província de Taiwan parte inalienável do território da

¹⁸⁵ Documentos referentes ao Ministério das Relações Exteriores. Exposição de motivos, sem data, provavelmente de abril. EG pr 1974.03.00/2. p. 92.

República Popular da China.

Hugo Abreu indicava não considerar este caso apenas o reflexo da submissão e servilismo aos norte-americanos, embora admitisse que houvesse esse sentimento. Enxergava nele um fenômeno que denominava de “macarthismo caboclo”, levando em conta que se os países comunistas eram olhados com natural desconfiança, Cuba e China eram considerados “verdadeiros ‘bichos-papões’”. Como exemplo cita o que chama de anticomunistas extremados, que ainda diziam: “Mas como ter relações diplomáticas com a China? Como controlar a avalanche de propaganda comunista que virá sobre nós?”.¹⁸⁶

Esse era o discurso da linha dura, ao qual nos ateremos em pouco. Entretanto, era o discurso que havia sido instrumentalizado há cerca dez anos atrás, quando da campanha que desencadearia o golpe civil-militar. Prova disso foi a prisão de uma missão comercial chinesa, entre os quais se encontravam alguns jornalistas, que em 1964 visitava o Brasil a convite de Jango. Na época foram presos, processados e condenados como espiões, subversivos e agitadores, o que era “bem característico do ambiente que se criara aqui contra o Governo da China comunista”, escrevera Hugo. Entretanto, reconsiderava que depois de 15 anos (sic), “com a cabeça fria”, pôde admitir o “absurdo cometido”.

O governo Geisel incluía esse redirecionamento no imperativo da necessidade de manutenção do desenvolvimento econômico do país. Fazia parte de um realinhamento da política externa que tinha por objetivo incrementar relações comerciais, garantir o suprimento de matérias primas e ter acesso à tecnologia moderna. Tudo de acordo com a política do “pragmatismo responsável”, caracterizada por deixar de dar prioridade a princípios ideológicos, mas mantendo a ideia de que esses continuavam fazendo parte das preocupações do governo, e harmonizavam com a doutrina de segurança nacional. Por vezes se acrescentava o termo “ecumênico”, referente ao caráter universalista que consideraria todas as possibilidades de aumento das relações internacionais do país.¹⁸⁷ Isso significou também o não mais alinhamento automático com os norte-americanos, embora se mantivesse o alinhamento ideológico. Hugo Abreu considerava a doutrina sintetizada pela primeira expressão como acertada, resumindo-a em: respeitados os compromissos assumidos e os direitos das nações, a atitude do Brasil deveria ser pragmática, ou seja, seriam adotadas as

¹⁸⁶ ABREU, Hugo. **O Outro lado do poder**. p. 39.

¹⁸⁷ Sobre as questões gerais das relações entre os países ver: PINHEIRO, Leticia. Restabelecimento de relações diplomáticas com a República Popular da China: uma análise de processo de tomada de decisão. **Revista Estudos Históricos**, v. 6, n. 12, p. 247-284, 1993.

atitudes que melhor atendessem aos interesses brasileiros.¹⁸⁸

Historicamente, o período em que houve maior aproximação entre o Brasil e China fora nos governos Jânio Quadros e João Goulart. A Política Externa Independente dessa época tinha como base, inicialmente, “a busca pela preservação da paz, aproveitando-se do poder de barganha decorrente da possibilidade de o país optar por uma postura neutralista”, em seguida, no princípio da “dissociação da Guerra Fria como elemento definidor central e a ênfase na questão do desenvolvimento”¹⁸⁹. Com o Golpe de 1964 tais iniciativas foram drasticamente interrompidas, até que nos anos iniciais da década seguinte estudos passassem a indicar possibilidades de uma reaproximação. Entretanto, em 1971, quando foi aprovado o reingresso da China na ONU, o Brasil manteve o voto contrário, juntamente com os norte-americanos, mas sem mais copatrocinar sua proposta. A partir daí, missões comerciais deram pequenos passos no sentido de uma reaproximação. Porém, “aspectos ligados à ideologia de segurança nacional e ao combate ao comunismo ainda persistiam na definição dos interesses nacionais a ponto de impedir o restabelecimento de relações diplomáticas com a República Popular da China”¹⁹⁰.

Se para os liberais golpistas a instrumentalização do anticomunismo foi um meio para a tomada do poder, o mesmo não ocorria com a linha dura. Dificilmente não se encontraria resistências à retomada do projeto derrotado nos anos pré Castello. Presente em todos os campos que envolveram a derrubada de Jango e nas políticas subsequentes, a ideologia de segurança nacional continha, para a linha dura, uma finalidade que jamais seria suficientemente alcançável. O governo Geisel, na continuidade de um regime que sempre teve no comunismo chinês uma referência ideológica explorada política e ideologicamente, teria dificuldades de fazer impor esse realinhamento. Especialmente entre aqueles que acreditavam piamente ter salvado o Brasil de se tornar uma “China nas Américas”¹⁹¹, com a vitória da revolução de 64.

Segundo Hugo Abreu, quando se discutiam as vantagens do reconhecimento do governo da China comunista era comum se apresentar o fundamento econômico, uma vez que

¹⁸⁸ ABREU, Hugo. Op. cit. pp. 38-39.

¹⁸⁹ PINHEIRO, Leticia. **Política externa brasileira, 1889-2002**. p. 35.

¹⁹⁰ PINHEIRO, Leticia. Restabelecimento de relações diplomáticas com a República Popular da China: uma análise de processo de tomada de decisão. **Revista Estudos Históricos**, v. 6, n. 12. p. 253.

¹⁹¹ Sobre a disseminação do pânico comunista baseado nessa ideia ver, p. ex. MENDES, Ricardo. **Visões das direitas no Brasil (1961-1965)**. p. 128. Esse tipo de referência também existe em FICO, Carlos. **O Grande irmão: da Operação Brother Sam aos anos de chumbo. O governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira**. p. 138.

se tratava de mercado consumidor de mais de 800 milhões de habitantes. Entretanto, era mantida a opinião de que prevaleceria como mais importante o fator político. Uma vez que não se previa o desenvolvimento imediato de um grande intercâmbio mercantil, que demandaria tempo e habilidade comercial. O fator político de importância imediata a que Abreu se reportava, era a pretensa aspiração brasileira a se tornar potência mundial de “primeira grandeza” – o que fazia parte de uma aspiração militar como um todo -, uma vez que o país teria todas as condições para isso. Dessa forma, como se ignoraria a existência da China continental, e como se poderia ter medo do comunismo chinês? Indagava.¹⁹²

Se para Hugo Abreu o estabelecimento das relações com Pequim era “insofismavelmente lógico”, sua recepção em determinados setores não foi pacífica, encontrando “opositores inusitados”. Os argumentos de uma nova era da economia brasileira e de uma política externa “ecumênica e pragmática”, baseada em princípios de respeito mútuo da soberania e não intervenção nos assuntos internos do outro país não convenceria o general Sylvio Frota, expoente da linha dura naquele momento. O assunto chegou até este em abril de 1974 quando ainda era Chefe do Estado Maior do Exército, através do Conselho de Segurança Nacional.

Sylvio Frota, baseando-se em dados e informações fornecidas pela Segunda Seção do EME, frisava que não havia deixado nenhum ângulo da questão fora de foco. Em sua argumentação indicava resgatar uma grande responsabilidade para com o regime democrático brasileiro, levando em conta os aspectos da expansão dos quase 900 milhões de chineses em busca de vazios de ecúmenos e de domínio político. Estes teriam como objetivo áreas cobiçadas da África negra e da América do Sul para expandir o marxismo, “transformado em fanática religião maoísta”. Assim, a manutenção das relações diplomáticas com Formosa se mostrava benéfica para a segurança interna, uma vez que seu antagonismo ideológico com Pequim significava uma vigilância rigorosa. Retomava o período da Revolução Cultural de meados da década de 60, apontando para a perseguição e morte de mais de 800 mil chineses, tendo a China se isolado dos países do mundo ocidental. Esse sectarismo teria repellido a própria Rússia, vista nesse momento como “tolerante revisionista dos puros princípios de Marx”. Essa era a base do “longo e profundo estudo” que havia levado Frota ao parecer contrário às posições do governo.¹⁹³

Frota e seus oficiais de Estado-Maior indicavam que tudo parecia paradoxal, se a

¹⁹² ABREU, Hugo. Op. Cit. p. 39-40.

¹⁹³ FROTA, Sylvio. **Ideais Traídos**. p. 99.

política governamental era definida como ecumênica e pragmática, como aceitar condições contundentes à soberania brasileira? De acordo com seu raciocínio, se era ecumênica, deveria ser caracterizada como universal, portanto, como excluir o reconhecimento de Formosa? Se era pragmática, no sentido de que só é verdadeiro o que é útil, esta deveria ser uma razão a mais para manter as ligações com Taipé, já que o intercâmbio comercial com esta nação havia superado, nos cinco anos anteriores, em 4,9 milhões de dólares o comércio com Pequim. Dessa forma, o discurso do chanceler brasileiro que fundamentava a relação dos governos nos princípios de respeito mútuo à soberania e a não intervenção nos assuntos internos do outro país era visto como uma “comédia de afirmações”. Já que o reconhecimento de Pequim exigia o imediato rompimento diplomático com Taiwan. O Brasil, assim, estaria aceitando uma imposição que, do ponto de vista de Frota, causava fortes arranhões à sua soberania.¹⁹⁴

No parecer encaminhado à presidência havia ainda maior ênfase nos riscos que o ato representava. A República Popular da China era apontada como exportadora da revolução comunista, defensora de valores antitéticos aos da nossa cultura. Teria a intensão de ingerir em nossos assuntos internos conforme conjuntura própria à sua estratégia. Seria intrínseca à sua ideologia a necessidade de destruir, mesmo em longo prazo, “a sociedade humana tal como a entendemos”. Os grupos contestadores nacionais teriam como mestre a orientação político-ideológica do comunismo chinês, “verdadeiro deus de uma religião sincretizadamente professada por mais de 800 milhões de amarelos”. A instalação de uma Embaixada da República Popular da China em Brasília e de consulados em Capitais de Estados, facilitaria a abertura de entrada de difícil fiscalização para a infiltração de pessoal, propaganda e ideias contrárias à formação cristã e democrática brasileira. Isso exigiria a criação de barreiras e canais de controle diversos, entre outras coisas. O que também implicaria emprego de efetivos de segurança e gastos de vulto. Ainda assim, a porta de fácil agressão cultural e ideológica estaria aberta também aos vizinhos sul-americanos, como nós, na rota do expansionismo vermelho como etapa para o domínio mundial. Frota terminava o parecer indicando que essas conjecturas eram fruto de uma “análise desapaixonada do problema”.¹⁹⁵

Devemos lembrar que esse discurso faz claras referências à Ideologia de Segurança Nacional, que fez parte do caldo político-ideológico anterior ao golpe de 64 e foi reforçado depois. Entretanto, foi apropriado de maneira diversa pela linha dura e pelos liberais. Para estes, tratava-se de um meio para a o aprofundamento e consolidação dos interesses do livre

¹⁹⁴ Ibid. p. 99-100.

¹⁹⁵ Ibid. p. 105-107.

mercado. Para aqueles, uma finalidade em si. Uma das provas da vitalidade desse discurso se encontrava, entre outras questões, no próprio exemplo da prisão da missão chinesa acima citada, cujo objetivo era basicamente a instalação de um escritório comercial. E a prova de que essa vitalidade se fazia presente no seio das Forças Armadas era a que segue.

Embora o governo tivesse como objetivo o estabelecimento das relações diplomáticas com a China, os sete membros militares do Conselho de Segurança Nacional, todos integrantes do Alto Comando das Forças Armadas, votaram contra o projeto. Geisel poderia simplesmente ignorar os votos, já que a ele caberia a decisão final, mas preferiu que Hugo Abreu fosse aos generais solicitar que mudassem de posição. Cinco deles atenderam ao pedido, dando legitimidade militar à decisão.¹⁹⁶ O parecer de Sylvio Frota já havia sido considerado demasiadamente incisivo pelo próprio então Ministro do Exército, - naquele momento ainda era o general Dale Coutinho - que apesar de concordar com os argumentos, sugeriu a ressalva de que o direito à decisão caberia ao presidente. A mesma crítica seria feita posteriormente por Hugo Abreu quando da solicitação de Geisel, que lhe sugeriu, pois que era membro da equipe presidencial, quebrasse a rigidez do documento, pois o presidente não poderia ser daquela forma contrariado. Isso foi feito. A propósito, Abreu e Frota indicavam demonstrar elevada consideração mútua, embora discordassem quanto ao problema.¹⁹⁷ À questão da soberania levantada por Frota, Hugo argumentava não entender o motivo de se colocar daquela forma seu posicionamento, já vez que os próprios chineses também abriram mão de qualquer referência oficial ao processo promovido contra eles em 64.

Ainda assim é interessante notar que quando das discussões entre os dois governos, acerca do estabelecimento das relações diplomáticas, o processo de 1964 tenha sido levantado pelos chineses. Embora, segundo Hugo Abreu, “reconhecessem que o assunto já estava superado e fora produto do excitação natural de uma época de vitória revolucionária”¹⁹⁸. Não obstante o chefe da missão comercial Chen Chieh tenha assegurado que a questão não deveria constituir obstáculo ao estabelecimento e bom desenvolvimento das relações, se deixava implícito ao Ministério das Relações Exteriores que a maioria dos chineses condenados em 64 ocupava naquele momento importantes cargos no governo de Pequim¹⁹⁹.

¹⁹⁶ GÓES, Walder de. **O Brasil do General Geisel**. p. 32.

¹⁹⁷ FROTA, Sylvio. Op. Cit. p. 100-101.

¹⁹⁸ ABREU, Hugo. Op. cit. p. 39.

¹⁹⁹ Arquivo Ernesto Geisel. Documentos referentes ao Ministério das Relações Exteriores. Informação para o senhor presidente da República. 4 de outubro de 1974. Relações Brasil – RPC. Questão pendente. EG pr 1974.03.00/2. p. 259.

Ao longo dos anos de abertura, o argumento do “excitamento natural de uma época de vitória revolucionária” seria utilizado em várias ocasiões.

Na exposição de motivos encaminhada pelo Ministério das Relações Exteriores ao presidente, e que depois seria copiada e dirigida aos integrantes do Conselho²⁰⁰, a avaliação era ampla – cabe ressaltar que a solicitação desse tipo de estudo partia do presidente. A questão envolvia o Brasil num quadro de consolidação no cenário das nações. Indicava-se que a ampliação dos interesses de uma potência em ascensão aumentava suas responsabilidades, nisso se inserindo o contexto das relações do Brasil com a República Popular da China. Levavam-se em conta as modificações pelas quais havia passado o mundo na década de 70, sendo a China reconhecida de jure pela maioria dos governos e com assento permanente no Conselho de Segurança da ONU. A posição refratária desse país ao convívio com as demais nações até 1969, por força de isolamento político, econômico e comercial teria sido substituída por uma reavaliação de seus interesses nacionais. Uma nova atitude era marcada por argúcia diplomática e sensibilidade política, valendo-lhe a reaproximação com a maioria dos países e abrindo espaço para a normalização das relações com os EUA, cujo presidente inclusive fez uma viagem a Pequim. Aos argumentos de fundo ideológico e fundamentados na segurança nacional, ponderava-se que a *praxis* chinesa pós 1969 desaconselharia o reinício de atividades subversivas, que teriam no passado lhe acarretado prejuízos desastrosos e que, se voltassem a ocorrer naquele momento, dificilmente obedeceriam controle político e ideológico oficial de Pequim. A instalação de uma missão diplomática não exigiria sacrifícios de monta nas funções de vigilância e controle pelas autoridades brasileiras, tanto que já existiam no país inúmeras missões diplomáticas de países comunistas. Estas não teriam retardado o processo de amadurecimento e consolidação de um regime político próprio nacional, inspirado no binômio desenvolvimento-segurança, ostentando desconcertantes taxas de crescimento nos últimos anos. Deixava-se claro que não se tratava de atender aos propósitos do governo de Pequim, mas sim de ato de um Estado soberano, “côncio de seus interesses nacionais e sensível às transformações do cenário político internacional”. Assim, à soberania servia a comunicação diplomática direta, em uma conjuntura que se distanciava dos dogmatismos próprios da “*guerra fria*”, e cada vez mais caracterizada pela objetividade e pragmatismo de seus integrantes. Embora não se afirmasse que a R.P.C. (República Popular da China) era um mercado de perspectivas inesgotáveis aos produtos brasileiros, sua potencialidade já havia sensibilizado os grandes países industriais da Europa, estando o Brasil

²⁰⁰ Estudo sucinto nº 053/1ª.SC/74. Brasília-DF. 17 de julho de 1974. Ibid. p. 180.

na posição de retardatário, cabendo-lhe a tarefa de reconquistar posições. Posicionamentos internacionais comuns aos dois governos poderiam ser capitalizados pela diplomacia brasileira, como nas questões das duzentas milhas de extensão para o mar territorial, a proteção de recursos naturais e determinados aspectos do desarmamento e meio-ambiente. Quanto às relações com Formosa, cujo comércio em 1973 havia alcançado 80 milhões de dólares, dos quais 75 milhões representavam o montante de exportações brasileiras, era indicado que esses resultados contribuiriam decisivamente para a preservação dos interesses comerciais com a Ilha após a cessação das relações diplomáticas, o que já havia acontecido com Japão e Espanha. Esse sentido transparecia no pragmatismo do governo de Taipé, o qual permitia o cultivo de relacionamentos diversos com todos os países com os quais não mantinha relações diplomáticas. Com a notícia do iminente reconhecimento da R.P.C. pela Venezuela e Colômbia, se elevaria a 101 o número dos que reconheciam Pequim, contra 39 reconhecendo Formosa. Além disso, apenas 12 países continuariam com missões diplomáticas permanentes em Taipé²⁰¹. Se o próprio pragmatismo político do presidente Nixon havia o levado a Pequim, isso dissipou quaisquer dúvidas quanto à dependência de compromissos antigos ou solidariedade ideológica por parte do Brasil quanto à questão chinesa.

O ato foi assinado solenemente no dia 8 de agosto de 1974 em Brasília. Hugo Abreu considerou essa uma das mais importantes e acertadas decisões do governo na política internacional. Demonstração de maturidade, com repercussões bastante favoráveis ao relacionamento com o resto do mundo. “Era decisão que não podia mais ser adiada”²⁰²

É preciso notar que até aqui, Golbery tenha parecido uma figura distante, isolada dos acontecimentos se tomarmos apenas como base a avaliação da documentação oficial – documentação classificada na época como secreta. A revista *Veja* de 21 de agosto de 1974 trazia em sua capa a caricatura de um chinês sorridente tomando café, sob o título *Brasil-China: do comércio à diplomacia*. Na página 24, a capa da reportagem trazia uma foto de meia lauda com o vice-ministro do Comércio Exterior chinês Chen Chieh e Golbery do Couto e Silva brindando às novas relações entre os governos. *O pragmatismo sorridente* apresentava um ponto de vista favorável ao ato do governo, trazendo inclusive alguns dos argumentos oficialmente utilizados. Entretanto, a ênfase ficava nas questões comerciais e possibilidades de comércio, que predominaram na reportagem. Ao fim havia inclusive uma sugestão de

²⁰¹ Tratava-se de Costa Rica, Filipinas, Guatemala, Jordânia, República Centro Africana, República da Coreia, República Dominicana, República do Vietnã, Tailândia, Uruguai e Vaticano, mais os EUA, cuja posição era considerada especial.

²⁰² ABREU, Hugo. Op. cit. p. 41.

como se fazer turismo na China, uma entrevista com Germana Travassos, agente de viagens. Aqui uma coisa chamou a atenção, dizia a entrevistada que “o que mais nos impressionou foi a conjugação perfeita da pobreza e eficiência, jogando por terra um conceito muito difundido entre nós de que pobreza se associa irremediavelmente a sujeira”. Nenhum dos pontos de atrito que houvera nos bastidores do militarismo fora tocado, embora jornalistas próximos aos informantes oficiais do governo tivessem recebido informações cotejadas do que se passou. A reportagem contava ainda com pequena entrevista com Chen Chieh, que falava de perspectivas amplas, mas dependentes dos entendimentos comerciais que deveriam ocorrer a partir de então.²⁰³

Uma vez informados de que o Brasil assinaria o ato com Pequim, os representantes de Taipé tomariam a iniciativa de romper as relações, o que era indicado como praxe diplomática. Teriam um prazo de cerca de um mês para deixarem suas instalações sem a perda de privilégios e imunidades de que vinham gozando. As instalações seriam posteriormente ocupadas pelos representantes da R.P.C. Segundo Frota, depois de efetivado o ato, os chineses de Taipé teriam difundido, “indignados”, que seus bens foram confiscados pelas autoridades brasileiras a pedido do governo da China e entregues aos seus representantes. Havia recebido essas informações de fontes chinesas de São Paulo, confirmadas por elementos do Serviço de Informações. Seriam cinco veículos, a residência do embaixador e a chancelaria²⁰⁴. Era uma tentativa da linha dura de difundir boatos e angariar simpatias ideológicas. Entretanto, o Conselho de Segurança Nacional já havia se adiantado no sentido da adoção de medidas acauteladoras, “adequadas para evitar que o eventual rompimento de relações com a China (Formosa) venha a ser explorado negativamente, perante o público interno”²⁰⁵. É claro que qualquer atitude antipática por parte do governo brasileiro em relação aos representantes de Taipé resultaria em movimento recíproco correspondente, além de por em risco as relações comerciais que se tinha por objetivo manter.

Dessa forma, vemos que se no início dos anos sessenta a aproximação do governo brasileiro com a China comunista era política e ideologicamente explorada com o objetivos políticos, nesse momento a reaproximação tinha outras finalidades. É preciso tem em mente que apesar dos interesses econômicos e diplomáticos envolvidos, estéticas demonstravam que

²⁰³ O pragmatismo sorridente. **Veja**. 21 de agosto de 1977. p. 24-30.

²⁰⁴ FROTA, Sylvio. Op. cit. p. 182.

²⁰⁵ Exposição de motivos. Sem data. Documentos referentes ao Ministério das Relações Exteriores. EG pr 1974.03.00/2. p. 93-94.

o incremento do comércio seria a princípio irrisório²⁰⁶. Em abril de 1977 o *Jornal do Brasil* publicou um artigo segundo o qual o relacionamento com a China ainda não havia avançado um milímetro desde o restabelecimento das relações e fixação de embaixadas. A representação brasileira seria cargo rigorosamente decorativo e as relações comerciais não apresentavam sombra dos números bordados como justificativas para a reaproximação²⁰⁷.

Assim, o esforço para o reconhecimento diplomático da República Popular da China deve ser visto dentro de uma estratégia mais ampla. Os liberais golpistas sabiam que para ter sucesso na derrubada de Jango era necessário criar uma atmosfera favorável. No retorno ao poder, o clima a ser criado e os adversários a serem afastados eram outros. Isso se torna ainda mais significativo se lembrarmos de que os EUA só viriam a normalizar as suas relações diplomáticas com a R.P.C. em 1979, tendo esse anúncio sido feito no dia 15 de dezembro de 1978²⁰⁸.

3.2 O voto de abstenção em relação a Cuba na Organização dos Estados Americanos

No ano de 1972, o Peru propunha na OEA o início das discussões sobre o levantamento do bloqueio continental imposto a Cuba. Na terceira sessão da Assembleia Geral da Organização, em abril de 1973, Colômbia, Costa Rica e Venezuela apresentavam um projeto de resolução que visava ao reconhecimento do pluralismo político-ideológico nas relações interamericanas, o que foi aprovado pela maioria dos países. Em 1974, em Tlatelolco, México, países latino-americanos exigiam o fim das sanções contra Cuba, o que se concretizaria em parte na XVI Reunião de Consulta de Ministros das Relações Exteriores da OEA em 1975, quando se aprovou, com voto favorável dos EUA, uma resolução que liberava

²⁰⁶ PINHEIRO, Leticia. Op. cit. p. 258.

²⁰⁷ VIZENTINI, Paulo Fagundes. **A política externa do regime militar brasileiro: multilateralização, desenvolvimento e construção de uma potência média (1964-1985)**. p. 209.
Segundo este autor em 1976 o Brasil exportara apenas 8,9 milhões de dólares e comprara 279 mil dólares. Em 1975 as exportações foram de 67,3 milhões de dólares. Portanto, números ainda abaixo do comércio com Taipé no ano de 1973.

²⁰⁸ Texto de Jimmy Carter por meio da embaixada americana em Brasília. Text of message received telegraphically by the American Embassy, Brasilia, December 15, 1978. Correspondência entre o presidente Ernesto Geisel e diversos chefes de Estado, principalmente Jimmy Carter, presidente dos Estados Unidos. EG pr 1974.06.07. p. 185.

os países-membros para estabelecer relações diplomáticas com a Ilha.²⁰⁹ Devemos lembrar que na América do Sul até primeiro de agosto de 1976, *apenas* o Brasil, Chile, Bolívia e Uruguai haviam adotado regimes de segurança nacional. Equador, Peru e Argentina indicavam essa tendência, que se concretizaria em pouco tempo. Países da América Central e Caribe, apresentavam formas diversas de dependência e alinhamento em relação aos EUA.²¹⁰

De acordo com Hugo Abreu, o estabelecimento das sanções ocorrera no início da década de 60 por iniciativa da Venezuela²¹¹. Os países membros da OEA votaram e aprovaram a medida em represália às ações que Cuba vinha realizando no sentido de “exportar subversão” para diversos países latino-americanos. O ponto culminante teria sido o desembarque de guerrilheiros nas costas da própria Venezuela. As sanções significaram verdadeiro bloqueio econômico, uma vez que os países americanos ficaram proibidos de comercializar com Cuba. Avaliação simplificada das relações deste país para com os demais do continente, Hugo prosseguia. Indicava que a situação do mundo havia evoluído, e os Estados Unidos, que antes estimulava o bloqueio, naquele momento procurava melhorar suas relações com a Ilha. Mesmo a Venezuela estava entre os que defendiam não só a suspensão das sanções, mas o ingresso do país na OEA.²¹² Desse ponto de vista, parecia se conformar um quadro de ligeira diminuição da inflexibilidade americana, sob Nixon, para com o governo de Fidel Castro, o que não passou de uma falácia.

Diante dessas considerações o Itamaraty propunha, “com bastante lógica”, conforme Abreu, que o Brasil votasse favoravelmente à suspensão das sanções econômicas a Cuba. Apresentava como argumento um levantamento feito de antemão que previa a aprovação da proposta pela esmagadora maioria dos países membros da OEA. Provavelmente os mesmos doze que haviam proposto o exame sobre a reintegração. Entretanto, embora Geisel fosse favorável à proposta, fora convencido por Hugo a não levar adiante tal propósito.²¹³ O voto fora dado em Quito, Equador, em novembro de 1974. Quando da XV Reunião de Consulta da OEA para apreciar a matéria.

Segundo Hugo Abreu, o assunto fora estudado e discutido “com toda a segurança”

²⁰⁹ AYERBE, Luis Fernando. **A Revolução Cubana**. p. 53.

²¹⁰ COMBLIN, Pe. Joseph. **A ideologia da segurança nacional: o poder militar na América Latina**. p. 19-20.

²¹¹ Despacho direto com o senhor presidente da República. Nº 079/78. Brasília, em 10 de novembro de 1978. Documentos referentes ao Ministério das Relações Exteriores. EG pr 1974.03.00/2. p. 2336.

²¹² ABREU, Hugo. Op. Cit. p. 49.

²¹³ GÓES, Walder de. **O Brasil do General Geisel**. p. 39.

pela Secretaria-geral do CSN, que acabou por modificar a decisão inicial do governo, optando pela abstenção. A argumentação do secretário tomava por base a “opinião” interna do país, e se fulcrava na repercussão negativa que teria na área revolucionária, “ainda muito impressionada com o papel desempenhado pelo Governo de Fidel Castro como exportador de comunismo e subversão para a América Latina”²¹⁴. Considerava que o problema não estava maduro e pouco representava para a política internacional do Brasil. Além disso, indicava um raciocínio pragmático. Se o assunto não era de interesse maior para o país e não havia por que manter as sanções contra Cuba, também nada justificaria que se hostilizasse o posicionamento da maioria da área militar, que se mostrava contrária a qualquer medida simpática ao país socialista. Hugo Abreu ainda indica que o assunto foi muito discutido com o presidente, que tinha junto ao Itamaraty razões sólidas e contava com o apoio de outros assessores. A abstenção foi justificada com uma declaração de voto. E ainda assim o governo foi acusado de complacência para com Cuba.²¹⁵ Essa atuação deixa claro que Abreu, nesse caso, atuou no sentido evitar o tensionamento militar entre setores que considerava “idealistas” das Forças Armadas e o governo.

É preciso ter em mente que assim como no caso da “China comunista”, a presença da Revolução Cubana também fez parte da campanha golpista de 1964. Da mesma forma que havia o perigo de uma “China nas Américas”, fora explorada também a ideologia do risco de uma “outra Cuba” no continente, que frequentava assiduamente os pesadelos dos “revolucionários”. Entretanto, em termos da ideologia de segurança nacional os argumentos da linha dura se mostravam fortes. Sylvio Frota alegava o desprezo de Cuba pela sinalização da OEA, continuando com suas tentativas de intervir na política interna dos países sul-americanos. Citava a guerrilha liderada por Che Guevara na Bolívia até 1967 e a “incitação subversiva” dos Tupamaros no Uruguai, caso também mencionado pelo chanceler deste país durante a Reunião. Acusava que enquanto Bolívia e Guatemala condicionavam seus votos à garantia de que o princípio da não-intervenção fosse assegurado, e a Costa Rica propunha a solidariedade dos membros restantes aos Estados que porventura viessem a sofrer intervenção – o que era também uma estratégia que visava ampliar o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca-TIAR –, Havana não havia apresentado nenhuma garantia de que não voltaria a “intervir”.²¹⁶ Essa denunciada “intervenção” se dava em termos de ajuda econômica

²¹⁴ ABREU, Hugo. **O Outro lado do poder**. p. 49.

²¹⁵ Ibid. p. 50.

²¹⁶ FROTA, Sylvio. Op. cit. p. 177-178

– na medida do possível – e treinamento de grupos de oposição que em seus países aderiram à luta armada como forma de combate aos regimes vigentes, constituindo focos de guerrilha urbana e rural, em alguns casos.

Frota apontava a estranheza de uma decisão de tamanha importância para a segurança do país ter sido tomada sem a consulta, ao menos, aos ministros militares. Fora informado por outras fontes que a decisão inicial seria pela suspensão das sanções, o que não ocorreu graças ao trabalho “cauteloso e persistente” de Hugo Abreu. Creditava a gravidade da medida ao feitio oligárquico e autocrático do “senhor Ernesto Geisel”, que atuava em compartimentos estanques ou separadamente com cada um dos ministros militares, o que fez com que as reuniões ministeriais fossem muito poucas. Isso fazia com que as decisões ficassem restritas ao seu pequeno grupo. Segundo Frota, embora oficiais e civis atribuíssem a responsabilidade da política de aproximação com países comunistas ao ministro Azeredo da Silveira, acreditava que tal ocorria por orientação traçada por Geisel e sob a influência direta de Golbery. Soube que o governo adotou em relação a Cuba uma política denominada de *low profile*, segundo homens do próprio Itamaraty. Isso significava que a atuação do governo “marxista” da Ilha não representaria o menor perigo para o Brasil, recomendando somente a prudente observação dos acontecimentos com que viessem a ter relação. O Brasil não deveria, a princípio, intrometer-se, deixando a iniciativa aos países diretamente interessados. Para Frota, isso significava omissão.²¹⁷

Ainda quando da discussão da questão chinesa Frota disse ter sido informado por um de seus assistentes que ouvira a seguinte frase de Heitor Aquino Ferreira, o secretário particular de Geisel, “por causa desses milicos de... (aqui foi proferida a famosa palavra do general Cambrone) [não consegui descobrir do que se tratava] não podemos fazer relações com Cuba”. Também teria sido encontrado um bilhete na mesa do secretário que tachava de tacanhos os militares por sua oposição ao interesse do governo.²¹⁸ Não estaria fora do contexto se pensássemos que foram provocações propositais.

Na imprensa o assunto parecia não ter relevância em termos de interesses governamentais, privilegiando-se a diplomacia no continente americano de modo geral – o que também pode ser interpretado como derrota governista. A revista *Veja* argumentava que Cuba, nos dez anos do bloqueio, não havia apenas sobrevivido como aumentado sua estabilidade política e financeira. Um diplomata brasileiro, em vista de possíveis vantagens,

²¹⁷ Ibid. p. 178-180.

²¹⁸ Ibid. p. 101-102.

teria dito que se tratava de um “mercado pequeno para nós”, embora solvente e fora do alcance da crise mundial. Mas apresentava-se o fato de que o bloqueio apresentava furos cada vez maiores. Peru, Argentina, México, Trinidad e Tobago, Barbados, Guiana e Panamá já mantinham relações comerciais. Equador, Venezuela e Colômbia estavam prestes a reatar. No máximo, a abstenção brasileira foi discretamente apresentada nos termos de uma responsabilidade ideológica com o regime vigente, ou seja, “o chanceler Azeredo da Silveira precisaria ser suficientemente pragmático para não votar contra, e suficientemente responsável para não votar a favor de Cuba”²¹⁹, o próprio termo *abstenção* não foi tocado. Pelo menos na revista não houve a politização interna da questão, ao contrário do que ocorreu nos bastidores. Embora se pudesse perceber uma certa humanização do regime cubano, levemente favorável aos interesses do governo brasileiro.

Para que houvesse o fim das sanções seriam necessários 14 votos, mas 12 países votaram a favor do fim do bloqueio²²⁰. Abstiveram-se Brasil, Estados Unidos, Guatemala, Bolívia, Nicarágua e Haiti. Entretanto, em julho de 1975, na XVI Reunião de Consulta da OEA na Costa Rica, foi aprovado por 16 votos, 3 contra (os mesmos anteriores) e 2 abstenções (Brasil e Nicarágua), a proposta mexicana de “liberdade de ação”, que deixava a critério de cada país o reatamento das relações diplomáticas e econômicas com Havana.

Esse também foi o momento – agosto de 1975 – em que a *Veja* fez referências ao potencial do mercado cubano. Em 1973, com a ajuda soviética e as excelentes cotações do preço do açúcar, Cuba teve superávit superior a 100 milhões de dólares. O emergente mercado tornava-se cobiçado por várias multinacionais norte-americanas interessadas, por exemplo, na venda de sistemas elétricos e telefônicos pela RCA e ITT, adubos pela Union Carbide e bebidas pela Coca-Cola. A Ford, a GM e a Chrysler já haviam vendido 42.000 veículos através de subsidiárias argentinas. E a própria Dow Chemical, da qual Golbery era presidente no subcontinente, fazia prospecções. A revista trazia no topo dessa página uma ilustração com bonecos simbolizando as marcas citadas em torno da Ilha.²²¹ Percebe-se, assim, de maneira discreta, um posicionamento pró-aproximação.

Devemos voltar a lembrar que a aplicação das sanções econômicas e o rompimento das relações diplomáticas entre o Brasil e Cuba ocorreram logo após o golpe de 1964. Nesse

²¹⁹ Esperando a volta de Cuba. *Veja*. 13 de novembro de 1974. p. 34.

²²⁰ Argentina, Colômbia, Costa Rica, El Salvador, Equador, Honduras, México, Panamá, Peru, República Dominicana, Trinidad e Tobago e Venezuela. Contra foram Chile, Paraguai e Uruguai.

²²¹ Cuba: fim do bloqueio. *Veja*. 6 de agosto de 1975. p. 30.

mesmo ano, o governo norte-americano, não sem um histórico de dificuldades quanto a isso, havia conseguido aprovar entre os países latino-americanos a recomendação das sanções e do rompimento diplomático com a Ilha. Trinta dias após o golpe, as medidas seriam obedientemente implementadas por Castello. A partir de então, a ditadura colaboraria espontaneamente para derrubar Fidel Castro. Nos anos iniciais da ditadura o governo demonstrou grande entusiasmo em trabalhar com os EUA no sentido de criar o máximo de dificuldades internacionais possíveis a Cuba. “Castelo Branco estava ‘ansioso’ para colaborar completamente em toda a questão cubana”.²²²

Desta feita, vimos que apesar do interesse inicial do governo pela reaproximação, a opção acabou sendo pelo voto de abstenção e a manutenção do congelamento das relações. Cabe notar que dos documentos referentes ao Ministério das Relações Exteriores do governo Geisel, poucos foram os que trataram de forma acentuada a questão – note-se ainda que os documentos com referências a Cuba, em vista de sua relevância, são escassos e se encontram na maioria incompletos. Se partirmos dos interesses econômicos, num momento em que a expansão das exportações eram tidas como fundamentais pelo governo, a derrota fora clara. Em abril de 1974, a Saab-Scania do Brasil S.A. comunicava interesse ao Itamaraty em prospectar a venda de caminhões pesados para Cuba.²²³ Além dessas, havia outras solicitações de exportações que não se pôde identificar. Todas foram negadas, e o governo seguiria à risca a deliberação tomada. Os votos de abstenção tornados públicos em Quito e na Costa Rica equivaliam a voto negativo. Mas é interessante notar que em documento sem data referente à conversação entre Geisel e o ditador Alfredo Stroessner, do Paraguai, em encontro em Campo Grande, considerava-se que Fidel Castro não deu demonstrações de desejar estabelecer “diálogo de boa fé com os países membros da OEA, nem que tenha desistido de procurar intervir nos assuntos internos de terceiros países”²²⁴. Apresentando argumentos palpáveis à sua derrota.

Se por um lado questões vinculadas à ideologia interna impediram o reatamento das relações representando uma derrota econômica e política para o governo. Por outro, com a culpa, internamente, recaindo nos setores duros do regime, isso passaria a significar um trunfo político. Se o voto favorável criaria oposição ao governo em setores militaristas, o voto de abstenção aumentaria o afastamento de setores econômicos, interessados no comércio, da

²²² FICO, Carlos. Op. cit. pp. 24-25, 135, 153.

²²³ Arquivo Ernesto Geisel. Documentos referentes ao Ministério das Relações Exteriores. EG pr 1974.03.00/2. p. 58, 438, 634, 721.

²²⁴ Ibid. p. 475-476.

linha dura. Ainda assim, o caso de Cuba se mostrava peculiar, pois a simbologia militar de que Geisel se apropriava também se defrontava com o papel de liderança simbólica não-alinhada exercida por Cuba na região. Se vimos que a China demonstrava ter aberto mão de intervenções depois de 1969, o governo da Ilha não dava quaisquer indicações nesse sentido, o que não significa que, necessariamente, o fizesse. Se por um lado Fidel Castro se mostrava mais contido no apoio a movimentos revolucionários, por outro continuava com suas críticas e denúncias à repressão das ditaduras e ao papel do imperialismo norte-americano no continente. O desgaste interno para o gabinete presidencial a cada declaração de Fidel Castro foi transformado em desgaste da linha dura junto aos setores interessados naquele comércio ou numa reaproximação, pois que significaria, enfim, um passo em direção à distensão.

3.3 O voto de condenação do sionismo como forma de racismo na ONU

Outra manifestação brasileira que gerou polêmica entre os militares ocorreu na ONU, em fins de 1975. Tratava-se da condenação do sionismo como forma de racismo. Hugo Abreu afirmava que enquanto o voto de abstenção em relação a Cuba fora estudado, discutido e seguro, isso não havia acontecido nesse caso. A questão não havia passado pelo estudo e nem teve parecer da Secretaria-geral do CSN. Poderíamos pensar que isso ocorreu pela própria postura que Abreu havia tomado no caso anterior, fazendo representar em excesso, do ponto de vista governista, o posicionamento da “área militar”, a linha dura.

Segundo Abreu, o que estaria em deliberação na ONU era a condenação do racismo sob todas as suas formas. Entretanto, conforme a documentação levantada, isso demonstra que ele não estava realmente a par da questão – como será visto adiante. Ou, intencionalmente, demonstrava ignorá-la. Assim, “como princípio, nada a discutir”, dizia. Pois via no Brasil um país fundamentalmente antirracista, por sua história, por sua formação étnica, pela cultura e pela própria índole do seu povo. Para ele o Brasil não aceitava o racismo e não acreditava em superioridades raciais. “Seria contrassenso, seria como que negar-se a si mesmo, um brasileiro admitir qualquer forma de racismo”.²²⁵ Para além da opinião pessoal, e mesmo da demonstração de ignorância social e histórica do caráter do racismo brasileiro – que não será discutido aqui –, transparece claramente nas palavras de Hugo Abreu a referência ao discurso

²²⁵ ABREU, Hugo. Op. Cit. p. 50.

oficial difundido pela propaganda do regime militar. A Aerp – Assessoria Especial de Relações Públicas -, constituída no governo Médici, difundia uma imagem positiva que tinha como base os mitos do conagraçamento social, da harmônica integração nacional, do passado incruento, da alegria, da cordialidade e da festividade do brasileiro, entre outras coisas. Isso sem entrarmos no campo específico da questão racial, onde se valorizava uma pretensa ausência de preconceito, a miscigenação e, enfim, a “democracia racial”.²²⁶

Assim, a moção em debate – que ocorreu anteriormente à Resolução – teria inadequadamente enxertado a condenação do sionismo como forma de racismo. O voto favorável do Brasil teria sido um erro do governo, que reconhecendo sua falta procurou aos poucos corrigir a incorreção do voto dado. A falha recairia ainda sobre o Itamaraty, que não alertou o presidente sobre o equívoco político da decisão. É preciso notar que o *erro* apontado por Hugo Abreu também fora ventilado para jornalistas que faziam a cobertura do Planalto. O general também indicava que o governo ia recuar da posição tomada não fosse o Departamento de Estado norte-americano ter criticado a atitude brasileira, “ferindo os brios nacionais”.²²⁷ Entretanto, a documentação que trata da questão se mostra bastante aprofundada e fundamentada. Com base nela é muito difícil acreditar que Geisel não houvesse se inteirado da questão, e especialmente Golbery, cujo nome está apostado nos documentos, além de ser ele próprio o responsável pelo contato com os jornalistas. Era costume Geisel deixar as questões internacionais sob a responsabilidade de Golbery, junto com Azeredo da Silveira. E a própria indicação dos “brios nacionais” se mostrava uma forma de apropriação pelos liberais de um nacionalismo normalmente designado e apropriado pelos setores da linha dura.

O Itamaraty seguia, conforme os documentos, traços fundamentais com relação ao que denominava “Questão da Palestina”. Partia-se do princípio de que qualquer solução para o Oriente Médio que não levasse em conta a questão dos territórios ocupados e a situação do povo palestino seria ilusória. Embora reconhecesse que a criação do Estado de Israel fosse uma realidade histórica, com direito de existir enquanto Estado constituído. Mas isso não implicava na aceitação de suas reivindicações territoriais, posições políticas e ideológicas, ou práticas repressivas em áreas ocupadas. Portanto, e conforme resoluções anteriores do Conselho de Segurança das Nações Unidas, a ocupação de territórios árabes por forças israelenses deveria cessar. Indicava-se que a não utilização da força e a não aquisição de

²²⁶ Essas questões foram exploradas por: FICO, Carlos. **Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil**. p. 147.

²²⁷ GÓES, Walder de. **O Brasil do General Geisel**. p. 30, e ABREU, Hugo. Op. Cit. p. 50-51.

territórios por meio da guerra de conquista eram princípios básicos da política externa brasileira, ao mesmo tempo em que era favorável às aspirações dos Estados da região a uma paz justa e duradoura, resultante do reconhecimento recíproco da integridade territorial, soberania, independência política, e do “direito de viver tranquilamente no interior de fronteiras reconhecidas”. Assim, a posição brasileira afirmava que o povo palestino tinha legítimos e inalienáveis direitos à autodeterminação e à soberania, condição básica para o estabelecimento de uma paz justa e duradoura na região. Chegando mesmo a considerar que a Organização para a Libertação da Palestina – OLP – era representante do povo palestino, e que, portanto, deveria participar das deliberações da Assembleia Geral sobre a questão, bem como ter *status* de observador nas conferências convocadas pela ONU e agências especializadas. “A não-participação dos representantes do povo palestino em todos os esforços de negociação sobre questões que afetem os seus destinos é um obstáculo no caminho da paz”²²⁸. Nessa base geral, o Brasil considerava que o sionismo era uma forma de racismo e de discriminação racial. Entretanto, a recomendação era de que não convinha ir além da posição adotada, por exemplo, na proposição de qualquer tipo de solução pormenorizada ou geograficamente precisa. O documento do Itamaraty sobre a questão da Palestina e a posição do Brasil ainda deixa claro que “Vossa Excelência foi informado dos diferentes aspectos da tramitação desses projetos”, no sentido de manter permanentemente atualizada essa “delicada” questão da política brasileira.²²⁹

Documentos avulsos e sem data do Ministério, informavam que o voto dado pela delegação brasileira fora objeto de dúvidas e incompreensões, dentro e fora do país. Questões que o Itamaraty desejava dissipar. O governo se mostrava preocupado com o fato de que a posição assumida vinha sendo deformada, o que poderia deixar na opinião pública a impressão “descabida” de que a diplomacia brasileira estava sendo movida por sentimentos antissemitas, antijudaicos ou anti-israelenses. O governo enfatizava que nada seria mais falso. Sua crítica recaía sobre a defesa do sionismo que não cogitava de suas implicações exclusivistas e seu papel no “drama” do Oriente Médio. O sionista era visto apenas como o judeu que estava pronto para, com sua família, transferir-se para Israel, independentemente das condições de conforto de que desfrutasse na sociedade onde vivia. O mito da democracia racial também era resgatado para determinar que o voto não poderia ser antissemita, assim

²²⁸ Informação para o senhor presidente da República. 13 de novembro de 1975. A questão da Palestina e a posição do Brasil na XXX Assembleia Geral das Nações Unidas. Documentos referentes ao Ministério das Relações Exteriores. EG pr 1974.03.00/2. p. 763.

²²⁹ Ibid. p. 762-764.

como não o era a atitude e as características do governo e do povo brasileiro. Quanto ao judaísmo, enquanto religião, não podia ser confundido com a política sionista, sendo sempre respeitado no país. E o próprio Estado de Israel era considerado uma realidade histórica. Mas ao mesmo tempo, se sustentava que o voto na Assembleia Geral fora o reconhecimento de uma situação de fato, na qual o sionismo era efetivamente um movimento estribado em critérios raciais. O reconhecimento diplomático não dependia do compromisso ou aceitação das teses sionistas. Fazia-se inclusive uma retomada do voto brasileiro de 1947, indicado como uma contingência de ter que aceitar a partilha temporariamente, pois o ideal seria a criação de um só Estado na Palestina, organizado de modo a respeitar as comunidades lá existentes. Concluía-se que a posição do Brasil deveria ser vista no contexto geral, com o objetivo de contribuir para a paz duradoura na região, assegurando o direito de autodeterminação do povo palestino. E se assegurava que a decisão não fora subordinada a considerações imediatistas nem afetada por ameaças, veladas ou abertas. O voto era assumido como reflexo das responsabilidades do governo na defesa dos interesses nacionais, para ampliar áreas de diálogo e evitar quaisquer alinhamentos automáticos.²³⁰

Segundo Sylvio Frota, esse voto foi recebido com bastante desagrado pela opinião militar, “quer pela falta de coerência com os postulados revolucionários de 1964, quer pela contradição flagrante com o tradicional respeito às posições alheias”, desde que não afetassem os direitos do Brasil ou compromissos assumidos. Situações análogas no passado, não poucas, teriam sido definidas pela neutralidade, através da abstenção. No entanto, essas abstenções não excluía, conforme o general, a simpatia e solidariedade moral às causas consideradas justas, especialmente se defendidas por “povos ou homens oprimidos, ora sob irracionais discriminações, ora sob a intolerância do fanatismo ideológico”. Este tipo de posicionamento seria um “imperativo da grandeza moral dos brasileiros, sabiamente seguido, com inteligência e habilidade, pelos nossos valorosos e lúcidos diplomatas”. O que, entretanto, não teria acontecido naquela Assembleia Geral da ONU, já que o Brasil se posicionara ao lado de um bloco de 72 nações constituídas, em maioria, por países da órbita soviética, e de outras contrárias a Israel por motivos econômicos, políticos ou religiosos.²³¹ Fica claro que a atuação do Itamaraty significou outro corte nos termos da ideologia seguida até o governo Geisel.

Frota fez ainda uma avaliação mais ampla sobre o sionismo. Não só por sua

²³⁰ Posição brasileira na questão sionista. Documentos referentes ao Ministério das Relações Exteriores. EG pr 1974.03.00/2. p. 766-768, 771-773. Há outros documentos com teor equivalente.

²³¹ FROTA, Sylvio. Op. Cit. p. 191.

discordância, mas por ter recebido da imprensa o que considerou críticas injustas, de articulistas mal informados, ou bem esclarecidos, mas, “encharcados de má-fé”. Partia do ensinamento bíblico de que os dois povos eram descendentes de Ismael e Isaac, filhos do patriarca hebreu Abraão, portanto, pertencentes ao grupo étnico semita. Ambos tinham, portanto, o mesmo tronco genético. Versão, segundo Frota, bem aceita por estas nações.²³²

Já a trajetória dos judeus através dos tempos, era vista como de lutas, padecimentos e perseguições, “na busca constante de uma terra que os acolhesse e lhes permitisse viver em paz e liberdade”. De fins do século XIX, Frota retomava as perseguições na Alemanha, França e Rússia. Do século XX, a morte por asfixia nas câmaras de gás e a fome nos campos de concentração, “genocídio moderno, barbaramente planejado e perpetrado, por cérebros doentios, em nome da pretensa pureza de uma raça de dolicocefalos louros”. Fazendo referência ao historiador inglês e judeu Namier, indicava que não existia história judaica, mas apenas o martírio judaico.²³³

Viveriam segregados em guetos, com seus costumes e crenças tradicionais que colidiam com os das populações locais. O que tornaria cada dia mais patente a impossibilidade da assimilação judaica, “como o almejavam muitos judeus ilustres”. Isso teria levado a que, no fim do século XIX, começasse tomar força as ideias de uma pátria para os judeus. Seriam os “primeiros vagidos do sionismo”. O princípio seria o de que se os judeus quisessem sobreviver precisariam de uma base física para se instalar e viver como povo livre e independente. É interessante notar que a base dessa argumentação milenarista, o que inclui esta última citação, foi retirada do livro *Seis dias de uma guerra milenar*, de Winston e Randolph Churchill, publicação da Bibliex de 1968.²³⁴ Portanto, condizente com a formação militar.

Concluía Frota que o sionismo nada mais era do que a “ardente aspiração judaica a uma Pátria livre”. Movimento político-religioso de cunho nacionalista, seu único e grande objetivo era a existência de um Estado judaico. Portanto, confundi-lo com uma forma de racismo e discriminação racial não honraria a “lógica que conduz o raciocínio na busca da verdade”. Isso seria uma capciosa insinuação insustentável diante dos fatos históricos, pois se havia um povo que sofrera discriminações na vida da humanidade fora o israelita. Para Frota, o que estava subentendido na “ardilosa resolução” era o seu aspecto político. Que teria como

²³² Ibid. p. 192.

²³³ Ibid. p. 192-193.

²³⁴ Ibid. p. 194.

objetivo afastar o Estado de Israel da ONU minando um dos pilares essenciais de sua sustentação, o sionismo. Outrossim, visava-se uma tomada de posição no litígio árabe-israelense que seria de vital interesse para numerosos países “enfeudados ao marxismo”. O pan-arabismo teria sido estimulado pelos comunistas a expelir Israel da Ásia, o que não ocorreu por divergências internas aos chefes árabes. A Rússia estaria mantendo a contínua conquista dos pontos chave da geopolítica universal, e não lhe interessava a existência de um Estado sob a influência norte-americana na região.²³⁵

Quando da votação Frota apontava uma incoerência do Itamaraty. Na mesma sessão do voto que condenava o sionismo, foi ao plenário da ONU uma proposta para conceder à OLP o direito de participar de todas as sessões das Nações Unidas que envolvessem a Questão Palestina. O Brasil, contrariando sua argumentação, absteve-se de votar. Na declaração de voto o embaixador brasileiro deixava claro que esta atitude não implicava qualquer alteração do ponto de vista brasileiro em relação ao povo palestino, tendo ocorrido devido a questões protocolares. Outra contradição indicada por Frota, era entre a condenação da ocupação de territórios pela força na Palestina e o reconhecimento de Angola, “ocupada praticamente por cubanos e soviéticos”. E apontava para o exame do grupo dos votantes com o Brasil, sendo eles Cuba, Guiana e México. Quanto à argumentação básica brasileira que dissociava o antissionismo do antissemitismo, Frota decretava que “dissociar o sionismo do judaísmo é tarefa impossível, visto que o sionismo está na gênese do Estado de Israel que é, em essência, o judaísmo”.²³⁶

O general ainda voltava a assinalar que se não fossem os órgãos de informações militares responsáveis pelo acompanhamento das conjunturas nacional e internacional, muitos acontecimentos permaneceriam ignorados. E que se informava também por meio dos jornais. Quando falou com Geisel sobre seu posicionamento e o eco desfavorável da posição tomada entre os militares, perguntou por que o Brasil, que nunca votou contra os judeus e sempre se absteve, foi naquele momento contra o sionismo. Geisel teria sido evasivo, dizendo que Frota não sabia o que era o judeu e nem a questão dos árabes. A Frota pareceu uma alusão ao problema do petróleo, e, segundo o próprio, não falaram mais a respeito.²³⁷

Embora não fosse tão longe, Hugo Abreu concordava com Frota. Para o secretário, o sionismo era um movimento nacionalista judaico, e para considerá-lo uma forma de racismo

²³⁵ Ibid. p. 194-195.

²³⁶ Ibid. p. 196-197.

²³⁷ Ibid. p. 197-198.

seria preciso analisar sobre o mesmo prisma outras formas de nacionalismo, o que levaria a um beco sem saída onde “muita gente boa” teria que ser condenada. Embora não especificasse, citava que se fosse para fazer justiça, seria necessário reconhecer que os próprios árabes, autores da proposição, tinham culpa pela situação. Do ponto de vista da doutrina do pragmatismo responsável, o voto teria sido também um erro que provocou dificuldades ao país no mundo financeiro internacional. E concluía que essa posição não era correta e não atendia aos interesses nacionais. Uma falha do Itamaraty, “talvez a única”, cuja repercussão não teria sido boa tanto interna, quanto externamente.²³⁸

Quanto às dificuldades no mundo financeiro internacional e à má repercussão externa, nada se pôde encontrar. A própria aceleração do endividamento no governo Geisel parece indicar que não houve qualquer problema no acesso ao financiamento internacional. Além disso, o Itamaraty encaminhava ao presidente, em março de 1976, uma Informação que avaliava os resultados da votação do ponto de vista dos interesses globais do Brasil. Comunicava que apesar da enorme repercussão do voto brasileiro na imprensa, em especial na americana, não havia sérias indicações de que tivesse afetado, sequer marginalmente, as relações brasileiras com os países mais desenvolvidos. Os EUA, de onde vieram as mais fortes reações dos meios de comunicação, não promoveram qualquer alteração de entendimentos com o Brasil. A nota americana de protesto não teve prosseguimento nas relações políticas, e o secretário de Estado Henry Kissinger jamais tocou no assunto com o embaixador brasileiro. Também não houve indicações de que o voto tivesse influenciado, ou viesse a influenciar, o comportamento das autoridades financeiras norte-americanas no trato com o País.²³⁹

Nas relações com a República Federal da Alemanha, o Reino Unido, a França e a Itália, o voto não teve influência ou repercussão. No que diz respeito ao acordo para a produção de energia nuclear com a Alemanha, nenhuma alteração ocorreu, nem em relação ao apoio recebido pelas potências ocidentais. Nesses países, as críticas continuariam sendo orientadas para a questão dos direitos humanos no Brasil, sem relação com a posição brasileira quanto ao sionismo. No que tange aos campos não oficiais dos setores financeiro e econômico, não houve indícios de modificação substancial do comportamento em relação ao Brasil. Entretanto, houve a informação de que certas iniciativas no setor privado norte-

²³⁸ ABREU, Hugo. p. 51.

²³⁹ Informação para o senhor presidente da República. 17 de março de 1976. Voto brasileiro sobre sionismo. Possíveis cursos em ação. Documentos referentes ao Ministério das Relações Exteriores. EG pr 1974.03.00/2. p. 967.

americano recomendavam à firmas de judeus pôr o Brasil “em observação”, embora não houvesse notícia de boicote organizado.²⁴⁰ Até janeiro de 1976, cerca de mil judeus cancelariam suas reservas de viagem ao Brasil, e agências de turismo judaicas eliminariam o Rio de Janeiro de seus roteiros.²⁴¹

A Informação também indicava que o voto brasileiro, do ponto de vista do Itamaraty, teve aspectos positivos. Um dos principais em termos de política interna, em especial intramilitar, para nosso caso específico, foi dar credibilidade às repetidas manifestações do governo no sentido de dissociar-se de atribuições rotineiras de alinhamento automático com os Estados Unidos. Outras mais gerais, seriam as de afastar a imagem de apoio às nações colonialistas, de contemporizar com as políticas de Israel e de agir ambigualmente em relação a questões ligadas à discriminação racial. Mais uma consequência que indicaria essa credibilidade acrescida, era o maior apoio que o Brasil passava a ter nos foros multilaterais por parte dos países do então chamado Terceiro Mundo. Também teria contribuído com as políticas brasileiras na África Subsaariana, pois o voto ajudaria a “tornar menos plausíveis as acusações que ali tem curso de que o Brasil atua no continente africano como procurador de interesses americanos”.

Quanto às repercussões negativas no plano público interno, avaliava-se que na imprensa havia duas claras motivações. Uma política, de ataque ao governo - cujo alcance e intensidade não foi possível avaliar -, outra econômica, vinculada a interesses de cidadãos da “raça judaica”. Indicava-se como solução o uso de publicações de alcance análogo para “realizar o esclarecimento” das posições do Itamaraty, ao mesmo tempo em que era aconselhado que manter uma política de “baixo perfil” – não dar demasiada atenção ao tema – no tratamento do tema esgotaria o assunto com o tempo. Além disso, se fazia necessário alertar para os riscos de que uma reação dos judeus na defesa do sionismo, não viesse a favorecer o surgimento de sentimentos antissemitas, contato que deveria ser feito de forma extremamente cautelosa.²⁴² Pelo menos no que tange à revista *Veja*, o “baixo perfil” indicado foi a tônica da reportagem *O vendaval anti-sionista*.²⁴³

²⁴⁰ Ibid. p. 968.

²⁴¹ Reação judaica. *Veja*. 14 de janeiro de 1976. p. 74.

²⁴² Informação para o senhor presidente da República. 17 de março de 1976. Voto brasileiro sobre sionismo. Possíveis cursos em ação. Documentos referentes ao Ministério das Relações Exteriores. EG pr 1974.03.00/2. p. 969-970.

²⁴³ *O vendaval anti-sionista*. *Veja*. 19 de novembro de 1975. p. 40-41.

Segundo Geisel, os principais líderes da comunidade judaica no Brasil o procuraram, encaminhados por Golbery. Se mostravam preocupados como o que lhes viria a acontecer a partir de então, e disseram que se encontravam nas bancas de jornais a publicação antisemita *Os protocolos dos sábios de Sião*. Geisel lhes disse que a vida continuaria a mesma. Se o que os estava incomodando era o livro, mandou, na frente deles, ordem ao ministro Armando Falcão para que a Polícia Federal recolhesse os exemplares de todas as bancas e os queimasse. Em seguida os dispensou, garantindo que não haveria perseguições aos judeus no Brasil. Teriam saído satisfeitos, pois não voltariam mais e nem se queixariam.²⁴⁴

3.4 As independências na África portuguesa

As relações com a África portuguesa também foram abordadas por Hugo Abreu, outro ponto de discórdia entre os liberais e a linha dura. Quanto às relações do Brasil com Portugal, o general resgatava um passado de ligações por profundos laços afetivos, de respeito e admiração mútua, ao contrário do que seria o comum nas relações surgidas entre antigas metrópoles e colônias pós-independência. Via pelo Brasil a simpatia ao povo que ajudou a plasmar as qualidades ímpares da cultura brasileira, e por Portugal o orgulho da antiga mãe-pátria pelo filho que cresceu e se projetava para o futuro como potência “graças à visão de seus antigos colonizadores”. As próprias piadas trocadas seriam demonstrações de amizade, e não de crítica. Para Abreu estes seriam os sentimentos que provavelmente levaram o Brasil a, por tanto tempo, apoiar as políticas colonialistas portuguesas na África. Outra não poderia ser a explicação para o absurdo de uma antiga colônia, de povo radicalmente anticolonialista, vir votando a favor de Portugal, e contra os anseios de liberdade da África portuguesa.²⁴⁵

Segundo Abreu, houve uma tentativa de mudar a atitude do Brasil quando do governo Jânio Quadros – lembremo-nos da PEI. Naquele período ensaiou-se uma alteração da política internacional, quando se passou a condenar o colonialismo da ditadura Salazar. A irresponsabilidade de Quadros teria sido o motivo do gradual retorno à antiga submissão ao colonialismo português. A “Revolução de 1964” mantivera o “erro”, inclusive agravando o fenômeno com a exacerbação dos sentimentos anticomunistas, fruto da vitória contra o

²⁴⁴ D'ARAUJO, Maria Celina & CASTRO, Celso (Orgs.). **Ernesto Geisel**. p. 342-343.

²⁴⁵ ABREU, Hugo. Op. Cit. p. 52.

“extremado esquerdismo” que teria dominado o governo Goulart. Pôs na conta do “crescimento do terrorismo em nosso país” uma pretensa confusão por parte dos *nostros* extremados de direita em qualificar os sentimentos de liberdade nas colônias portuguesas como manifestações comunistas, às quais cabia combater, o que foi feito através do apoio o colonialismo. Ainda conforme Abreu, chegava-se a defender aqui a tese salazarista de que não havia colônias, apenas “‘províncias ultramarinas’ fraternalmente ligadas a Portugal”, ignorando-se propositalmente a realidade da violência permanente contra as populações nativas africanas.²⁴⁶

É interessante notar que Hugo Abreu não relaciona essa política do regime militar com a Doutrina de Segurança Nacional, segundo a qual, no contexto da guerra fria, qualquer conflito de libertação nacional que se opusesse ao *status quo* seria fruto da infiltração comunista manipulada pela “presença do dedo de Moscou”²⁴⁷. Ideologia da qual, no mínimo, ele mostrava querer se afastar. Quanto à “tese salazarista de que não havia colônias”, é preciso atentar para que já naqueles dias, a direita, pós-modernamente, se apropriava da faceta filosófica do negacionismo como estratégia de ação política, demonstrando uma das possibilidades de sua instrumentalização em casos extremos.

Quanto a Portugal, efetivamente, o argumento dos laços tradicionais da amizade luso-brasileira costumava ser evocado por governos que viam algum benefício para o Brasil na manutenção das políticas colonialistas portuguesas. Em se tratando de governos progressistas, populares ou autonomistas, como os de Juscelino e Goulart, ou mesmo Quadros, a dubiedade acabou marcando seus posicionamentos internacionais. Pois mesmo que fossem contra as políticas colonialistas, não se viam capazes de sustentar seus posicionamentos. Assim, se costumava apoiar medidas que de alguma forma apontassem para a possibilidade de aprofundamento da autonomia dos países africanos, ao mesmo tempo em que se abstinham de votar contra os interesses das potências ocidentais na África.²⁴⁸

De acordo com Hugo Abreu, o governo já havia decidido “evoluir” para o apoio à independência das colônias portuguesas na África no início de 1974, “decisão inteiramente lógica” que teria nos redimido perante os povos dos novos países do continente. Porém, antes de tornar pública a decisão, eclodiu a Revolução Portuguesa em abril de 1974, também

²⁴⁶ Ibid. p. 52-53

²⁴⁷ COMBLIN. Pe. Joseph. **A ideologia da segurança nacional: o poder militar na América Latina**. p. 40.

²⁴⁸ PINHEIRO, Leticia. "Ao vencedor, as batatas": o reconhecimento da independência de Angola. **Revista Estudos Históricos**. V. 1, n. 39, p. 85-92, 2007.

conhecida como Revolução dos Cravos. Com a derrubada da “ditadura que há longo tempo dominava o país”, o Portugal democrático e os povos africanos em luta pela liberdade viam o Brasil como inimigo. “Era apenas uma das ditaduras aliadas da antiga ditadura que os vinha oprimindo”.²⁴⁹

Com base nesses pressupostos, as independências de Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Cabo Verde e Angola, nessa ordem, se deram em clima de hostilidade contra o Brasil. Hugo Abreu indicava que enquanto o Itamaraty agia “serena e persistentemente” para vencer as resistências naqueles novos países, aqui se lutava contra a incompreensão dos setores radicais. Mas a diplomacia brasileira acabou conseguindo superar os obstáculos e criar um ambiente razoavelmente favorável às relações tanto com Portugal, quanto com as novas nações africanas.²⁵⁰

Ao se referir à incompreensão dos setores radicais, Hugo Abreu indica que depois da “ditadura semifascista” de Salazar e Marcelo Caetano, seria natural que os portugueses se aproximassem inicialmente dos setores comunistas – embora a situação política em Portugal tivesse se mantido instável por um bom tempo. Ao denominar os governos portugueses anteriores de semifascistas, Abreu não parecia estar se utilizando de ironia ou qualquer outro mecanismo para identificar, denunciando, as ditaduras ibéricas. Do mesmo modo, enquanto as antigas colônias eram oprimidas e massacradas pela metrópole, seria natural que seus “heróis” após a libertação fossem os mesmos líderes comunistas que lutaram contra a opressão. Entre as lideranças com quem se deveria negociar estavam Agostinho Neto, Samora Machel e Luís Cabral, figuras, segundo Abreu, de maior prestígio em seus países. Assim, “prodígios de diplomacia” teriam sido utilizados para vencer as resistências aos brasileiros na África. Normalmente recebidas com hostilidade, as missões costumavam encarar a seguinte verdade: “Quando mais precisávamos de vocês brasileiros, vocês estavam contra nós. Como poderemos ser amigos agora?”²⁵¹

É preciso notar que os argumentos de aproximação do povo com o polo político oposto nos casos de fim de regimes opressores ou ditatoriais, a partir de determinado momento teria uso comum entre os elaboradores da distensão no Brasil. Embora Hugo Abreu não soubesse, esse discurso já fazia parte dos cálculos dos planejadores da abertura lenta, gradual e segura, e seria retomado anos mais tarde. Seria necessário para garantir a

²⁴⁹ ABREU, Hugo. Op. Cit. p. 53.

²⁵⁰ ABREU, Hugo. Op. cit. p. 53-54.

²⁵¹ Ibid. p. 54.

normalidade nos quadros militares num momento em que diversas organizações sociais e sindicais passariam a sair às ruas radicalizando o discurso contra o sistema vigente. Entretanto, também já se planejava instrumentos suficientes, as salvaguardas institucionais, segundo denominação de Geisel, para garantir, de curto a médio prazo, a continuidade e aprofundamento do conservadorismo enraizado ao longo dos anos ditatoriais. Embora, não necessariamente, seguindo um mesmo projeto.

Mesmo com as dificuldades, o Brasil teve sucesso no estabelecimento das relações diplomáticas com aqueles países africanos. Foi o primeiro a reconhecer a nova República de Guiné-Bissau. Instalou representação diplomática em nível de embaixada na República de Moçambique, embora não tivesse sido convidado para as festividades de instalação do governo de Maputo. Junto com Rússia e Cuba, esteve entre os primeiros países a reconhecer o governo de Angola, sendo o único país ocidental a manter embaixada em Luanda por um bom tempo. Nesse caso, o Itamaraty foi muito criticado pelo que se chamou açodamento, ou seja, reconhecer logo no primeiro dia o governo de Agostinho Neto, instalado com o apoio de grande contingente de forças cubanas. É interessante notar que a partir de determinado momento, Fidel Castro tomou a liderança das operações militares na luta pela libertação. De Cuba, armou a estratégia e instruiu o Movimento à vitória, além de ter sido fundamental para o estabelecimento do acordo de paz²⁵².

Hugo Abreu deixou claro que esta não foi uma decisão do Itamaraty, como se chegou a acusar, mas uma decisão do governo, “meditada, pesada e correta”, com o apoio e estudo da Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional, e de acordo com o princípio do “pragmatismo responsável”. Portanto, assim como no caso da China, o estudo da questão pela Secretaria ocorreu antes que a presidência passasse a ignorar o Conselho como foro de legitimação militar das decisões governamentais, embora o Conselho realmente não viesse a ser consultado quando da decisão.

Ao longo da luta que se travou pela posse de Luanda, o Brasil manteve um representante diplomático permanentemente naquela cidade, acompanhando e mantendo contato com os representantes dos movimentos em luta²⁵³. O cálculo era não apoiar qualquer dos lados, e se aproximar de quem quer que obtivesse a vitória. Em determinado momento, os relatórios do Itamaraty indicavam a vitória do MPLA, que tinha a posse de Luanda e das

²⁵² Documentário. **Cuba, uma Odosséia Africana**. De Jihan El Tahri.

²⁵³ MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola), de Agostinho Neto, FNLA (Frente Nacional para Libertação de Angola) de Holden Roberto e UNITA (União Nacional para Independência Total de Angola), de Jonas Savimbi, esta viria a se juntar ao FNLA.

idades mais importantes do novo país, embora fosse parte minoritária do território. Pesados os prós e os contras, decidiu-se reconhecer o governo de Agostinho Neto tão logo instalado, o que, segundo Hugo, compensaria a desconfiança dos angolanos quanto ao governo brasileiro por não tê-los apoiado em sua luta contra a opressão da antiga ditadura portuguesa. O acerto da decisão se comprovaria com a estabilização do novo governo de Angola nos anos seguintes. No que diz respeito à campanha sofrida pela presidência, considerou-a inteiramente injusta, o Itamaraty seria mesmo acusado de ter cooperado com a implantação do comunismo em Angola. Entretanto, Hugo se mostrava certo de que aqueles episódios passariam à História como as mais argutas e firmes atuações diplomáticas brasileiras nos últimos anos.²⁵⁴

A nova política de Geisel em relação ao continente africano, e novamente, mesmo que com todo o arcabouço econômico e estratégico no qual se fundamentava, representaria um corte ideológico com o que vinha sendo seguido até ali. Geisel ainda teve a peculiaridade de lidar com um processo distinto que, em parte, o ajudou. Se antes da revolução portuguesa – e de assumir a presidência – já afirmava, com membros do governo, que o colonialismo português estava acabado, ultrapassado, e não haveria mais por que continuar apoiando Portugal – disse inclusive que era anticolonialista²⁵⁵. Com a Revolução dos Cravos, a decisão do novo governo de conceder autodeterminação às suas colônias liberou o Brasil dos compromissos com o colonialismo português.²⁵⁶ Entretanto, se por um lado isso foi um benefício, vimos que por outro trouxe questões distintas à tona. A libertação do jugo português levaria – ou continuaria – a conflitos pela disputa do poder interno nos países africanos, que ocorriam sob a órbita da bipolaridade política e ideológica global. Além disso, seria necessário fazer um recálculo das relações com o novo governo de Portugal, cuja instabilidade política, vista em geral no meio governista e militar como “agitação comunista”, passaria a merecer sérias restrições do governo, ao mesmo tempo em que se buscava boas relações diplomáticas. Assim, o governo Geisel voltaria atuar para sobrepor os obstáculos opostos pelos pretensos ortodoxos da ideologia de segurança nacional. Levar adiante o reconhecimento dos novos países africanos significaria, ao fim e ao cabo, novo passo no caminho da distensão, desde que devidamente controlado.

Como no caso do voto de condenação do sionismo como forma de racismo, Frota via no reconhecimento da República Popular de Angola a “falta de coerência com os postulados

²⁵⁴ ABREU, Hugo. Op. cit. p. 55.

²⁵⁵ D'ARAUJO, Maria Celina & CASTRO, Celso (Orgs.). **Ernesto Geisel**. p. 343-345.

²⁵⁶ PINHEIRO, Leticia. Op. cit. p. 93.

revolucionários de 1964”. Para ele a questão angolana deveria ser vista no contexto da conjuntura africana como um todo, o que mediria a responsabilidade e o facciosismo do governo ao reconhecer a independência no mesmo dia em que foi declarada pelos “angolanos comunistas e seus comparsas cubano-soviéticos”. Dessa forma, o exame cuidadoso do tema deveria partir de uma avaliação geral da história da África, com suas riquezas exploradas à exaustão pelos dominadores provenientes dos povos ditos civilizados. A escravidão a que foi submetido o continente daria o preciso parâmetro do desprezo que os povos mais fortes têm pelos mais fracos. Demarcava o século XIX como o período da grande investida colonialista sobre a África negra, o que perdurou até depois do fim da Segunda Guerra, quando os vencedores teriam começado a divergir. Após a derrota do inimigo comum, o nazismo sobretudo, o choque de interesses teria fragmentado a coligação que se unira contra o inimigo maior. A vitória aliada teria liberado reações, divergências e incompatibilidades que antagonizaram os Estados Unidos e a Rússia. Daí surgira o confronto entre a “Democracia e o Totalitarismo”, na luta pelo poder e domínio do mundo em todos os setores da atividade humana. Como consequência, os comunistas teriam passado a se apropriar habilmente de técnicas de comunicação social e subversão para criar condicionamentos mentais contra posicionamentos antimarxistas, desmoralizando órgãos de inteligência oponentes e invadindo a semântica para deformar sentidos e confundir indivíduos com regular grau de instrução. Isso ocorreria sobre a “pueril ingenuidade” abundante na democracia, abrindo caminho para a livre atuação dos órgãos de informações russos.²⁵⁷ De fato, tal ponto de vista é uma leitura peculiar do conceito de guerra total presente na ideologia de segurança nacional. Devemos notar também, que o pressuposto do risco do comunismo internacional havia servido para que as estratégias denunciadas fossem utilizadas em larga escala na instalação dos regimes de segurança nacional no cone sul. Nesse sentido, a denúncia das táticas do adversário abria o caminho para que as mesmas, apropriadas de outra forma, fossem instrumentalizadas no seu combate. Apropriações que também poderiam ser feitas de diferentes formas, como vemos nas divergências tratadas até aqui.

Frota seguia seu raciocínio indicando que a descolonização foi uma das consequências da Segunda Guerra Mundial, sendo que a década de 1960 representou sua concretização. Somente na África, cerca de 40 países se tornaram independentes. Era o ressurgimento do fanatismo e da crueldade, “nunca inferiores aos dos árabes de Maomé”, uma ambição desmedida pelo poder que superava em muito a invasão europeia do século XIX. Enquanto as

²⁵⁷ FROTA, Sylvio. Op. cit. p. 183-184.

potências democráticas e marxistas lutavam pelo controle da região, estes últimos, “em sua marcha para o Ocidente”, já haviam cravado uma ilha socialista nas Antilhas e fincavam pé na Guiana. Estariam naquele momento atingindo o princípio geopolítico do domínio das costas opostas, “a borda africana banhada pelo oceano Atlântico”.²⁵⁸

Assim, formulando um panorama cada vez mais estreito para a “América”, Frota indicava não compreender como o governo brasileiro, representante de uma “revolução visceralmente contrária ao marxismo”, fosse o primeiro no concerto universal das nações a “estender a mão ao governo de Luanda”. Até por que três fortes grupos rebeldes, autodenominados libertadores, ainda lutavam na ocasião. Retomava também o propalado princípio governamental da “não-intervenção”, ao qual atrelava o da “autodeterminação” dos povos. Esses princípios significavam que a cada povo caberia decidir os seus destinos. Interferências em seus assuntos internos, não solicitadas, revelariam opressão e prepotência. Assim, Frota questionava se o povo angolano teria pedido o auxílio dos cubano-soviéticos. Pois, se o “marxista Agostinho Netto” o havia pedido com certeza, ele não representava o povo angolano, que lutava em outras duas frentes e teria o controle de maiores territórios e população. Se a FNLA e a UNITA foram ajudadas por estrangeiros, não tiveram entre seus combatentes tropas regulares como as enviadas por Cuba. Quanto a FNLA, que além dos EUA recebia o apoio da China, explicou que para os comunistas chineses, a Rússia, naquele momento, representava um perigo maior, por isso Pequim se colocava ao lado da OTAN. Assim, se no dia 11 de novembro passaram a existir duas repúblicas na anterior colônia portuguesa, a República Popular de Angola e a República Popular e Democrática de Angola. E a segunda, de Holden e Savimbi, proclamada em Nova Lisboa, ocupava dois terços do território com 85% da população, onde ficariam os “decantados” princípios de não-intervenção e de autodeterminação dos povos? Voltava a questionar Frota.²⁵⁹ Novamente se referindo ao conceito de “guerra revolucionária”, partindo do princípio de que o comunismo estava por trás de todos os fenômenos revolucionários do Terceiro Mundo, forma essencial para a conquista do mundo pelo socialismo russo.²⁶⁰ Portanto, não havia distinções a fazer ou com o que equacionar ou ponderar.

Frota elencava alguns fatos para tentar compreender a “precipitação” brasileira. Em setembro de 1975, quando ocorreu a independência de Moçambique, a imprensa noticiara

²⁵⁸ Ibid. p. 184-185.

²⁵⁹ Ibid. p. 186-187.

²⁶⁰ COMBLIN, Pe. Joseph. **A ideologia da segurança nacional: o poder militar na América Latina**. p. 44.

uma profunda decepção pela ausência do Brasil entre os países oficialmente convidados para assistir às cerimônias de independência. Apenas quatro dias após o reconhecimento de Angola, o Brasil estabelecia relações diplomáticas com os moçambicanos, o que foi noticiado como o primeiro dividendo do reconhecimento de Luanda. Creditava à solidariedade de Geisel a “honra” de ter sido o único chefe de Estado latino-americano convidado para as cerimônias angolanas, convite declinado e repassado ao representante brasileiro local. Quanto aos argumentos das vantagens comerciais, Frota dizia que seriam inexplicáveis oposições ao estabelecimento de relações as mais amplas possíveis com todas as nações. Mas realizá-las nas condições em que foram com a China comunista, sob “imposições deprimentes”, e com Angola, “ocupada e dominada pelos cubanos e soviéticos”, não merecia aplausos, “mas sim acerba repulsa dos verdadeiros brasileiros”.²⁶¹

Frota concluía seus argumentos voltando a resgatar posicionamentos ideológicos. Via como causa maior do interesse soviético pela revolução portuguesa o controle das suas antigas colônias ultramarinas. A dominação seria primeiro ideológica, e depois econômico-militar. A impregnação marxista já teria sido feita, e as riquezas minerais de Angola, Moçambique e Guiné-Bissau compensariam quaisquer gastos e esforços. Assegurar-se-iam bases comunistas estratégicas nos oceanos Atlântico e Índico. O imperialismo russo se apoderaria da antiga pretensão portuguesa de ligar os oceanos. A conquista do interior ocorreria através dos métodos habituais de propaganda marxista e incitamento à subversão. E era taxativo ao apontar que esta avaliação não se tratava de uma profecia pessimista.²⁶²

Frota voltava a afirmar que não soube com antecedência a intenção oficial de reconhecer o governo em Angola, ficara sabendo através da imprensa. Indicava que os comentários entre os militares próximos foram amargos. Quando pôde, disse a Geisel que a decisão repercutira negativamente no Exército. Não se entendia como um governo revolucionário, de base anticomunista, tivesse sido o primeiro a reconhecer Agostinho Netto, sustentado por tropas cubanas. O presidente teria sido novamente evasivo, respondera somente que aproveitou a existência do representante diplomático brasileiro em Luanda para concretizar logo o reconhecimento, se o retirasse teria mais dificuldades no futuro. Frota afirmou que a debilidade da explicação o persuadiu da “ausência de argumentos sérios para justificar a sofreguidão da medida”.²⁶³

²⁶¹ FROTA, Sylvio. Op. cit. p. 188-189.

²⁶² Ibid. p. 198.

²⁶³ Ibid. p. 198-199.

No que diz respeito ao governo, vejamos como se referiam à questão africana. No que tange a Moçambique, país sobre o qual há um menor número de referências na documentação, há o registro de que o Brasil se mostrava disposto a “cooperar objetivamente para o mútuo benefício”, respeitando a soberania dos Estados e o princípio da não-intervenção. Elencava-se como forma da facilitação da cooperação a língua em comum e os laços culturais. Assim poderia, o Brasil, dentro de suas limitações e possibilidades, e na medida em que fossem desejadas, prestar sua colaboração. Esta disposição foi dada a conhecer aos líderes da FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique), em particular aos “Senhores” Samora Machel e Marcelino Santos, mas não houve manifestação positiva. A alternativa escolhida, então, foi deixar a posição brasileira conhecida e permanente, para quando o governo moçambicano se sentisse preparado a estabelecer conversações.²⁶⁴ Segundo Geisel, os representantes diplomáticos brasileiros tiveram mesmo que ouvir “desaforos” do “Senhor” Samora Machel – que se tornaria presidente – nas primeiras tentativas de contatos com a FRELIMO. Este, ciente da intenção brasileira, teria afirmado que “o Brasil não tem nada a fazer aqui agora; devia ter vindo muito antes”. O governo preferiu “passar por cima” de reações emocionais como essa, convencido de que era o melhor a se fazer não só em relação ao Brasil, mas ao ocidente.²⁶⁵ Como vimos anteriormente, as relações diplomáticas se estabeleceriam até fins de 1975, embora reconhecidamente se desenvolvessem com contornos de “monolitismo”. Em Angola, ao contrário, as perspectivas se mostrariam mais abertas.

Entre as explicações para o pronto reconhecimento de Angola sob o governo do MPLA, algumas merecem destaque. O governo brasileiro, em interlocução com a secretaria de Estado norte-americana, indicava não ter partido de simplificações conceituais, sem correspondência com a realidade, do problema. Teria percebido desde cedo que as condições políticas de Angola denotavam que o MPLA seria o vencedor “natural” da guerra civil. Este seria também o partido mais representativo da maioria da classe média, apontada como única capaz de governar o país. Isso, com o tempo, levaria à adoção pelo governo angolano do caminho do nacionalismo africanista, “incompatível com o satelitismo com a União Soviética”. Como contraponto, indicava que a política americana para aquele país teria chegado perto de “vietnamizar” Angola, e ainda não havia afastado o perigo de poder

²⁶⁴ Documento sem título e sem data. Documentos referentes ao Ministério das Relações Exteriores. EG pr 1974.03.00/2. p. 604.

²⁶⁵ Resumo das conversações mantidas durante os encontros entre o presidente Ernesto Geisel e o presidente Antonio Ramalho Eanes, de Portugal, no Palácio do Planalto, em 22 e 23 de maio de 1978. Documentos referentes ao Ministério das Relações Exteriores. EG pr 1974.03.00/2. p. 2078.

“cubanizá-la”. Nos cálculos do governo brasileiro, a manutenção do incentivo aos combates no país, naquela conjuntura, geraria o efeito oposto de afastá-lo do ocidente, o que era alertado aos EUA. A propósito, referência peculiar dos liberais à ideologia de segurança nacional no que tange à ocidentalização. Assim, era preciso que se mantivesse aberta uma alternativa de cooperação ocidental junto a Angola, estratégia da política externa do Itamaraty.²⁶⁶ É interessante notar que quem recebeu o secretário norte-americano Henry Kissinger para reunião foi seu equivalente brasileiro, Azeredo da Silveira. Este avaliava que Kissinger, respondendo ao posicionamento brasileiro em Angola, teria se mostrado compreensivo, mas enfatizava, e insistia, que o importante a partir de então era “tirar os cubanos de lá”.²⁶⁷

O principal argumento utilizado pelo governo brasileiro no que diz respeito a Angola e os outros países africanos era o da porta aberta ao ocidente. Em reunião com Giscard d’Estaing, presidente da França, Geisel dizia que o que tornou possível a influência de Cuba e da União Soviética no continente foi a falta de compreensão e desamparo com que o ocidente os havia relegado, deixando-os sem alternativa de apoio para sustentar suas lutas por independência. Maliciosamente, expressava que a atuação do Brasil ia no sentido de procurar resgatar os erros do passado, “quando a preocupação em manter um bom entendimento com Portugal nos impediu de apreciar corretamente o significado das lutas pela independência”. Quanto ao pessimismo de d’Estaing, que considerava Angola “perdida” para a influência soviética, Geisel dizia que a situação não era irrecuperável, pois mesmo os governos africanos marxistas seriam, antes de tudo, nacionalistas, e não havia exemplo de êxito continuado da presença soviética no continente. Geisel assegurava que a posição do Brasil prestava ao ocidente o serviço de haver mantido aberta para Angola a opção de cooperação com os países ocidentais.²⁶⁸

É interessante notar que em julho de 1976, os Estados Unidos e a Inglaterra solicitaram ao Brasil que intermediasse um apelo referente ao julgamento de mercenários seus países. O governo brasileiro determinou ao seu embaixador em Luanda, que pedisse audiência

²⁶⁶ Informação para o senhor presidente da República. 13 de fevereiro de 1976. Subsídios para as conversações com o secretário de Estado Henry Kissinger. Documentos referentes ao Ministério das Relações Exteriores. EG pr 1974.03.00/2. p. 871.

²⁶⁷ Reunião ampliada entre o senhor presidente da República e o primeiro ministro James Callaghan. 6 de maio de 1976. Ibid. p. 1036-1037.

²⁶⁸ Notas sobre as conversações entre o presidente Ernesto Geisel e o presidente V. Giscard d’Estaing, no Palácio do Elysée, nos dias 24 e 25 de abril de 1976. Ibid. p. 1050.

com o ministro José Eduardo dos Santos, para que fizesse a entrega do “*Aide-mémoire*” encaminhado. Elencando o reconhecimento do Governo da República Popular de Angola no momento de sua constituição, e os princípios diplomáticos de respeito mútuo de praxe, cujo espírito não se desejava de forma alguma alterar. O governo brasileiro, que deixava claro “que não poderia deixar de respeitar quaisquer decisões do governo angolano”, indicava que fora solicitado pelos governos britânico e norte-americano para que fizesse chegar aos representantes angolanos os apelos relacionados aos mercenários das referidas nações, que foram condenados pela justiça do país africano. Assinalava que a intermediação foi solicitada pelo fato de o Brasil contar com embaixada em Luanda, portanto, com canal direto de comunicação com o governo local. A embaixada brasileira deixava claro que não se pronunciava sobre a substância dos apelos, nem dava à sua missão o caráter de apoio aos termos neles citados.²⁶⁹ Em agosto do mesmo ano, Kissinger enviava carta de agradecimento ao governo brasileiro²⁷⁰.

Em contato com o governo japonês, Geisel indicaria interesses econômicos e estratégicos para a aproximação brasileira com a África. Na economia apontava a ênfase no comércio, sobretudo, na exportação de manufaturados. Em termos estratégicos, o objetivo era manter a África livre de algum tipo de envolvimento entre superpotências que pudesse resultar em riscos para a navegação, uma vez que os oceanos Atlântico e Índico eram rotas de abastecimento de petróleo para o Brasil. Razão pela qual também se procurava manter aberto o diálogo com as nações-chave nos pontos estratégicos do continente.²⁷¹

No que diz respeito a Portugal, as restrições brasileiras ficam evidentes no discurso proferido por Geisel, em dezembro de 1976, quando da visita do então primeiro-ministro português, Mário Soares.

Quero, nesta ocasião, mencionar a satisfação que me deu poder verificar que esses portugueses aqui radicados e os que para aqui continuam a vir têm mantido a mais correta atitude de respeito às nossas leis, cuidando, em especial, de não transferir para sua terra de adoção o debate de questões internas em seu país de origem. Esse exemplo de auto-restrição e de respeito é por todas as formas digno de elogio e corresponde ao que, no plano governamental, procuramos manter em nossas relações bilaterais.²⁷²

²⁶⁹ BRASEMB Luanda. Julgamento de mercenários. Apelos britânico e americano. Ibid. p. 1113-1114.

²⁷⁰ Roteiro para despacho direto com o senhor presidente da República. 5 de agosto de 1976. Ibid. p. 1139.

²⁷¹ Roteiro para as conversações entre o presidente Ernesto Geisel e o primeiro-ministro Takeo Miki. Ibid. p. 1219.

²⁷² Discurso pronunciado por ocasião do banquete oferecido, no Itamaraty, ao senhor Mário Soares, Primeiro-Ministro de Portugal. 15 de dezembro de 1976. Cf. GEISEL, Ernesto. **Discursos: volume III, 1976**. p. 349.

Já em 1978, diante de um Portugal que se estabilizara sob a presidência de Antonio Ramalho Eanes, alguns posicionamentos de Geisel se tornavam um pouco mais claros em conversa com seu equivalente português. Compartilhando sentimentos anticomunistas e indicando a possibilidade de estudos para futura cooperação, os presidentes avaliavam possíveis obstáculos ocasionados pela influência cubano-soviética na “África negra”. Como primeiro passo para se evitar a rejeição por parte dos novos governos, o Itamaraty informara que não se referiria mais à chamada “comunidade afro-luso-brasileira”, “conceito carregado de conotações negativas”. Além disso, partia do princípio de que quaisquer iniciativas que não partissem dos próprios africanos, poderia servir para afastá-los. Poder-se-ia, no máximo, de acordo com o caso, tentar induzi-los. Conforme Azeredo da Silveira, isso significava “fazer com que os africanos fizessem algo, mas não dizer que estávamos fazendo com que eles o fizessem”. Os presidentes também viam como necessário o uso de mecanismos discretos e indiretos, como organizações internacionais como a UNESCO, para assegurar que os novos países mantivessem a língua portuguesa como idioma nacional. Eanes ressaltava que a manutenção do idioma ensejaria a manutenção de estruturas e modelos educacionais cujo suprimento seria feito por Brasil e Portugal, além de garantir na utilização meios de comunicação de massa, sobretudo rádio e televisão, eficiente forma de assegurar a permanência da presença comum. No referente aos cubanos, Geisel dizia que a presença de Fidel Castro em Angola era não mais que um “tributo de vassalagem que o governo comunista de Cuba pagava a seu mentor, a URSS”, já que os russos seriam muito pior recebidos.²⁷³ Por algum motivo, mostrava ignorar que Cuba atuava com autonomia na região.

Agora vejamos um caso curioso, ocorrido ainda nos idos de 1975. No dia 16 de setembro, altos dignitários da FNLA – que era apoiada pelos EUA – apresentaram um pedido de ajuda maciça ao Brasil por intermédio da Embaixada de Kinshasa, capital do Congo. Conforme informação do Ministério das Relações Exteriores, o documento era assinado pelos ministros dos Negócios Estrangeiros, Saúde, Comércio, Educação e Informação, portanto, se apresentavam como governantes de Angola. Afirmavam que, privados de apoio logístico do

²⁷³ Resumo das conversações mantidas durante os encontros entre o presidente Ernesto Geisel e o presidente Antonio Ramalho Eanes, de Portugal, no Palácio do Planalto, em 22 e 23 de maio de 1978. Documentos referentes ao Ministério das Relações Exteriores. EG pr 1974.03.00/2. p. 2073, 2079-2080, 2085-2086. Quanto à questão dos russos na África, é interessante notar que d’Estaing, em contato posterior com Geisel, viria a dizer que se “tornara notória a natureza racista e autoritária dos soviéticos, e, mesmo nos casos de ajuda russa, as divergências não tardavam em surgir”. Entrevista (II) entre os presidentes Ernesto Geisel e Valéry Giscard d’Estaing. 5 de outubro de 1978. Documentos referentes ao Ministério das Relações Exteriores. EG pr 1974.03.00/2. p. 2262.

Zaire, precisavam com urgência de assistência em grande escala nos campos dos comestíveis, remédios, meios de transporte, incluindo um avião e dez barcaças, combustíveis e sacas para o café produzido sob suas áreas de controle. Além disso, solicitavam assistência técnica em saúde e agricultura. O apoio solicitado seria justificado por motivos políticos, uma vez que era destinado a fortalecer a frente de Holden Roberto na luta contra o MPLA. Ademais, assinalavam que à colaboração do governo existiriam vantagens econômicas, com a criação de vínculos comerciais e abertura ao investimento de capitais brasileiros nas áreas controladas pela FNLA, o que incluía o campo do petróleo. Na avaliação prévia do Itamaraty, consta a seguinte conclusão.

A posição brasileira frente ao conflito de Angola baseia-se no estrito respeito ao princípio de não-interferência em assuntos internos e na consequente equidistância entre os três movimentos que disputam o poder naquele território. *Esse princípio não elimina o eventual atendimento, dentro de nossas possibilidades e com base em critério puramente humanitário, de solicitações apresentadas por autoridades técnicas angolanas.*²⁷⁴

No topo do documento existe uma anotação com o seguinte texto: “*devemos esperar a constituição do governo independente de Angola que vai exercer, de fato, o poder*”. Ao que parece a letra é de Golbery, embora não haja cem por cento de certeza. Mas o que seria interessante de pensar é que o atendimento, mesmo que fosse parcial da solicitação, poderia ter sido utilizado como forma de apaziguar propaladas oposições internas ou externas. O governo Geisel parecia ver como certa a vitória do MPLA, e já estava preparado para contrapor oposições vindas tanto do exterior, quanto de setores internos. A independência de Angola foi reconhecida no dia 11 de novembro de 1975, mesmo dia em que foi proclamada por Agostinho Neto.

Vimos que para seus parceiros ocidentais, a argumentação de Geisel girava sempre em torno da porta aberta deixada ao ocidente, e à segurança de que com o tempo a influência soviética se veria cada vez mais reduzida na região. Entretanto, é interessante notar que tanto os EUA como as potências imperialistas europeias sutilmente sugeriam uma intervenção direta do governo brasileiro, o que era dissuadido pela convicção na estratégia adotada. Segundo Geisel, ainda nos anos de conflito em Angola houve o contato de um “governo amigo” sobre a possibilidade da concessão de um contingente de “sargentos negros” para

²⁷⁴ Informação para o senhor presidente da República. 16 de setembro de 1975. Problema de Angola. Solicitação da FNLA. Ibid. p. 697.

intervir na “crise angolana”, solicitação denegada²⁷⁵. Além de parecer claro que o Brasil não contava com recursos para financiar uma intervenção direta, devemos lembrar que se calculava que uma intervenção desse tipo tendia a resultar em rejeição, e não aproximação.

Conforme a estratégia adotada, o Brasil passaria a conceder bolsas de estudos aos estudantes dos países de língua portuguesa africanos, receberia missões angolanas com a presença da irmã do presidente Agostinho Neto, veria crescer a participação brasileira no setor de transportes de Angola²⁷⁶. Geisel ainda anunciaria um crédito de 10 milhões de dólares ao país para financiar a importação de produtos brasileiros, além de assinar um acordo de cooperação técnica²⁷⁷. Em 1979, o ministro dos Petróleos angolano Jorge Moraes, estabeleceria conversações sobre a possibilidade do estabelecimento de programas conjuntos, especialmente com a Petrobrás, para a prospecção e exploração do combustível fóssil no país africano. O acordo incluiria o fornecimento de petróleo ao Brasil e o treinamento de técnicos angolanos pelos brasileiros.²⁷⁸ Em breve, por intermédio da Braspetro, a Petrobrás estaria, associada a outras empresas, explorando o petróleo no mar de Angola. País promovido a “fronteira marítima” brasileira²⁷⁹.

Sem dar grande destaque à atuação do governo brasileiro na questão angolana, abordando o tema mais pelo viés da continuidade dos conflitos inerentes ao país, sem relação com a questão ideológica doméstica nacional, a revista *Veja* fazia alguns apontamentos interessantes. Indicava que assim como no caso do sionismo, o reconhecimento de Angola pelo Itamaraty antes dos países do bloco socialista, exigiria explicações pacientes, pormenorizadas e defensivas pelas autoridades diplomáticas brasileiras, embora estes mantivessem sua “cultivada indiferença pelas reações desfavoráveis” que suscitavam. Ao longo da semana o jornal *O Estado de S. Paulo* havia, em sucessivos editoriais, classificado como “irresponsável” o pragmatismo de Azeredo da Silveira.

Voltando à *Veja*, os diplomatas explicavam que o reconhecimento instantâneo era a tarefa menos difícil a fazer. Segundo alto funcionário do Itamaraty, era o prosseguimento de

²⁷⁵ Resumo das conversações mantidas durante os encontros entre o presidente Ernesto Geisel e o presidente Antonio Ramalho Eanes, de Portugal, no Palácio do Planalto, em 22 e 23 de maio de 1978. Documentos referentes ao Ministério das Relações Exteriores. EG pr 1974.03.00/2. p. 2078.

²⁷⁶ Ibid. p. 2080.

²⁷⁷ PINHEIRO, Leticia. Op. cit. p. 94.

²⁷⁸ Projetos e atividades do DCD durante o período 1974-1978. Documentos referentes ao Ministério das Relações Exteriores. EG pr 1974.03.00/2. p. 2035.

²⁷⁹ D'ARAUJO, Maria Celina & CASTRO, Celso (Orgs.). Op. cit. p. 345.

uma política iniciada em fevereiro, quando o Brasil designou uma representação especial para atuar junto ao governo de transição em Luanda antes da independência definitiva. A revista interpretava que a argumentação não era desprovida de lógica, uma vez que proclamada a República Popular de Angola, deixaria automaticamente de existir a representação transitória. Não reconhecer o MPLA, significaria não apenas romper as relações como suprimir o “único vínculo diplomático existente entre os dois países”. Se essa ruptura acontecesse, representaria um duro golpe na política africana traçada por Geisel. Dizia-se que onde Portugal errou, o Brasil iria acertar.²⁸⁰

3.5 Considerações parciais

Diante da avaliação dos casos vistos até aqui, fica perceptível nos argumentos do governo os motivos denominados pragmáticos para uma virada na política externa brasileira. Entretanto, ao mesmo tempo parece claro que as motivações utilizadas nesse momento, em que pese o quadro conjuntural diverso, também poderiam ser utilizadas em outros momentos pelos governos militares, caso fosse de interesse. Talvez seja possível dizer que apenas o governo Castello não teve poder o suficiente para orientar as relações internacionais nesse sentido. Pois uma espécie de continuação da Política Externa Independente – denominação, aliás, cujas bases eram análogas ao do “pragmatismo responsável” – dos anos anteriores ao golpe não representaria a ruptura ideológica que deu base ao movimento golpista. Também está claro que esse desvio não ocorreu anteriormente pelo radicalismo ideológico dos governos Costa e Silva até Médici. Apenas Geisel viria a ignorar, de certa forma, os posicionamentos históricos da doutrina de segurança nacional militarista. Posicionamentos, a propósito, que seu próprio grupo, tendo a frente Golbery, havia trabalhado para tornar política e militarmente hegemônicos na sociedade brasileira nos anos pré e pós golpe. Tratava-se, naquela época, da ideologia necessária à legitimação do sistema político junto às bases golpistas, independentemente da popularidade que viesse a ter fora destas.

Entretanto, se Geisel tinha como objetivo promover uma distensão, iniciar o rompimento das bases ideológicas que sustentavam a tensão política interna era fundamental. E assim como a intenção geral dos liberais golpistas, deveria ser feita de forma gradual,

²⁸⁰ Na defensiva. **Veja**. 19 de novembro de 1975. p. 24.

embora não fosse possível evitar choques com os radicais. Tratava-se de redefinir o modelo das políticas de segurança nacional de acordo com as novas intenções do governo. Isso também fica claro se pensarmos que não havia qualquer necessidade imperiosa, interna ou externa, para fazê-lo, como em nenhum momento o houve. Mesmo os argumentos econômicos poderiam ser passíveis de questionamentos, tendo em vista que ao longo da ditadura, questões ideológicas e de alinhamento internacional costumaram operar em detrimento de certos interesses da economia brasileira.

Geisel e Golbery viriam a romper com políticas instaladas nos anos iniciais da ditadura por Castello Branco. Tinham plena consciência política e ideológica de seus atos. Ambos, em ambos os momentos. O radicalismo da linha dura, importante mas não decisivo para o golpe de 1964, precisava ser definitivamente superado. Os radicais, únicos capazes de se sobreporem ao governo pela força, se conseguissem a mobilização para isso, deveriam ser isolados do jogo político. Segundo o general Octávio Costa, eminente liberal da ESG e do IPES, mas que por alguma manobra política chefiou a AERP no governo Médici – é interessante notar que Costa também seria subchefe de gabinete de Sylvio Frota, quando este assumiu o Ministério do Exército –, órgão, a propósito, extinto por Geisel, o presidente

sentiu que precisava esvaziar o Exército, visão absolutamente correta. Eu diria que ele teria que começar em 1974 um processo de reeducação das Forças Armadas. Todo o esforço que se fez para implantar a guerra revolucionária na mente dos militares teria de ser repetido, com mais intensidade, no sentido oposto.²⁸¹

Não foi por acaso que o general Frota nomeou seu livro de *Ideais traídos*. Embora para os liberais golpistas tratasse-se de uma fase a ser ultrapassada.

Assim, vimos apenas alguns dos casos enquadráveis nessa estratégia. É interessante notar também que a superexposição de Golbery no caso da China, logo no início do governo, não se repetiria depois – pelo menos no que diz respeito aos casos analisados até aqui. Devemos perceber que aquela exposição pareceu ter ferido um princípio básico da estratégia golpista. O de agir com discrição, provocando a exposição os adversários – embora determinadas exposições também pudessem ser vistas como provocação à linha dura. E principalmente, fazer com que outros, algumas vezes mesmo os adversários do regime, se tornassem porta vozes, ou agentes, dos interesses palacianos. As possibilidades de avanço da estratégia geral eram múltiplas, assim como mais sutis os mecanismos de exposição governista, o que incluía uma oposição midiática controlada.

²⁸¹ D'ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso. **A volta aos quartéis: a memória militar sobre a abertura**. p. 105.

Entretanto, deve-se ter em vista também que as motivações que se tornavam públicas, através dos argumentos em geral expostos, não deixavam de incluir outros possíveis objetivos, que variavam desde questões econômicas até ideológicas. Por exemplo, poderíamos vê-lo como uma fase, dada a proeminência de Golbery nos aspectos geopolíticos e que se desdobrava no âmbito das políticas internacionais, no objetivo de constituir o Brasil em “grande potência”²⁸². De fato, esse “projeto” é o que poderia tornar peculiar o liberalismo militarista – golberysta nesse caso, embora a determinação de Geisel nesse sentido fosse grande – desenvolvido na ESG e peculiar em relação a um liberalismo civil – isso também do ponto de vista da perspectiva do liberalismo, ou ultraliberalismo, brasileiro pós-redemocratização. Assim, ao Brasil caberia assumir um papel de potência emergente, ou em desenvolvimento, ocupando um lugar intermediário entre as potências constituídas e os países do Terceiro Mundo não desenvolvido – alguns chamariam isso de subimperialismo -, com objetivos próprios, até certo ponto concorrentes com as potências mundiais. Se internamente isso era um ponto de distinção entre as direitas, na política internacional o governo Geisel foi quando se pode vislumbrar mais claramente esse projeto. Devemos lembrar também que Geisel era o mais nacionalista dos liberais, o que, até certo ponto, o tornava uma figura peculiar entre os adeptos, militares ou civis, dessa ideologia.

Os casos relacionados à política internacional que veremos a seguir tem mais ou menos relação com o contexto dos que foram até aqui expostos. Contando com uma lógica própria, não deixavam de ter relação com o histórico da ditadura militar. Entretanto, contam com a particularidade de não terem gerado rígidas tensões ideológicas. Devo lembrar que essas passagens tem relação direta com o que foi abordado por Hugo Abreu. Personagem que até aqui tem demonstrado independência em apoiar ou discordar dos grupos em beligerância, atuando no sentido de intermediar governo e militares e, na medida do possível, conciliando divergências.

²⁸² Há uma discussão sobre essa questão em: FICO, Carlos. **Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil**. p. 85-86.

4 HUGO ABREU ENTRE AS TAREFAS E O JOGO POLÍTICO E IDEOLÓGICO DO GOVERNO

4.1 A política nuclear

Embora essa não seja uma questão que se possa enquadrar no âmbito das rupturas internas, é interessante apontá-la pela relação que terá com o assunto que veremos a seguir, referente à diplomacia política e militar com os EUA. Além disso, foi assunto relevante no que se refere à atuação de Hugo Abreu e no quadro geral do governo Geisel, não deixando de representar uma curva nas relações internacionais pelos obstáculos que se teve que enfrentar. Segundo o jornalista Walder de Góes, o Programa Nuclear Brasileiro, que daria vida ao Acordo Nuclear com a República Federal da Alemanha, foi produzido pela Secretaria-geral do CSN, que, entretanto, não dispunha dos meios próprios para fazê-lo. Nos quadros da Secretaria havia 130 funcionários permanentes, sendo que apenas 23 oficiais das três armas e três civis eram considerados especialistas em suas áreas. Assim, se constituiriam coordenadorias que podiam requisitar funcionários, serviços específicos e promover reuniões com quaisquer setores capacitados nas diferentes áreas da administração pública²⁸³. Atualmente, é possível enxergar essa questão com um pouco mais de complexidade.

As primeiras referências encontradas na documentação no que diz respeito ao tópico “energia nuclear” estavam nominadas a Golbery – há registros em nome de Heitor, o que significa que ele chegou a ser intermediário –, o que indica que ele foi o responsável pela orientação geral da temática. A partir de maio de 1974, Hugo Abreu ficava encarregado pelo encaminhamento da política nuclear em seus termos técnicos e do levantamento internacional da questão, além da parte burocrática²⁸⁴. Assim, ao secretário-geral caberia a incumbência pela análise de questões que iam desde a experiência nuclear da Índia, o contato com as possíveis cooperadoras França e Alemanha, contatos de cooperação com a Argentina – que desenvolvia projeto semelhante e era rica em matéria prima como o Brasil –, até o

²⁸³ GÓES, Walder de. **O Brasil do general Geisel**. p. 36.

²⁸⁴ A essa conclusão se chegou da seguinte forma: os roteiros para o despacho com o presidente eram organizados em tópicos. Cada tópico, de acordo com o assunto, se encontrava nominado com o responsável pela questão. O primeiro a partir do qual se encontra o nome de Hugo é o de 21 de maio de 1974.

encaminhamento das questões com a República Federal da Alemanha (RFA) em 1975²⁸⁵. Entretanto, em termos geopolíticos internacionais e estratégicos, como, por exemplo, como se dariam as relações políticas com os EUA e as potências ocidentais, a questão era definida por Golbery, que também definia como seria tramitada essa pauta no Congresso.

Hugo Abreu dizia que as bases técnicas da política nuclear brasileira já haviam sido estabelecidas anteriormente, no governo Médici, o que foi reestudado e mantido. O Brasil optou pelo urânio enriquecido, com resfriamento a água natural, e não pelo uso do urânio natural, resfriado a água pesada – opção da Argentina. A disputa sobre qual método utilizar apresentava vantagens e inconvenientes dos dois lados, o que tornava polêmica qualquer das soluções. O uso do urânio natural era defendido com base em razões “essencialmente nacionalistas”, seus defensores diziam que era mais fácil sua utilização por não ser necessária a submissão ao processo de enriquecimento do minério, o que seria difícil, dispendioso e era monopólio das grandes potências. Quanto ao urânio enriquecido, destacava-se que era utilizado pela maioria esmagadora das usinas em funcionamento, em construção ou em projeto, nos diversos países que faziam uso da tecnologia nuclear. Além disso, a energia proveniente do uso do urânio natural ficava mais cara. Embora já houvesse novas gerações de reatores em perspectiva, como os de alta temperatura e os regeneradores, concluiu-se pela continuidade do projeto, pois o fundamental era reduzir o atraso tecnológico.²⁸⁶

Mas se a solução adotada foi satisfatória, Hugo Abreu indicava a insuficiência do acordo feito com os EUA para a construção da Usina Termonuclear de Angra dos Reis, que ficaria conhecida como Angra I – já havia a previsão das Angra II e III. Embora nenhuma restrição técnica fosse feita ao empreendimento, o problema se centrava no fato de que não haveria transferência de tecnologia. Os norte-americanos não apenas privariam os brasileiros do conhecimento dos detalhes da construção, como, para agravar, forneciam uma “caixa preta” lacrada em que sequer se podia saber o que havia dentro. Os técnicos poderiam apenas operar a usina, nada mais. Com o objetivo de se livrar dessa dependência, “inadmissível para a nossa soberania”²⁸⁷, segundo Geisel, o governo se decidiu disposto a negociar com países que concordassem em fazer a transferência da tecnologia nuclear. Assim, a partir de maio de 1974, a Secreta-geral do CSN, junto com o Ministério de Minas e Energia e o Ministério das

²⁸⁵ Despachos variados. Documentos referentes ao Ministério das Relações Exteriores. EG pr 1974.03.00/2. p. 38, 40, 141, 167, 175, 176, 220, 230, 275, 508, entre outras.

²⁸⁶ ABREU, Hugo. Op. cit. p. 42-43.

²⁸⁷ D'ARAUJO, Maria Celina & CASTRO, Celso (Orgs.). Op. cit. p. 339.
Notar que Geisel, em seus depoimentos não traz nada de novo à questão.

Relações Exteriores, passou a tratar da questão. Segundo Abreu, a França chegou a mostrar disposição em negociar, mas numa base pouco objetiva, com intercâmbio de informações e bolsas de estudo para especialização de pessoal técnico. Já a Alemanha, dispôs-se a negociar em profundidade para, em conjunto com o Brasil, fazer a implantação de todo o ciclo do combustível, o que incluía a pesquisa, a lavra, o enriquecimento, a fabricação do elemento combustível e o reprocessamento, além da fabricação de reatores. O processo seria totalmente nacionalizado progressivamente, e todo o material futuramente fabricado no país, com a total transferência da tecnologia. O acordo previa a instalação de uma usina de enriquecimento de urânio com processo de jato centrífugo, modelo ainda em desenvolvimento na Alemanha, assim como uma usina de reprocessamento de combustível. O programa previa a instalação de oito usinas term nucleares com capacidade de 1,2 milhão de kw cada.²⁸⁸

Como o acordo com a Alemanha visava à utilização da energia nuclear para fins pacíficos, sua vigência dependeria da assinatura de outro, relativo à aplicação de salvaguardas, o que se acertou entre as partes e a AIEA, o Acordo Tripartite. Atestava-se, assim, a utilização exclusivamente para fins pacíficos de toda a energia gerada pelo complexo industrial a ser instalado no país, o que incluía as informações tecnologicamente relevantes fornecidas pela Alemanha. Como objetivo de se adiantar a pressões previstas, especialmente por parte dos EUA, o Acordo Nuclear foi negociado na fase inicial em caráter absolutamente secreto, sigilo plenamente justificado, conforme Hugo. Na área política, apenas o senador Virgílio Távora teria tomado conhecimento das discussões e estudos. Os acontecimentos posteriores mostrariam o acerto de manter em caráter secreto o assunto. Assinado em 27 de junho de 1975, nos primeiros meses do ano a questão transpirou, provocando violenta reação dos EUA e da Rússia. Um senador norte-americano chegaria a dizer que não se podia permitir que “um país, em seu quintal”, ficasse em condições de produzir a bomba atômica, colocando em risco a segurança do povo americano. Hugo, com o governo, se mostrava convicto de que se seus “adversários” internacionais tivessem tomado conhecimento prévio das negociações, o Acordo não teria saído. Os ataques atingiriam maior intensidade em 1976 e 1977, principalmente pela ação do novo presidente dos EUA, Jimmy Carter. Em vista disso, o Itamaraty publicou um *Livro branco* para defender o Programa brasileiro.²⁸⁹ Entretanto, é preciso ter em mente desde já que se deve relativizar os “ataques” pelos norte-americanos aos quais Hugo se refere, isso será aprofundado adiante.

²⁸⁸ ABREU, Hugo. Op. cit. p. 43-44.

²⁸⁹ Ibid. p. 44-45.

Abreu destaca entre as principais investidas contra o Acordo, a ausência da participação ampla de meios científicos e políticos domésticos, o fato de o Brasil possuir enorme potencial hídrico, a insistência em realizar todas as fases do ciclo do combustível, e uma demasiada ambição, em desacordo com a realidade econômica brasileira. Os EUA chegariam a propor que o Brasil desistisse de fazer o enriquecimento de urânio e o reprocessamento do combustível, o que ficaria a cargo de organismos internacionais. O que não foi aceito. Quanto aos norte-americanos, as acusações não ficariam no plano teórico, foram acompanhadas de pressões objetivas e ameaças veladas, o que incluiu o envio de missões, em 1977, à Alemanha e ao Brasil, com a finalidade de tentar evitar a execução do Acordo. A resistência foi mantida, e a adoção das medidas ocorreria conforme calendário estabelecido.²⁹⁰

Surgiriam ainda naquele governo acusações de corrupção no desenvolvimento do Programa Nuclear, acusações feitas inicialmente por revista alemã. Em seguida apareceram elementos que confirmavam o favorecimento criminoso de uma firma ligada a altas personalidades do governo brasileiro. Entretanto, Hugo Abreu acentuava que o assunto nada tinha a ver com a doutrina do Programa Nuclear, e lamentava pela atitude do governo no caso, que procurava dificultar a apuração dos fatos. O presidente do Senado, Petrônio Portella, figura intimamente ligada ao Executivo, não permitiu o andamento dos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito que procedia às investigações durante recesso. Abreu ainda salientava que a intenção protelatória palaciana ficou por demais evidente, em nada ajudando o governo na defesa do Programa Nuclear.²⁹¹

Embora não se possa fazer aqui uma análise pormenorizada do *Livro branco*, Hugo Abreu aponta alguns dos principais aspectos do documento no que tange à resposta às críticas recebidas pelo Programa Nuclear – as já abordadas acima serão deixadas de lado. Quanto ao enorme potencial hidrelétrico brasileiro, que não indicaria necessidade de partir imediatamente para o uso da energia nuclear, a resposta foi que a melhor solução não seria esperar pelo esgotamento desse potencial para, a partir daí, buscar complementá-lo com a energia termonuclear. Geisel incluía nesse argumento o crescimento do consumo no país, com o crescimento populacional e o aumento da atividade industrial, por exemplo, além de apontar impactos nas regiões das barragens nas comunidades locais e a necessidade de não se ficar

²⁹⁰ Ibid. p. 45.

²⁹¹ Ibid.

dependente da energia hidrelétrica, que ainda dependia das chuvas²⁹². No que diz respeito à crítica de que o Programa Nuclear era muito ambicioso, em desacordo com a realidade econômica do país, era respondido que não havia fundamento para a acusação, pois de acordo com estimativas oficiais, as necessidades energéticas brasileiras é que eram enormes. Ressalte-se que a ideia inicial era ter em operação oito novas usinas, que somadas à Angra I, cuja previsão era gerar 600 mil kw, chegariam a uma produção total de 10 milhões de kw por volta de 1990. Quanto ao argumento de que o Brasil poderia deixar para depois algumas fases do programa, replicava-se que se um dos elos da cadeia fosse quebrado, não se conseguiria atingir o objetivo da independência e autossuficiência no uso pacífico da energia nuclear, pois o que fosse postergado muito dificilmente seria concretizado no futuro, o que era lógico. Houve também a acusação de que o Brasil não era sincero nos seus objetivos pacíficos, pois se recusava a assinar o Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares (TNP). A resposta era que o Brasil se submeteu a todos os controles da AIEA no que tange ao uso e estudo da tecnologia, além de se afirmar que ao Brasil não era de interesse possuir armas nucleares. O que havia era uma questão de princípios, pois o TNP era visto como um tratado discriminatório e injusto, uma vez que limitava o acesso à tecnologia das armas nucleares aos países que não as desenvolveram, mas nada previa contra aqueles que já as possuíam. Com base nesse ponto de vista da discriminação, Geisel considerava a não assinatura do TNP um imperativo da soberania do Brasil, que não teria por que colocar-se, *a priori*, numa posição de inferioridade em relação aos outros países. Entretanto, indicava a filiação à AIEA, onde se tinha representantes, e a sujeição às normas e inspeções dessa organização²⁹³. Em reunião entre assessores de relações exteriores norte-americanos e brasileiros, enquanto os primeiros se preocupavam em reforçar o TNP, considerava-se aqui que o Tratado conservava para o clube dos países já nucleares o monopólio da tecnologia avançada, criando uma situação de inequidade impossível de ser aceita pelos países não nucleares, por tornar seu progresso científico dependente da vontade dos que possuíam a tecnologia²⁹⁴. Quanto à proposta dos EUA de que se poderia abrir mão do enriquecimento do urânio e do reprocessamento do combustível, pois os americanos assegurariam essas operações através de organizações internacionais, refutava-se exatamente com o fato de que o Brasil não queria mais ser

²⁹² D'ARAUJO, Maria Celina & CASTRO, Celso (Orgs.). Op. cit. p. 304.

²⁹³ Ibid. p. 340.

²⁹⁴ Informação para o senhor presidente da República. Reunião entre os assessores de planejamento do Ministério das Relações Exteriores e do Departamento de Estado Americano. Documentos referentes ao Ministério das Relações Exteriores. EG pr 1974.03.00/2. p. 392.

dependente energeticamente do exterior, pois sempre dependeu da importação de quase todas as suas fontes de energia essenciais, como o carvão e o petróleo. Nesse caso, o Brasil possuía reservas apreciáveis de urânio, além de indicações geológicas promissoras.²⁹⁵ Com a verificação de grandes jazidas e matéria-prima mais do que suficiente para muitos anos, seria, segundo Geisel, um desprezo à racionalidade possuir um elo intermediário para o beneficiamento do minério²⁹⁶. Basicamente, essas foram as argumentações centrais em torno do tema.

Gostaria ainda de destacar uma opinião pessoal de Hugo Abreu sobre um ponto específico de sua argumentação. Ao se referir aos objetivos pacíficos do uso da energia nuclear, afirmava que o Brasil não tinha o menor interesse em possuir armas nucleares. A razão para isso seria simples, pois ao país faltavam recursos para o próprio desenvolvimento, para atender as necessidades de uma população pobre e numerosa espalhada pelo território, e para a qual ainda faltavam quase todos os recursos básicos à infraestrutura. Assim, argumentava, “como gastar bilhões de dólares numa arma atômica quando nos faltam estradas, água, esgoto, escolas, hospitais, campos de pouso e tantos outros elementos essenciais?”²⁹⁷ A bomba atômica seria “brinquedo” caro demais para o país. Claramente, essa era uma decisão que estava fora da alçada decisória de Hugo Abreu, além disso, não dependeria da situação social do país, inclusive, havia posicionamentos favoráveis entre os militares. Essa exposição do desamparo social em que vivia o Brasil pode ser indicativa da oposição que passou a fazer ao governo posteriormente. A indicação da existência de corrupção, feita acima, também seria indicativo disso.

No geral, devemos salientar que o que foi exposto por Hugo Abreu estava de pleno acordo com as linhas gerais do governo. A propósito, a atenção e esforço da presidência em torno do tema indicam certa determinação pessoal de Geisel – devemos lembrar também do II PND. Ex-presidente da Petrobrás, o general via no setor energético um fator central para o desenvolvimento do país, em especial na forma como foi feito. Geisel chegou a indicar que havia uma usina cuja construção começou no governo Médici, mas que apresentou inúmeras falhas. A companhia norte-americana Westinghouse, teria feito um péssimo serviço. Já no governo de Figueiredo, seguinte ao dele, a construção da segunda usina, que já estaria bem adiantada e com todo o equipamento, teria sido paralisada pelas dificuldades financeiras

²⁹⁵ ABREU, Hugo. Op. cit. p. 46-49.

²⁹⁶ D'ARAUJO, Maria Celina & CASTRO, Celso (Orgs.). Op. cit. p. 340.

²⁹⁷ ABREU, Hugo. Op. cit. p. 47.

enfrentadas pelo país, cuja culpa colocava no segundo choque do petróleo e no aumento das taxas de juros nos EUA.²⁹⁸ No que pude verificar a linha dura não apresentou contestações.

Há ainda uma lacuna no que foi até aqui exposto. Se países como Estados Unidos, França, Inglaterra, Japão, Canadá e Rússia se negaram a fazer a transferência de tecnologia, o que teria feito a Alemanha aceitar? O senador Virgílio Távora, em aula magna na Universidade Federal do Ceará em março de 1977, indicava que a RFA não faria o “sacrifício” de transferir a tecnologia para o Brasil se não tivesse interesses muito mais fortes. Entre eles colocava a ampliação de seu mercado consumidor na América Latina, o aumento do volume de negócios com o maior país sul-americano, com grandes somas de recursos naturais ainda por desenvolver, o interesse em estabelecer uma indústria desse porte na zona de influência ocidental, o fato de ser o Brasil um mercado sem restrições ou termos para ingresso de capitais estrangeiros, e, possivelmente o mais importante, a garantia de suprimento de matérias primas físseis e férteis para seu próprio programa nuclear.²⁹⁹

Enfim, Hugo Abreu concluía que o Programa Nuclear Brasileiro, consubstanciado no Acordo Brasil-Alemanha, constituía “instrumento de transcendental importância para o desenvolvimento do país e a busca de melhores condições de vida para o povo brasileiro”³⁰⁰. Em sua saudação de fim de ano ao povo brasileiro, no dia 30 de dezembro de 1975, Geisel viria a dizer que o acordo assinado com a Alemanha foi, no âmbito internacional, o fato de maior repercussão interna e externa da ação diplomática brasileira, marcando para a economia o “límiar de uma nova era e, no âmbito mundial, mostrou a determinação e a maturidade com que o Brasil sabe conduzir-se, na defesa dos interesses nacionais, imune a pressões descabidas”³⁰¹.

No que diz respeito à documentação, seria importante fazer alguns apontamentos. Por exemplo, após a assinatura do acordo com a Alemanha, a França também passaria a cooperar com o Brasil em matéria de energia nuclear³⁰². O próprio Estados Unidos parecia querer se aproximar nesse sentido³⁰³. Em conversa entre Geisel e o secretário de Estado norte-

²⁹⁸ D'ARAUJO, Maria Celina & CASTRO, Celso (Orgs.). Op. cit. p. 305.

²⁹⁹ TÁVORA, Senador Virgílio. **O acordo nuclear Brasil-Alemanha e a Universidade**. p. 15-16.

³⁰⁰ Ibid. p. 48.

³⁰¹ Ibid. p. 49.

³⁰² Roteiro para despacho direto com o senhor presidente da República. Brasília, em 3 de outubro de 1975. Documentos referentes ao Ministério das Relações Exteriores. EG pr 1974.03.00/2. p. 708.

³⁰³ Ibid. p. 710. Há a indicação do envio de um *Aide-Mémoire* da embaixada dos EUA. Assuntos tratados por

americano Kissinger, em fevereiro de 1976, este informou ao general que havia reiterado diretamente à Viena, sede da AIEA, as instruções anteriormente enviadas pelo Departamento de Estado em Washington para que a delegação americana apoiasse, sem reservas, o texto do Acordo Tripartite sobre as salvaguardas do Programa Nuclear. Geisel agradeceu e viu no ato uma medida de grande relevância para as relações entre os dois países, reiterando que o Brasil era pacifista e não tinha quaisquer ambições hegemônicas ou de expansão territorial. Entretanto, essa indicação de Kissinger parecia dúbia. No mesmo diálogo mencionou o México por sua postura estridentemente antiamericana em público, mas desfazendo essa imagem em gestões secretas, o que não ocorreria em relação ao Brasil. Mas também qualificou de vergonhoso o comportamento do país centro-americano quanto ao voto contra o sionismo na ONU.³⁰⁴ Uma espécie de indireta a certos aspectos do governo brasileiro. Já que o antiamericanismo se tornou importante instrumento de disputa política interna no correr da ditadura.

Em fevereiro de 1977, documento do Ministério das Relações Exteriores referente à conversa feita pelo líder arenista Lafayette Prado, registrava que próceres socialistas europeus, liderados por François Mitterrand, indicavam pretender apoiar, e se necessário pressionar, o governo alemão no sentido da manutenção dos termos do Acordo Nuclear Brasil-Alemanha. Seria uma espécie de antecipação destinada a prevenir qualquer recuo ante pressões norte-americanas. A motivação dos europeus seria aproveitar a oportunidade para uma demonstração da maioria europeia. Mitterrand teria manifestado interesse em entrevistar-se em Paris, informal e discretamente, com emissário do governo brasileiro. Deixava-se destacado que no encontro não seriam abordados assuntos ligados aos direitos humanos. A contrapartida brasileira seria a confirmação do propósito inequívoco de usar a energia nuclear para fins pacíficos pelo presidente, ou pelo ministro das Relações Exteriores. O interlocutor francês admitia que o encontro poderia trazer, como resultado indireto, o arrefecimento, por algum tempo, das campanhas que se moviam na Europa “contra” o Brasil.³⁰⁵

Em carta também de fevereiro de 1977, referente a agradecimento do novo presidente dos EUA, Jimmy Carter, pela felicitação de Geisel pela nomeação ao cargo, o novo

Hugo.

³⁰⁴ Notas sobre os diálogos mantidos entre o presidente Ernesto Geisel e o secretário de Estado Henry Kissinger, no estádio de futebol de Brasília, na tarde do dia 21 de fevereiro de 1976. Ibid. p. 923-924.

³⁰⁵ Dados recolhidos da conversa com Lafayette Prado. 25 de fevereiro de 1977. Ibid. p. 1428.

mandatário do norte atribuía a mais alta importância ao controle do uso militar da energia nuclear, ao mesmo tempo em que reconhecia a necessidade de conduções que permitissem a segurança energética a todas as nações. Assim, convidava o Brasil a unir esforços nesse objetivo fundamental.³⁰⁶ Mas as primeiras atuações de Carter no campo dos direitos humanos e no da não-proliferação do armamento nuclear, seriam frequentemente vistas pelo governo brasileiro como tentativas de ingerências internas, ou ataques. Quaisquer medidas dos norte-americanos nesse sentido eram vistas como “pressões”. Por exemplo, a aproximação entre EUA e Argentina para a concretização de um acordo nuclear, onde a segunda ficaria dependente do material nuclear fornecido pelo primeiro, era vista pelo Itamaraty como uma forma de dissuadir o Brasil do uso na energia nuclear através do fomento da disputa regional. A administração Carter teria procurado “de forma evidente criar um clima artificial de rivalidade e de emulação entre os desenvolvimentos nucleares da Argentina e do Brasil”. O objetivo da criação de um atrito – ou do perigo de divergências se agravarem – entre os vizinhos seria um mecanismo para levar a uma necessária renúncia por parte de ambos em adquirir métodos de reprocessamento. Há indicações também de que os EUA teriam tentado criar uma rejeição por parte de outros países sul-americanos em relação ao projeto nuclear brasileiro, o que era visto como impertinente e irresponsável. Entretanto, veremos que outras questões faziam parte desse posicionamento palaciano. Tanto que, no início de 1978, já se veria como superada uma “primeira fase” das pressões norte-americanas contra o Programa Nuclear.³⁰⁷

Assim, a insistência dos EUA para que o Brasil assinasse o TNP e a insistência do Brasil em não assiná-lo – e vários países não o haviam feito, por exemplo, Paquistão, Chile, África do Sul, Israel, França, Índia, China, entre outros – indicava-se ter chegado ao fim. O Acordo de Cooperação relativo aos Usos Cívicos de Energia Atômica concluído com os norte-americanos em 17 de julho de 1972, onde se previa o fornecimento ao Brasil de serviços de enriquecimento de urânio por 30 anos, tinha a previsão de fazer a primeira entrega ao reator de Angra I em novembro de 1978. Após rumores de que o acordo seria revisado pelo novo governo, inserindo cláusulas muito mais restritivas, em novembro de 1977 a embaixada norte-americana informava que o Departamento de Estado dava sinal verde para a exportação da primeira carga de elementos combustíveis para a usina brasileira, os pormenores seriam ajustados pela Westinghouse. A título de esclarecimento, devemos nos lembrar que o Tratado

³⁰⁶ The White House. Washington. February 26, 1977. Ibid. p. 1433.

³⁰⁷ Programa nuclear brasileiro: pressões norte-americanas. 9 de janeiro de 1978. Ibid. p. 1827-1828.

de Tlatelolco, que proibia a fabricação ou posse de armas nucleares, assim como o armazenamento ou instalação de armas pertencentes às potências nucleares, havia sido assinado e ratificado por quase todos os países, incluindo o Brasil.³⁰⁸

É interessante notar que a entrada de novos países no rol dos possuidores de armamentos nucleares era encarada internacionalmente como uma possibilidade, e perigo, real. O ministro Donald Jamieson, em entrevista no início de 1977 com Geisel, deixava claro essa preocupação ao se referir “à situação desagradável que ocorreu com a Índia”, o que já era conhecido pelo general. O ministro canadense fez referência às dificuldades internas que a situação lhes causou por serem fornecedores de material nuclear a outros países. Entretanto, no encontro se acertariam questões relativas às salvaguardas nucleares internacionais, à atuação alinhada na AIEA e à não aceitação de determinadas novas políticas norte-americanas sobre o tema. É curioso que o Brasil tenha realizado no Rio o Congresso da AIEA, no qual, por coincidência, segundo o ministro, o Brasil ocupou a presidência e o Canadá a vice-presidência.³⁰⁹

4.2 A denúncia do acordo militar com os Estados Unidos

Já vimos que a política internacional do governo Geisel foi pautada pelo que ficou conhecido como “pragmatismo responsável”. Um dos primeiros documentos existentes no arquivo do Ministério das Relações Exteriores, o primeiro de relevância, datado de 20 de março de 1974, portanto logo no início do governo, era uma análise de conjuntura da política externa norte-americana. Uma anotação no topo da folha indica que o autor foi Araújo Castro, embaixador brasileiro nos Estados Unidos entre 1971 e 1975. O documento está nominado, o que significa que foi endereçado, a Golbery, provavelmente o responsável pelas anotações e grifos. A análise começava apontando que a política externa norte-americana, naquele momento, era dominada pelas “ideias e, sobretudo, pela personalidade do Professor Henry A. Kissinger (sic)”. Isso teria sido decorrência da erosão do poder e da autoridade do então presidente Richard Nixon, consequência da crise política interna ocasionada pelo escândalo de *Watergate* – basicamente uma tentativa de espionar o Partido Democrata, mas que

³⁰⁸ Ibid. p. 1831, 1835, 1839, 1840.

³⁰⁹ Segunda visita do ministro Donald Jamieson a sua excelência o senhor presidente Ernesto Geisel, no Palácio do Planalto, em 18 de janeiro de 1977. Ibid. p. 1400-1401.

envolveu uma série de práticas análogas à Doutrina de Segurança Nacional no que tange a perseguição de adversários políticos. Indicava-se que, em Washington, tinha-se como certo que na eventualidade de se concretizar a “hipótese de trabalho” Gerald Ford, o então vice-presidente que viria a substituir Nixon em agosto de 1974, Kissinger seria mantido no cargo de secretário de Estado “com poder quase ilimitado sobre a conduta das relações exteriores dos Estados Unidos da América”. Ao contrário de Willian Rogers, antecessor de Kissinger no Departamento de Estado, este havia estabelecido ótimo relacionamento com o Senado, onde o senador Fulbright, presidente do Comitê de Relações Exteriores, não escondia “sofrer o fascínio das ideias do Professor”. Segundo o embaixador brasileiro, Fulbright, que era tenaz crítico de Nixon e de Rogers e comandava no Senado tudo o que se referia às relações externas, tornou-se o maior apoio e sustentáculo de Kissinger no cargo. Citava-se também que em então recente reunião de ministros das relações exteriores no México (fins de fevereiro de 1974), se viu o fato inédito de o secretário de Estado ser acompanhado numa conferência internacional pela cúpula de ambas as casas do legislativo americano. Disso tirava-se a conclusão de que Kissinger dispunha de “carta branca” do chefe do Executivo e do Senado, com as únicas limitações, impostas pelo legislativo e pela opinião pública do país, de não poder estender a área de engajamento norte-americano em matéria de envolvimento militares, como o Vietnã; em matéria de assistência financeira ou econômica à área dos países em desenvolvimento – esse ponto do documento está grifado -; e mesmo à área abrangida pelo antigo conceito de “afianças”. Kissinger teria conhecido e compreendido essas limitações, e a avaliação brasileira mostrava certeza de que ele ficaria aquém de transgredi-las.³¹⁰ De modo geral, trata-se de avaliação concernente com estudos realizados sobre a gestão Kissinger, acrescido de certas peculiaridades e preocupações de bastidores.

A avaliação brasileira avançava, indicando que, “na realidade”, os Estados Unidos da América foram obrigados a um “encurtamento de linhas internacionais”. “Renunciaram à onipotência, mas não renunciaram ao Poder (sic)”, trecho sublinhado. A política de Kissinger era vista como “basicamente uma Política de Poder, embora não necessariamente uma Política de Força (sic)”. Os americanos teriam sido forçados a reconhecer a existência da China – o anúncio do reconhecimento oficial ocorreria em dezembro de 1978 – no terreno político-diplomático, da mesma forma que foram obrigados a reconhecer a existência da Alemanha e do Japão no terreno comercial e monetário. Estariam, os norte-americanos, naquele momento

³¹⁰ Política Externa Americana. Documentos referentes ao Ministério das Relações Exteriores. EG pr 1974.03.00/2. p. 15.

convencidos de que

nenhuma Grande Potência pode conduzir suas relações exteriores em termos de ideologia. Kissinger é o avesso de John Foster Dulles [que foi secretário de Estado de Eisenhower]. Não tem preconceitos ideológicos, sejam de direita, sejam de esquerda. Sua visão é uma visão pragmática, fria e realista, que procuraria orientar a elaboração de um “novo ordenamento mundial” à base de cinco centros de Poder Mundial: Estados Unidos, U.R.S.S., China, Japão e Europa Ocidental (embora se acredite que Kissinger pense preponderantemente em Alemanha)³¹¹

É interessante notar que nesse trecho o termo “visão pragmática” se encontra sublinhado, há a anotação: “*nosso pragmatismo responsável*”. Portanto, percebemos que a nova linha política internacional da ditadura, o “pragmatismo responsável”, não foi elucubrado no vácuo, nem prescindiu de suas raízes ideológicas liberais. Ao mesmo tempo em que, politicamente, parecia se aproximar da Política Externa Independente dos anos pré-golpe, foi um termo que se encontrava de acordo com as linhas que demarcavam a política externa norte-americana. O “pragmatismo responsável” brasileiro pode ser visto como uma forma estratégica de se buscar atingir objetivos internos sem, entretanto, deixar de prestar contas ao ocidentalismo sob a liderança norte-americana, base da Ideologia de Segurança Nacional de maneira geral. A política externa brasileira, assim, não estaria se defrontando com a política externa norte-americana, já que suas bases eram comuns. Ao fim e ao cabo, as bases doutrinárias das políticas externas de ambos os países continuariam ideologicamente alinhadas, mesmo que o pragmatismo impusesse certos atritos, pois partia do princípio da prioridade, ou do jogo, dos interesses internos.

Assim, devemos lembrar brevemente de como se deram as relações entre a política externa norte-americana e o golpismo brasileiro, de forma o mais possível apegada ao que viemos tratando até aqui. De fato, a proximidade entre os EUA e os conspiradores brasileiros se deu basicamente em termos de uma aliança liberal. Estes formaram a base do relacionamento entre os golpistas brasileiros e a política externa ocidentalista norte-americana. Podemos indicar como figuras centrais nesse processo de proximidade o embaixador brasileiro nos EUA durante o governo Goulart, Roberto Campos, notável intelectual liberal que no governo Castello Branco viria assumir o cargo de ministro do Planejamento. Estabeleceu profícuos contatos com o embaixador norte-americano no Brasil, Lincoln Gordon, além de se aproximar do então presidente John F. Kennedy, dos EUA, com quem compartilharia receios sobre a infiltração esquerdista e de movimentos radicais no

³¹¹ Ibid. p. 16.

país.³¹² Castello Branco, que ficaria íntimo de Gordon no processo do golpe e estabelecimento do governo, também era amigo pessoal, desde a participação na Segunda Guerra, do então adido militar da embaixada norte-americana no Rio de Janeiro, Vernon Walters, embora este sempre relatasse detalhadamente por telegrama suas conversas com Castello ao Departamento de Estado dos EUA – é interessante notar que Walters se faria presente no Brasil no ano de 1974³¹³. Básica e superficialmente, esse quadro era completado pelo então secretário de Estado Dean Rusk. Estes seriam os principais responsáveis pela Operação *Brother Sam*, que previa, a pretexto de prevenir a tomada do poder pelos comunistas, apoio logístico, econômico e militar, no caso da ocorrência de um confronto civil e militar aberto entre golpistas e legalistas, o que, enfim, se mostrou desnecessário. A queda do presidente com o pronto reconhecimento do então substituto constitucional, Ranieri Mazzilli, já no dia 2, chegou a ser visto como açodamento por parte dos norte-americanos, o que rendeu críticas internas e da comunidade internacional, embora esse problema não viesse a perdurar. A estratégia do pronto reconhecimento já havia sido alinhavada no planejamento da Operação. É interessante notar que o próprio autor da análise de conjuntura que estamos estudando, o embaixador Araújo de Castro, se encontrava entre agosto de 1963 e março de 1964 como ministro interino das Relações Exteriores do Brasil, tendo renovado, em janeiro, o acordo militar com os Estados Unidos sem consultar o então presidente João Goulart.³¹⁴ Não foram poucos os que utilizaram de suas posições públicas institucionais para apoiar a operacionalização do golpe.

Se nos anos Castello a política brasileira considerava inevitavelmente os interesses norte-americanos, nos anos de Costa e Silva a Médici a afinidade deu lugar a uma demanda por “tratamento especial” por parte dos EUA. Em encontro com Kissinger em 1971, Médici chegaria a dizer que eventuais desavenças entre os dois países, fruto da política desenvolvimentista e nacionalista brasileira, deveriam ser vistas como “briga de namorados”. As diferenças estariam “em família” concordava Kissinger. O “tratamento especial” se basearia em conselho e cooperação do Brasil em áreas de “preocupação mútua”, com alguma espécie de divisão de tarefas em benefício comum. Entretanto, essa demanda criaria mais

³¹² PARKER, Phyllis R. **O papel dos Estados unidos no golpe de Estado de 31 de março**. p. 20, 24, 80-82.

³¹³ Trata-se de um documento do Ministério da Justiça, carta do dia 19 de julho de 1974, do marechal Floriano Lima Brayer, relatando os riscos da presença do Vernon Walters. De fato, o documento parece um tanto quanto desarticulado e mal informado em suas afirmações, embora caiba citá-lo nada traz de conclusivo. Documentos referentes ao Ministério da Justiça. EG pr 1974.04.24/1. p. 128-130.

³¹⁴ Ver: FICO, Carlos. **O Grande irmão: da Operação *Brother Sam* aos anos de chumbo. O governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira**. p. 95, 98, 109, 148.

problemas do que soluções.

Araújo Castro via, na visão pragmática de Kissinger, a existência de “um certo ‘ranço’ de século XIX, de Metternich e de Castlereagh, com aspersões de ideias de Bismark”. Para o embaixador, Kissinger era fundamentalmente europeu, e estaria sendo levado por um conceito de falsa racionalidade a tentar moldar um concerto mundial sobre as bases do antigo concerto europeu. Essa obsessão pela racionalidade era vista pelo brasileiro como o único óbice e limitação ao pragmatismo do secretário de Estado. Castro indicava dois exemplos para criticar esse “racionalismo”. O Vietnã do norte teria agido “irracionalmente” com uma ofensiva desastrosa e desnecessária, retardando a retirada das tropas americanas em um ano, o que seria o objetivo de Kissinger. Já a Índia teria agido “irracionalmente”, e, desafiando os esquemas do “Professor” – de Havard -, conseguira atingir seus objetivos em Bangladesh frente ao mais fraco Paquistão, apoiado diplomaticamente pela China e pelos EUA.³¹⁵ Entretanto, o que é importante salientar é que no final dessa parte das considerações de Araújo Castro, existe uma anotação que reforça a probabilidade de que quem as fez foi Golbery. Na referência à “área da irracionalidade” consta a seguinte advertência: “*Devemos tratar racionalmente a área da irracionalidade – fator que, racionalmente, não deve ser subestimado (sic)*”.³¹⁶ De fato, essa é uma consideração que parece ultrapassar o campo da análise externa, sendo uma referência também à linha dura, única área da política interna forte o suficiente para se defrontar com o governo. É significativo notar que não eram apenas a oposição à ditadura e as esquerdas que denominavam de irracionais os radicais do regime.

E prosseguia. Para ele, Kissinger não mudara apenas a política, mas a semântica. Os termos leste-oeste – “relegados agora à Geografia” –, “Mundo Livre”, “Mundo Ocidental e Cristão” teriam desaparecido da terminologia diplomática americana. Como contrapartida, repontavam os conceitos de “*détente*”, “*mature partnerships*” e “estrita reciprocidade”. Castro interpretava que a ideia de um “Império” esmaecia dia a dia sob a influência de Kissinger, ao mesmo tempo em que consolidava e tonificava a ideia do “Estado Nacional”. Mesmo com o que considerou como todas as limitações e recuos do “Poder Externo Americano”, indicava que os EUA ainda se afirmavam como o país mais poderoso do mundo, nuclear, militar, econômica, científica e tecnologicamente, o que conduziria a as relações externas do país. Reiterava assim, o embaixador, seu conceito fundamental, “os Estados Unidos da América

³¹⁵ Política Externa Americana. Documentos referentes ao Ministério das Relações Exteriores. EG pr 1974.03.00/2. p. 16.

³¹⁶ Ibid. p. 16-17.

renunciaram à onipotência, mas não renunciaram ao Poder”, ladeado por um grifo: “claro!”.³¹⁷ O embaixador parecia contrariado com o estabelecimento de uma nova ordem mundial pós-guerra-fria, o que significava também a superação de conceitos relacionados à ideologia de segurança nacional, que também significava ocidental.

Na sequência desta avaliação, Araújo Castro fez uma análise do relacionamento dos Estados Unidos com a América Latina. O embaixador afirmava que até há pouco tempo, prevalecia em Washington o lugar-comum de que os EUA, enquanto Estado, não tinham qualquer política definida em relação à América Latina. Para os norte-americanos, o programa Aliança para o Progresso teria sido um insucesso, pois teria logrado resultados “bem escassos e bem modestos”. O sentimento generalizado nos meios diplomáticos de Washington seria o de que os assuntos latino-americanos teriam baixa prioridade na Casa Branca e no Departamento de Estado, sendo encarados como “*public relations*” e não, necessariamente, como “*policy*”. Predominava o conceito de “relações públicas da comunidade americana de negócios”, sendo que havia a impressão de que, em certas matérias, a opinião do “Concil of the Americas” – organização internacional de negócios comprometida com o desenvolvimento econômico e social, mercados abertos, o direito e a democracia no hemisfério ocidental, cujo papel consiste em orientar e liderar companhias nos diversos setores da economia³¹⁸ – era, pelo menos, tão influente quanto à do Departamento de Estado. Portanto, o Estado norte-americano atuava basicamente em termos de atuar para garantir o fluxo de negócios no continente. Para o embaixador brasileiro, Kissinger via isso com perfeita nitidez, e já em 1971 se dizia favorável a uma revisão do “*Chamber-of-Commerce approach*”. Enquanto o Brasil vinha “insistentemente martelando a tecla da necessidade de ‘Relações de Estado a Estado’”.³¹⁹

Segundo Castro, pouco a pouco os americanos teriam visto que a “*non-policy*”, que decepcionava a setores norte-americanos e latino-americanos, se devia “na realidade a um progresso conceitual”. Se eles não tinham uma política europeia, uma política asiática e uma política africana, por que teriam uma “*Latin American Policy*”? A insistência na necessidade de definição de uma “Política Latino-Americana” não deixaria de estar ligada, assim, “a superados conceitos e esquemas paternalistas”. Conforme o embaixador, nas conversações

³¹⁷ Ibid. p. 17.

³¹⁸ Essa organização continua existindo.

³¹⁹ Relacionamento Estados Unidos da América-América Latina. A opção. Documentos referentes ao Ministério das Relações Exteriores. EG pr 1974.03.00/2. p. 18.

com o Departamento de Estado, a Embaixada brasileira procurava sempre frisar que o Brasil não considerava suas relações com os EUA como um mero capítulo do relacionamento Estados Unidos – América Latina.³²⁰ De fato, não me foi possível verificar a que tipo de “*policy*” continental Araújo Castro estaria se referindo. O máximo que se pode vislumbrar é uma política para aliados que ultrapassasse a segurança ideológica em termos do confronto geopolítico global no âmbito da Guerra-fria. Como é impossível pensar que os Estados Unidos não implementaram uma política internacional de acordo com as realidades regionais – portanto continentais –, restava a esperança para os brasileiros de que a amizade deveria se desdobrar em políticas de apoio efetivo, e não apenas interesseiro.

Quanto à Conferência do México, que como vimos em casos anteriores mostrou uma, digamos, desobediência quase geral em relação aos interesses norte-americanos, Araújo Castro creditou o ocorrido a um péssimo assessoramento de Kissinger. O *staff* latino-americano do Departamento de Estado seria extremamente fraco e inexpressivo. Dessa forma, o secretário estadunidense teria cometido dois “graves ‘erros de cálculo’”. Primeiro, não previra a forte reação latino-americana na tentativa de conseguir a exteriorização de certa solidariedade à posição norte-americana na crise do petróleo. Segundo, não previra que sua ideia de uma “comunidade do hemisfério ocidental” pudesse suscitar tantas reservas e apreensões. Kissinger “com extrema sagacidade e habilidade”, recuara em ambos os pontos, mas estaria claro que voltaria à carga sobre essas questões na Conferência de Washington. O México também teria sido onde Kissinger procurara, pela primeira vez, imprimir um caráter político no tratamento dos assuntos latino-americanos, tendo sido “extremamente claro e preciso” no que entendia por “comunidade”. A ideia seria a de uma “arregimentação diplomática”, e não política. O Executivo norte-americano conseguiria obter no Congresso a efetivação de regimes de relações especiais com os países latinos “sempre e quando” estes “realmente desejassem”, o que até aquele momento não teria ocorrido. Os EUA não exigiriam uma estrita reciprocidade no terreno comercial e tarifário, mas exigiriam no terreno político e diplomático. Tratar-se-ia de uma tentativa de “arregimentação diplomática” com o objetivo de impedir que os países latino-americanos formassem ao lado dos países em desenvolvimento nos grandes foros internacionais, quando se debatiam questões econômicas, comerciais de monetárias. Entretanto, Kissinger teria timbrado em acentuar que a decisão final, de aceitar ou não, caberia “à América Latina”. Nenhuma pressão política ou econômica seria exercida pelos

³²⁰ Ibid. p. 18-19.

EUA, a não ser a pressão do *status quo* consubstanciado na “*non-policy*”.³²¹

Na última parte do documento, Araújo Castro fez uma avaliação das relações entre o Brasil e os EUA. Segundo o próprio, era sabido que partira de Kissinger a inspiração da famosa frase de Nixon que conferia ao Brasil um papel decisivo nos “rumos e destinos” da América Latina – um “*será?!*” ladeava o trecho. Para o embaixador isso não se tratava de mera enunciação retórica, mas corolário do pensamento político de Kissinger que contemplava a existência de países-chaves em seu “Pentagrama de Poder”. O Brasil seria um desses países, e, “é claro”, puras considerações realistas fariam com que Kissinger valorizasse o Brasil quando enfocasse o quadro político-diplomático latino-americano. “O Brasil é um caso à parte. Disso têm consciência os americanos e é necessário que disso sempre também tenhamos plena consciência”, conforme o embaixador. “*E não temos?*”, na anotação logo em seguida.³²²

Conforme Araújo Castro, não obstante a incidência de certos problemas agudos era excelente o clima das relações bilaterais entre os dois países, naquele momento colocadas em bases “perfeitamente pragmáticas, de respeito mútuo, cordialidade e igualdade soberana de direitos”. As relações estariam se conduzindo em “bases de perfeita naturalidade, sem a necessidade de ‘concordar’ e sem a necessidade de ‘discordar’”. Sobre as divergências inevitáveis das relações bilaterais, não existiria nem ambiente de “crise”, nem sensação de “drama” no quadro geral do relacionamento. O que o embaixador achava indispensável era a insistência, por parte do Brasil, de conduzir essas relações no “‘plano de Estado-a-Estado’, a fim de colocá-las a salvo de uma excessiva influência de interesses privados ou meramente setoriais”.³²³

Para o embaixador, estava claro que outros problemas surgiriam à medida que o Brasil crescesse comercial e economicamente, e à medida que se intensificasse, como de desejo, as relações com os EUA. O embaixador também apontava para a conveniência de examinar a possibilidade de o Itamaraty vir a integrar a representação do Brasil no Grupo dos 20, naquele momento sob a exclusiva responsabilidade do Ministério da Fazenda. Uma vez que o Grupo demonstrava a tendência para o debate de problemas diversos, constituindo um “verdadeiro foro de Política Externa, onde se discutem as bases do Novo Ordenamento Mundial”, sendo

³²¹ Ibid. p. 19-20.

³²² Relações Brasil-Estados Unidos. Documentos referentes ao Ministério das Relações Exteriores. EG pr 1974.03.00/2. p. 21-22.

³²³ Ibid. p. 21.

as questões políticas muito mais importantes que as questões “meramente” técnicas.

Em termos da linha análise que estamos seguindo neste trabalho, devemos focar em: a “preocupação” com a concordância e fidelidade, dizia respeito ao governo Castello, e a “preocupação” com a discordância e independência, se referia aos governos nacionalistas de Costa e Silva a Médici, com o indicativo de certa transição para uma “naturalidade” neste último. O “novo ponto de partida” entre o “Brasil de hoje” e os “Estados Unidos de hoje”, se consubstanciaria na adoção, *ab anteriori*, do “pragmatismo responsável”, que, como vimos, correspondia teoricamente à política externa adotada pelo então secretário de Estado Henry Kissinger. Essas premissas deveriam ser levadas – e o foram, como vimos nos casos analisados até aqui – em profunda consideração no governo Geisel, de maneira prática, e, principalmente, em termos de imagem. Com o advento do governo Jimmy Carter nos EUA, em janeiro de 1977, um interessante jogo de contradições passou a ser manuseado para favorecer os liberais-golpistas em sua aliança histórica com o liberalismo norte-americano³²⁴.

A ascensão de Jimmy Carter, em 1976, significou para uma parte dos latino-americanos a esperança de que os Estados Unidos pudessem alterar sua política de apoio às violentas ditaduras civis-militares existentes no continente. Em fins de 1977, o jornalista argentino Andrés Oppenheimer, encontraria nas paredes de muitas residências de seu país o retrato de Carter. Sabemos que a Argentina sofreu com uma das mais sanguinárias ditaduras do continente. No bairro de comércio de confecções de Once, na capital Buenos Aires, vitrines exibiam variada coleção de camisetas estampadas com o rosto de Jimmy. Segundo o jornalista, havia uma espécie de culto ao mandatário norte-americano, mesmo entre os intelectuais, tradicionalmente antiamericanos por avaliar historicamente como imperialistas as práticas estadunidenses no continente. Estudantes que protestavam em frente às embaixadas norte-americanas nos clímax dos golpes de estado, também se colocavam entre os admiradores do norte-americano. Rosalynn, no Brasil, atrairia a atenção da juventude universitária, comumente recebendo cartas-denúncia sobre ausência de liberdade no meio estudantil. O padrão seria o mesmo em muitas capitais latino-americanas.³²⁵ De fato, Jimmy

³²⁴ Entenda-se que adoção do conceito de liberalismo norte-americano que adoto aqui não corresponde, necessariamente, ao significando do conceito de liberalismo nos Estados Unidos.

³²⁵ Embora a reportagem da revista *Veja* apresentasse esses fatos, ela os interpretava como um “súbito prestígio do governo americano”, que, entre outras motivações, representaria novos interesses dos condutores da diplomacia norte-americana de, “à parte qualquer desejo sincero de promover a causa dos direitos humanos”, levar adiante uma nova estratégia bem definida para a continuidade da influência estadunidense no continente. Se trataria de um novo período, onde a ameaça revolucionária não estaria mais presente, e as ditaduras teriam se tornado um fator de instabilidade a médio prazo. A nova abordagem não seria, portanto, uma postura moral, mas uma reorientação pragmática com objetivos definidos. Essas questões ficarão mais claras adiante. A reportagem: *Yankee welcome*, uma virada na política de Washington para a América Latina.

Carter tentaria fazer dos direitos humanos a prioridade da política externa estadunidense, mas sofreu uma série de obstruções. Isso será aprofundado a seguir, enquanto tratamos de nosso o objeto.

No dia 4 de março de 1977, após viagem ao sul do país, Hugo Abreu foi convocado, via telefonema, pelo ajudante-de-ordens de Geisel para uma reunião às oito da noite na Granja do Riacho Fundo, residência de fins de semana do presidente, era uma sexta-feira. Lá se encontrou com o ministro das Relações Exteriores, Azeredo da Silveira, o chefe do Gabinete Civil, Golbery do Couto e Silva, e o presidente do Congresso Nacional, senador Petrônio Portella. O chefe do EMFA, general Moacyr Barcellos Potyguara, também foi convocado, mas como se encontrava no Rio foi ouvido pelo telefone, pois o assunto era muito concernente às Forças Armadas. Na reunião se discutiria a posição a ser tomada pelo governo diante de problema de “certa gravidade”, envolvendo a assistência militar prestada pelos EUA ao Brasil. A Embaixada norte-americana havia enviado ao Itamaraty a cópia de um relatório sobre o “problema dos direitos humanos” no país, relatório que fora “submetido” pelo Departamento de Estado à consideração do Congresso norte-americano. O encaminhamento das informações passava a ser necessárias porque uma nova legislação a respeito do tema havia pouco tempo entrara em vigor nos Estados Unidos. A partir de então, para que o Brasil pudesse ser incluído no Plano de Assistência Militar dos EUA no ano fiscal de 1977-78, seria preciso cumprir com nova exigência. De acordo com Hugo Abreu, o documento foi entregue ao Itamaraty depois das seis horas da tarde, mas antes das sete seu teor já havia chegado ao conhecimento de Geisel. Azeredo da Silveira já havia inclusive esboçado os termos de uma nota, que passaria por uma discussão de conteúdo e de que atitudes seriam tomadas. Essa nota seria enviada ao embaixador norte-americano no Brasil, John Crimmins, repelindo a condição imposta pelos norte-americanos e apontando seu sentido de ingerência em assuntos internos brasileiros.³²⁶ Embora Hugo desse crédito ao trâmite do documento no Brasil, é difícil acreditar que o círculo mais fechado de Geisel já não tivesse prévia ciência do documento, e da estratégia que seria adotada.

De acordo com Abreu, não houve muita discussão. A posição adotada foi a de não aceitar o documento norte-americano, que seria devolvido imediatamente à Embaixada dos Estados Unidos. Juntamente com o documento era encaminhada uma nota, na qual o Brasil,

Veja. 29 de março de 1978. p. 26-28.

³²⁶ ABREU, Hugo. Op. cit. p. 56-57.

diante das condições exigidas pela legislação americana, abria mão de qualquer assistência militar prestada pelo país. Às duas da manhã de 5 de março a decisão estava tomada e a nota brasileira pronta, sendo entregue pelo secretário-geral do Itamaraty ao embaixador Crimmins. Hugo Abreu ficou encarregado de levar o assunto ao conhecimento dos ministros militares, o que ocorreu no próprio sábado. Além dos entendimentos com o EMFA, também ficaria a cargo dos aspectos jurídicos da Denúncia³²⁷. Também informou o que ocorrera ao assessor de Imprensa e Relações Públicas da Presidência, coronel Toledo Camargo.³²⁸

A embaixada americana, comentando posteriormente a nota brasileira, teria estranhado a atitude do Brasil, tendo em vista que aquela nova lei era de meados de 1976, razão pela qual o governo brasileiro já deveria ter tido dela conhecimento. Hugo encarava a questão no sentido de que aos brasileiros caberia conhecer as leis brasileiras, e não as norte-americanas. O próprio só tomou conhecimento dela quando da reunião, e disse crer que o mesmo devia ter ocorrido ao Itamaraty. Além disso, indicava que a assistência militar então recebida era muito reduzida, tendendo a tornar-se cada vez menor. No Exército, se limitaria a dois aspectos: à venda de algum equipamento militar, principalmente munição, material de comunicações e paraquedas; e à indenização das despesas oriundas de oficiais matriculados em cursos militares nos EUA, não incluídas despesas com alimentação e estadia dos alunos brasileiros, cujos gastos pessoais sempre foram pagos pelo Estado.³²⁹

Hugo Abreu chegou a argumentar que era “até engraçado considerar como assistência militar a venda de material bélico”. Material que podia e era adquirido com as mesmas condições de pagamentos em outros países. A mesma referência fazia em relação às despesas com cursos militares. Abertos, no Brasil, a oficiais e praças de países amigos, os estabelecimentos brasileiros possuíam entre seus alunos numerosos militares de nações aliadas, incluindo-se europeus e norte-americanos. Segundo Abreu, “nunca nos passou pela ideia cobrar despesas feitas com esses oficiais”, priorizando-se o intercâmbio com os vários exércitos amigos.³³⁰

Mas as consequências da solicitação norte-americana não se encerraram aí. No dia 10 de março, o Brasil denunciou o Acordo de Assistência Militar elaborado em 1952 e assinado

³²⁷ Roteiro para despacho com o senhor presidente da República, 024/77. Brasília, 15 de abril de 1977. Documentos referentes ao Ministério das Relações Exteriores. EG pr 1974.03.00/2. p. 1481.

³²⁸ ABREU, Hugo. Op. cit. p. 57.

³²⁹ Ibid. p. 57-58.

³³⁰ Ibid. p. 58.

em 1953 com os Estados Unidos. Assim, em setembro de 1977, foram cortados os últimos “liames” mantidos entre os dois países de forma bilateral. Deixaram de existir a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, a Missão Naval Norte-Americana, o Acordo Cartográfico e outros. Entretanto, continuaria o Brasil a participar, junto com os EUA, dos instrumentos multilaterais de defesa do continente, como o TIAR (Tratado Interamericano de Assistência Recíproca). De acordo com Hugo Abreu, as relações militares entre os países “desceram realmente a nível muito baixo”. O intercâmbio militar, excetuando-se o executado com os parceiros latino-americanos, se voltaria para a Europa, especialmente com a França, Inglaterra e Alemanha – vimos essa proximidade, como exemplo, no caso do Acordo Nuclear. O Brasil deixou de ter alunos em cursos militares norte-americanos e as compras de material bélico, feitas fora do âmbito oficial entre governos, limitaram-se aos suprimentos indispensáveis para a manutenção do material já adquirido e em utilização.³³¹

Analisando a questão de um ponto de vista corporativo militar e pessoal, Hugo Abreu indicava que tal situação não era a ideal para o Brasil, pois a falta de intercâmbio com um país do porte dos Estados Unidos não seria o melhor caminho. Entretanto, argumentava que a nova circunstância seria “muito pior” para os norte-americanos, que perdiam um cliente não tão importante pelo volume de material negociado, mas “muito mais” pela influência que já exercia e viria a exercer no futuro em todo o hemisfério sul. Seguindo seu raciocínio, a negociação de um novo tratado seria uma solução possível, desde que partido da premissa de que não se tratava de “fazer favor”, “de prestar assistência”, mas de atender aos interesses mútuos dos dois países.

No que diz respeito ao tema dos direitos humanos em si, Hugo Abreu achava que o “problema” não poderia vir “embrulhado” junto com o pacote da assistência militar. Entre ironias e críticas, dizia achar natural que os Estados Unidos, “‘campeões’ dos direitos humanos no mundo”, se preocupassem com a questão nos outros países, principalmente nos “vizinhos e amigos”, particularmente um do porte do Brasil, quinto do mundo em extensão e sétimo em população. Entretanto, ressaltava que era preciso que se respeitasse o princípio da “autodeterminação dos povos”. Era inaceitável, e “até grosseiro demais”, os Estados Unidos se colocarem na posição de: “‘eu vou examinar seu procedimento, ver se você está respeitando os direitos humanos e então, de acordo com seu comportamento, eu poderei lhe dar algumas armas’”. Mas Abreu também se mostrava realista, apontando que era preciso deixar de lado a “fantasia” de querer comparar a “‘democracia’” brasileira com a americana.

³³¹ Ibid.

Asseverava que o Brasil não tinha democracia, que não se respeitava os direitos humanos dos cidadãos, e que se ainda havia algo desse desrespeito nos centros “mais civilizados” do país, no interior era muito pior. Ainda assim, partia do princípio de que o Brasil tinha um povo maravilhoso, despido de preconceitos e de complexos – a propaganda oficial do regime, lembremos –, para apontar que os problemas de minorias raciais em que se debatiam os Estados Unidos não afligiam a sociedade brasileira. E provocava, “eles têm leis que valem para todos, inclusive para os negros”; “o índice de respeito à pessoa humana nos Estados Unidos é dos mais altos”; e finalizava, “eles realmente podem servir de exemplo para nós, de como deve ser uma sociedade organizada dentro de um regime democrático: uma democracia sem qualificativos, sem restrições”.³³²

Esse discurso de Hugo Abreu está de acordo com certo antiamericanismo que foi cuidadosamente cultivado em determinado momento do governo Geisel. Se referindo em termos corporativos militares, nacionalistas e pessoalizando a questão, se utilizou de referenciais que de certo modo se tornaram comuns entre os militares de maneira geral. Mesmo ficando responsável por parte do trabalho relativo à questão, parece claro um desconhecimento dos interesses e estratégias ocultas colocadas em jogo pelo grupo fechado de Geisel e Golbery. Isso não ocorreu apenas com Hugo Abreu. É possível esclarecer alguma coisa dessas minúcias ampliando e aprofundando, na medida do possível, essa avaliação.

De forma oficial, o primeiro documento encontrado que trata do tema data de 14 de novembro de 1977. Portanto, cerca de oito meses após o clímax da crise. Tratava-se de uma Informação ao presidente formulada pelo Itamaraty, com o visto de Golbery, que continha o resumo das posições da política externa brasileira e uma apreciação da política externa norte-americana. O objetivo era preparar Geisel para a visita que seria feita pelo presidente Jimmy Carter ao Brasil, mas que terminou por ser adiada por questões internas nos Estados Unidos. Em geral, as referências existentes na documentação beiram o corriqueiro, compondo um conjunto de registros que basicamente se reportam às relações entre os países em termos genéricos da histórica aliança ocidental. No mais relevante, o Brasil indicava o interesse em manter as tradicionais relações amistosas com os EUA, reconhecendo explicitamente este país como o mais importante da comunidade ocidental. Entretanto, essas relações deveriam ser conduzidas, prioritariamente, de Estado a Estado, com base nos princípios da igualdade soberana, não-ingerência e respeito mútuo. Os incidentes entre os países eram apresentados como a travessia de um período de transformações rápidas e radicais, provocados pela atitude

³³² Ibid. p. 58-59.

norte-americana quanto aos direitos humanos e ao aproveitamento da energia nuclear para fins pacíficos, questões normalmente colocadas pelo governo de forma correlatas. Assim, a denúncia por parte do Brasil dos acordos militares era atribuída – ou decorrente de – a atos de ingerência por parte do governo dos EUA. O novo peso do Brasil no cenário internacional era apresentado como trunfo para a busca de interesses mútuos e convergentes, com o objetivo de avançar positivamente em áreas críticas. Porém, a atos de intromissão ou hostilidade o governo brasileiro se reservava o direito de responder de acordo com suas conveniências. Embora - após os oito meses - houvesse indicações de que havia passado o período inicial de turbulências na nova linha da política externa adotada pelo presidente norte-americano, se mostrava claro também que essa política apresentava contornos definitivos de aplicação a longo prazo, ao que a posição brasileira, em questão de “interesse vital”, se colocava de forma “firme e decidida”. O respeito aos direitos do homem, em território nacional, era considerado matéria que recaía exclusivamente ao domínio de sua soberania. Portanto, manifestações sobre o tema por parte de autoridades estrangeiras eram vistas como impertinentes. Apesar da situação dos direitos humanos no Brasil - cujas violações eram internacionalmente conhecidas - se asseverava que era “política governamental proteger e fazer respeitar os direitos da pessoa humana no Brasil”. Indicava-se também que as relações bilaterais não se esgotavam nas temáticas dos direitos humanos e nucleares, existindo ampla gama de questões econômico-comerciais geradas pelo protecionismo norte-americano. O Brasil, desta forma, não esperava tratamento especial ou de favor dos EUA, mas a manutenção de um clima de respeito mútuo e o reconhecimento do status internacional e regional conquistado pelos brasileiros por esforço próprio. Na política regional interamericana, se esperava que os EUA procurassem evitar a criação de tensões desnecessárias e o estímulo à criação de divisões artificiais entre os países latino-americanos, guardando “esperança” na adoção de prudência e sensibilidade na avaliação dos reclamos do subcontinente, assim como o reconhecimento da individualidade e da presença dos interesses brasileiros.³³³

Em visita ao México em janeiro de 1978, Geisel voltaria a se referir ao assunto em suas conversações com o presidente José López Portillo. Na ocasião, o presidente brasileiro desejou expor o quadro geral de suas relações com os Estados Unidos. Com bases análogas às vistas acima, afirmou que era firme a intenção do governo em manter e incrementar os tradicionais laços de amizade e os vínculos existentes. As divergências a respeito dos direitos

³³³ Informação para o senhor presidente da República. 14 de novembro de 1977. Política externa brasileira. Relações Brasil-EUA. Documentos referentes ao Ministério das Relações Exteriores. EG pr 1974.03.00/2. p. 1710, 1721-1722.

humanos e da não-proliferação de armas nucleares, era apresentadas como “motivadas pela recente política externa do presidente Carter”. No tocante aos direitos humanos Geisel indicou ter chegado à Denúncia do acordo de 25 anos por não poder tolerar a intromissão em assunto de considerado de exclusiva competência interna. Quanto ao Programa Nuclear não se podia aceitar pressões indevidas no sentido da revogação ou modificação de cláusulas. Também aproveitou para indicar a existência de problemas que impediam ou prejudicavam o acesso de produtos brasileiros ao mercado norte-americano. Essas “circunstâncias”, no entanto, considerava divergências naturais na vida dos dois países, e que não deveriam ter consequências mais profundas. Geisel reiterava que o Brasil estava ligado aos Estados Unidos por uma amizade de muitos anos, reconhecendo neste país “o líder do mundo ocidental, num contexto da contenção ao imperialismo soviético”. Porém, não se poderia confundir o interesse do mundo ocidental com o interesse nacional norte-americano, quando contraposto aos interesses brasileiros. Nesse caso, o Brasil não se mostrava disposto a “ceder a exigências”, pois “quem traça o caminho do Brasil é o próprio Brasil”.³³⁴

Basicamente, esses foram os termos em que se constituíram, naquele momento, um “antiamericanismo” por parte do governo brasileiro. Publicamente, as proporções do posicionamento governista geraram mais repercussões do que tem aparecido até aqui. E mesmo incompreensões, pois a reação brasileira, em vista do histórico das relações, se mostrou um tanto quanto excessiva se pensarmos de maneira fria e objetiva, comportamento mais comum entre os liberais-golpistas.

O ministro do Exército Sylvio Frota, que já conhecemos por seus posicionamentos de linha dura, fez alguns comentários a respeito da crise, embora nesse caso não demonstrasse contrariedade. Segundo o próprio, os 25 anos de Acordo foram de bom entendimento e de uma ligação estreita entre os militares dos dois países. Obtinha-se “vantagens” de caráter técnico-doutrinário e apoio em material bélico, sendo que este não se processava gratuitamente. A “cópia” desse material era grande, mas não pertencia às Forças Armadas, estando apenas sob sua responsabilidade. Era utilizado livremente, mas estava sujeito à “fiscalização ianque”. Os estabelecimentos de ensino militar norte-americanos concediam vagas aos brasileiros, o que permitia uma atualização permanente da doutrina militar. Assim Frota resumia as vantagens. Como desvantagens, citava que não se podia dispor do material vendendo-o ou modificando-o; a fiscalização e controle de conservação, “sempre

³³⁴ Visita do senhor presidente da República ao México. Relato das conversações entre o presidente Ernesto Geisel e o Presidente José López Portillo. Relações Brasil-Estados Unidos da América. Ibid. p. 1869, 1890-1891.

desagradável”; e, a conseqüente dependência em termos de suprimentos e acessórios. Nesse último caso, dentro da política de aproximação executada pelos americanos, se ofereciam créditos em dólares para serem utilizados na compra do material bélico, condicionado, logicamente, à sua aquisição nos Estados Unidos. Dessa forma, o Brasil também era obrigado a aceitar os preços do mercado estadunidense. Segundo Frota, “a despeito de todas as aparências, não se pode negar o sentido predominantemente mercantil das ligações americanas com outros países”. Outro problema indicado era que ao mesmo tempo em que os Estados Unidos concediam créditos para a compra de material, não compravam nada do que era produzido pelo Brasil, o que, em geral, não acontecia com outros países.³³⁵

Meses após ter assumido o Ministério, no dia 27 de maio de 1974, Frota recebeu do governo uma oferta de cinco milhões de dólares, postos à disposição do Exército para a compra de material bélico dos Estados Unidos. Fazia-se-lhe a sugestão de que a escolha, caso o crédito fosse aceito, recaísse sobre o moderno material de comunicações disponível naquele país. Seguindo uma metodologia de que os recursos fossem empregados no essencial, mas nunca no supérfluo, a oferta não foi aceita, e os recursos teriam se convertido em benefício de outros ministérios. Frota dizia acreditar que a solução para o suprimento do equipamento no Brasil estava na criação da indústria de material bélico.³³⁶ A lei que criou a Imbel já havia sido assinada por Geisel em julho de 1975, no rastro do processo de substituição das importações, e sua execução ficaria a cargo do Ministro do Exército³³⁷.

Embora o material, fruto dos acordos militares com os norte-americanos, fosse considerado, em maioria, obsoleto, era de interesse do Exército manter o equipamento aqui existente, que, a propósito, era considerado “peso morto” pelos americanos, cujo armamento se encontrava em evolução permanente. Segundo Frota, em negociações entre o Estado-Maior e membros de uma comissão estadunidense surgiu a proposta destes da venda do material que se encontrava no Brasil. A quantia inicialmente pedida foi considerada exagerada, e a contraproposta brasileira não foi aceita. Após negociações se chegou a um acordo, considerado simbólico, de trezentos mil dólares. A aquisição foi concretizada nos primeiros dias de março, tendo Frota se visto liberto da “incômoda situação de responsáveis por considerável quantidade de material bélico que não nos pertencia”, e livre “das periódicas visitas dos oficiais americanos para ‘conhecer o estado do material’”. Poucos dias após

³³⁵ FROTA, Sylvio. Op. cit. p. 337-338.

³³⁶ Ibid. p. 338-339.

³³⁷ GEISEL, Ernesto. **Discursos: volume II, 1975**. p. 127-129.

estouraria a crise do Relatório dos direitos humanos.³³⁸

Frota se mostrava ciente da nova exigência de que um relatório, elaborado pelo Executivo norte-americano, sobre a “situação interna” do país a ser beneficiado, deveria passar pela aprovação do Legislativo do país. Essa orientação era atribuída à política dos direitos humanos que Carter “defendia com obstinação religiosa”. Embora considerasse esse sentimento humanitário elogiável, não podia desconsiderar seu “nítido caráter intervencionista”, realçado pela arrogância americana de interferir nos assuntos internos de outros países. Além disso, era vista como uma política ingênua, pois se restringia apenas aos países que orbitavam em torno da influência estadunidense, os que “perambulavam” na faixa do domínio soviético se encontravam livres dessa fiscalização. Os russos, segundo Frota, olhavam com o maior descaso o procedimento que “devassava” justamente a vida interna dos países amigos, o que lhes permitia “intensificar a propaganda marxista através de vulnerabilidades conhecidas”. Um deputado opositor a Carter teria chegado a apresentar uma emenda à lei para tornar obrigatório relatórios sobre todos os membros da ONU, como forma de protesto.³³⁹

No quadro interno do governo, Frota via no ministro Silveira um homem avesso aos americanos, sempre mais disposto a agravar ressentimentos do que a atenuá-los. Abandonada a orientação adotada com o primeiro governo revolucionário e adotado o “pragmatismo responsável e ecumênico” por Geisel, os azedumes entre os diplomatas dos dois países teriam se tornado frequentes. Já o embaixador norte-americano, John Crimmins, estaria atuando no sentido de conturbar mais o ambiente, “diplomata que não fazia jus ao tradicional conceito de negociador hábil”, parecendo “mais um feitor de fazenda do Arizona do que um representante da maior potência do mundo”. Estaria ainda agindo conforme a “ultrapassada e insultuosa concepção de que a América Latina era o quintal dos Estados Unidos”, “primava por desfeitear-nos”. Uma das razões dessa antipatia foi a interceptação, em maio de 1977, de um radiograma do embaixador aos EUA no qual desaconselhava seus compatriotas de manter relações sociais com os militares brasileiros, “responsáveis pela situação difícil em que se encontrava o país”. Segundo Frota, Geisel também tinha ciência do fato, e se mostrava contrariado. Chegou a propor o retorno do embaixador ao seu país, tirando-lhe a condição de *persona grata*, entretanto o presidente considerou a medida impertinente em vista de uma

³³⁸ FROTA, Sylvio. Op. cit. p. 339.

³³⁹ Ibid. p. 340.

visita que seria feita em pouco tempo pela esposa de Carter.³⁴⁰

De acordo com Frota, um embaixador como Crimmins, que “muito fez para predispor os militares e brasileiros em geral contra os americanos do norte”, dificilmente poderia produzir um relatório que traduzisse “algo de sério e imparcial”. Partia do princípio de que o documento seria elaborado sobre informações capciosas e injustas. Entretanto, é interessante notar que o ministro do Exército tenha se apercebido de uma “situação delicada e sob certos aspectos até confusa”, pois oficiais que serviam em Washington soltaram a informação de que o relatório que estava sendo feito era favorável ao Brasil. Ao que parece, nesse momento a questão do Acordo Nuclear foi atrelada à crise. Assim, as pressões para impedi-lo – o Acordo -, assim como os esforços feitos para que o Brasil assinasse o Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares teriam predisposto o governo brasileiro “com muita razão, a reações contra os Estados Unidos”. Resultado da persistência dos americanos na continuidade de uma política dominadora das atividades relacionadas à “exploração do átomo”. Dessa forma, somada a essas duas fortes pressões, Frota via a conjuntura agravada pelo que julgava ser a “tendência esquerdista do governo Geisel”.³⁴¹

No início de março, Geisel convocou Frota e os outros ministros militares para uma reunião à noite no Palácio do Alvorada. Dela participaram também Figueiredo e Hugo Abreu, embora não fosse a mesma reunião citada por este, a que vimos anteriormente. Geisel teria se referido sucintamente à situação criada pelo relatório e sua decisão de repelir a “desconsideração”, abrindo mão de qualquer auxílio vindo dos EUA. Segundo Frota, não lhes foi dado o conhecimento do texto do documento. Geisel mencionaria, apenas posteriormente, as pressões norte-americanas para dificultar ou impedir o Acordo Nuclear. Na reunião, o presidente quis conhecer a opinião dos ministros militares sobre a decisão de denunciar o Acordo de Assistência Militar. Ao chegar a sua vez, tendo sido seguida a ordem de precedência funcional, Frota teria dito que a ajuda podia ser encarada sob dois aspectos: o material e o de aprimoramento profissional. Quanto ao primeiro, já não havia mais vínculos, pois o Exército havia adquirido, pouco antes, todo o material que estava no Brasil, “numa transação bastante favorável”. Quanto ao segundo, poderia haver o prosseguimento com outros países integrados na mesma doutrina militar, chegando a citar a missão francesa com que teve contato no passado, apontada mesmo como “muito superior” à norte-americana.

³⁴⁰ Ibid. p. 340-341.

³⁴¹ Ibid. p. 341-342.

Dessa forma, Frota indicava não ver maiores óbices à denúncia do Acordo.³⁴²

Geisel ainda teria citado a intenção de tomar outras medidas paralelas, entre elas, uma que tinha a ver com a equivalência de postos dos adidos militares. O Brasil tinha em Washington um general como adido, enquanto os “ianques” designavam para função idêntica um coronel. Substituiu-se então o adido brasileiro por um coronel. Todavia, os americanos substituíram seu coronel por um tenente-coronel. No governo Figueiredo um general voltaria a ser encarregado da função, embora os EUA não fizessem o mesmo. Dessa forma, finalizava Frota, a denúncia encerrou “um ciclo de bons entendimentos entre as Forças Armadas dos dois países”.³⁴³ Não se pode deixar de notar certa confusão, talvez algum tipo de perplexidade, por parte do ministro. De fato, com uma tacada só, o governo tanto continuava com seu projeto de liberalização, quanto retirava – em boa parte – da linha dura a imagem dos guardiões do nacionalismo e de certo – e popular – antiamericanismo das FFAA, o que passava a ser apropriado pelo governo Geisel.

O jornalista Walder de Góes, em seus contatos com setores liberais dos bastidores do poder, foi capaz de ir além da superficialidade na sua análise da crise criada entre o Brasil e os Estados Unidos – seus textos foram publicados em março de 1977, depois revisados e editados em livro. A base da argumentação liberal era a de que a hostilidade à administração Carter deveria ser dissociada dos compromissos com a economia privada norte-americana e dos tradicionais laços com o sistema ocidental. Existia entre os brasileiros e americanos engajados no tema, a aceitação “sem grande análise” – como fato consumado, me parece – da tese de que havia uma “contradição básica entre a administração pública e a comunidade de negócios dos Estados Unidos”. Multinacionais e o sistema de bancos privados e colegiados de crédito – Banco Mundial e BID – tenderiam a desconsiderar e mesmo fazer pressão contra Carter no sentido de mudar sua atitude política em relação a um mercado de proporções consideráveis como o brasileiro, cuja economia se encontrava mais diversificada e menos dependente da dos EUA. Ainda conforme essa análise, Carter era apontado como um “político imaturo, que trocou o púlpito de sua igreja em Plains pela Casa Branca”, sem esquecer suas “lições mal aprendidas” de caráter moralista e algo místico das classes médias americanas. O presidente era visto como “pássaro de voo curto”, que em seis meses estaria quebrado em seus impulsos e cederia à “razões maiores”, relativas às relações dos EUA com um mundo que Carter desconheceria em suas “realidades mais sugestivas”. A estratégia do liberalismo,

³⁴² Ibid. p. 342-343.

³⁴³ Ibid. p. 343.

brasileiro e americano em conluio, era ganhar tempo e não ceder, aguardando que os meses freassem a política humanitarista desejada pelo presidente norte-americano. Ao mesmo tempo, organizavam alternativas para o caso de dificuldades aparecerem.³⁴⁴

Essa versão também considerava que as atitudes de Carter não eram resultado apenas do transplante mal feito da ideologia do púlpito da cidade de Plains para a Casa Branca. A defesa dos direitos humanos se incorporaria a uma nova estratégia global dos Estados Unidos, como forma de revitalizar sua posição de líder do mundo ocidental. Constituindo “ideia forte” nas sociedades desenvolvidas, a atitude de Carter de levar às últimas consequências suas promessas de campanha lhe proporcionariam um respeito mundial útil ao diálogo internacional. Além disso, era também uma “ideia forte” que afirmaria a liderança do presidente dentro dos EUA, constituindo instrumento político de uso interno e externo, como se seu objetivo fosse o de marcar um lugar aureolado na história dos presidentes americanos.³⁴⁵ Portanto, tratava-se de um argumento auxiliar à estratégia dos liberais para enfraquecer politicamente o cartismo, vinculando-o – embora contraditoriamente no quadro geral – à histórica série de intervenções imperialistas promovidas pelos Estados Unidos no continente. O que é colocado em outros termos, é claro. A propagação dessa ideologia procurava afastar de Carter os setores progressistas da sociedade brasileira. Mais do que isso, era uma forma de desqualificar as atitudes de Carter, marcando-o como um oportunista dos direitos humanos – o que, de fato, não era.

Segundo Walder de Góes, e de acordo com o plano traçado, entre setembro e outubro a “aproximação da linha vermelha” das relações entre Brasil e Estados Unidos, assim como a “retórica antiamericana”, foram sendo substituídas por palavras distensionistas.³⁴⁶ Uma análise de conjuntura formulada pelo Itamaraty até novembro também indicava o êxito da estratégia. A revisão da política externa promovida por Carter e o ativismo dos primeiros meses visariam provocar um impacto internacional comum em ocasiões em que o Partido Democrata assumia o poder. Assim, o novo presidente teria o objetivo de repetir Roosevelt e, principalmente, Kennedy, “possivelmente com menor brilho”. As relações bilaterais com o Brasil eram consideradas entre as mais atingidas pela “reviravolta” promovida por Carter, tendo se tornada “dramática por contraste com o período anterior”. Assim, houve entre os países um “abalo proporcional à dureza dos golpes recebidos” pelo Brasil, o que era visto

³⁴⁴ GÓES, Walder de. Op. cit. p. 158, 164-165.

³⁴⁵ Ibid. p. 165-166.

³⁴⁶ Ibid. p. 170.

como natural.³⁴⁷

Os primeiros gestos de moderação norte-americana se faziam sentir com as palavras do Secretário Assistente Todman, em Brasília, e pela renovada adesão dos EUA ao “Memorandum de Entendimento”, que fora assinado ainda no período Kissinger, em fevereiro de 1976. Tratava-se de um acordo formal que estabeleceria um mecanismo regular de consulta entre os países em nível ministerial, que comprometeria os países a um trabalho de “íntimas e intensas” deliberações sobre os principais assuntos mundiais e bilaterais. Ao fim e ao cabo, era um documento que dava um fôlego à eterna pretensão da ditadura brasileira de estabelecer um “relacionamento especial” com os Estados Unidos. Entretanto, o Itamaraty demonstrava realismo quanto ao tema, e apresentava expectativa de se o ato realmente se configuraria na prática ou não. De fato, nunca vingou. Carter demonstrou seu desagrado com o este memorando desde os primeiros dias de governo. Ainda candidato, qualificara o documento como “uma bofetada no rosto do povo norte-americano”, enquadrando-o – em discurso proferido em Notre Dame – no que denominou de “pobreza moral e intelectual das políticas anteriormente adotadas por seu país”, na qual o desordenado temor pelo comunismo “nos levou, em outros tempos, a apoiar qualquer ditador que se juntasse a nós em nosso medo”. Acrescentou ainda que por demasiados anos “estivemos desejosos de adotar as táticas e princípios pouco válidos de nossos adversários, abandonando mesmo, algumas vezes, nossos valores pelos deles”.³⁴⁸

Mas as dificuldades enfrentadas por Jimmy Carter não se resumiriam às questões até aqui apontadas. A alteração de sua linha política internacional, e mesmo nacional, envolveria variados aspectos, pois uma série de obstáculos se opuseram em seu caminho.³⁴⁹ O que se considerava como “oscilações e hesitações” de Carter era interpretado como o encontro dos “limites naturais” de sua política externa. No respeitante ao Brasil, e às duas questões que

³⁴⁷ Relações Brasil – Estados Unidos da América. Documentos referentes ao Ministério das Relações Exteriores. EG pr 1974.03.00/2. p. 1723.

³⁴⁸ Ibid. p. 1740, 1742-43.

³⁴⁹ Internamente, apesar de seu governo contar com a maioria no Legislativo, o Senado se mostrava rebelde e dificuldades vinham sendo opostas de maneira geral pelos congressistas. Externamente, os esforços do presidente vinham demonstrando ineficácia, quando muito tardando em alcançar seus objetivos. Como exemplo, a retomada de uma política da *détente* com a União Soviética, acabaria por mitigar sua política sobre os direitos humanos. Uma medida de impacto foi o comunicado americano-soviético pelo qual esses países tomavam posição comum sobre temas do Oriente Médio. Em especial, os EUA reconheceram o direito dos palestinos a um “lar nacional”, o que gerou uma “tempestade” em meios judaicos e israelenses. Em vista dos protestos da comunidade judaica norte-americana e do “alarmas” demonstrado por Israel, Carter foi forçado a qualificar o alcance de suas posições em relação à questão palestina. Essas eram algumas das questões que desgastavam, interna e externamente, o governo, embora como êxito, se citasse a articulação entre Washington e Moscou para dissuadir a África do Sul de realizar sua primeira experiência nuclear. Ibid. p. 1725-26.

foram tornadas motivos da crise, o Itamaraty avaliava que os meios políticos dos EUA não discordavam substancialmente do presidente, sendo que o Legislativo era considerado majoritariamente mais radical que o Executivo, leitura extremamente questionável. Ainda assim, torna-se mais evidente, portanto, que o Congresso norte-americano mesmo nestas condições estaria optando pelo enfraquecimento de seu presidente, e não pelo fortalecimento de uma política internacional que seria considerada progressista para os padrões estadunidenses. Ao fim e ao cabo, se por quase treze anos os Estados Unidos vinham apoiando ditaduras no continente sem maiores constrangimentos, um rompimento nessa esfera não se tornaria prioridade no momento em que o adversário a se colocar contra determinado aspecto do *status quo* era o próprio presidente norte-americano. Que, tentando dar uma nova dimensão e sentido à atuação de seu país nos campos dos direitos humanos e da não-proliferação nuclear, foi acusado de, como vimos, estar interessado em converter a Casa Branca em púlpito para a prática de seu moralismo cristão. Deste modo, concluía a avaliação do Itamaraty, o governo Carter passava a rever os métodos pelos quais tratava o Brasil, optando por uma postura mais cautelosa e indireta em suas postulações do que o fora meses atrás.³⁵⁰ Ao fim e ao cabo, o governo brasileiro, com a denúncia dos acordos militares e os desgastes consequentes para o presidente dos EUA, dava sua parcela de retribuição aos setores econômicos e políticos norte-americanos que, anos atrás, se mobilizaram e se beneficiaram com o golpe de 1964.

Na visita de Jimmy Carter ao Brasil, que finalmente ocorreria em fins de março de 1978, o presidente norte-americano não tocou em qualquer dos “pontos sensíveis” em sua reunião com Geisel. Pelo menos é o que se pode concluir dos documentos existentes no arquivo, o que não significa, é claro, que algum tipo de abordagem possa ter sido feita. Nas conversações entre o secretário de Estado Cyrus Vance e o ministro das Relações Exteriores Azeredo da Silveira, ambos com um número de auxiliares, nenhuma das questões polêmicas entre os países também foram abordadas.³⁵¹

Retornemos à análise da revista *Veja* para termos uma ideia de como a imprensa se referiu à crise. A capa da publicação do dia 16 de março de 1978, sob o título *O confronto Brasil-EUA*, lembra uma queda de braço com as cores dos dois países. A matéria da reportagem trazia o sugestivo título de *Uma diplomacia de golpes e contragolpes*. De acordo

³⁵⁰ Ibid. p. 1727.

³⁵¹ Primeira reunião do presidente Ernesto Geisel com o presidente Jimmy Carter. Brasília, 29 de março de 1978. Ibid. p. 1978.
Reunião com o secretário de Estado Cyrus Vance. p. 1991.

com a revista, ao recusar a assistência militar por estar condicionada ao “exame do quadro político brasileiro e da situação dos direitos humanos no país”, o governo semeou “intensos ventos de exaltação patriótica”, mesmo entre a oposição e com reflexos nos confins do país – citava-se a aprovação, por unanimidade, de um voto de aplauso a Geisel na Câmara Municipal de Teresina, no Piauí. No Congresso Nacional, tanto as lideranças da Arena quanto do MDB se mostravam de acordo com o governo. Em termos de interpretações, se apresentava algumas hipóteses para o ato de Geisel, na seguinte ordem de relevância: a alteração da legislação americana, que introduziu um novo condicionante; a obsolescência do tratado para as atuais necessidades e expectativas as Forças Armadas; e, uma demonstração de firmeza por parte do presidente, para conseguir alto grau de coesão em torno de sua figura nos meios militares e na opinião pública em geral. A revista apresentava também o relatório que fora produzido pelos norte-americanos, considerando-o brando, se comparado ao que fora formulado em relação à Argentina. Mas ainda que não fosse considerado “excessivamente rigoroso”, o documento expunha resumidamente as várias formas de violações de direitos humanos praticados durante o governo Geisel, embora, ao mesmo tempo, apontasse também para seu comprometimento público com o “relaxamento gradual dos estritos controles centralizados sobre as liberdades políticas e civis”, introduzidas com a “Revolução de 1964”. Quanto às violações, se mencionava diretamente “as várias organizações de segurança” existentes no aparato estatal e sua atuação em nome da segurança nacional, além da impossibilidade de julgamentos justos aos detentos políticos.³⁵² De fato, ao analisar o documento publicado, parece ficar cabal que se Geisel não tomasse qualquer atitude quanto ao relatório, passaria a sofrer forte pressão dos setores mais ligados à ideologia de segurança nacional – ideologia da qual o general também se apropriava, lembremos. Sem prejuízo das outras questões que foram levantadas até aqui, ao se adiantar, de forma desproporcional, denunciando publicamente os acordos militares, Geisel também estancava previamente qualquer possibilidade de uso político da questão pelos militares da linha dura.

No que diz respeito ao mundo dos negócios, a mesma reportagem fazia indicações interessantes. Após audiência com Geisel, o ministro da Fazenda Mário Henrique Simonsen convocou jornalistas para uma entrevista. “Bem-humorado” e “ostentando despreocupação”, informava que a ajuda militar representava uma ninharia, acrescentando que “para o Brasil, isso é *peanuts*”, trocadilho que podia ser traduzido para “ninharia” ou “amendoim”, e que

³⁵² Uma diplomacia de golpes e contragolpes: Ao dispensar a ajuda militar americana e denunciar o acordo de 1952, o Brasil entra na fase mais difícil de suas relações com os Estados Unidos. **Veja**. 16 mar. 1977. Brasil. pp. 20-27.

seria uma velada – embora exposta, como vemos – referência a Jimmy Carter, “conhecido plantador do ramo”. Ironias de lado, Simonsen indicava que não havia razões para acreditar em qualquer tipo de pressão financeira contra o Brasil, uma vez que ao banqueiro o que interessava era a capacidade de pagamento do país devedor, e não sua política interna. Para dar razão ao ministro, um banqueiro “do porte” de William Spencer, presidente geral do Citybank, que “por coincidência”, esteve no Brasil na semana anterior e teve um encontro com Geisel, declarou à *Veja* que: “Não penso que esse pequeno incidente possa causar efeitos específicos em nossas relações econômicas”. Citava-se também o presidente da Câmara Americana de Comércio para o Brasil, David Wicker, que estabeleceu paralelos entre o significado dos fatos econômicos e políticos. Para ele, o episódio em nada modificava as relações econômicas entre os dois países, “pois, sendo político, é por consequência um problema transitório, ao passo que os interesses econômicos são permanentes”.³⁵³

Já em fins de março de 1978, quando a visita do presidente norte-americano estava prestes a acontecer, a publicação da revista *Veja* estampava em sua capa um Carter com um semblante preocupado. O título, *O Brasil que Carter vai encontrar*. Indicando que Jimmy faria uma visita para agradecer, a revista fazia conjecturas sobre o que Carter veria na cena política nacional, em geral sobre as questões já analisadas até aqui, sem novidades. De mais relevante, a indicação da aparição do chanceler Azeredo da Silveira, “de camisa esporte aberta no peito”, na TV em pleno feriado de uma quinta-feira, para falar sobre a presença do presidente americano no Brasil. O ministro, em suas aparições televisivas, anunciava “com ar de franqueza definitivamente pouco usual para um diplomata”, que “Carter vinha por iniciativa própria e não porque o governo brasileiro o tivesse convidado em primeiro lugar”. Uma lembrança que a própria revista registrava não se distinguir pela cortesia. Além disso, Carter teria também solicitado um encontro com o general João Baptista Figueiredo, àquela altura já “candidato” a sucessão presidencial. A revista novamente registrava que se tratava de um tipo de notícia que o Itamaraty não costumava liberar com “tão desenvolta espontaneidade”. Mas ao fim e ao cabo, o governo demonstrava uma deliberada intenção de fazer crer que encarava a visita com desinteresse, e a imprensa passava a mensagem adiante. A interpretação era a de que o objetivo da conduta governamental era sinalizar internamente que a visita de Carter não alterava em nada tanto as questões relativas à política externa, quanto à política interna.³⁵⁴

³⁵³ Ibid.

³⁵⁴ Jimmy Carter, uma visita para agradecer. *Veja*. 29 de março de 1978. p. 20.

Por alguma razão, a publicação da revista da semana seguinte, que tratou da visita, não trouxe em sua capa qualquer imagem referente a Jimmy Carter, embora apresentasse um registro no canto superior esquerdo, “Carter vai, os problemas ficam”. Não obstante assinalasse que Geisel não manifestou qualquer “regozijo oficial” pela visita do norte-americano, se apontava uma propensão ao diálogo e ao acordo político, apesar das divergências – ou, de outra forma, não deixando que as divergências contaminassem todo o relacionamento bilateral. De acordo com a reportagem, Carter teria se comportado de forma cuidadosa o bastante para não ser acusado de interferência nos assuntos internos brasileiros, e suficientemente categórico na defesa de suas convicções “para evitar uma barragem de críticas no plano da política interna americana”. Ainda assim, Jimmy levou adiante o convite para uma reunião feito ao cardeal arcebispo de São Paulo, dom Paulo Evaristo Arns – responsável pelo livro que denunciava as práticas de torturas *Brasil, nunca mais* – e Raymundo Faoro, presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – que teve papel de relevância na resistência à ditadura. Nas conversas entre auxiliares, Golbery foi o responsável por conversar com o assessor presidencial para Assuntos de Segurança Nacional Zbigniew Brzezinski. Discutiram o “programa brasileiro da ‘distensão política’”. Sobre essa temática Faoro teria dito à comitiva norte-americana que houve avanços, e o prognóstico era otimista. Teria dito também que “a liberdade de imprensa engajou a sociedade na proposta da liberalização”, embora o retrocesso não pudesse ser considerado impossível tendo em vista que a “opinião pública” não dispunha de meios para defender tais posições – armas, no caso. Marcos Vianna, presidente do então BNDE, diria que para haver um retrocesso “seria necessário outra revolução”. O jornalista Júlio de Mesquita Neto, um dos donos do jornal *O Estado de São Paulo*, teria dito que a liberdade de imprensa só existia por concessão do governo, resultado “essencialmente da vontade de Geisel”. Fica claro, e não somente por este caso, que a imprensa liberal se encontrava alinhada com o projeto de distensão governista. Desta forma, após a visita, diplomatas diriam à *Veja* que o governo americano resolvera adotar uma nova postura em relação ao Brasil. As ideias, princípios e convicções permaneceriam, mas o comportamento seria outro. Após o contato com Geisel e Figueiredo, e promessas de liberalização, Carter teria passado a temer que pressões diretas pudessem ser utilizadas como argumento por setores do regime contrários à abertura.³⁵⁵ Assim sinalizações mais positivas e propositivas tomariam o lugar das críticas incisivas às violações cometidas pelo regime militar.

³⁵⁵ Um convívio melhor: a visita de Carter provou que, apesar das divergências, Brasil e EUA querem dialogar. *Veja*. 5 de abril de 1978. p. 16-22.

Vimos assim, que a exacerbação das divergências entre o Brasil e o governo Jimmy Carter serviu em vários aspectos à estratégia dos liberais-golpistas. Devemos ter em mente, sempre, que tirando o governo Castello Branco, as relações entre os países sempre foram exploradas em dois âmbitos, o público e o diplomático interno. Vimos que a aproximação excessiva ocorrida no primeiro governo militar foi fator de enfraquecimento político para os liberais. Entretanto, o “antiamericanismo” explorado pela linha dura era muito mais público do que diplomático, em termos de relações secretas. Ao mesmo tempo, enquanto a proximidade da linha dura com os norte-americanos se dava primordialmente nos termos do compartilhamento de aspectos vinculados à ideologia de segurança nacional, em suas relações militares, os liberais-golpistas, não deixando de lado esse aspecto, se aproximavam muito mais nos termos de uma aliança liberal, onde o âmbito dos interesses empresariais multinacionais era o fundamento principal. O advento do governo Jimmy Carter permitiu que os liberais adotassem uma postura pública marcadamente “antiamericana”, embora não o fossem em suas relações históricas tradicionais. Assim, esse propalado “antiamericanismo”, que não era em nada antiamericano, mas tratava-se de uma teatralização, uma vez que era direcionado quase que exclusivamente a pessoa, ou projeto, de Carter, fez com que o governo Geisel angariasse uma série de trunfos políticos. Talvez tenha mesmo o afastado de uma imagem excessivamente pró-americana, ou entreguista, que marcou o governo Castello e contribuiu para sua queda frente aos duros em 1968. Quanto a mudança de postura de Carter, especificamente, é preciso enquadrá-la também na manipulação do *risco duro* por parte dos liberais-golpistas, que a utilizariam de maneira exímia para atingir seus objetivos políticos, esse aspecto ficará mais claro no decorrer desse estudo.

CONCLUSÃO

Nos capítulos 1 e 2 fizemos uma análise da trajetória de Hugo Abreu até ser indicado para ocupar o cargo ministerial. Percebemos que sua postura foi sempre conservadora, porém sem nenhuma filiação específica a correntes ou grupos militares. Passando à análise da participação do general no desenrolar da política internacional no governo Geisel, vimos que ele continuou a não adotar uma postura aprioristicamente engajada em relação a qualquer dos grupos divergentes. Seguindo um raciocínio próprio, embora de acordo com a mentalidade militar que fazia parte de seu universo intelectual, atuou seguindo uma lógica que tanto fazia parte do ideário geral da ditadura, quanto continha determinada independência de posicionamentos. No caso do estabelecimento das relações com a China, o general foi peça central no convencimento de membros do Alto Comando das Forças Armadas para que mudassem de voto e se colocassem a favor da medida do governo, dando respaldo militar à questão. Essa atitude de Hugo viria a fazer com que Frota, que o tinha em “elevado conceito”, se convencesse de que “o presidente explorou ao máximo aquela amizade [entre estes dois], enviando-o ao meu[seu] gabinete ministerial em todas as ocasiões difíceis”³⁵⁶, essa não seria a única vez em que o ministro faria esse tipo de alusão. No voto de abstenção em relação a Cuba na OEA, Abreu fez o inverso. Foi ele quem convenceu a presidência a abrir mão do voto favorável à suspensão do embargo, tendo em vista a repercussão negativa que o ato geraria na “área revolucionária”. Isso fez com que o governo não somente revisasse esse posicionamento como indica ter afastado Hugo das articulações reservadas do grupo palaciano. Isso fica cada vez mais claro nas questões seguintes, quando as considerações de Abreu mostram que ele não estava completamente a par das táticas privativas da presidência, fazendo comentários que em geral continham informações que já haviam sido tornadas públicas e passado pelo conhecimento do meio militar, inclusive gerando polêmicas. Essa desconexão ficou evidente com a análise da documentação. Ainda assim, o secretário-geral não se absteve de se posicionar quanto aos movimentos governamentais. Ficou a favor do mesmo, e contra Frota, na condenação do sionismo enquanto forma de racismo e no reconhecimento dos governos socialistas que ascenderam com as independências na África portuguesa. Em relação à política nuclear e à denúncia do acordo militar com os Estados Unidos, Abreu atuou na execução de tarefas, e não na formulação política. Especialmente no caso da denúncia, vimos

³⁵⁶ FROTA, Sylvio. Op. cit. p. 101.

que havia uma enorme distância entre ele e o governo em termos do que realmente se tratava, mesmo tendo se posicionado favoravelmente. Dessa forma, concluímos que sempre que pôde, Hugo buscou conciliar divergências ou evitar ebulições maiores no meio militar, isso ocorreu nos dois primeiros casos. Nos seguintes, embora não mais se apresentasse politicamente como mediador, não deixou de se posicionar de forma autônoma, independentemente das divergências entre os liberais-golpistas e a linha dura. Além disso, em termos fundamentalmente de elaboração política, não teve participação de relevância junto ao grupo palaciano fechado.

No que diz respeito ao desvio promovido pela política internacional de Geisel, vimos que seu objetivo era sinalizar, através de tais medidas, seu projeto de distensão: a abertura *lenta, gradual e segura*. Para isso, era fundamental derrotar no campo do simbólico, ou do imaginário, a política internacional que se fulcrava no radicalismo da Ideologia de Segurança Nacional, base do recrudescimento repressivo promovido pela linha dura. Sua derrota no campo do simbólico e do imaginário também viria a resultar na sua derrota política. Ainda assim, partimos da premissa de que a nova política externa se tratava de um desvio e não de uma ruptura, já que o que ocorreu foi uma alteração que apontava para o sucesso do projeto liberal-conservador implantado com o golpe de 64. O capítulo 3 deixou claro que era essa a intenção do governo ao se defrontar com os fundamentos da doutrina de segurança nacional como a linha dura o entendia, ou seja, como uma política em si, como a própria finalidade perene da ditadura. Ao mesmo tempo, isso torna claro que os liberais-golpistas viam na doutrina um meio, uma forma de ganhar setores sociais diversos para sua causa mais profunda, o liberalismo. Uma vez que estas bases estavam enraizadas, a ideologia de segurança nacional como instrumentalizada no pré-golpe e nos anos iniciais do regime, não tinha mais utilidade. Embora, concomitantemente, fosse substituída por uma forma mais sutil de continuidade.

No capítulo 4 foi possível tornar mais refinada a análise das práticas e estratégias dos liberais-golpistas. Isso ficou evidente na maneira em que estes avaliaram a política norte-americana e se colocaram ao lado dos setores vinculados aos interesses de livre mercado, em especial fazendo oposição ao mandatário nortenho, Jimmy Carter. Simultaneamente, esse jogo de interesses permitiu que os liberais angariassem para si o popular nacionalismo intrínseco aos militares, se apropriando do discurso da linha dura e diminuindo suas possibilidades movimentação política, ideológica e retórica. Lembrando que as relações entre os dois países sempre foi explorada, pelas duas correntes, em dois âmbitos, o público e o diplomático privado.

Essas avaliações nos mostram como Hugo Abreu se posicionou entre a distensão promovida na política internacional por Geisel e a tensão com que a mesma seria recebida pelo ministro do Exército, Sylvio Frota. Além disso, é uma conclusão que tende a reforçar o aspecto alienante das práticas e discursos implementados pelos liberais-golpistas nos anos pré e pós golpe. Tanto setores independentes mas conservadores, de que Hugo Abreu seria um exemplo, quanto a ultradireita radical de linha dura, exemplificada por Frota, se mostravam alheios aos movimentos mais profundos percorridos pelos liberais-golpistas. Deve-se ter em mente também que com o fim da ditadura e a redemocratização, o liberalismo consolidado por ela se veria livre de uma série de obstáculos impostos pelo nacionalismo próprio da caserna.

Vimos que uma série de estratégias e alianças político-econômicas fizeram parte das práticas promovidas por estes que denominamos liberais-golpistas. A importância dessa caracterização se tornou premente como forma de identificação do grupo para exatamente expô-los ideologicamente. Dessa forma, essa consideração se encontra diametralmente oposta à de Martins Filho a respeito do governo Castello ao afirmar que “é impossível aceitar a auto-imagem dos castelistas como uma tendência ‘liberal’ dentro das Forças Armadas”³⁵⁷. Entretanto, é preciso notar alguns dos argumentos que o próprio autor emprega para chegar a esta conclusão. Segundo o mesmo, desde 1965 surgiram atritos entre a média burguesia brasileira e as orientações político-financeiras de Castello. O autor se utiliza de uma série de críticas feitas pela Confederação Nacional da Indústria a um governo cujas políticas indicavam desprezar a “retomada do crescimento”; um editorial da CNI chegou a trazer em seu título “O renascimento do anti-industrialismo”; a política anti-inflacionária governamental era acusada de ter parado a economia em 1965, juntamente com a indústria; era denunciado um “problema básico” da realidade nacional, “a inexistência de diálogo entre o Governo e as Classes Produtoras (sic) nacionais” que haviam tido “esplêndida atuação a 31 de março de 1964”; um memorial assinado pela CNI e pelas federações estaduais da indústria era encaminhado ao governo para alertar que suas medidas econômico-financeiras se refletiam de maneira desfavorável no ritmo da produção industrial, exigindo também tratamento equânime às necessidades financeiras deste setor; o presidente do CNI chegaria a convidar seus pares a abandonar a passividade diante dos “eruditos ataques” dos “detratores” da indústria brasileira. Ao mesmo tempo, diziam que “não contavam com os mesmos recursos de financiamento disponíveis ao capital estrangeiro estabelecido no país”. Desta feita, verificamos que as críticas feitas pelo CNI tinham claro caráter nacionalista, tanto buscavam a intervenção do

³⁵⁷ MARTINS FILHO, João Roberto. **O Palácio e a Caserna: a dinâmica militar das crises políticas na ditadura (1964-1969)**. p. 95.

Estado na economia a seu favor, quanto demandavam participação no planejamento dos rumos econômicos do governo. O quadro pintado pela elite industrial brasileira me parece claro indicativo de que o liberalismo era exatamente o modelo implementado pelo governo Castello – que para além de liberal se mostrava antinacional. Não foi à toa que o a retomada do desenvolvimento promovido com a ascensão do nacionalista e linha dura Costa e Silva foi saudada, alguns meses após o início deste governo, como “sinal de que estava próximo o fim do ‘clima bastante generalizado de frustração e pessimismo’ que vigorou no governo Castelo”.³⁵⁸ Esse mapeamento reforça tanto que os “castelistas” eram liberais, quanto que eram golpistas, sendo uma das características marcantes desse golpismo ganhar politicamente grupos com os quais não se procuraria dialogar ou mesmo isolar – neste caso, os próprios industriais. Este é apenas um exemplo.

Já havíamos visto anteriormente que este liberalismo não estava livre de entraves na própria caserna. Com o retorno dos liberais ao poder buscamos explicitar em algum momento do capítulo 2 que não seria aceitável uma guinada econômica liberal por parte de Geisel, um equilíbrio político-financeiro nacional se fazia necessário para não causar uma nova bancarrota política deste grupo. Também ficaram perceptíveis algumas características marcantes desse liberalismo no reconhecimento dos novos governos socialistas africanos, cuja forma de aproximação indicava uma maneira peculiar de avanço geopolítico do ocidentalismo. No caso da denúncia do acordo militar com os EUA estas características ficaram ainda mais evidentes quando se deixou claro com quais setores norte-americanos – os vinculados aos interesses do livre mercado – foram feitas as alianças preferenciais nas relações entre os dois Estados. A própria condenação do sionismo como forma de racismo poderia ser vista como uma forma progressista de liberalismo. Da mesma forma, estas medidas golpeavam as perspectivas da linha dura de retornar ao poder. Entretanto, apenas numa pesquisa posterior será possível verificar outros mecanismos de construção de viabilidades políticas que fizeram com que se pudesse retomar o aprofundamento da política econômica liberal ao mesmo tempo em que se construía um consenso em torno da redemocratização.

Desta feita, a denominação de liberais-golpistas utilizada está diretamente atrelada à ideologia e às práticas políticas executadas pelos “castelistas” e verificadas ao longo desta pesquisa. Isto é feito no sentido de expor as práticas alienantes promovidas pelo grupo já desde os anos anteriores ao golpe de 1964 para a conquista do poder – ou do Estado, como

³⁵⁸ Ibid. p. 78, 80-81.

diria Dreifuss. Com o retorno dos mesmos na presidência de Geisel, mecanismos análogos aos da conquista passariam a ser utilizados na manutenção e no direcionamento do encerramento da intervenção militar. Para finalizar, espero, com este trabalho, ter feito minha contribuição ao panorama da historiografia no que diz respeito ao tema.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Adhemar Rivermar de. *Montese: marco glorioso de uma trajetória*. Rio de Janeiro. Biblioteca do Exército. 1985.
- AMADO, Janaína & FERREIRA, Marieta (Orgs.). *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro. Editora FGV. 2006.
- ARGOLO, José Amaral; RIBEIRO, Kátia; & FORTUNATO, Luiz Alberto. *A direita explosiva no Brasil*. Rio de Janeiro. Mauad. 1996.
- ARNS. Dom Paulo Evaristo. *Brasil: nunca mais*. Petrópolis. Vozes. 2011.
- AUGUSTO, Claudio. *A Revolução Portuguesa*. São Paulo. Editora UNESP. 2011.
- AYERBE, Luis Fernando. *A Revolução Cubana*. São Paulo. Editora UNESP. 2004.
- BACZKO, Bronislaw. Imaginação social. In: ROMANO, Ruggiero (Dir.). *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa. Imprensa Nacional/Casa da Moeda. 1985. Vol. 5. p. 296-332.
- BEIGUELMAN, Paula. *O pingo do azeite: a instauração da ditadura*. São Paulo. Editora Perspectiva. 1994.
- CARLONI, Karla. *Marechal Lott, a opção das esquerdas: uma biografia política*. Rio de Janeiro. Garamond. 2014.
- CARONE, Edgard. *A república liberal*. São Paulo. Difel. 1985.
- _____. *O Estado Novo: 1937-1945*. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil. 1988
- CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo. Companhia das Letras. 1990.
- _____. *Forças Armadas e política no Brasil*. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Ed. 2006.
- CASTRO, Celso & LEINER, Piero (Orgs.). *Antropologia dos militares: reflexões sobre pesquisas de campo*. Rio de Janeiro. Editora FGV. 2009.
- CHIRIO, Maud. *A política nos quartéis: revoltas e protestos de oficiais na ditadura brasileira*. Rio de Janeiro. Zahar. 2012.
- COHN, Sergio & PIMENTA, Heyk (Orgs.). *Mai de 68*. Rio de Janeiro. Beco do Azogue. 2008.
- COMBLIN. Pe. Joseph. *A ideologia da segurança nacional: o poder militar na América Latina*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 1978.

- CORDEIRO, Janaina. *Direitas em movimento: a Campanha da Mulher pela Democracia e a ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro. Editora FGV. 2009.
- CORREA, Marcos Sá. *1964 visto e comentado pela Casa Branca*. Porto Alegre. L&PM Editores Ltda.
- D'ARAUJO, Maria Celina & CASTRO, Celso (Orgs.). *Ernesto Geisel*. Rio de Janeiro. Editora Fundação Getúlio Vargas. 1997.
- D'ARAUJO, Maria Celina; SOARES, DILLON, Gláucio Ary & CASTRO, Celso. *A volta aos quartéis: a memória militar sobre a abertura*. Rio de Janeiro. Relume-Dumará. 1995.
- _____. *Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.
- _____. *Visões do golpe: a memória militar sobre 1964*. Rio de Janeiro. Relume-Dumará. 1994.
- DEAN, John W. *Pior que Watergate: a presidência secreta de George W. Bush*. São Paulo. Francis. 2004.
- DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe*. 7ª ed. Petrópolis. Vozes. 2008.
- FERREIRA, Jorge (Org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 2001.
- FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia (Org.). *O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 2010.
- FERREIRA, Marieta (Coord.). *Entre-vistas: abordagens e usos da história oral*. Rio de Janeiro. Ed. Fundação Getúlio Vargas. 1998.
- FICO, Carlos. *Como eles agiam*. Rio de Janeiro. Record. 2001.
- _____. *O grande irmão: da Operação Brother Sam aos anos de chumbo. O governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 2008.
- _____. *Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getulio Vargas, 1997.
- FICO, Carlos & ARAUJO, Maria P. (Orgs.). *1968: 40 anos depois: história e memória*. Rio de Janeiro. 7Letras. 2009.
- FONTANA, Andrés. Forças Armadas e ideologia neoconservadora: o encolhimento do Estado na Argentina (1976-1981). *Dados – Revista de ciências sociais*, Rio de Janeiro: v. 27, n. 3, p. 347-359. 1984.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. *Dicionário histórico-biográfico brasileiro: 1930-1983*. Rio de Janeiro. Ed. Forense-Universitária: FGV/CPDOC: Financiadora de Estudos e Projetos-FINEP. 1984.

GASPARI, Elio. *A Ditadura derrotada*. São Paulo. Companhia das Letras. 2003.

_____. *A Ditadura encurralada*. São Paulo. Companhia das Letras. 2004.

GRINBERG, Lucia. *Partido político ou bode expiatório: um estudo sobre a Aliança Renovadora Nacional (Arena), 1965-1979*. Rio de Janeiro. Mauad X. 2009.

GUEDES, Ciça; MELO, Murilo. *O caso dos nove chineses: o escândalo internacional que transformou vítimas da ditadura militar brasileira em heróis de Mao Tsé-Tung*. Rio de Janeiro. Objetiva. 2014.

HABERT, Nadine. *A década de 70*. São Paulo. Editora Ática. 2003.

HOBBSAWM, Eric J. *Era dos extremos: o breve século XX, 1914-1991*. São Paulo. Companhia das Letras. 1995.

_____. *Sobre História*. São Paulo. Companhia das Letras. 1998.

KOSELLECK, Reinhart. *Crítica e crise: uma contribuição à patogênese do mundo burguês*. Rio de Janeiro. EDUERJ, Contraponto. 1999.

_____. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro. Ed. PUC-Rio, Contraponto. 2006.

LEUCHTENBURG, William E. (Org.). *O século inacabado : a América desde 1900*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

LEVI, Giovanni. Sobre amicro-história. In: BURKE, Peter (Org.). *A Escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo. Ed. UNESP. 1992. p. 133-162.

MADER, Helena. Correspondentes criticam espionagem na ditadura. *Resenha*. 16 de julho de 2012.

MARTINS FILHO, João Roberto. *A educação dos golpistas: cultura militar, influência francesa e golpe de 1964*. 2004. (mimeo)

_____. *A guerra da memória: a ditadura militar nos depoimentos de militantes e militares*. Texto preparado para o congresso da Associação de Estudos Latino-americanos. Dallas. 2003.

_____. *O Palácio e a Caserna: a dinâmica militar das crises políticas na ditadura (1964-1969)*. São Carlos. EDUFSCar. 1995.

MATHIAS, Suzeley. *Distensão no Brasil: O projeto militar: 1973-1979*. Campinas. Papirus. 1995.

MENDES, Ricardo. *Visões das direitas no Brasil (1961-1965)*. Tese de doutorado. UFF.

_____. “40 Anos do 11 de Setembro – o golpe militar no Chile”. *Revista Estudos Políticos* (UFF/UFRJ – RJ). volume 7, 2013.

_____. “Anticomunismo, Democracia e Geopolítica segundo Pinochet”. In: *Revista História Unisinos*, 2012, no prêlo.

_____. “Cultura e repressão nos tempos do AI-5”. In: FREIXO, Adriano; FREITAS, Jacqueline Ventapane e MUNTEAL FILHO, Oswaldo (orgs.). *Tempo Negro Temperatura Sufocante - Estado e Sociedade nos Anos do AI-5*. Rio de Janeiro, Editora PUC-RIO e Editora Contraponto, 2008.

_____. “Direitas, desenvolvimentismo e o movimento de 1964”. In: PALOMANES, Francisco Carlos. *Democracia e ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro, Editora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2006.

_____. “Anti-reformismo e a questão social no Brasil: o golpe de 1964”. In: FREIXO, Adriano e MUNTEAL, Oswaldo (Orgs.). *A ditadura em debate: estado e sociedade nos anos do autoritarismo*. Rio de Janeiro, Editora Contraponto, 2005.

_____. “As direitas e o anticomunismo no Brasil”. In: *Revista Locus*. Juiz de Fora, 2005.

_____. “Militares e o debate sobre os rumos da política externa brasileira (1961-1965)”. In: FERREIRA, Jorge. *As Repúblicas no Brasil – política, sociedade e cultura*. Niterói, Eduff, 2010.

MOTTA, Aricildes (Coord.). *1964 – 31 de março: o movimento revolucionário e a sua história*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2003. 15 tomos.

NUNES, Américo. *As revoluções do México*. São Paulo. Editora Perspectiva. 1999.

PAES, M^a Helena S. *A década de 60*. São Paulo. Editora Ática. 2004.

PARKER, Phyllis R. *O papel dos Estados unidos no golpe de Estado de 31 de março*. Rio de Janeiro. Ed. Civilização Brasileira. 1977.

PEREIRA, Mateus. Nova direita? Guerras de memória em tempos de Comissão da Verdade (2012-2014). *Varia Historia*. Belo Horizonte. Vol. 31, n. 57, p. 863-902.

PINHEIRO, Leticia. “Ao vencedor, as batatas”: o reconhecimento da independência de Angola. *Revista Estudos Históricos*. V. 1, n. 39, p. 85-92, 2007.

_____. *Política externa brasileira. 1889-2002*. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Ed. 2004.

_____. Restabelecimento de relações diplomáticas com a República Popular da China: uma análise de processo de tomada de decisão. *Revista Estudos Históricos*. V. 6, n. 12, p. 247-284, 1993.

REIS, Daniel Aarão. *A revolução faltou ao encontro: os comunistas no Brasil*. Editora Brasiliense. São Paulo. 1990.

_____. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Ed. 2000.

_____. *Luis Carlos Prestes: um revolucionário entre dois mundos*. São Paulo. Companhia das Letras. 2014.

RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro. Editora FGV. 2003.

ROUQUIÉ, Alain. *O Estado militar na América Latina*. Editora Alfa-Omega. São Paulo. 1984.

SODRÉ, Nelson W. *A intentona comunista de 1935*. Porto Alegre. Mercado Aberto. 1986.

STEPAN, Alfred. *Brasil: los militares y la política*. Amorrortu editores. Buenos Aires. 1974.

TOLEDO, Caio. *O governo Goulart e o golpe de 64*. São Paulo. Brasiliense. 2004.

VALDÉS, Jorge A. T. *El terrorismo de Estado: la doctrina de la seguridad nacional en el Cono Sur. México*. DF. Editorial Nueva Imagen. 1980.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. *A política externa do regime militar brasileiro: multilateralização, desenvolvimento e construção de uma potência média (1964-1985)*. Porto Alegre. Editora UFRGS. 2004.

FONTES

Arquivos:

Acervo Digital Veja.

Arquivo Ernesto Geisel. FGV/CPDoc:

- Relatórios elaborados pelo Serviço Nacional de Informações com informações a respeito do “campo externo” e do “campo interno”, estes subdivididos em seis “campos”: político, subversão, psicossocial, econômico, administração pública, e militar. EG pr 1974.03.00/1:

> Documento avulso: primeira reunião ministerial de Geisel.

> Serviço Nacional de Informações. Agência Central. Apreciação sumária nº 01/74. 5 de maio de 1974. Imagem do Brasil no Exterior.

- Bilhetes enviados ao presidente Ernesto Geisel por seu secretário particular, Heitor de Aquino Ferreira, cobrindo diversas áreas da política nacional, com destaque especial para eleições e candidatos do governo, e para o caso Silvío Frota. EG pr 1974.07.10.

- Correspondência entre o presidente Ernesto Geisel e diversos chefes de Estado, principalmente Jimmy Carter, presidente dos Estados Unidos. EG pr 1974.06.07.
- > Text of message received telegraphically by the American Embassy, Brasilia, December 15, 1978.
- > Correspondência de Yasser Arafat.
- > Correspondência de Carter datada de 26 de maio de 1977.
- > Carta datada de 1º de junho de 1977.
- > Ernesto Geisel, Presidente da República Federativa do Brasil. A sua excelência o senhor Jimmy Carter, Presidente dos Estados Unidos da América. Palácio da Presidência, em 24 de junho de 1977.
- > The White House. Washington. June 24, 1977.
- > Text of message received telegraphically at the American Embassy, Brasilia on August 3, 1977.
- > The White House. Washington. August 27, 1977.
- > Brasília, 29 de agosto de 1977.
- > Carta sem cabeçalho.
- > Brasemb Washington. Política. Brasil-Estados Unidos. Sete de Setembro. 23.9.77.
- Documentos referentes ao Ministério da Justiça, principalmente despachos do ministro Armando Falcão com o presidente Geisel. EG pr 1974.04.24/1:
 - > Despacho do Ministro Armando Falcão com o senhor presidente Ernesto Geisel em 24 de abril de 1974.
 - > Despacho do Ministro Armando Falcão com o senhor presidente Ernesto Geisel em ___ de maio de 1974.
 - > Carta do dia 19 de julho de 1974, do marechal Floriano Lima Brayer, relatando os riscos da presença do Vernon Walters.
- Documentos referentes ao Ministério das Relações Exteriores, principalmente despachos do presidente Ernesto Geisel com seu chanceler Antônio Azeredo da Silveira. O dossiê inclui discursos de Antônio Azeredo da Silveira. EG pr 1974.03.00/2.
 - > Exposição de motivos. Sem data, provavelmente de abril. China.
 - > Informação para o senhor presidente da República. 4 de outubro de 1974. Relações Brasil – RPC. Questão pendente.
 - > Estudo sucinto nº 053/1ª.SC/74. Brasília-DF. 17 de julho de 1974.
 - > Aviso nº 165/74. 18 de abril de 1974.
 - > Despacho direto com o senhor presidente da República. Nº 079/78. Brasília, em 10 de

novembro de 1978.

- > Informação para o senhor presidente da República. Brasília, 22 de abril de 1974. Exportações para Cuba. Interesse “Saab-Scania do Brasil S.A.”
- > Informação para o senhor presidente da República. 6 de março de 1975. Linha de montagem da “Volkswagen” em Cuba.
- > Lembrete. Exportações para Cuba.
- > Informação para o senhor presidente da República. 13 de novembro de 1975. A questão da Palestina e a posição do Brasil na XXX Assembleia Geral das Nações Unidas.
- > Posição brasileira na questão sionista.
- > Informação para o senhor presidente da República. 17 de março de 1976. Voto brasileiro sobre sionismo. Possíveis cursos em ação.
- > Documento avulso. Sem título e sem data.
- > Resumo das conversações mantidas durante os encontros entre o presidente Ernesto Geisel e o presidente Antonio Ramalho Eanes, de Portugal, no Palácio do Planalto, em 22 e 23 de maio de 1978.
- > Informação para o senhor presidente da República. 13 de fevereiro de 1976. Subsídios para as conversações com o secretário de Estado Henry Kissinger.
- > Notas da reunião de trabalho com o secretário de Estado Henry Kissinger no Palácio Itamaraty, no dia 19 de fevereiro de 1976.
- > Reunião ampliada entre o senhor presidente da República e o primeiro ministro James Callaghan. 6 de maio de 1976.
- > Notas sobre as conversações entre o presidente Ernesto Geisel e o presidente V. Giscard d’Estaing, no Palácio do Elysée, nos dias 24 e 25 de abril de 1976.
- > BRASEMB Luanda. Julgamento de mercenários. Apelos britânico e americano.
- > Roteiro para despacho direto com o senhor presidente da República. 5 de agosto de 1976.
- > Roteiro para as conversações entre o presidente Ernesto Geisel e o primeiro-ministro TakeoMiki.
- > Entrevista (II) entre os presidentes Ernesto Geisel e Valéry Giscard d’Estaing. 5 de outubro de 1978.
- > Informação para o senhor presidente da República. 16 de setembro de 1975. Problema de Angola. Solicitação da FNLA.
- > Projetos e atividades do DCD durante o período 1974-1978.
- > Segunda visita do ministro Donald Jamieson (Canadá) à sua excelência o senhor presidente Ernesto Geisel, no Palácio do Planalto, em 18 de janeiro de 1977.

- > Despachos variados.
- > Interesse do governo japonês em doar o navio “Mutsu” ao Brasil. 24 de fevereiro de 1975.
- > Súmula das conversações entre o presidente Ernesto Geisel e o primeiro ministro Kakuei Tanaka (setembro de 1974).
- > Relações nipo-brasileiras. Viagem do presidente Geisel ao Japão.
- > Informação para o senhor presidente da República. Reunião entre os assessores de planejamento do Ministério das Relações Exteriores e do Departamento de Estado Americano.
- > Roteiro para despacho direto com o senhor presidente da República. Brasília, em 3 de outubro de 1975.
- > *Aide-Mémoire* da embaixada dos EUA.
- > Notas sobre os diálogos mantidos entre o presidente Ernesto Geisel e o secretário de Estado Henry Kissinger, no estádio de futebol de Brasília, na tarde do dia 21 de fevereiro de 1976.
- > Dados recolhidos da conversa com Lafayette Prado. 25 de fevereiro de 1977.
- > The White House. Washington. February 26, 1977.
- > Programa nuclear brasileiro: pressões norte-americanas. 9 de janeiro de 1978.
- > Política Externa Americana.
- > Relacionamento Estados Unidos da América-América Latina.
- > Relações Brasil-Estados Unidos.
- > Roteiro para despacho com o senhor presidente da República, 024/77. Brasília, 15 de abril de 1977.
- > Informação para o senhor presidente da República. 14 de novembro de 1977. Política externa brasileira. Relações Brasil-EUA.
- > Visita do senhor presidente da República ao México. Relato das conversações entre o presidente Ernesto Geisel e o Presidente José López Portillo. Relações Brasil-Estados Unidos da América.
- > Relações Brasil – Estados Unidos da América.
- > Primeira reunião do presidente Ernesto Geisel com o presidente Jimmy Carter. Brasília, 29 de março de 1978.
- > Reunião com o secretário de Estado Cyrus Vance.
- Documentos referentes à Secretaria de Imprensa da Presidência da República. O dossiê inclui resumo de notícias sobre o governo Geisel na imprensa nacional e estrangeira; discursos do presidente no ano de 1977 e entrevistas concedidas por Ernesto Geisel. EG pr 1974.04.30:
- > O general Geisel recusa Delfim Netto para o governo de São Paulo.

Arquivo Histórico do Exército:

- Caderneta de Assentamentos. V Exército Norte Americano. Elogios.
- Caderneta de Assentamentos. 1 a 13 Jan 1956. Elogios.
- Caderno de Assentamentos. 1º Jan a 11 Mar 1974.

Documentação textual:

ABREU, Hugo. *O Outro lado do poder*. Rio de Janeiro. Nova Fronteira. 1979.

_____. *Tempo de crise*. Rio de Janeiro. Nova Fronteira. 1980.

CARONE, Edgard. *A república liberal*. São Paulo. Difel. 1985.

_____. *O Estado Novo: 1937-1945*. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil. 1988.

FALCÃO, Armando. *Tudo a declarar*. Rio de Janeiro. Nova Fronteira. 1989.

FROTA, Sylvio. *Ideais traídos*. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Ed. 2006.

GEISEL, Ernesto. *Discursos. Volume I, 1974*. Assessoria de Imprensa e Relações Públicas da Presidência da República. 1975.

_____. *Discursos: volume II, 1975*. Assessoria de Imprensa da Presidência da República. 1976.

_____. *Discursos: volume III, 1976*. Assessoria de Imprensa da Presidência da República. 1977.

_____. *Discursos: volume IV, 1977*. Assessoria de Imprensa da Presidência da República. 1978.

_____. *Discursos. Volume V, 1978*. Assessoria de Imprensa da Presidência da República. 1979.

GÓES, Walder de. *O Brasil do general Geisel*. Rio de Janeiro. Nova Fronteira. 1978.

TÁVORA, Senador Virgílio. *O acordo nuclear Brasil-Alemanha e a Universidade*. Aula Magna de abertura dos cursos da Universidade Federal do Ceará, proferida no auditório do Curso de Direito em 1º de março de 1977. Fortaleza. Imprensa Universitária Universidade Federal do Ceará. 1977.